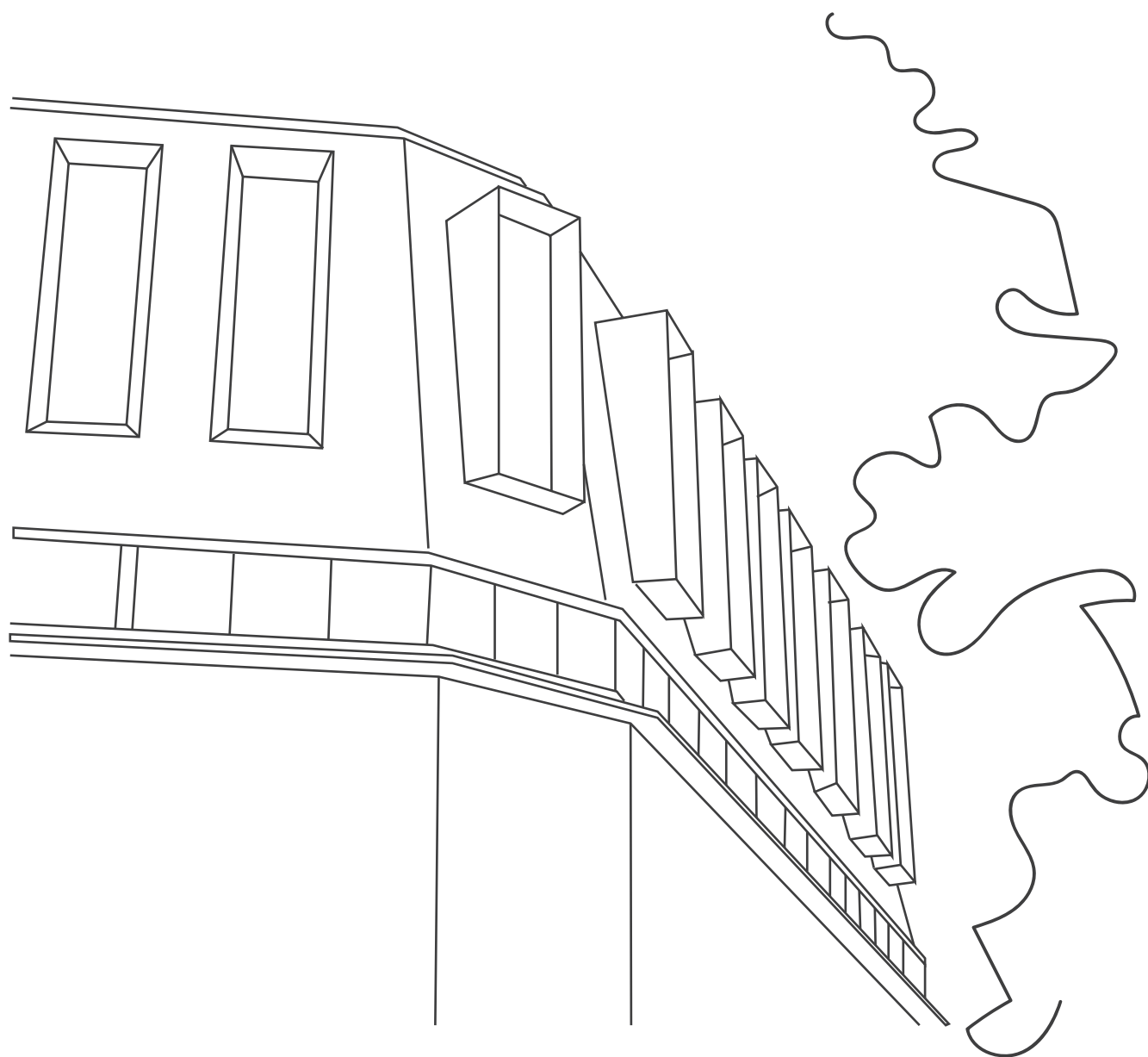


CRISTIANE DOS S. BITENCOURT SCHWINGEL



V O J V E R

A reciclagem do patrimônio em Montevideú

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA – PROPAR

VOLVER: A RECICLAGEM DO PATRIMÔNIO EM MONTEVIDÉU

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos de avaliação para obtenção do título de mestre em arquitetura.

Autora:

Cristiane dos Santos Bitencourt Schwingel

Orientador:

Luis Henrique Haas Luccas, Dr. Arq.

Porto Alegre, Fevereiro de 2021

Agradecimentos

Este trabalho foi feito à muitas mãos. Os recursos necessários à sua conclusão não consistiram apenas em ciência, mas em afeto, encorajamento e muitas gentilezas. É difícil e acaba sendo injusto nomear cada uma dessas pessoas, pois o risco de esquecer de alguém é gigantesco.

A bolsa cedida pela CNPQ prestou auxílio às pesquisas em campo e o tempo investido neste trabalho, subsidiando o êxito desta etapa.

Muitas reuniões acompanhadas de paciência, apoio, encorajamento foram cedidas pelo meu orientador Luis Henrique Haas Luccas que, mesmo em meio às incertezas da pandemia, fez uso de todos os recursos de comunicação para que eu buscasse excelência em cada palavra escrita, em cada argumento e em cada fonte citada.

Por sempre estarem por trás, seja na expectativa ou no apoio, às famílias Bitencourt e Schwingel. Especialmente ao Charles e à Luiza, que sempre acreditaram e sonharam (muito mais do que eu) de que eu era capaz de alcançar o fim dessa etapa.

Andrei foi, de maneira consistente, fonte de todo tipo de ação encorajadora, consoladora, tecnológica. Por ter sempre a Palavra de Deus na ponta da língua para guiar e conceder sabedoria. Por ouvir os argumentos dessa dissertação, ainda que Cientista da Computação. E por conseguirmos conceber a Joana no meio de tudo isso.

À Mariane Peringer por possibilitar boas fotos, à Nathália Bichinho por ser a ponte entre UFRGS e FADU, à Laura Baci pelo acolhimento uruguayo, à Athena pelo café encorajador.

A colaboração da banca de qualificação – Profa. Raquel Lima e Prof. Leandro Manenti – possibilitou o avanço desta pesquisa à conclusão com orientações valiosas e encorajamento.

Raquel Lima e Paulo Cesa – vocês foram os viabilizadores do início dessa jornada.

E a Deus - pois quanto mais estudo, mais pesquiso, mais me aprofundo, mais O encontro.

Resumo

A ampliação do conceito de patrimônio ocorrida nas últimas décadas acentuou a salvaguarda de bens construídos de forma global. E isso repercutiu no aumento proporcional de problemas projetuais, técnicos e econômicos envolvidos na preservação do acervo crescente, assim como das controvérsias conceituais conexas, especialmente no âmbito das intervenções transformadoras necessárias à adaptação das edificações ao uso atual [LUCCAS, 2020, p. 392]. Com ênfase no exercício do que se convencionou como "*reciclaje*", a experiência uruguaia oferece uma abordagem distinta ao tema da preservação patrimonial – com as ambiguidades respectivas –, como demonstram as intervenções em edifícios e conjuntos patrimoniais de diferentes hierarquias e graus de proteção correspondentes, no caso delimitado de Montevideú de modo contemporâneo.

Este trabalho propõe uma contribuição ao problema da preservação patrimonial através do estudo da chamada *reciclaje* praticada no país vizinho; uma atividade definível como a intervenção em preexistências com condições físicas e funcionais defasadas e correspondente falta de sustentação econômica, prolongando a vida útil de bens e conjuntos sem congelá-los, ou seja, preservando valores histórico-artísticos e a identidade sem perder a vitalidade do tecido das cidades e da paisagem construída de modo mais amplo.

Resumen

La expansión del concepto de patrimonio que ha tenido lugar en las últimas décadas ha puesto énfasis en la salvaguardia de los bienes construidos a nivel mundial. Y esto repercutió en el aumento proporcional de los problemas proyectuales, técnicos y económicos involucrados en la preservación de lo creciente acervo patrimonial, así como en las controversias conceptuales relacionadas, especialmente en el contexto de las intervenciones transformadoras necesarias para adaptar los edificios a los usos actuales (LUCCAS, 2020, p. 392). Con énfasis en el ejercicio de lo que convencionalmente se conoce como “reciclaje”, la experiencia uruguaya ofrece un enfoque diferente al tema de la preservación patrimonial –con las respectivas ambigüedades–, como lo demuestran las intervenciones en edificios y conjuntos patrimoniales de distintas jerarquías y correspondientes grados de protección, en el caso delimitado de Montevideo de manera contemporánea.

Este trabajo propone un aporte al problema de la preservación patrimonial a través del estudio de lo que se convencionó como reciclaje practicado en el país vecino; una actividad definible como la intervención en preexistencias con condiciones físicas y funcionales desfasadas y la correspondiente falta de sustentación económica, prolongando la vida útil de los bienes y conjuntos sin congelarlos, es decir, preservando los valores histórico-artísticos y la identidad sin perder la vitalidad del tejido de las ciudades y el paisaje construido en general.

Abstract

The expansion of the concept of heritage that has taken place in recent decades has emphasized the safeguarding of buildings built globally. And this had an impact on the proportional increase in design, technical and economic problems involved in the preservation of the growing collection, as well as in the related conceptual controversies, especially in the context of the transformative interventions necessary to adapt the buildings to a contemporary use [LUCCAS, 2020, p. 392]. With an emphasis on the exercise of what is conventionally known as “reciclaje”, the Uruguayan experience offers a different approach to the theme of heritage preservation – with the respective ambiguities –, as demonstrated by the interventions in buildings and heritage sets of different hierarchies and corresponding degrees of protection, in the delimited case of Montevideo in a contemporary way.

This work proposes a contribution to the problem of heritage preservation through the study of the so-called reciclaje practiced in the neighboring country; an activity definable as the intervention in pre-existences with outdated physical and functional conditions and corresponding lack of economic support, prolonging the useful life of buildings and cultural landscapes without freezing them, that is, preserving historic-artistic values and identity without losing the vitality of the cities and the built landscape more broadly.

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1. O Caso Uruguaio: Montevideú.....	17
1.1 Precedentes da <i>reciclaje</i> uruguaia do final de século	30
1.2 Examinando as discussões atuais entre a preservação vigente e a prática da <i>reciclaje</i> no solo uruguaio	35
1.3 A Carta de Veneza [1964]	41
1.4 Carta de Burra [1980].....	42
1.5 Carta de Washington [1987].....	43
2. VOLVIENDO NUEVO	46
2.1 Análise de Grau Zero: Vivienda-Estúdio Durazno.....	51
2.2 Análise de Grau Dois: Edifício Barreiro y Ramos.....	63
3. VOLVIENDO VIEJO	80
3.1 Análise de Grau Três: Lofts del Patio Andaluz	89
3.2 Análise de Grau Quatro: Edifício Pablo Ferrando.....	101
4. MONUMENTO HISTÓRICO NACIONAL	112
4.1 Vilamajó e a Facultad.....	113
4.2 A Facultad de Ingeniería	117
4.3 Plan de Obras 2001: La Odisea del Espacio.....	124
4.4 Scheps e a Facultad.....	126
4.5 Sala de Máquinas: 1992-2007.....	127
4.6 Construção de um Anexo ao IET - Geotécnica: 1998-2002.....	134
4.7 Edifício Polifuncional Faro: 2005-2011	138
4.8 Nuevo Plan de Obras a Varios Años: 2010	143
4.9 Instituto de Computación	144
4.10 Instituto de Estructuras y Transporte.....	148
4.11 O Futuro	153
5. Considerações Finais	156
6. BIBLIOGRAFIA:	160
7. Anexos.....	168

INTRODUÇÃO

O trabalho se propõe examinar a experiência contemporânea uruguaia de interferências no patrimônio edificado convencionadas como "*reciclaje*", definição própria do âmbito de fala espanhola. Este conceito se insere no amplo espectro de resultados da teoria e da prática desse ramo da arquitetura que, desde o final do século XVIII, tem se sistematizado gradualmente atingindo uma consolidação no século XX, sensibilizando-se com o tema e desenvolvendo metodologias de projeto que se desencadearam em várias linhas de restauro e conservação (KÜHL, 2015, online). Neste âmbito da arquitetura, a prática permite que a teoria seja questionada pelas especificidades do tempo em que se contextualiza, permitindo que a atitude do teórico seja sempre reflexiva frente às condições que se impõem.

A conservação do acervo brasileiro tem gerado problemas, ambiguidades e conflitos para a reutilização que permita a viabilização econômica. De maneira concomitante, os efeitos da Carta de Veneza e dos avanços posteriores que a somaram, expandindo o conceito de patrimônio, passaram a abarcar obras modestas de valor subjetivo, predominantemente afetivo e "identitário"; e estes são protegidos comumente com semelhante rigor metodológico utilizado nos bens monumentais, enfatizando desta maneira que, independentemente do grau de valor histórico-artístico, todo objeto arquitetônico poderá ter valor intrínseco para ser protegido como tal.

Esta ampliação conceitual do monumento e suas implicações decorrentes no âmbito brasileiro, pode ser observada e interpretada a partir da prática cotidiana da cidade de Porto Alegre. Segundo dados da Prefeitura da capital gaúcha, o Quarto Distrito – área onde iniciou a atividade industrial, no final do século XIX – possui a maior concentração de bens protegidos por lei municipal. Os resultados dessa proteção nos levam a concluir que a legislação não é efetiva em frear a degradação do bem cultural na cidade, que ocorreu com o abandono dos imóveis muito antes da emissão do Inventário que temos hoje. Atualmente, o Quarto Distrito é considerada uma das áreas mais degradadas¹. A mesma região esteve sem estímulos visíveis à uma revitalização por parte da administração pública até o ano 2011, quando a esfera municipal lança incentivos fiscais para atrair empresas do ramo de tecnologia para área. Enquanto os uruguaios, na década de 1980, discutiam sobre como preservar seu patrimônio concomitantemente com Europa e Estados Unidos (LOUSTAU, 1980, p. 32), o Quarto Distrito em Porto Alegre iniciava sua degradação sem propostas de revitalização efetivas.

Apesar da ausência de homogeneidade na aplicação de uma linha teórica conservativa no Brasil (KÜHL, 2015, online), as obras qualificáveis como restauro crítico de Lina Bo Bardi são consideradas

¹ As notícias mais recentes (FONSECA, 2019) demonstram que projetos não foram executados desde então.

pioneiras e exemplares no Brasil em diversos artigos, como exemplificam Luccas (2018, p. 136) e Comas (2011, p. 57); no caso do SESC Pompéia, em São Paulo, a conversão dos galpões da fábrica de tambores elevou a edificação industrial a monumento tombado. Da mesma Lina, Frota (2004, p. 138) menciona a restauração qualificada do Solar do Unhão, em Salvador, que resultou no Museu de Arte Popular. A aplicação das recomendações da Carta de Veneza (BOGEA, 2009, p. 5) afirma a influência do restauro crítico e da inegável proeminência de Cesare Brandi e sua teoria no Brasil – desenvolvida e aplicada no âmbito do ICR (*Istituto Centrale del Restauro*) em Roma, na Itália. Além dos motivos expostos, o caso referido de Porto Alegre compartilha alguns preceitos já citados através do Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município², norma municipal que assegura o resguardo e a proteção de edifícios de valor histórico, artístico e ambiental.

O caso uruguaio de preservação patrimonial se apresenta como um caminho intermediário às práticas de intervenção correntes, como a restauração ou a conservação. Propõe, na maioria das ocasiões, uma condução equilibrada entre as instâncias do uso prático e da documentação histórica, à primeira vista contraditórias nos casos de reabilitação de edifícios, especialmente os de funcionalidade original defasada. Como atender, de maneira respeitosa, à imagem documental do edifício, consentir às demandas de uso do espaço urbano e necessidades atuais é uma reflexão que o caso da preservação patrimonial de Montevideu nos conduz a repensar as soluções atualmente praticadas. As primeiras percepções sobre o tema é que nem sempre o edifício pode ser um “museu de si mesmo”.

O Tema

A *reciclaje* do patrimônio tutelado em Montevideu é uma atuação renovadora em edifícios de programas ou estruturas obsoletas, que responde às necessidades contemporâneas de uso do espaço urbano consolidado. O principal fim desta ação é contribuir com a preservação de conjuntos e paisagens culturais por meio de um uso efetivo, à parte de monumentos com valor histórico-artístico suficiente que demande a preservação individual nos moldes convencionais. Gaeta (1997, p. 16) definiu precisamente o verbete da seguinte forma:

Reciclagens: Reinterpretar o valor de uma estrutura física e alojar nela modos de vida diferentes do original. É a realidade que gera, a reabilitação de antigas habitações, procurando uma renovação vital das mesmas, reciclando sua função e seu valor econômico. [Tradução da autora]

² Lei Municipal nº 12.585 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019). A legislação teve sua revisão recentemente em 9 de agosto de 2019.

A *reciclaje*, como denominam os uruguaiois, é um dos meios não “ortodoxos” de amadurecimento da preservação de bens de menor hierarquia, ainda que esta pesquisa apresente concomitantemente também aqueles de maior hierarquia, como o caso da *Facultad de Ingeniería*, do qual foi outorgado o título de Monumento Histórico Nacional, submetida a intervenções atualizadoras que, entre as quais, a reciclagem de seus espaços e ampliações destes se fizeram presentes. São casos em que a instância de uso do edifício rivaliza com a instância simbólica da monumentalidade. Em parte, atribui-se à *reciclaje* a renovação urbana de Montevideú, de modo que a ação não descaracterizou a cidade, mas fortaleceu a imagem simbólica da urbe, especialmente na *Ciudad Vieja*, seu centro histórico. O conceito teve sua síntese a partir da década de 1980, quando as políticas de preservação municipal começam a ser discutidas no âmbito público para uma revitalização e preservação do patrimônio histórico-artístico na cidade, principalmente naquela área.

Dessa maneira, este trabalho delimita-se ao estudo deste tipo de intervenção produzida em edifícios sob tutela patrimonial nos últimos 20 anos no caso restrito de Montevideú. Ainda que as primeiras experiências tenham sido executadas para fins residenciais, este estudo procura não se restringir à apenas produtos residenciais e culturais, mas corporativos e comerciais – à maneira de como a finalidade dessas intervenções se expandiram para outros usos nos últimos dez anos.

Ainda que o tema se desenvolva no solo uruguaio, se reconhece a prática e a discussão da atividade no âmbito latino-americano e espanhol.

A Justificativa

A partir da contextualização introdutória relatada, as intervenções executadas no patrimônio arquitetônico do país vizinho nos últimos 40 anos, contrastam de modo acentuado com a práxis cotidiana brasileira de uma preservação que enfatiza a integridade da forma original, de modo dominante, tendo como consequência a não-preservação e o decorrente abandono em grande parte das ocasiões. Comumente, este comportamento com o patrimônio é observado em edifícios categoricamente interpretados como aqueles que integram o “tecido urbano” ou os patrimônios modestos, como identifica a Carta de Veneza [1964], arrolados em uma esfera de proteção municipal de conservação – normalmente externo à esfera estadual e federal que consideram preservar as obras de maior hierarquia. Com este olhar histórico-crítico e prático do cotidiano é que o caso de proteção legal do patrimônio uruguaio se justifica como tema e se torna interessante pelo possível aprendizado.

Ainda que a prática tenha iniciado na década de 1980, desde os anos 2000 registram-se poucos estudos acerca do tema. A gama de intervenções com outros fins que o residencial ou cultural, aparentemente, se amplia em número e tipos de uso nos últimos anos e torna-se interessante a

amostragem desses projetos como relato histórico e científico da prática. Portanto, é oportuno o apontamento dos desdobramentos do exercício no solo uruguaio nas últimas décadas, com a intenção de dar continuidade ao estudo, oferecendo uma contribuição às pesquisas científicas que embasam a prática uruguaia e brasileira. Deste modo, acredita-se que a matéria aportará subsídios à nossa experiência brasileira, especialmente no que tange à formação de um sentido crítico necessário ao enfrentamento do problema patrimonial. Para este enfrentamento, a pesquisa busca mais do que normas ou códigos de conduta para preservação, mas uma discussão dialética que nos torna capazes de interpretar a maneira como o país constrói sua preservação, quais são seus pontos discutíveis e exemplares, absorvendo aprendizado.

O Estado da Questão

A *reciclaje* revalorizou setores como a *Ciudad Vieja* e, posteriormente, conseguiu uma ampla ressonância em outros locais da cidade. Na criação da *Comisión Especial Permanente Ciudad Vieja* em 1983, órgão regulador da zona patrimonial homônima, surgem outras comissões de preservação para outros bairros de Montevideú, como *Barrio Réus Norte* e *Barrio Réus Sur* [pelos Decretos 22.872 e 22873], por exemplo. A partir de 1998, com o “*Plan de Ordenamiento Territorial*” aprovado, é possível descentralizar o poder público da cidade em setores menores, capazes de se definirem em áreas de valor estratégico e áreas de promoção e atuação prioritárias na cidade [DOPAZO, 2004, p. 58]. Na concepção de Arana, esses instrumentos institucionais, complementados com a academia, geraram a multiplicação de exemplos de refuncionalização de pré-existências pela cidade de Montevideú bem sucedidos [ARANA, 2012, p. 16].

É interessante destacar o papel da *Universidad de la Republica* (UdelaR) na trajetória da reciclagem na capital uruguaia até o presente século. A partir de uma revisão mais específica do estado da questão em solo uruguaio, o primeiro registro encontrado parte da dissertação de mestrado de Cristina Gamzabal, sob o título “*Reciclaje de Vivienda*”, em 1981 na *Facultad de Arquitectura* da UdelaR. De maneira introdutória, Cristina define a “*reciclaje*”:

“A reciclagem de uma habitação consiste na revitalização e/ou transformação de seus componentes espaço-funcionais, mediante a intervenção física, com o objetivo de satisfazer as exigências que lhe impõe um novo ciclo de vida útil.”
[GAMZABAL; SARAIVA; STRAUMANN, 1981, p. 1].

Gamzabal propõe uma metodologia de análise para a factibilidade de uma reciclagem, dividida em duas partes: primeiro, a viabilidade econômica; depois a viabilidade física-estrutural. Por fim, aplica-se a metodologia em um caso real de reciclagem e o analisa com base no procedimento desenvolvido. Para a reciclagem, um critério importante, além da adaptabilidade funcional e de um sistema construtivo que admita modificações, é o interesse em preservar o edifício, seja por incentivo

histórico, urbanístico, econômico, ambiental ou plástico. Sua conclusão antecede a criação das leis municipais de proteção e preservação do patrimônio histórico-artístico em Montevideo e por isso registra as insatisfações do meio acadêmico com a falta de cautela patrimonial em lugares como *Ciudad Vieja* e a ineficiência do modo especulativo do uso do solo urbano. O modelo de análise à viabilidade de uma reciclagem passa por um positivo custo-benefício (comparado ao custo da aquisição do terreno e a construção de obra nova) e se conclui sob dois aspectos físicos: o espacial – que analisa a capacidade de adaptação espacial; e a construtiva, esmiuçada por um *checklist* que avalia cada parte construtiva do bem intervindo.

A segunda pesquisa desenvolvida em âmbito acadêmico foi produzida pelo *Grupo de Estudios Urbanos* (GEU), no qual Mariano Arana era o professor responsável pela pesquisa. A *“Propuesta de rehabilitación de antiguas viviendas en la Ciudad Vieja de Montevideo, destinada a la población de bajos recursos allí afincada”* (1983) é um material importante para compreender, através de uma revisão histórica, as etapas que levam a *Ciudad Vieja* ao estado de abandono e deterioração até então relatados. Revisa as propriedades e os tipos mais construídos no casco histórico que coexistem de forma heterogênea conforme as classes sociais – o *“conventillo”*, a *“casa estándar”* e as mansões. Também colabora em compreender como era retrato socioeconômico da *Ciudad Vieja* na década de 1980, o atual estado na elaboração do estudo. Complementa com o perfil dessas habitações com tipologias e detalhes de sistemas construtivos comuns da época. Semelhante ao trabalho de Cristina Gamzabal, propõe-se a reabilitação para três tipos de residência, tipo pátio, através da reciclagem das habitações para famílias de baixa renda. Demonstra-se todo o processo de análise de infraestrutura e patologias, viabilidade econômica e física e as propostas de intervenção, com suas vantagens de desvantagens. É um dos trabalhos científicos mais complexos e bem desenvolvidos no âmbito acadêmico encontrado até o momento.

Na virada do século XX ao século XXI, a pesquisa desenvolvida por María Del Huerto Delgado Dopazo foi uma importante produção científica emitida pela *Universidad de la Republica* (UdelaR) para registro do *Plano Piloto de Reciclaje* (PPR), realizado pela *Intendencia Municipal de Montevideo* a partir de 1990 – o plano que inaugurou o uso da *reciclaje* pelas Cooperativas de Ajuda Mútua, com incentivo do poder público. Outra produção emitida pela UdelaR foi o livro *“Casa Patio”* (2002), um subsídio mais técnico sobre o tipo e a sua capacidade de conversões utilitárias na *casa patio* ou *estándar*, a tipologia mais construída em Montevideo, sendo uma das mais representativas da identidade urbana uruguaia (INSTITUTO DE DISEÑO, 2002).

À parte do âmbito universitário, a produção do arquiteto Julio Gaeta através das revistas *“ELARQA”* contribuiu para registrar uma gama de reciclagens que extrapolam o uso doméstico e cultural. A revista número 21, em maio de 1997, é a primeira a se dedicar a publicação de exemplares de reciclagem majoritariamente residenciais de iniciativa privada e aproximar-se do tema com artigos

de discussão. Posteriormente o número 23, de outubro do mesmo ano, trata das reciclagens com inserções, como a Casa das Máquinas na Faculdade de Engenharia da UdelaR, transformada em um conjunto de salas e laboratórios. Em maio de 2000, a ELARQA número 34 é lançada com a temática “enxertos” (*Injertos sobre lo existente*) da qual se destacam as reformas com acréscimos físicos e, entre estes, a reciclagem do Hotel do Prado é publicada. Finalmente no ano de 2004, “*Nueva vida, grandes reciclajes*” encerra a publicação da revista sobre a temática com exemplares de grande escala e, conseqüentemente, outros usos como hotel, banco, hipódromo, estação portuária e um centro cultural.

As revistas da *Sociedad de Arquitectos del Uruguay (SAU)* destacam-se como uma fonte importante para a história da arquitetura no Uruguai, com a revista “*Arquitectura*” com publicações disponíveis para consulta desde o início do século XX. Pelo seu alcance, registram-se uma gama de concursos, notícias e projetos desenvolvidos ao longo da história do Uruguai. Também importante e mais recente, o BSAU é o boletim institucional e político da associação que também abrange reflexões sobre arquitetura, urbanismo e patrimônio.

No campo latino-americano, de manifestação mais recente, o *Cuaderno Latinoamericano de Arquitectura 30-60* demonstra o alcance das *reciclajes* para além do país e publica um dos estudos de caso desta dissertação, o *Patio Andaluz*, reciclagem de uma casa-pátio em habitação coletiva no Centro de Montevideú. Por fim, também a Summa+ 160, com o título “Sobreposições” registra mais um dos estudos de caso de intervenção no *Casco Viejo*, com o projeto de intervenção *La Mansarde*, que contribuiu com a revitalização da Praça Zabala. Ambos os projetos de autoria do Estúdio ZIP Arquitectos.

De uma revisão mais abrangente, é importante a consulta ao trabalho de Cesare Brandi em “Teoria da Restauração” (1977), uma das primeiras teorias e princípios operativos para a restauração crítica, contudo, levando em consideração a ampliação dos conceitos de patrimônio dado pelas cartas patrimoniais, como a Carta de Veneza (1964) e complementações posteriores – Carta de Burra e Washington. Em reflexões mais recentes, a obra madrilenha intitulada de a “*Teoría Contemporánea de la Restauración*” (2003) de Salvador Muñoz Viñas propõe um olhar mais crítico e minucioso sobre o exercício da conservação praticado hoje, baixo suas intenções e razões contemporâneas, derivadas de uma cultura brandiana de conservação e restauro. A *Teoría Contemporánea* auxilia numa possível categorização e compreensão da *reciclaje* como uma atitude contemporânea de conservação. A atenção a esta peça juntamente com as experiências uruguaias compartilhadas com cidades espanholas, descritas ao decorrer deste trabalho, corrobora com a tese de que a *reciclaje* no Uruguai possui raízes do país consócio.

Os repositórios digitais de imagens e documentos colaboraram significativamente dentro do contexto de pandemia. Destacam-se o sistema GIS ³ que, disponibilizado pela *Intendencia de Montevideo*, permitiu acesso aos registros históricos de terrenos, mapas contendo dimensões de quadras e terrenos, além das informações urbanísticas e patrimoniais da maioria dos edifícios estudados. O *Inventario del Patrimonio Arquitectónico y Urbanístico de la Ciudad Vieja* elaborado pela *Facultad de Arquitectura* da UdelaR juntamente com a *Comisión Especial Ciudad Vieja* permitiu ter acesso às fichas dos bens inventariados e consultar suas características e Elementos Significativos – item que será abordado mais adiante. Não muito menos importante, o *Centro de Fotografía de Montevideo*, o site *Montevideo Antiguo* e o *Nómada* contribuíram com o resgate de imagens históricas e documentação arquitetônica da cidade, viabilizando o aprofundamento das análises entre o novo e o antigo, além da *Revista Patrimonio*, publicada pela *Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación* com artigos e notícias relacionadas com o patrimônio da nação. A *Comisión Especial Carrasco y Punta Gorda* concedeu material disponível e ficha de inventário de alguns imóveis.

A consulta à materiais tangentes ao tema da preservação em Montevideu foi fundamental para solidificar e validar a pesquisa. Destacam-se a coleção *Nuestra Tierra*, com a "*Serie Montevideo*", publicada em 1971 – especialmente a edições "*Montevideo y la arquitetura Moderna*" de Leopoldo C. Artucio, para contextualizações dos processos de maturação da arquitetura moderna na cidade. O professor Anibal Barrios Pintos colabora na série com os volumes "*Los Barrios I*", que contribuiu para abranger a história da *Ciudad Vieja*, Palermo, Barrio Sur e Cordón; e "*Montevideo visto por los viajeros*", com narrativas do ponto de vista dos imigrantes que chegaram à capital uruguaia no século XVII. Escritos feitos e organizados por Mariano Arana, especialmente o volume quatro da série "Centralidades", intitulado "*Uruguay: La centralidade montevideana*", possui uma série de artigos sobre questões territoriais e culturais de Montevideu. Liliana Carmona com seu volume "*Montevideo: Proceso Planificador e Crecimientos*", que de maneira considerável, colaborou para compreender ordenadamente o desenvolvimento urbanístico de Montevideu e seus instrumentos desde seu plano fundacional até o final do século XIX.

Os Objetivos

Como descrito de maneira introdutória, o objetivo geral desta pesquisa é contribuir com a discussão sobre a preservação de edifícios, conjuntos e paisagens culturais, sobretudo no que diz respeito às intervenções em preexistências – mais precisamente aquelas que demandam a observância às leis de preservação ou que se encontram sob regime de proteção histórico-cultural. A observação do caso uruguaio demonstra aspectos peculiares sobre a preservação patrimonial, constituindo

³ Sigla para *Geographic Information System* ou Sistema de Informação Geográfica: <https://intgis.montevideo.gub.uy>

exemplaridade para a experiência brasileira cotidiana, sendo também merecedoras de apreciação as suas fragilidades presentes. A contribuição se dá por meio do estudo crítico da experiência uruguaia sobre a preservação do seu patrimônio arquitetônico, suas fases de reconhecimento do valor patrimonial, sua subsequente decadência e o posterior resgate e maturação – dando ênfase à *reciclaje* como meio de intervenção em edifícios circunscritos a categorias de proteção patrimonial com critérios mais abrangentes que o habitual. Ao período de maturação, além do reconhecimento da abrangência do conceito patrimonial, também se atribui a forma como se gestam as preexistências, a intenção de se projetar e o modo como se intervém sobre tais edifícios.

A partir do alvo posto, os objetivos específicos se estabelecem: (i) documentar e analisar o fato das *reciclajes* e suas leis aliadas, seja pelos aspectos inéditos que a experiência uruguaia apresenta ao caso brasileiro e ao contexto mais amplo; e para a própria academia uruguaia, pela carência de avaliação dos resultados nos últimos anos, como já justificado; (ii) Estabelecer possíveis contrapontos da *reciclaje* com as leis e culturas de preservação estabelecidas de maneira geral, identificando se é consistente admitir uma linha conservativa de origem similar à que predomina sobre o pensamento uruguaio. (iii) Finalmente, estudar a lei protetiva dos *Bienes de Interés Departamental* (BID), que classifica os edifícios em graus de proteção (*Grado de Protección Patrimonial*) conforme a sua quantidade de significância cultural, a qual incide diretamente sobre o nível de intervenção física sobre esses bens. Levando em consideração os acertos e deficiências dessa lei, analisar os casos de intervenção exemplares e extrair conclusões a partir do aprendizado adquirido.

A Metodologia de Trabalho

A metodologia da investigação se desenvolve revisando bibliograficamente o caso das intervenções, tanto em trabalhos incipientes da atividade quanto em discussões mais recentes, em artigos científicos e livros sobre o tema. Além da revisão teórica, o trabalho se complementa através da visita ao sítio em estudo, reconhecendo a produção em curso e colhendo material de fontes primárias, como os levantamentos fotográficos, as entrevistas e o acesso a documentos. A fim de fundamentar o marco teórico dessa pesquisa, entendeu-se imprescindível buscar casos de *reciclajes* na capital Uruguaia nas diferentes categorias, de modo representativo – pelos Graus de Proteção dos Bens de Interesse Departamental (BID) e o Monumento Histórico Nacional (MNH), que é a atribuição máxima a um patrimônio uruguaio –, formando, assim, as análises críticas em textos e imagens representativas obtidas da documentação técnica e historiográfica dos edifícios estudados. Os exemplares selecionados permitem examinar a qualidade das intervenções atingidas, quanto às relações adequadas com o entorno urbano, com o uso responsivo às necessidades locais, sua rentabilidade que propicia a sustentação econômica da prática e seu benefício para cidade através

da preservação da memória e da identidade cultural.

Em visita à UdelaR, em 2019, foi possível participar de uma aula introdutória de um curso de extensão sobre Turismo Industrial, enfatizando a valorização do patrimônio industrial uruguaio, ministrado pelo arquiteto William Rey Ashfield. Foi possível capturar, ainda que em parte, que o Uruguai compreende que o patrimônio pode se exprimir para além da função de documento histórico; ele também se comporta como um potencializador de desenvolvimento econômico e de pertencimento, desde que respeitadas suas condições ambientais e culturais. Posteriormente, com o aprofundamento dos estudos, a condição apresentada se tornou mais evidente.

A construção do arcabouço de análises e críticas só foi possível com a leitura de fontes sobre a historiografia da arquitetura e do urbanismo uruguaios, dando atenção aos casos restritos à capital portuária. Na condição de estrangeira ao sítio de estudo, fez-se necessário, além da visita de campo, compreender as manifestações culturais que são pertinentes ao tema, a tradição arquitetônica desenvolvida no território, as políticas públicas de habitação e patrimônio.

A análise dos casos estudados procura percorrer uma matriz básica, sujeita a ser respondida pela disponibilidade de dados; ela também pode ser corroborada com outras informações complementares, quando pertinentes para esclarecimento do tema. O atendimento às suas questões tem como produto os escritos de análise: a história do edifício; reconhecimento dos autores da concepção e intervenção do projeto; o estado anterior do edifício – sejam suas características formais originais e/ou prévias à intervenção; as características do projeto de intervenção e conclusões acerca deste.

A Estrutura Proposta

Apresentada a habitual **Introdução** com os elementos definidores e norteadores desta pesquisa, **o primeiro capítulo**, a seguir, trata do “Caso Montevideano” expressando as principais questões envolvidas no tema dessa investigação, como causa da degradação e a inexistência da cautela patrimonial em Montevideu até a reação conservativa e seus desdobramentos imediatos. O mesmo capítulo se preocupa em abranger uma discussão que se faz pertinente sobre a *reciclaje* uruguaia em contraponto com as práticas vigentes de preservação. A intenção é a criação de um referencial crítico, evitando generalizações indevidas, para a análise dos estudos de caso e justificativa das intenções da reciclagem de edifícios. Os próximos capítulos introduzirão uma amostragem panorâmica de casos, concluindo com o aprofundamento de exemplares selecionados: no capítulo **Volviendo Nuevo** [capítulo dois], inauguram-se os estudos de casos com graus de proteção zero a dois, faixa protetiva que possui mais liberdade de personalizações, alterações e até substituições. No terceiro capítulo **Volviendo Viejo**, [capítulo três] apresentam-se casos de proteção de graus três e

quatro, casos de intervenção mais restringidos pela legislação protetiva. Extrapolando os casos elegíveis a *Bienes de Interés Departamental* relatados nesses dois capítulos, o **Capítulo Quatro** dedica-se a mais alta outorga de proteção patrimonial, o Monumento Histórico Nacional (MNH), para a análise de como Arq. Gustavo Scheps se comporta frente ao desafio das ampliações, adaptações e reciclagem de espaços da *Facultad de Ingeniería* da Udelar, patrimônio moderno ao qual se outorgou tal título em 1975. Ao concluir a série de análises, encaminha-se para uma **discussão conclusiva**, analisando seus aspectos positivos e contraproducentes, bem como os possíveis aprendizados que possam contribuir com a práxis brasileira.

1. O Caso Uruguaio: Montevideu

Como na maioria das cidades latino americanas (BONILLA, 2001, p. 164; DELGADO, 2001, p. 49), Montevideu sofreu com o esvaziamento da sua área central. As áreas costeiras atraem uma grande parcela dessa população por estarem se modernizando e se tornando gradativamente verticalizadas⁴ por incentivo da *Ley de Propiedad Horizontal*, (Lei nº 10.751 de 1946) que permite à apropriação de uma parte privativa de um imóvel construído e a partilha de suas áreas comuns entre os demais proprietários, surgindo os edifícios de apartamentos ou os condomínios (DOPAZO, 2004, p. 56). A revista *Arquitectura* número 222 [1950, p. 24–27] apresenta a lei, cerca de três anos depois de sua efetivação, como um meio de democratizar o acesso a terrenos de alto custo em áreas costeiras e bem consolidadas através do fracionamento do terreno em unidades e o rateio do custo global do terreno entre os proprietários. O artigo em questão exhibe perspectivas da nova linguagem desses novos edifícios com suas respectivas plantas baixas do pavimento tipo, assinados por seus arquitetos. No entanto, na prática, a lei incentivou ainda mais a especulação imobiliária nessas áreas privilegiadas da cidade, caracterizando o que é a *Rambla* de Montevideu hoje: uma *skyline* de edifícios com mais de 20 metros de altura (DOPAZO, 2004, p. 56).



Figura 1 - Rambla República del Perú (Fonte: Arquivo da autora, 2015)

⁴ Um trabalho dedicado a compreender a verticalização de Montevideu entre as décadas 50 e 60: *El edificio de apartamentos en altura. Su producción en las décadas del 50 y 60* (BORONAT; BALDOIRA, 2009).



Figura 2 - Revista Arquitectura 222 de 1950, páginas 24 e 25.

Já as áreas centrais, especialmente o centro histórico denominado *Ciudad Vieja*, se deterioram com o decorrente abandono. Em 1963 o peso da população das áreas centrais em relação a todo departamento da cidade era de 27,9%; em 1996 há um decréscimo para 19,1% (DOPAZO, 2013, p. 11); entre os censos de 1996 e 2004, a população da *Ciudad Vieja*, especificamente, diminuiu 18,3% (INE, 2006, p. 10). Metade dos usos na área eram considerados “flutuantes”, localizados no centro da península, ou seja, relacionado às atividades portuárias. É uma época em que se registra um grande número de invasões em edificações abandonadas e uma diminuição da população posteriormente (GRUPO DE ESTUDIOS URBANOS, 1983, p. 30). A população residual é constituída dos setores mais pobres que ocupam a *Ciudad Vieja* por meio de aluguel ou pensionato, fora as ocupações ilegais de propriedades privadas ou municipais. Os anos setenta representam o auge de degradação, marcados com uma indiferença aos valores do tecido urbano até então existentes (DOPAZO, 2004, p. 57): a legislação nacional vigente neste ápice, a Lei 14.040, que cria a *Comisión del Patrimonio Histórico, Artístico y Cultural de la Nación* (1971, hoje *Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación*, título que acompanha a ampliação do conceito de patrimônio) não abrangia bens de menor hierarquia senão aqueles vinculados ao conceito de nação e ao passado colonial; somado a isso, as declarações de Monumento Histórico Nacional (MHN) emitidas pela CPCN começaram a ser outorgadas apenas em 1975 pela primeira vez (CARMONA, 2012, p. 156) a exemplo da *Facultad de Ingeniería* de Julio Vilamajó, uma das edificações pioneiras do movimento moderno no Uruguai, projetado em 1936 e concluído nos anos quarenta. Por fim, as outorgas de MHN em 1975 começam a ser indeferidas pelos

proprietários desses imóveis, o que impulsionou a especulação imobiliária nas áreas centrais. Isso permitiu o desaparecimento de grandes exemplos do patrimônio arquitetônico que compunham a paisagem urbana. Os resultados dessa interrupção com o passado estão registrados em livros que catalogam as tramas perdidas e conscientizam a necessidade de preservar⁵. Ao mesmo tempo, reconhece-se que a cidade é um organismo vivo, passível de adaptações e mudanças para responder às demandas do cotidiano: o desafio é encontrar o equilíbrio entre as duas necessidades.

Da mesma maneira, as mudanças materializadas podem ser a expressão de uma decisão muito bem-sucedida e as substituições em termos de edifícios podem enriquecer a urbe em suas qualidades espaciais, programáticas e estéticas. Este fenômeno exige, igualmente, seu reconhecimento e identificação; também demanda um exercício de memória para avaliar as transformações e entender a necessidade urgente de "bem reformar-se" a que Rodó aludiu (ASHFIELD, 2017, p. 5).

Embora a preservação patrimonial seja também um desafio de equilíbrio entre o novo e o antigo para as grandes cidades, a capital uruguaia e, especialmente seu centro histórico, coleciona uma heterogeneidade de tipos e estilos de edifícios, apesar de abranger pouquíssimos exemplares anteriores ao século XIX. Ainda é possível identificar uma variedade de manifestações distintas de cada período desde coloniais até modernas.⁶

É oportuno voltar no tempo e exemplificar esse momento de indiferença ao patrimônio com o caso curioso do projeto "futurista" de 1957, inspirado pelo recém concebido Plano Diretor (1956). Um grupo identificado como "Asociación Pro Ciudad Vieja" constituído por comerciantes, moradores e proprietários da *Ciudad Vieja* divulga através da imprensa local um Plano de Reconstrução do Centro Histórico através de descrições e perspectivas do projeto. A iniciativa partiu de Walter Cabuto Etcheagaray, projetista sem título profissional de arquiteto; e as perspectivas produzidas por Guillermo Bazzoni (CARMONA; GÓMEZ, 1999, p. 101). A proposta abrangia reconstruir toda a área compreendida do Centro Histórico, a península entre as *Ramblas* portuárias e a Rua Ciudadela. Motivada pelo movimento moderno e de caráter higienista, a ação incidia em destruir boa parte das pré-existências, salvo os bens com algum valor de monumento histórico (vinculado ao passado colonial ou de nação) e construir uma parcela da cidade-jardim da Carta de Atenas: blocos laminares isolados na quadra, com térreo elevado e público; terraços-jardim e zoneamento funcional.

Carmona e Gómez (1999, p. 101) criticam a proposta como uma solução resolvida em si mesma, sem diálogo com a cidade pré-existente. Aplica uma solução de Plano Regulador apenas nesta fração da

⁵ Como "Arquitecturas Ausentes de Montevideo", de 2007 e "Ciudad Vieja. Lo perdido, lo conservado y lo transformado" de 2019, ambos publicados pelo Centro de Fotografía (CdF).

⁶ O volume 10 da Revista ELARQA, do ano de 1994, exemplifica essa heterogeneidade com o título "Montevideo/Ciudad Vieja: Suma de épocas".

cidade, setorizando-a em “Comercial-Residencial-Bancária” entre os “bulevares” das ruas Ciudadela, Cerrito, Zabala e Reconquista. Com perspectivas muito semelhantes ao do *Plan Voisin* de Le Corbusier, a proposta abrangia blocos laminares interligados por passarelas peatonais sobre a *Calle Sarandí* em formas “T”, “L” ou “I” com 48 metros de altura.⁷ O conjunto de obras levaria a população de 15 mil habitantes nesse momento para 100 mil com o Plano. Felizmente o projeto foi recusado em razão do descumprimento da “*Ley de Construcciones*” [1885], por ausência de assinatura de profissional habilitado no projeto. À “maneira ciamista o plano despreza o valor histórico e a identidade do espaço urbano, como cenário dos grupos humanos que o habitam”, afirma Carmona [CARMONA, 1993, p. 104].

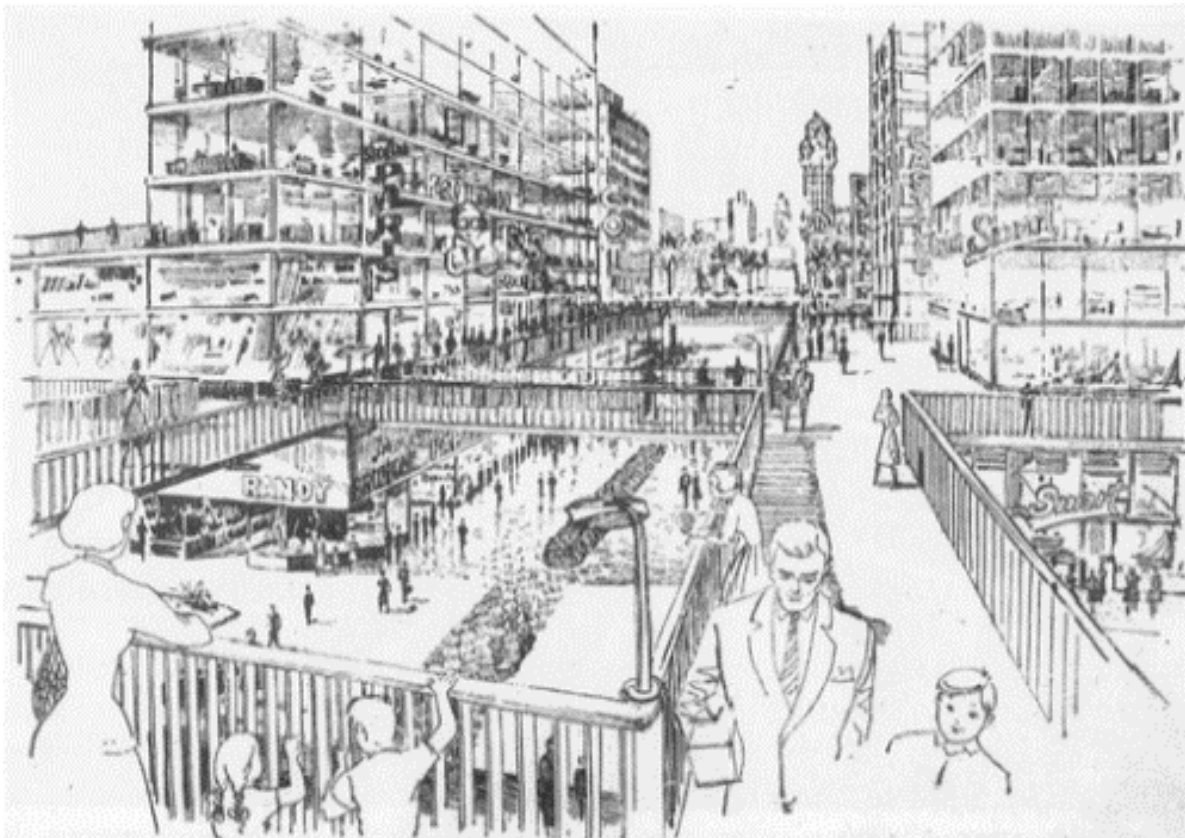


Figura 3 - Plano Piloto da Asociación Pro Ciudad Vieja. Perspectiva da Rua Sarandí da Bartolomé Mitre ao leste. [CARMONA, 1993, p. 131]

⁷ É interessante que outro plano semelhante ao *Plano Voisin* fora apresentado para a cidade de Punta del Este pioneiramente em 1935, pelo arquiteto Carlos Gómez Gavazzo, quando este retornou do estágio com Le Corbusier: “*Gómez Gavazzo considera necesario que Punta del Este quede ‘desahogada de las construcciones antiestéticas que hoy la invaden’; y sustituye la imagen del balneario pintoresco y tradicional, con la imposición de un balneario racional y moderno, donde las actividades y funciones aparecen claramente zonificadas y las vías de circulación diferenciadas permiten un tránsito eficiente y ordenado*”. [ARTICARDI, 2013, p. 24] Os planos de “terra arrasada” rondam os uruguaios há muito tempo.

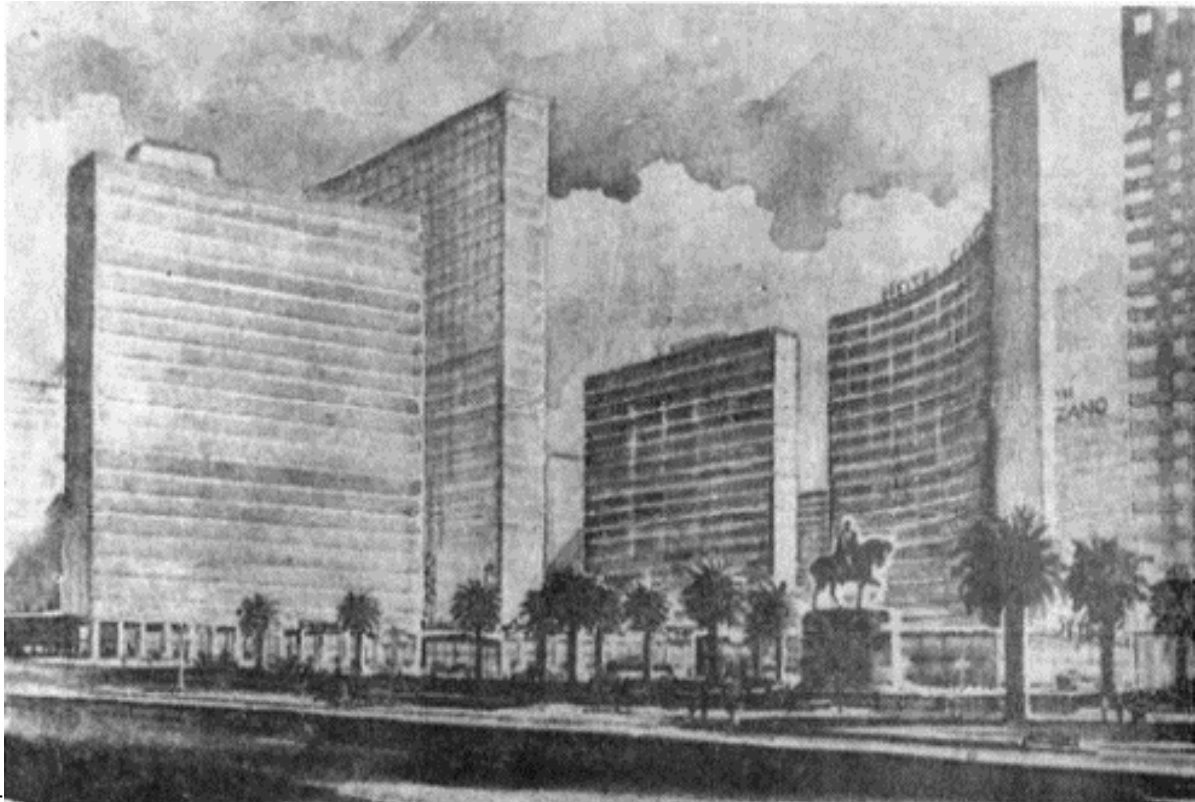


Figura 4 - Plano Piloto da Asociación Pro Ciudad Vieja. Urbanização da Praça Independência. [CARMONA, 1993, p. 131]

A situação alarmante da falta de tutela da paisagem urbana do Centro Histórico de Montevideu mobilizou os arquitetos e ganhou notoriedade com interesse público pela preservação patrimonial. Vale destacar alguns movimentos para consciência da sua conservação, como a produção do vídeo *“Una ciudad sin memoria”* pelo Grupo de Estudios Urbanos (GEU) da UdelaR, liderado pelo arquiteto e professor Mariano Arana, em 1980 [SCHELOTTO, 2007, p. 382], um dos expoentes do trabalho da preservação em Montevideu. Em 1982 a esfera pública reage com a revisão do Plano Diretor de Montevideu para definir “regras urbanísticas próprias para cada área da cidade”. O objetivo dessas regras era criar metodologias para identificação de padrões urbanísticos na cidade e, a partir delas, planos de ação para cada caso. A partir dessa revisão foi possível ampliar o conceito de patrimônio aos valores paisagísticos, urbanos e meio-ambientais e ordenar a criação de um inventário básico de patrimônio com tais valores [CARMONA; GÓMEZ, 1999, p. 109].

Daquela revisão foi coerente criar em julho de 1982 a *“Comisión Especial Permanente de la Ciudad Vieja”* ou CEPCV, através do Decreto nº 20.843, que tem por objetivo coordenar todas as intervenções efetuadas no centro histórico delimitado em ata.⁸ A CEPCV, aliada à *Sociedad de Arquitectos del Uruguay* [SAU], entregou à Intendência de Montevideu (IM) o primeiro inventário e sua respectiva legislação de proteção em 1983. Essa legislação possui outra característica que, dentro da prática de

⁸ Decreto nº 20.843: “Artículo 2º: Se define como ‘Ciudad Vieja’ el área delimitada por: Río de la Plata, la Bahía de Montevideo, las calles Florida al Norte de la Plaza Independencia y Juncal al Sur de la misma, con excepción de los predios frentistas a dicha Plaza.”

preservação brasileira, chama atenção: Os edifícios são catalogados em inventário com seus respectivos Graus de Proteção Patrimonial ou “GPP”. Esse grau hierarquiza os bens e afeta diretamente no nível das intervenções permitidas no edifício inventariado [CARMONA, 2012, p. 157; DOPAZO, 2004, p. 58; PIÑEYRO, 2001, n.p. ; SCHELOTTO, 2007, p. 384]. No mesmo ano, o Arquiteto Mariano Arana, juntamente com o *Grupo de Estudios Urbanos* realiza uma pesquisa sobre a reabilitação de antigas casas na *Ciudad Vieja* para população local de baixa-renda⁹.



Figura 5 - Capa do livro escrito a partir do documentário homônimo. Fonte: [ARANA, 2012, p. 15]

A descrição de cada escala de proteção [o GPP] foi extraída do volume dois do *Plan Especial de Ordenación, Protección y Mejora Ciudad Vieja* e seus princípios aplicam a todos os demais Planos Especiais de outras áreas de regime patrimonial existentes no departamento de Montevideu, como ilustra Figura 6 [INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2019, Artículo D.223.236.1]. Por definição, o *Grado de Protección Patrimonial* é estipulado pela importância testemunhal do edifício por definições morfológicas e/ou tipológicas, elementos significativos, por sua integração com o entorno urbano, pelo seu poder de referencial urbano ou pelo seu significado histórico ou cultural. Os graus de proteção são amparados por uma ficha de inventário [vide anexos] que, no caso da *Comisión Especial Permanente Ciudad Vieja*, se trata de um extenso documento que cede uma breve descrição histórica

⁹ Relembrando: intitulada originalmente como “*Propuesta de rehabilitación de antiguas viviendas en la Ciudad Vieja de Montevideo, destinada a la población de bajos recursos allí fincada*” [1983]. Trata-se de uma pesquisa de grande volume que elege - como um estudo de caso - um processo de adaptação de uma casa “estándar” para atender um grupo de famílias de baixa renda. Acredita-se que tal estudo tenha viabilizado o Projeto Piloto de Reciclagem [PPR] em 1990 da *Intendencia de Montevideo*.

e atual do edifício, revelando os autores [concepção e intervenção], usos original e atual, suas relações urbanas, inclusive seus elementos imateriais de valor patrimonial. Interpreta-se que o objetivo dessa ficha não se limita à uma catalogação, mas a uma ferramenta que auxilia o projetista intervir a reconhecer os valores desta edificação e agir a partir delas, pressupondo que nem sempre haverá profissionais com maestria para tal reconhecimento. A ficha e a gradação patrimonial não são vistas como um limitador, mas como um potencializador de oportunidades coerentes com o patrimônio classificado.

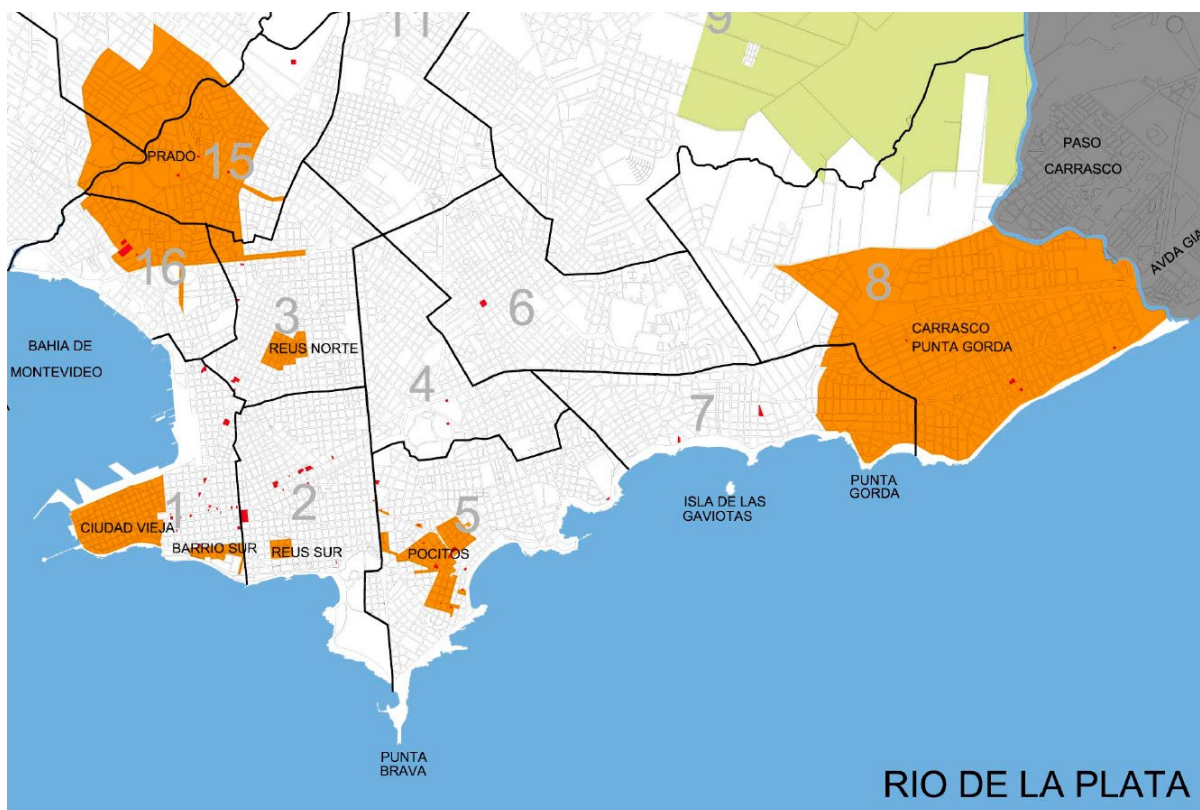


Figura 6 - As manchas em laranja no mapa acima delimitam a área de atuação patrimonial das Comissões Especiais Permanentes em Montevideo. Os números delimitados pela linha preta são as divisões do departamento por zonas estabelecidas pelo Decreto nº 26.017. Em 2021, a lista de CEPs foi atualizada, abrangendo outras áreas patrimoniais. Fonte: Memória de Ordenación do Plan Montevideo, pg. 75.

O Grau Zero é a menor atribuição à preservação e recomenda a destruição do edifício. Considera que o bem com este grau possua valores arquitetônicos negativos que podem ser uma construção inadequada, uma arquitetura sem valores formais ou uma inserção urbana fora de contexto. Qualquer obra com este grau poderá ser substituída por uma nova ou na inexistência disso, seu reparo ou manutenção¹⁰ estimulada com intervenções de reabilitação que considere uma melhora

¹⁰ **“Conservación o Mantenimiento:** Conjunto de medidas destinadas a salvaguardar y prevenir la degradación de un edificio, incluyendo la realización de las obras de mantenimiento necesarias para el correcto funcionamiento de todas las partes y elementos del mismo.

substancial nos itens que determinam sua qualificação. A compreensão é de que o edifício não é conveniente do ponto de vista arquitetônico, econômico e ambiental.

O Grau Um ainda não reconhece características específicas a serem conservadas no edifício e ainda admite a substituição (destruição) ou uma significativa reformulação que inclua melhoras em sua relação com o entorno. A diferença deste grau com o anterior, é que o valor econômico do edifício (quanto ao uso de solo ou massa edificada) não o faz consistente para a classificação de Grau Zero, mesmo que o valor arquitetônico seja nulo ou negativo. É mais proveitoso, economicamente falando, reverter a sua estrutura para um novo uso e melhoras ambientais.

O Grau Dois atribui valor através dos seus Elementos Significativos e pode ser modificado melhorando sua relação ambiental – a prioridade é sua relação com o ambiente. Os Elementos Significativos estarão destacados na sua Ficha de Inventário Patrimonial como itens a serem protegidos, mas não significa que o edifício deva ser protegido em sua totalidade. As obras de intervenção devem ser congruentes com os valores catalogados, especialmente ao que se refere à fachada – nestas é permitido a eliminação de adições que desvirtuem o caráter original e admite a incorporação de nova construção com interesse arquitetônico que contribua a preservar e enriquecer as características definidoras do ambiente urbano. No entanto, sob análise técnica municipal, admite-se a substituição total, seletiva ou ampliação sempre que exista algum programa de renovação urbana conjunta nos entornos visuais.

O Grau de Proteção Três é o nível intermediário de proteção. Ele preserva os elementos de definição das estruturas formais e espaciais da arquitetura, assim como os Elementos Significativos. Aparentemente são obras de Grau de Proteção Quatro que teriam sofrido, desde a elaboração do Inventário em 1983, modificações severas na forma ou tipologia e que se distanciaram da concepção original. Aqui existe um grau de controle superior para alteração nas obras arquitetônicas propostas, que se determinará em que medida estão em consonância com os valores de proteção patrimonial. Além de intervenções de Restauro e Conservação, é possível recorrer à demolição de elementos que não gozem de proteção específica no Inventário Patrimonial, desde que sejam de porte menor ou estejam em um grau de degradação avançado. Obras de reabilitação, reestruturação parcial, ampliação, adequações técnicas de segurança, funcionamento e acondicionamento contemporâneas estarão sujeitas à avaliação técnica municipal.

O último grau e o mais alto, o Grau Quatro, admite que a arquitetura outorgada possui valor excepcional e que deve ser conservada integralmente. Em intervenções, a prioridade é que as incorporações sejam discretas. Possui caráter singular ou monumental por razões históricas ou

Reparación o Consolidación: Trabajos ejecutados en un edificio para asegurar su perennidad sin modificar su aspecto.
(INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2015, Artículo D.223.236.1)

artísticas, preservando em todos os casos suas características arquitetônicas originais, especificidades construtivas, suas formas e elementos decorativos, a ocupação de espaço e todas as características que o tornam singular. Assim como as obras de Grau Três, as obras de intervenção estarão sob um rigor superior de avaliação. Admite-se a Restauração, Manutenção e Reparações dos seus elementos estruturais. Estimula-se a eliminação de adições que tenham desvirtuado a ideia arquitetônica original e a reconstrução da composição original quando for de benefício cultural do edifício. Além disso, pequenas modificações da distribuição do espaço interior serão admitidas, desde que não desqualifiquem os valores protegidos nem os elementos construtivos a se preservar. Sob avaliação técnica, admitem-se as melhorias visando atender requisitos contemporâneos de funcionamento do prédio – acondicionamentos, segurança.



Figura 7 - Imóvel no encontro das ruas Cerrito e Guaraní. Ano: 1983. Fonte: *Inventario del patrimonio arquitectónico y urbanístico de la Ciudad Vieja*.

Essa forma de manejar o patrimônio iniciou um marco na preservação patrimonial de Montevideu, ainda que o episódio da Ditadura Militar tenha interrompido temporariamente as atividades da CEPCV. Porém, o fim da Ditadura Militar [1973-1985] e o início do processo da redemocratização retomam as atividades da conservação patrimonial com mais ênfase, com uma revalorização da identidade cultural e histórica que as áreas centrais carregam, uma vez que a síntese da cidade e do seu progresso intelectual, econômico e social se deram nessas instâncias. A fim de mobilizar uma revitalização urbana na área, a Intendência de Montevideu e o *Banco Hipotecario del Uruguay* facilitam linhas de crédito e legislação competente para viabilizar as primeiras *reciclajes* no patrimônio da *Ciudad Vieja*. Segundo o Plano de Ação Nacional elaborado para o Habitat II, a

Conferência da ONU para Assentamentos Humanos em 1996 em Istambul, no item 62 [1996, p. 26] uma das ações visa:

Otimizar o uso dos recursos disponíveis nas edificações, infraestrutura e serviços, pois em outras épocas, nosso país realizou grandes investimentos nessas áreas e, por falta de manutenção ou processos urbanos mal dirigidos, se encontram subutilizados e/ou em processo de degradação. Tender a um aproveitamento integral desses recursos, porque a recuperação e o uso dos recursos existentes são avaliados como socialmente mais lucrativos do que a substituição por novos.
(Tradução e grifo da autora)

A tentativa de reurbanização e valorização da *Ciudad Vieja* fora executado pela Intendência de Montevideú através Programa Piloto de Reciclagem ou "PPR" [1990]. Seu marco inaugural propõe que as *Cooperativas de Ayuda Mútua* atuassem nas pré-existências do casco histórico para aumentar sua densidade e capacidade locativa e destiná-las à Habitação de Interesse Social [DOPAZO, 2013, p. 18]. O Plano foi conveniente para os Programas de Reabilitação Urbana do centro histórico e para atender à questão latente da falta de moradia, oportunidade às Cooperativas de Ajuda Mútua de inaugurar esse cenário. O acesso à moradia por meio de Cooperativas¹¹ foi um dos meios mais utilizados para construção de habitação coletiva através da "*Ley Nacional de Vivienda nº 13.728*" de 1968 [DOPAZO, 2004, p. 57]. Portanto, a moradia foi o uso mais enxertado nessas velhas estruturas, inicialmente. Segundo Dopazo [2013, p. 18], através do Projeto Piloto era esperado:

- a) *Reciclar edificios antiguos e ter mais familias vivendo em áreas bem servidas, usando a infraestrutura existente e, assim, revitalizando a zona;*
- b) *Deter o processo de expulsão da população de baixa renda para as zonas periféricas da cidade;*
- c) *Obter boas soluções habitacionais, dignas e de baixo custo que demonstrem viabilidade econômico-financeira deste tipo de projeto;*
- d) *Experimentar sistemas construtivos de ajuda mútua para reciclagem de habitações antigas;*
- e) *Promover linhas de financiamento de habitação em programas de reabilitação a nível nacional.*

A pesquisa, já citada, desenvolvida entre os anos 1998 e 2000 por María Del Huerto Delgado Dopazo sobre as *reciclajes* efetuadas pelas Cooperativas de Ajuda Mútua na década de 1990, resultou em uma publicação na Revista *Vivienda Popular* [2001], mesmo ano em que a dita pesquisa recebe o reconhecimento máximo e internacional através do concurso "*Hábitat Popular en los Centros Antiguos de las Ciudades Iberoamericanas*" realizado no México. Os objetos da pesquisa são cinco

¹¹ Um expoente das Cooperativas Habitacionais é o *Complejo Bulevar Artigas*, construído na década de 1970, declarado Monumento Histórico Nacional [MNH] e *Bien de Interés Departamental* [BID] com grau de proteção nível 3.

cooperativas de habitação em Montevideu e o seu desempenho ao administrar e coordenar a *reciclaje* de edifícios antigos na Ciudad Vieja, Córdon, Palermo, Goes e Barrio Sur. Segundo a autora, o Projeto Piloto atendeu ao objetivo principal do programa de “realizar experiências de reciclagem de edifícios nas áreas centrais da cidade por meio da ajuda mútua e autogestão” e de assegurar a permanência dessa população nas áreas centrais da cidade de Montevideu. Alcançou-se também a viabilidade técnica pois o Uruguai possui uma tradição de mão-de-obra que, aliada à qualidade construtiva das antigas casas tipo pátio ou *estándar*, permitiu-se efetivamente a readaptação dessas estruturas. Também se tornou possível o acesso à qualidade de vida através da moradia, uma vez que as características das antigas habitações se situavam no espectro da marginalização ou ocupação ilegal. Os custos para a execução dessas reciclagens se assemelharam ao custo de uma construção nova, por ajuda mútua, em áreas periféricas da cidade – tornando viável do ponto de vista econômico-financeiro.



Figura 8 - Cooperativa Habitacional Ana Monterroso. Autor: Jerónimo Días. Fonte: <http://www.razonesypersonas.com/2018/06/>.

Desde 1990, a *Junta Española de Andalucía*, através da sua *Consejería de Vivienda y Ordenación del Territorio*, colabora com a Intendência de Montevideu nas ações de melhoria das políticas públicas, em especial, na recuperação do patrimônio edificado (DOPAZO, 2013, p. 16; INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2010a, p. 6).¹² O projeto e execução da Cooperativa Ana Monterroso, uma das cooperativas analisadas pela pesquisa do Projeto Piloto, recebeu apoio técnico e contribuição de

¹² Segundo Salvador Schelotto (2007), em seu artigo “Breves trazos sobre el financiamiento del centro histórico de Montevideo”, a cidade recebeu incentivos semelhantes de outras instituições e países europeus ao decorrer dos anos. Entre elas, algumas cidades da Espanha (regiões de Andalucía e Barcelona) e cooperações técnicas com Itália e França. Algumas dessas cooperações permanecem até hoje.

metade do custo da obra de reciclagem através da parceria [JUNTA DE ANDALUCIA, [s. d.], online]. A Junta também cooperou na realização e emissão dos Guias de Arquitetura de Montevideú, bibliografia relacionada às Cooperativas de Ajuda Mútua e as oficinas de Reabilitação Urbana, que funcionam desde 1996 prestando subsídios e assessoria técnica para “refazimento de casas que apresentem problemas de manutenção e deterioração em consequência da idade dos edifícios e limitações dos seus proprietários” [INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2020, online].

Entre os processos de redemocratização, o arquiteto Mariano Arana torna-se presidente da CPCN entre 1985 e 1989, inaugurando no inventário de MHN a presença de obras modernas e/ou contemporâneas – como a *Rambla* de Montevideú. Seu pioneirismo na proteção do patrimônio moderno ocorreu com relutância [CARÁMBULA, 2007, p. 140]. Foi eleito senador em 1990 e prefeito da cidade de Montevideú em 1995, o que assegurou que os estudos de preservação do patrimônio fossem aperfeiçoados e ampliados para além dos seus dois mandatos como prefeito [SCHELOTTO, 2007, p. 382] – algo que nos compele a refletir que o conhecimento sobre a cidade torna a administração pública eficaz na sua gestão, não apenas do patrimônio, mas de muitos outros âmbitos. Arana foi influente no meio acadêmico por meio de suas pesquisas e campanhas a favor da manutenção do patrimônio arquitetônico. Dentre suas várias atribuições na *Facultad de Arquitectura* da UdelaR, foi diretor do *Instituto de Historia de la Arquitectura* e seus conceitos foram expostos por meio de textos, ensaios e conferências. Sua atuação mais recente no meio político foi como Ministro da Habitação em 2005 e vereador em 2015.

Se nem tudo o que é velho é adequado, tampouco nem tudo o que é novo é desejável. A preservação, para ser plenamente válida, deve ser, mais do que a manutenção ou reconstrução, uma proposta dinâmica e potencializadora. Mais que regressão nostálgica ou reconstrução, a preservação deve constituir-se essencialmente como um ato de afirmação criadora, de descobrimento, originando o valor e a reabilitação vital. [ARANA, 2001, online]

Parece-nos seguro compreender como a proteção e a conservação patrimonial atuam em Montevideú através das palavras Mariano Arana. Sua presença no tema como professor, escritor e político desde a década de 1980 se reflete na atividade da matéria sobre a cidade e nos sugere uma interpretação menos “ortodoxa” dos princípios brandianos. Os materiais revisados propõem que o patrimônio coexista com a preservação e a modernização, como uma habitual e interessada contraposição [GRUPO DE ESTUDIOS URBANOS, 1983, p. 49]. Para ele, apesar das perdas, a *Ciudad Vieja* é um dinâmico processo urbano que assume a dimensão da continuidade e a dimensão da mudança, a de permanência e a de projeto [BONILLA, 2001, p. 158].

Segundo Arana [Apud. TEATRO SOLÍS, [s. d.] online],

O patrimônio não é uma mera capa arqueológica pertencente a um passado mais ou menos remoto, cujos vestígios se pretende conservar para a curiosidade e a contemplação das gerações presentes. Pelo contrário, o patrimônio é uma ativa e inquietante presença, com evidentes signos da contemporaneidade, que nos interpela desde o hoje com a sabedoria acumulada de história.

Em outras oportunidades¹³, Arana sempre se demonstrou seguro de que o diálogo e a negociação entre os interesses culturais, público e privado podem garantir a permanência de um bem de interesse cultural e conservar o aspecto da cidade. A dicotomia entre o antigo e o novo é um dos meios eficazes para atender às necessidades da urbe e retardar mudanças “traumáticas” na imagem da cidade. Antes de mais nada, assumir que a instância econômica também (ou mais explicitamente, a especulação imobiliária) é uma das condições inevitáveis no enfrentamento da preservação de bens imóveis em centros históricos – locais que normalmente são espaços da cidade bem consolidados e conseqüentemente, mais valorizados financeiramente – é assumir com mais realidade as condições existentes relativas à proteção patrimonial. No entanto, Arana afirma estar “convencido de que deve evoluir de uma posição exclusivamente cultural para uma que incorpore critérios de rentabilidade econômica e sustentabilidade social” [ARANA, 2012, p. 19].

Atualmente, em um curto percurso na *Ciudad Vieja* ou em bairros como Pocitos, Palermo ou Cordón é possível identificar externamente muitas pré-existências recicladas recentemente e outras a caminho: é muito comum que essas intervenções, além de adaptarem o interior dos edifícios, extrapolem as características da sua intervenção para o exterior. Isso acontece com adições de volume ao prédio existente, que variam conforme as características do terreno e o volume do edifício – as casas do tipo *patio* ou *estándar* ganham o acréscimo de volume no seu terraço criando áticos ou mansardas. Ou no caso menos comum, havendo área livre entre o edifício pré-existente e o muro limítrofe, acrescenta-se mais área construída ao projeto. Uma justificativa plausível para a alta recorrência de acréscimos de área estaria vinculada às condições da reciclagem e dos benefícios fiscais (exoneração do Imposto de Valor Agregado – IVA) que a acompanham: é necessária a criação de, no mínimo, duas unidades de habitação ou comércio com 32m² cada. [INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2003a, Vol. XV, Livro XV, Parte L, Título XI, Cap. I, Art. 4494, online]. Reconhece-se também que outros usos além do doméstico e cultural – comercial, gastronômico, público – foram motivo de muitas reciclagens não apenas de casas *pátio*, mas também de casarões e espaços industriais.

¹³ LÓPEZ, Carlos Cirpiani. *Las fallas de memoria montevideana*. [s. l.], 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140608101239/http://www.elpais.com.uy/informacion/fallas-memoria-montevideana-mariano-arana.html>. Acesso em: 4 out. 2020.

1.1 Precedentes da *reciclaje* uruguaia do final de século

Devemos ter em mente que estes casos exitosos de reciclagem não são isolados e inéditos aos uruguaiois [ARANA, 2012, p. 17]. O primeiro “ensaio” de *reciclaje* encontrado até o momento ocorreu em 1936 em uma filial da loja Corralejo, construída em 1912 na Rua Sarandí, na *Plaza Constitución*, pelo engenheiro Adolfo Shaw. Trata-se de uma edificação entre medianeiras que integra um conjunto de edifícios notáveis na paisagem da Praça – o antigo Grand Hotel Lanata e a sede do Club Uruguay. Em função da crise econômica que assolou o Uruguai nos anos trinta, a rede de lojas encerrou suas atividades e em 1936 o *Banco Hipotecário do Uruguay*²⁴ assume o edifício como sede da corporação. Ao invés de uma demolição, submete o prédio existente a uma reciclagem: transformar uma loja de departamentos em um banco. Apesar do arquiteto interventor Juan J. Aubriot ter realizado um bom aproveitamento dos espaços interiores, a fachada passou por modificações significativas, a ponto de não se reconhecer alguma característica do aspecto original, a não ser pela composição tripartida das aberturas envidraçadas – que não restou relações com a forma original. Atualmente é ocupado pelo o *Banco de Previsión Social*, órgão público da cidade, que tornou a fachada modificada mais uma vez, mas apenas em sua materialidade [CICOP URUGUAY, 2017, p. 81]. Segundo Arana, foi uma “*reciclaje radical*” [ARANA; GARABELLI; LIVNI, 2016, p. 123].



Figura 9 - A loja Corralejo original é o terceiro edifício da primeira foto [da esquerda para direita]. Mudanças na fachada da loja Corralejo em 1916, 1941 e fachada atual. Montagem da autora. Fonte: CdF, CICOP e El País.

Outro prédio a ser lembrado foi o Hotel Nacional, construído em 1890 por incentivo de Emilio Réus, investidor espanhol que viveu em Montevideu e marcou a história e a arquitetura da capital uruguaia, estendendo a cidade com bairros para imigrantes e trabalhadores. Foi projetado pelo engenheiro arquiteto Juan Tosi em 1888. A planta ocupa uma quadra da *Ciudad Vieja* e se distribui em um subsolo e quatro pavimentos. Com alta categoria, o hotel possuía trezentos e cinquenta quartos e quatro salões. Durante um tempo, o hotel serviu de hospedagem para imigrantes que chegavam em massa na cidade [UDELAR-FHCE, [s. d.], online] mas com a crise de 1890, o hotel não chegou a funcionar plenamente. Em 1895, a *Universidad de la Republica* (UdelaR) adquire o hotel e o transforma em uma das sedes da instituição. Nos anos seguintes, o prédio abrigou as faculdades de Matemática,

²⁴ Uma compilação de entrevistas coordenada por Mariano Arana, registra o relato de Juan J. Aubriot da conversão do centro comercial em um edifício corporativo: “*Entrevistas – Edición Especial – Libro 01*”, publicado pela *Facultad de Arquitectura – Udelar* em 2016.

Engenharia, Arquitetura e seu último uso, na década de setenta como sede da Faculdade de Humanidades e Ciências. Durante o século XX efetuaram-se diversas reformas, até ser fechado em 1976 e desocupado, em função do grande deterioro do edifício e assim permanece, desde então.¹⁵



Figura 10 - Antiga Faculdade de Medicina. Montagem da autora. Sem Data. Fonte: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación.

Segundo FOLCO (1996, p. 14), a *Universidad de la Republica* (Udelar) contribuiu para o amadurecimento da arquitetura no Uruguai, construindo um acervo de espaços para o ensino. Entre 1930 e 1948, a instituição consegue completar a sua base de infraestrutura para o ensino universitário em todo o país, com a notória influência das correntes formais e estéticas do Movimento Moderno. Como exemplo, foram construídos edifícios para o Centro Médico – Hospital de Clínicas, Instituto de Higiene e a Faculdade de Odontologia – além das faculdades de Química, Engenharia e Arquitetura. Esses edifícios rompem com a paisagem urbana tida até o momento. Seus contextos urbanos tradicionais – a quadra como unidade espacial básica, alinhamentos, alturas e continuidades da massa edificada – o tornam edifícios monumentais na escala urbana da cidade (FOLCO, 1996, p. 15).



Figura 11 - Hospital de Clínicas. Fonte: Udelar.

¹⁵ No capítulo “Volviendo Viejo”, ainda que permaneça em desuso, relata-se uma nova oportunidade de reciclagem do edifício recentemente.

No entanto, em 1960, o país está submetido à uma crise econômica que reduz sensivelmente a capacidade de execução de novos edifícios universitários. Com a restrição financeira na infraestrutura da Universidade, o investimento acontece de três maneiras: 1) Dando prioridade ao bem estar dos estudantes e à pesquisa científica – como as Casas Estudantis, os Refeitórios Universitários e os Institutos de Pesquisa –, que estão em imóveis de pequeno e médio porte que demandam de menor investimento; 2) Adquirindo um grande número de edifícios construídos para outros fins, com o intuito de atender à acessibilidade e à distâncias dos serviços da Universidade, diluindo os serviços da Universidade em múltiplos edifícios na cidade; e 3) *Atuando em edifícios históricos através da reciclagem* – aumentando sua capacidade locativa com a criação de mezaninos e volumes externos. Atitude que atende a necessidade de renovação urbana de áreas da cidade no fim do século XX, início do XXI (FOLCO, 1996, p. 17).

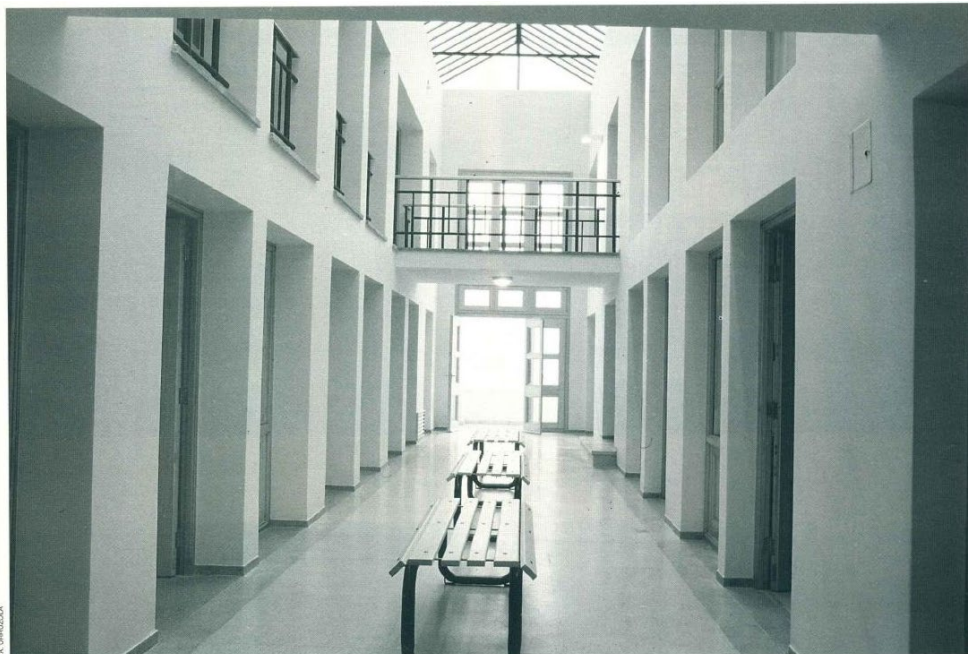


Figura 12 - Casa "Estandár" convertida no Instituto de Psicologia da UdelaR. Fonte: Elarqa 17, pg. 40. Autoria: J. A. Urruzola.

Um último precedente seria a sede da Escola Naval de Montevideu, no bairro Carrasco. O volume 42 da revista *"Arquitectura"* (1921, p. 45) lança o edital de um concurso público organizado pela *Asistencia Pública Nacional* para a construção do Hospital Marítimo Gallinal-Heber. O título do hospital carrega o nome do concessor do sítio de construção – Alejandro Gallinal, filantropo de muitas benfeitorias à cidade de Montevideu. O programa do hospital seria voltado a internação de crianças com tuberculose ou para doenças com tratamento profilático em regiões de alta amplitude, frios ou arejados em contato com a natureza. O arquiteto ganhador foi Juan Giuria, anunciado em setembro de 1921 pelo volume 47 da mesma revista. As construções iniciaram, mas o arq. Carlos A. Surraco, na época arquiteto do *Ministerio de Salud Pública de Montevideo*, esteve presente na decisão de interromper as obras do Hospital Marítimo. Segundo entrevista dada à revista *Arquitectura* número 259 (1989, p. 12), o arquiteto afirma que a construção foi interrompida por se notar que as condições

climáticas para o tratamento profilático não eram adequadas¹⁶. Fundações e parte da alvenaria dos pavilhões foram reaproveitadas para construir o Hotel Cassino Miramar, projeto do arquiteto Juan Scasso que na ocasião atuava através da Intendência de Montevideu. Em 1956 o hotel encerrou suas atividades e passou para a órbita da secretaria de saúde e tornou-se uma escola para enfermeiras. O uso atual é como Escola Naval de Montevideu (FARQ, 2020).



Figura 13 - Vista aérea da Escola Naval de Montevideu. Ano: 2017. Fonte: Marcelo Campi – Flickr

Partindo para a esfera internacional, acredita-se que fazer uso de alguns precedentes relacionados pelo próprio arquiteto Mariano Arana [ARANA, 2012, p. 17] representaria o “background” de antecedentes notados pelos uruguaios. Como precedente das ações renovadoras com ampliações e modificações, seria pertinente destacar o trabalho de Erich Mendelsohn¹⁷ sobre um edifício construído no começo do século XX para o editorial da Rudolf Mosse em Berlim. Depois de ter a fachada em arenito danificada por conflitos armados logo após a I Guerra Mundial, Erich foi contratado para renovar a fachada e acrescentar mais dois andares ao prédio. O resultado foi um acréscimo de andares em aço e vidro e uma composição arrojada de *art déco* com o edifício pré-existente de tom clássico.

¹⁶ “Aqui um Hospital Marítimo? Eu tenho visto hospitais marítimos em outras partes do mundo, nas costas da França, por exemplo. Ali põem os enfermos em macas ao sol durante todo o dia, em todos os dias do ano. É fundamental que não haja vento. É uma cura por ar livre, com ar iodado; precisa de proximidade com oceano e que não haja vento. Eu tenho visto curar assim os enfermos de tuberculose ganglionar e óssea, tendo-os ao sol o ano todo a beira mar. Mas aqui, em Carrasco, vocês não podem ter enfermos ao sol nem dez dias por mês, porque é um vendaval bárbaro, tem uma umidade tremenda e não existe iodo. Aqui me ponho ao sol uma semana e não me queimo; no Chuy me ponho um dia e me queimo”. “Sabe que tens razão!”, contestaram. E resolveram doar ou vender tudo o que estava construído ali do Hospital Marítimo. Foi assim que o venderam para o Município e deste se fez o Hotel Miramar.” Tradução da autora [ARANA; GARABELLI; LIVNI, 1989, p. 12].

¹⁷ Segundo Ashfield [2008, p. 258] Erich Mendelsohn foi um arquiteto alemão cujos projetos influenciaram significativamente a academia de arquitetura uruguaia na década de 1930. Os resultados podem ser conferidos pelas residências expressionistas no bairro Pocitos e um dos ícones modernos - o Palácio Lapido de Juan A. Aubriot, projeto de 1929, sob a Avenida 18 de Julio. Le Corbusier, em sua visita a Montevideu em 1929, afirma os alemães fazerem “uma propaganda imensa” em carta escrita para sua mãe [NULDEMAN, 2014, p. 34].

Através de concurso público em 1913 e um processo de maturação projetual com mais de 20 anos, Erik Gunnar Asplund consolida o projeto do prédio anexo à corte de Gotemburgo em 1936, que atualmente sedia a Prefeitura da respectiva cidade. O novo volume mantém o ritmo de janelas e volumetria pré-existente, mas incorpora linguagem moderna em sua estética. Além da simbiose equilibrada entre o novo e antigo, o prédio anexo passou a ser objeto de conservação pelo reconhecimento de que a intervenção não se manteve subjugada ou em segundo plano com o edifício antigo, tampouco subordinada na composição. Gunnar Asplund respeitou o caráter existente, mas adicionou uma distinção moderna. Isso passou a ser um ponto de partida para futuras renovações no edifício mais antigo.

“Trabalhar na restauração de um edifício icônico é sempre um desafio. A prefeitura de Asplund tem sido descrita como uma obra de arte total. O que ocorre quando uma obra de arte, criada para um uso específico se reabilita e adapta a uma nova vida? Os novos padrões e necessidades devem medir-se e confrontar-se com esta inestimável arquitetura e seus valores.” (NÁDELE; LOSMAN, 2015, p. 60)



Figura 14 - Fachada principal da preexistência e prédio anexo da Prefeitura de Gotemburgo. Fonte: Loggia, Arquitectura & Restauración nº28 (p.1, 2015)



Figura 15 - Mosse Haus. Projeto original de Cremer & Wolfenstein. Renovação e ampliação de Erich Mendelsohn em 1923.

1.2 Examinando as discussões atuais entre a preservação vigente e a prática da *reciclaje* no solo uruguaio

“Ter reconduzido o restauro à relação direta com o reconhecimento da obra de arte como tal, torna possível agora dar a sua definição: a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro.” (BRANDI, 2014, p. 30).

O axioma de Cesare Brandi é o ponto de partida importante para o desenvolvimento de uma crítica acerca da prática da *reciclaje* com o fim de legitimá-la ou não. Os princípios da Teoria da Restauração, de onde se extrai tal axioma, estão frequentemente implícitos no juízo da aplicação de uma tradição conservativa e também estão considerados nos últimos desdobramentos advindos de cartas patrimoniais (KÜHL, 2010, p. 295) ou novas correntes de preservação.

Em uma primeira instância, de acordo com o teórico, antes da atitude da restauração, o reconhecimento de um bem como *obra de arte* é fundamental para a atitude da restauração, de modo a concluir que a ação é uma atividade desenvolvida apenas em objetos reconhecidos metodologicamente como tal – e aqui se exclui qualquer subjetividade humana de gostos ou preferências – por duas características principais: a sua artisticidade e a historicidade. Viñas argumenta que o caráter denominado “artístico” para o reconhecimento do título de obra de arte provém de um ponto de vista “alto-cultural” (2004, p. 59), ou seja, de um grupo possuidor de influência na definição da arte como um todo predominante, normalmente vinculado ao academicismo.

Em uma segunda constatação, o direito à conservação de rigor científico foi ampliado a bens de modesta estética e significado histórico não tão universais. Os bens que identificamos como de “menor hierarquia”, dentro da esfera alto-cultural, usufruem agora de um critério mais amplo de reconhecimento para serem tratados como objetos de conservação em função da Carta de Veneza (1964). O alcance aos bens modestos não se consolida por Brandi mas por 23 especialistas, dentre eles Roberto Pane, que reconhecem que o bem a se restaurar “*estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural*” (ICOMOS, 1964, art. 1º). Apresentados ao Congresso de Veneza por Roberto Pane e Piero Gazzola, os enunciados não renunciam às bases do restauro-crítico e são fruto de muitos debates e ideias conflitantes, mas que em sua redação sintetizam ideias baseadas no acordo comum (KÜHL, 2010, p. 294). O seu caráter, assim como das cartas complementares posteriores, é prescritivo e não normativo pois suas indicações devem ser reinterpretadas para a cultura do lugar e serem absorvidas integralmente ou não pela legislação local (KÜHL, 2010, p. 289). E hoje há um reconhecimento de que o espectro da ampliação do patrimônio tem se tornado cada vez maior desde então (KÜHL, 2010, p. 293).

“Pessoalmente, estamos convencidos de que a linha mais correta e mais consoante à defesa do patrimônio cultural – não só italiano nem só europeu –, seja a crítico-brandiana, desde que se tenha presente que a ampliação que ocorreu no conceito de bem cultural fez emergir, na sua nova dimensão quantitativa, a necessidade de uma tutela difusa e de um empenho específico na defesa da documentação histórico-testemunhal como tal...”. Grifo da autora [CARBONARA, 2003, p. 17].

“É necessário recordar que, por “monumento histórico”, não se deve entender obra grandiosa de valor artístico e histórico excepcional (como foi frequente no século XIX), mas, sim, como propõem variados autores na atualidade, qualquer artefato que adquiriu significação cultural com o tempo, – algo mais relacionado ao seu sentido etimológico e às propostas de Riegl.” [KÜHL, 2010, p. 301]

Essa ampliação repercute de tal maneira hoje que se torna tentador questionar se o “reconhecimento metodológico” de Brandi se tornou subjetivo. O valor atribuído à preservação não está mais exclusivamente inerente ao objeto, mas em uma consideração especial ao bem por parte de certos sujeitos que não são necessariamente, nem sequer majoritariamente, restauradores. Ou seja, o que determina a dignidade de conservação é o seu caráter simbólico – o que ele significa ao grupo que outorga o direito à conservação. Logo, é um valor convencional vinculado a sentimentos, crenças ou ideologias, aspectos imateriais da realidade ou histórico-antropológicas [VIÑAS, 2004, p. 40]. Adicionalmente cabe questionar se os procedimentos de conservação também se adequaram à ampliação do patrimônio, ou seja, o rigor da autenticidade, a fuga ao falso histórico, as reconstituições formais e materiais com distinguibilidade, da reversibilidade - critérios de reverência à obra de arte. Os bens modestos da Carta de Veneza suportam o *tratamento integral* de um objeto com o *título* de obra de arte? A arquitetura elegida à preservação sempre será obra de arte?

“A arquitetura é arte quando o é, ou seja, muito raramente.” [PANE, 1960, p. 286]

Ainda que partilhem da mesma corrente conservativa, Cesare Brandi e Roberto Pane tinham um distanciamento tênue e não compartilhavam dos mesmos princípios no manejo da preservação da arquitetura e da cidade. Brandi acreditava numa intangibilidade absoluta dos centros históricos e como historiador da arte, entendia que os centros deveriam ser integralmente compreendidos como obra de arte e tratados como tal. Pane, por outro lado, compreende a cidade como um organismo complexo, com o desafio de manter suas particularidades econômicas e sociais equilibradas¹⁸.

¹⁸E em suas próprias palavras: “A inserção de formas novas na cidade antiga não poderia deixar de ocorrer mesmo se as normas de proteção e o mais rigoroso respeito fossem observados. Mas para que isto aconteça da melhor maneira é necessário que o ambiente seja percebido como uma obra coletiva a ser preservada enquanto tal; e, portanto, não como integral conservação de uma soma de particularidades, como se entende na conservação de uma edificação única, mas como relação de massas e de espaços que permita a substituição de um edifício antigo por um novo, desde que este esteja subordinado à relação supracitada.” [PANE, 1960, p. 284]

"Diferentemente de seu mestre Giovannoni, que considerava inconciliável o "velho" com o "novo" e se mostrava realmente hostil em relação ao Movimento Moderno, Pane sempre manifestou a própria disponibilidade frente à nova arquitetura, convencido da necessidade de instaurar uma fundamental continuidade entre passado e presente." (CABRAL, R. C.; ANDRADE, 2012, p. 109)

Isso também significava, da parte de Brandi, a aversão à ideia de inserções contemporâneas em locais históricos, o que Pane admitia como viável, refutando o posicionamento de Brandi em seu artigo "Cidade Antiga, Edifícia Nova", em 1956 [CABRAL, R. C.; ANDRADE, 2012, p. 108]. A título de exemplo, Roberto Pane lamenta a não construção do Masieri Memorial (Figura 17) em pleno "tecido velho" de Veneza e qualifica a inserção moderna de Frank Lloyd Wright como bem acertada [PANE, 1960, p. 284]. Aproximar Pane às palavras de Mariano Arana sobre essa compreensão da cidade, é creditá-lo a um precedente importante da argumentação uruguaia para a preservação.

"...Arana destacou que a cidade é uma obra coral e não de grandes divindades solistas." (LÓPEZ, 2014, p. online)

"A distinção entre poesia e literatura arquitetônica encontra a sua melhor confirmação na constatação, já lembrada acima, de que não são os poucos monumentos excepcionais que criam o ambiente das nossas antigas cidades, mas as inúmeras obras inclinadas a exprimir um particular valor coletivo e fornecer, então, a marca peculiar de uma civilização." (PANE, 1960, p. 286)

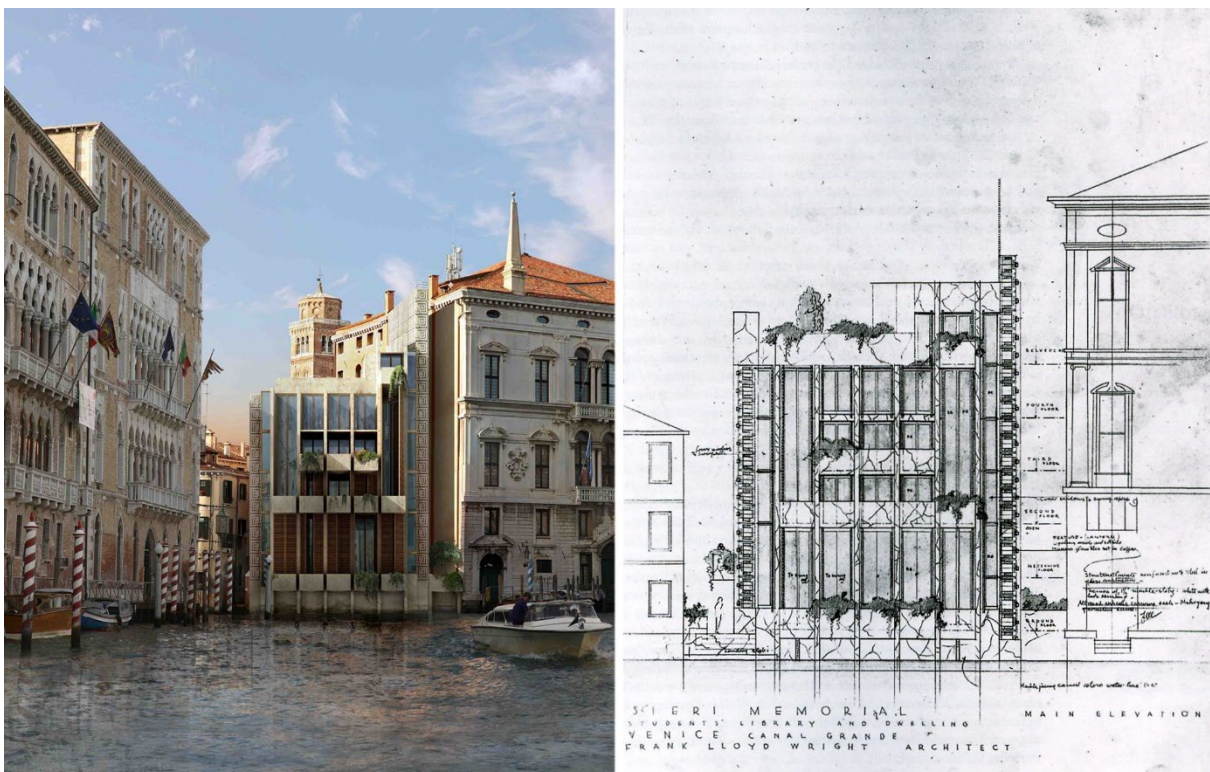


Figura 16 - Masieri Memorial, obra não construída na cidade histórica de Veneza. Montagem da autora. Simulação tridimensional de Dionisio Gonzáles e desenho de Frank Lloyd Wright. Fonte: <http://www.dionisiogonzalez.es/Venecia.html> e Canal Grande Venezia

A legislação patrimonial em Montevideu parece compreender a necessidade de um tratamento distinto para os edifícios do seu inventário arquitetônico, composto predominantemente de “obras corais”, de “literatura arquitetônica”. As regras patrimoniais uruguaias deixam implícito que se conserva ou restaura o que é pertinente no edifício e flexibilizam a necessidade das conservações integrais. O Grau de Proteção Patrimonial (GPP) atribuído aos edifícios protegidos é definido pelos Elementos Significativos, que são peças ou conjuntos materiais, assim como qualidades espaciais destacáveis do bem catalogado a serem resguardados. De maneira mais específica, podem estar vinculados às suas condições arquitetônicas, urbanísticas, de antiguidade e risco de deterioração e pelo seu significado simbólico ou representativo. Como já descrito, o grau é estruturado por cinco escalas de acordo com os diferentes alcances de proteção que o bem mereça. [INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2013, p. 10]

PORCENTAJES DE PADRONES SEGÚN LOS GRADOS DE PROTECCIÓN DEL INVENTARIO PATRIMONIAL (2000)		
GRADO 0	%	6,1
GRADO 1	%	35,7
GRADO 2	%	34,1
GRADO 3	%	14,4
GRADO 4	%	1,9
SD (en obra, baldíos y estacionamientos a cielo abierto)	%	7,8

Figura 17 - Porcentagem de padrões segundo os graus de proteção do inventário patrimonial [2000]. Fonte: Plan Especial de Ordenación y Mejora Ciudad Vieja [2013], p. 55.

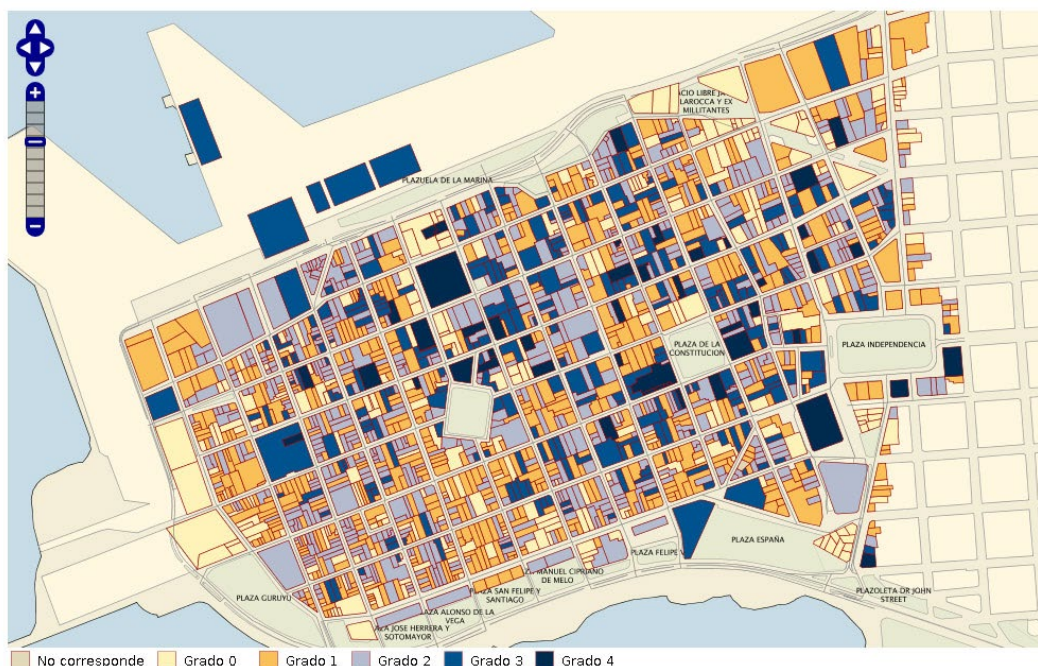


Figura 18 - A Ciudad Vieja possui todo o seu inventário catalogado de forma online. O mapa acima demonstra os graus de proteção de 0 a 4 inventariados em 2010. Fonte: Inventario del patrimonio arquitectonico y urbanístico de la Ciudad Vieja.

É incomum que razões de ordem funcional e econômicas tenham proeminência ou sejam consideradas em nossas leis protetivas e metodologias de projetos de conservação. O argumento de Kühn é que a recondução à funcionalidade na arquitetura seria um lado secundário ou concomitante da intervenção pois a principal finalidade da restauração, para Brandi, era o reestabelecimento da obra de arte como obra de arte (KÜHL, 2007, p. 203). Ainda que Mariano Arana admita que as intenções para a preservação devam partir de um pressuposto cultural, o crítico argumenta que a dialética entre permanência e mudança está no cerne de todo o fenômeno urbano. É imprescindível definir caminhos sensatos, flexíveis e eficazes para atender os interesses divergentes que geralmente se colocam entre proprietários e mercado imobiliário de um lado e a defesa de valores duradouros que vão além das questões monetárias, mas sempre contingentes, do outro (ARANA, 2012, p. 18). Aqui o reconhecimento de que as questões de utilidade e economia são condicionantes do projeto de intervenção é enfrentar de forma real os problemas da preservação – o contrário é um idealismo efêmero que, de uma maneira ou outra, tornar-se-á um ônus para proprietários e órgãos de defesa do patrimônio.

A premissa é que a obra de arte se contempla, mas a arquitetura se usa. A cidade não pode ser reduzida a um quadro de pintura ou escultura. O edifício faz parte de um sistema complexo e mutante que é a cidade, pode e deve ter o reconhecimento documento histórico, mas seu papel fundamental é servir com utilidade para o funcionamento desta e responder ao fluxo de necessidades formais, funcionais e econômicas. Intervenções restauradoras suscetíveis a essas condições parecem responder com eficácia à problemática das cidades e áreas antigas que colecionam usos defasados e monetariamente insustentáveis. A preservação uruguaia nos exemplifica maneiras consistentes de unir as necessidades contemporâneas à estrutura física disponível, com cicatrizes discretas, uma transcrição do tempo com o mínimo de nostalgias ou perdas. No entanto, a ocasião não fornece espaço para renúncia da ética profissional no contexto de “segundo autor” em um projeto de intervenção em preexistências. Os enfrentamentos sob a arquitetura de contextos patrimoniais se resolverão com a própria arquitetura, de modo que a atuação de qualidade está baseada no conhecimento e na maestria, respeitando o valor de autenticidade.

“Por isso revitalizá-la [a Ciudad Vieja] implica não somente em uma reabilitação físico-edilícia e uma revitalização de determinadas funções sociais e econômicas tradicionais, mas também a introdução de novas funções e atividades compatíveis com os recursos e exigências atuais.” Tradução da autora (DOPAZO, 2004, p. 52).

Acredita-se que o papel da arquitetura, na maioria dos casos, está acima da instância artística e utilitária de ser um testemunho ou um documento. A arquitetura está muito mais vinculada ao contexto, à uma reprodução do lugar, ao atendimento de necessidades e funções do que propriamente à função estritamente artística. Os acadêmicos são muito mais propensos a uma arquitetura que reproduz técnicas, tradições construtivas e exemplaridade multiplicáveis e, por isso,

possui uma camada muito mais relevante, colocada por baixo da estética, que são as características técnico-construtivas, funcional-espaciais ou fruição interna. Portanto, afirmar que a arquitetura é muito mais do que a beleza que enxergamos, é admitir que ela carrega outros significados “flutuantes”; conforme o tempo passa, ela se associa, de forma quase imperceptível, à elementos de significados novos com os quais já não se pode dizer que exista uma relação de caráter intrínseco (VIÑAS, 2004, p. 42). A função utilitária da arquitetura, de atender às funções e necessidades é volátil, de acordo com as necessidades da época em que está inserida. Esse é o caráter de grande parte dos edifícios reciclados, espaços atribuídos de algum valor artístico ou identitário suficiente para serem mantidos, mas não necessariamente subjugados à uma tradição de conservação material, formal ou artística. A “literatura arquitetônica” que Pane caracteriza [1960, p. 286], é a que exprime um particular valor coletivo e fornece a marca peculiar de uma cidade, dos quais grande parte das *reciclajes* se categorizam. As exceções a essas características é a “poesia arquitetônica” que Pane classifica, ou seja, os monumentos isolados, reconhecidos por seu alto valor histórico artístico por critérios alto-culturais.

Com o alargamento do conceito de patrimônio e a manutenção do restauro crítico como meio condizente de preservação pelo valor de documento, existe uma tentativa de relativização. O valor da Catedral de Notre Dame é diferente do valor de um conjunto de edificações estratificadas da atividade industrial como o Quarto Distrito de Porto Alegre. Existem patrimônios de distintas hierarquias e que podem ser consideradas como tal; patrimônios mais representativos coletivamente e outros com abrangência cultural mais restrita que merecem permanecer como forma de guardar fragmentos de uma antiga cidade. No caso da *Ciudad Vieja*, existe o exemplo de vários extratos, inclusive prédios modernos, como o edifício habitacional e comercial Ciudadela de Raúl Sichero e prédios modernistas entre medianeiras – adequando-se a característica de ocupação de solo do local. Esses edifícios devem ser reabilitados, levando em conta a sua identidade e a correspondente carga de alteração, colocando em uso saudável – atitude que a cidade vem há anos fazendo com algum aceleramento nos últimos anos e com a economia visivelmente melhor¹⁹. Segundo Viñas (VIÑAS, 2004, p. 67) o caráter simbólico é que define o grau de conservação do original em um edifício pois, na prática, este caráter sempre rivaliza com o caráter utilitário. O caráter simbólico deixa de prevalecer quando o caráter utilitário se torna mais importante como é o caso das edificações de Grau Um do espectro de proteção patrimonial de Montevideu. Enquanto o objeto em questão é útil, utiliza-se o reparo. E quando o objeto entra em obsolescência ou raridade, restauramos. De fato, a *reciclaje* atribui valor

¹⁹Nos últimos anos, o Uruguai manteve seu destaque na América Latina como país com baixos níveis de desigualdade social. Em 2013 o Banco Mundial classificou o Uruguai como um país de renda alta – em 2018 a renda nacional per capita era de US\$ 21.900. As taxas de crescimento econômicas são positivas desde 2003 com uma média anual de 4,1% entre 2003 e 2018 (BANCO MUNDIAL, 2019). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,804 e está entre os três mais altos da América Latina (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO, 2018).

utilitário à obsolescência. De certo modo restaura, mas ao mesmo tempo, o adapta à novas funções e requisições contemporâneas.

Ainda que o restauro seja uma *metodologia crítica* ele não prescinde de subjetividade do interventor. A subjetividade, mesmo que controlada, acaba existindo quando a condição é de atuar de maneira criativa²⁰ na obra sob o cuidado da diferenciação, normalmente interpretada sob a cultura e costumes locais. A *reciclaje* também não prescinde dessas condições, mas suas intenções estéticas se ampliam, quando voltadas para a utilidade e para o ambiente: como essa obra se dirige ao fragmento da cidade à uma revitalização vital, utilitária e estética, que atenda necessidades locais e atuais? É percebido em muitas *reciclajes* que, embora o interior seja condicionado à uma viabilidade funcional e econômica, essas instâncias corriqueiramente requerem uma sensibilidade estética e o mantimento do respeito à integridade da obra conforme o seu Grau de Proteção Patrimonial; já no exterior, o valor estético restringe mais as atitudes de utilidade e valor econômico. O valor ambiental de Roberto Pane, a instância de “lugar de memória”, no conceito organizado por Pierre Nora²¹, norteiam as ações exteriores de intervenção. A memória se mantém viva através de pistas, rastros de antiguidade deixados na tecnologia construtiva, nos acabamentos, nos tipos, sem comprimir a eficácia, o uso.

1.3 A Carta de Veneza (1964)

Em uma análise mais concisa da *reciclaje* sob a ótica da Carta de Veneza, existem preceitos da carta atendidos e outros, feridos – já que as propostas da Carta estão pautadas na visão do Restauro Crítico (KÜHL, 2010, p. 294). O uso respeitando a integridade da configuração dos espaços (art. 5º) não é atendido pela *reciclaje*, já que as readaptações são incentivadas, por lei, a se desdobrarem em mais de uma economia, quando for possível. Apesar de a valorização do bem se dar pelo reconhecimento e manutenção como documento (KÜHL, 2010, p. 308), o que ocorre na *reciclaje* é a valorização do bem pelo novo uso; é intenção da *reciclaje* manter os aspectos documentais, mas este respeito não submete ou limita a condição do uso em determinados casos. Percebe-se divergências, em parte,

²⁰ Como Carbonara define a vertente “crítico-conservativa e criativa”, quando usa o recurso de soluções criativas em questões de remoção de adições ou reintegração de lacunas, fundamentada num juízo histórico-crítico, analisado caso a caso, devotando grande atenção aos valores documentais e formais da obra como imagem figurada (KÜHL, 2006, p. 14).

²¹ Para Lowenthal [apud VIÑAS, 2004, p. 143] a História é uma disciplina acadêmica encarregada de revelar o passado e o persegue de maneira a alcançar um conhecimento objetivo deste, ainda que não consiga alcançá-lo plenamente. Sua intenção é se tornar um patrimônio dos especialistas e não do público geral. Nesse sentido, se difere do patrimônio que se dirige a um grupo de pessoas comuns que lhes atribui valor e que influi sobre elas. Sua definição ajuda-nos na compreensão do que Pierre Nora argumenta sobre os lugares de memória, locais onde a memória está materializada e é absorvida pelo cotidiano, que em nosso caso, estão em um lugar síntese de uma cidade, constituída por camadas do espírito de cada época que viveu. Ela salvaguarda aquilo que se deseja lembrar, ao contrário da História que institucionaliza e categoriza a memória. Como Nora argumenta, “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.” (NORA, 1993, p. 9)

nas intenções brandianas de preservação sobre a utilidade, pois embora seja colocada em segundo plano como finalidade da intervenção pela tradição conservativa, na prática entende-se que ela é o principal foco da operação de conservação, contraditoriamente. A utilidade é usada para efetivar a restauração desde que a *utilidade final seja ser um documento para o futuro*. Na prática, a utilidade é elevada e validada para a intenção do restauro e não colocada em segundo plano.

A Carta de Veneza também delinea sobre os acréscimos em pré-existências desde que respeitem as partes interessantes do edifício com uma boa composição, equilibrada. O 13º artigo da Carta é atendido corriqueiramente dentro do conceito de *reciclaje*, que trouxe uma liberdade de flexibilização através de aumento de gabarito com áticos diferenciados, com capacidade de coexistência com a cidade estabelecida. Se mantém o resíduo, um fragmento de história e o novo não extrapola de forma que a desfigure, funcionando como controle para manter uma personalidade, uma imagem preexistente sem haver “congelamento” do tecido urbano e dessa maneira há margem para mostrar vitalidade desejável. Além disso, as inserções modernas no caso uruguaio são visivelmente diferentes da interpretação dominante local brasileira²². As edificações incorporam elementos que tem uma nova plasticidade mantendo a legibilidade de algum fragmento ou parte existente, coexistindo o novo com o antigo em igual harmonia, relegando composições “discretas” ou “parasitárias”.

1.4 Carta de Burra (1980)

Atendendo às novas demandas advindas da Carta de Veneza, a Carta de Burra complementa as questões indicativas com uma proposição de ruptura com o entendimento de valor focado no aspecto material do bem edificado e diversifica a sua gama de valores possíveis de reconhecimento [BARRETO JÚNIOR; RIBEIRO, 2005, p. 3]. Define mais claramente os significados das mais variadas ações de preservação sobre um edifício, dos quais, a “adaptação” parece designar bem o papel da *reciclaje* sendo “o agenciamento de um bem a uma nova destinação sem destruição de sua significação cultural” seguido de “uso compatível designará uma utilização que não implique na mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram impacto mínimo.” [Art. 1º, ICOMOS, 1980, p. 2]. Na medida em que estudamos as *reciclajes* na Ciudad Vieja e outros locais de carga simbólica em Montevidéu, notamos que as modificações enxertadas não alteram o símbolo, mas os avultam de modo geral, ainda que as modificações internas talvez sejam vistas como austeras, do ponto de vista de cartas patrimoniais. A experiência uruguaia nos mostra ter superado o “fetichismo material” que as tradições

²² Aqui excetuamos aquela arquitetura brasileira maiúscula de intervenção que tem como protagonistas Marcelo Ferraz, Lina Bo Bardi ou Paulo Mendes da Rocha que aproveitaram oportunidades para fazer arquiteturas corajosas - de contraste e intervenção bem-sucedidas.

conservativas defendem como um modo de não prejudicar o símbolo do edifício (BARRETO JÚNIOR; RIBEIRO, 2005, p. 7). Na verdade, o que ocorre na *Ciudad Vieja* é uma valorização do patrimônio, o ressurgimento de uma utilidade antes defasada, mas que agora pode responder às necessidades. A valorização se dá pela ressignificação do patrimônio abandonado pelo uso; a perda de memória é pelo abandono e conseqüente desaparecimento – que também é conseqüência de uma especulação desordenada.

1.5 Carta de Washington (1987)

Uma carta que se aproxima especificamente da preservação das cidades históricas e se coloca abertamente em associação com a Carta de Veneza com o fim de complementá-la (ICOMOS, 1986, p. 1). O ofício é síncrono com a ameaça recorrente na década de oitenta, a desintegração dos centros históricos. Talvez seja a carta em que os preceitos da *reciclaje* uruguaia mais se aproxima²³: a eficácia de ser uma norma condizente com o desenvolvimento social e econômico dos centros, por trazer preferência à preservação ambiental – traçados, espaços construídos abertos e verdes - , algo mais ligado à memória do que documento histórico pela insistência na participação da sociedade na construção de cultura de preservação (ICOMOS, 1986, p. 2 e 3) e por isso parece estabelecer relações com as ideias de Pierre Nora, da memória abrigada no gesto e no hábito, voluntária e deliberada em contraponto com uma ideia arquivística e prosaica (NORA, 1993, p. 14).

As novas funções na cidade histórica devem ser consideradas para o bem-estar da sociedade que a insere e melhora do habitat. Essas novas funções evocadas devem ser compatíveis com o caráter, vocação e estrutura das cidades, e adaptadas a elas de maneira cuidadosa à vida contemporânea. Se dissipam as necessidades de dar o emprego definitivo de documento como algo primordial para legitimação da preservação dos centros históricos. Iniciam-se flexibilizações da maneira em como o edifício ora se comporta como documento, ora atende às necessidades de funcionamento urbano. A admissão de inserções contemporâneas fica presente de maneira mais clara a partir de então, sempre com a sensibilidade de respeitar o caráter do entorno histórico, da vocação da cidade, com a intenção de impor mais valor e qualidade ao valor ambiental: “*A introdução de elementos de caráter contemporâneo, desde que não perturbe a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento*” (ICOMOS, 1986, p. 3).

Um último estreitamento da lei de preservação municipal de Montevideu com a Carta de Washington é a pertinência da preservação para cada caso administrado, ou seja, a aplicação de escalas de proteção patrimonial para uma preservação adequada, já detalhada anteriormente. Apesar de não ser uma catalogação prevalente nas cidades históricas brasileiras, Prata (2009, p. 69) destaca duas

²³ O documento que admite tal a aproximação é o “*Plan Montevideo*”, na seção “*Memória de Ordenación*”, sobre a Preservação Patrimonial em solo urbano, na página 158.

cidades históricas no interior do estado de São Paulo, Santana de Parnaíba e São Luiz do Paraitinga, que fazem a gradação de seu patrimônio do grau um, de proteção integral; ao grau quatro, edificações “destoantes”.

*“O plano de salvaguarda deve determinar as edificações ou grupos de edificações que devam ser **particularmente protegidos**, os que devam ser **conservados em certas condições** e os que, em circunstâncias excepcionais, **possam ser demolidos**. Antes de qualquer intervenção, as condições existentes na área deverão ser **rigorosamente documentadas**. O plano deveria contar com a adesão dos habitantes”. Grifos da autora (ICOMOS, 1986, p. 2 e 3).*

Quando a carta reconhece que bens podem ser classificados à destruição, ainda que em circunstâncias excepcionais, é possível estreitar essa particularidade com o Grau Zero de proteção dos *Bienes de Interés Departamental*. A única ressalva a ser realizada é para o fato de que, na ocasião do inventário da CPCV, todas as edificações com características vinculadas ao *Art Déco* foram classificadas com o grau de proteção zero, mais precisamente pelo fato de que a corrente arquitetônica foi depreciada pelo pensamento acadêmico vigente, cabendo não a uma circunstância excepcional a classificação, mas que julgava aquela produção menos intelectualizada que a arquitetura moderna ou o próprio racionalismo vigente.



Figura 19 - Exemplo de inserções modernas bem sucedidas, segundo Roberto Pane [PANE, 1960, p. 281]. Borsa Mercè, de Giovanni Michelucci, em Pistoia, de 1957. Fonte: <http://www.architetturatoscana.it/>

Preliminarmente se conclui, embora a *reciclagem* seja uma tarefa renovadora e atualizadora, que as questões culturais de preservação estão consideradas de acordo com o grau simbólico, histórico-artístico do bem. Reconhece substancialmente as recomendações das cartas patrimoniais e seus

avanços nas discussões recentes. No entanto, entra em conflito com questões Brandianas de preservação cultural e aproxima sua prática às ideias postuladas por Roberto Pane, mais especificamente ao que tange a inserção contemporânea em centros históricos ou simbólicos. Reconhece a ênfase simbólica da memória do lugar, mas admite que essa característica, no contexto de centros urbanos consolidados nem sempre sustenta a hierarquização da utilidade e da economia a um nível secundário. A partir dessas conclusões, é possível compreender os gestos da *reciclaje* e aprofundá-los através do estudo de casos.

2. VOLVIENDO NUEVO

Volviendo Nuevo porque os casos de grau zero, um e dois são ações de “remasterização”: em função da liberdade de modificações - menos restringidas nestes graus de proteção -, alguns casos foram agrupados para exemplificar o manejo projetual normalmente renovador, por vezes transformador nessas preexistências. É importante lembrar que alguns manejos recorrentes se justificam, muitas vezes, em função da Normativa Departamental para Reabilitação de Edifícios [Artículo D.4475] que incentiva, independente do uso original, a criação de mais de uma unidade locativa [seja ela habitacional ou comercial] com a finalidade de obter isenções fiscais. Como resultado, surgem acréscimos de área construída, corriqueiramente compostos pela adição de um ático sobre a laje de cobertura da preexistência e/ou acréscimos laterais quando o terreno permite. A localização também é restringida às zonas centrais, intermediárias e costeiras, sempre que possuam serviços de saneamento, água potável e energia elétrica. A *Unidad de Protección de Patrimonio*, órgão municipal responsável pelo patrimônio montevideano, ainda possui protagonismo nas decisões de projeto nessas construções, ainda que carregue consigo algumas incoerências²⁴.

Os graus zero e um, visto da cultura preservacionista brasileira, são níveis de proteção nulos que excedem as expectativas de uma lei de proteção. A *Ciudad Vieja* foi a pioneira em admitir que bens sejam destruídos (ou seja, classificá-los aos graus zero e um) ao emitir seu inventário patrimonial em 1983 através da Comissão Especial Permanente da *Ciudad Vieja* [CEPCV]. Primeiramente, o inventário foi criado com a intenção de refrear a falta de reconhecimento dos valores do casco antigo e a subsequente “modernização” ou “progresso” da área com a substituição de edifícios antigos por novos, contemporâneos – de rara qualidade arquitetônica. Sua intenção básica (e talvez instintiva) era ainda salvaguardar com o critério de valorização da antiguidade. Como citado recentemente, o grau zero foi atribuído à maioria dos edifícios em *Art Déco*, estilo muito depreciado pela academia de então [MAZZINI; PONTE, 1999, p. 11] algo que comprova o quanto os valores patrimoniais para preservação flutuam com as interpretações arquitetônicas da época, como argumentou-se a partir de Viñas no capítulo anterior [VIÑAS, 2004, p. 42]. Apenas na revisão do Inventário Patrimonial dos anos 2000 se reconhece que a catalogação deveria transcender a valorização de uma época ou de um estilo determinado, mas proteger qualidades, significados e singularidades [INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2013, p. 7].

²⁴ Em 2014, a demolição do Edifício Assimakos, do arquiteto Jorge Caprario, repercutiu na mídia uruguaia pela omissão dos órgãos públicos em não o ter catalogado como patrimônio protegido. O caso pode ser analisado no artigo “Patrimônio Cultural no Uruguai, campo e abrangência: estudo do caso do Edifício Assimakos” [HEIDEN, 2017] analisando o caso e as políticas de preservação envolvidas.

Os graus zero e um, pela ausência de Elementos Significativos²⁵, resultam em poucos resultados de investigação pela raridade de exemplares elegíveis à estudo, portanto justifica a ausência de um estudo de caso de grau para a ocasião desta pesquisa, contendo apenas citações. O que ocorre é a destruição ou a completa transformação desses edifícios de baixo interesse patrimonial – como é o caso estudado da *Vivienda-Estudio Durazno*. Na *Ciudad Vieja*, a maioria dos edifícios de grau zero estão em estado de degradação em curso e/ou descaracterizados de identidade arquitetônica e marginalizados, por conseguinte; no caso de grau um, corriqueiramente são arquiteturas bem conservadas, com uma massa construída considerável, porém descontextualizadas de um trecho de edificações significativamente importantes para paisagem cultural.

Inaugurando uma abordagem panorâmica de casos, a exemplo dessa descontextualização, o edifício de esquina construído para ser Sede do Banco Santander na década de oitenta, de autoria do arquiteto Ademar H. Soler, está integrado a um trecho significativo de edificações na rua Cerrito e supera a altura das propriedades lindeiras, com seus sete pavimentos utilizando recursos formais de filiação pós-moderna. [INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2011b] Como a lei protetiva sugestiona, é mais rentável o edifício passar por uma reformulação a ser destruído.



Figura 20 - Edifício Santander, nas ruas Cerrito e Misiones, na Ciudad Vieja. Foto: Inventario Ciudad Vieja. Ano: 2011.

Outro edifício, também sem elementos significativos a se destacar com grau de proteção um, abrigava uma companhia de seguros na *Ciudad Vieja*. Possui autoria de origem desconhecida, porém reformulado pelo Arquiteto Raul Sichero e J. Plottier no ano de 1994. Originalmente, com sua fachada no alinhamento dos edifícios vizinhos, Sichero a reformula recuando, de forma escalonada, as esquadrias envidraçadas e as lajes que “fatiam” a fachada do edifício. O volume construído se relaciona com um trecho de edifícios significativos, com vizinhos que compartilham algumas

²⁵ “Os Elementos Significativos descritos nas fichas do Inventário Patrimonial são peças ou conjuntos materiais, assim como qualidades especiais destacáveis do bem catalogado e estão especificamente protegidos.” [INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2013, p. 9]

características modernas, porém sem nenhum valor a ser destacado, segundo o Inventário [INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2011d]. São padrões de edifícios que se repetem pela *Ciudad Vieja*, em que destruir não seria benéfico economicamente, porém não haveria prejuízos culturais em uma eventual reformulação – ainda que essas alterações estejam sob o crivo da *Unidad de Patrimonio* ou da CEP local.



Figura 21 - Edifício na rua Sarandí. À esquerda, foto do inventário em 1983. À direita, edifício já reciclado. Ano: 2015. Fonte: Inventário Ciudad Vieja e Google Earth.

Aos edifícios de GPP dois, a *Unidad de Protección del Patrimonio* preserva uma gradação de edifícios que vão desde os historicistas no Casco Histórico até arquitetura moderna dos anos 1950. A intenção desta gradação de proteção é impedir a destruição do edifício e permitir submetê-lo a modificações, desde que atentos a itens inventariados ou Elementos Significativos a serem preservados. Destacam-se o Edifício Vogar, situado à Avenida Libertador Brig. General Lavalleja nº 1531, testemunho de verticalização da cidade no bairro Centro. Originalmente concebido para compor um trecho por outros dois edifícios em altura, os edifícios Lincoln e Danúbio, foi construído na segunda etapa de execução do conjunto, porém submetido a adaptações tipológicas na planta tipo, simplificações em seus elementos de fachada pelo intuito de atrair um outro tipo de mercado – mais amplo que o apto economicamente para investir em empreendimentos de luxo [UNIDAD DE PROTECCIÓN DEL PATRIMÔNIO; INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2015, p. 8]. Dos historicistas, em 2011, foi inaugurada curiosa intervenção de reciclagem em um antigo edifício de aluguel de

apartamentos na Praça Zabala – um edifício ordinário, de esquina, do princípio do século XX construído originalmente pelo arquiteto Jacobo Vázquez Varela²⁶, distribuído em três níveis com pé-direito de 4,80m transformado em um edifício afrancesado intitulado de “*La Mansarde*” em alusão à mansarda reelaborada, que abriga a adição de três pavimentos novos e inspirada na manifestação da arquitetura francesa utilizada no XIX, início do século XX (ZIP ARQUITECTOS, 2018, p. 54). Segundo o seu inventário, o edifício original é um bom exemplo da arquitetura do período, expondo uma fachada de “ornamentação modernista”²⁷ da qual se requer a preservação dos itens decorativos e a atenção às cores a serem aplicadas (INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2010c).



Figura 22 - Acima, foto colhida do inventário da CEPCV, estado do edifício original em 2000. Abaixo, foto do edifício em uso, em 2019. Foto da autora.

²⁶ Varela teve um papel relevante na história do ensino da arquitetura na UdelaR, sendo professor no início do século XX, quando o curso de ainda integrava a *Facultad de Matemáticas*. A revista *Arquitectura* nº 229 de 1954 publica, em função de sua morte, uma síntese de sua trajetória na profissão.

²⁷ “Modernista” não se pode precisar mas, ao que tudo indica, a intenção do autor do inventário é transmitir um sentido europeu de modernismo – como as manifestações do *Art Nouveau* ou *Belle Époque*.

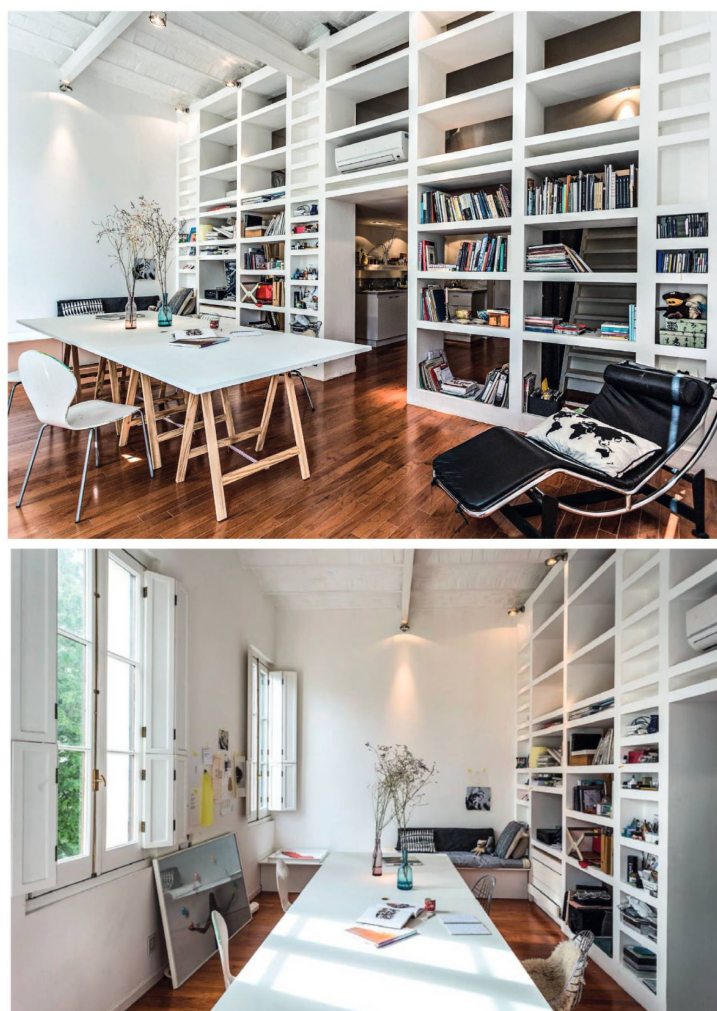


Figura 23 - Fotos do interior do loft de Patricia Betancurt publicados na revista Summa+ nº 160, p. 58 - Janeiro de 2018.

O projeto de ampliação busca, além de um aumento da capacidade locativa, completar o emolduramento da praça Zabala com fachadas de altura semelhantes, com o estímulo de revitalizar a *Ciudad Vieja* para o uso residencial permanente, gerando fluxos durante todo o curso do dia. O programa novo contempla quatro lojas comerciais no térreo e vinte unidades de apartamento nos andares superiores. A publicação do apartamento de Patricia Betancurt na Revista Summa+ número 160 exemplifica como os espaços interiores foram reformulados para conter o programa residencial em dois pavimentos, preservando sua estrutura original com lajes de *bovedillas* estruturadas em concreto armado (FRÍAS, 2017). *La Mansarde* se insere na gama de exemplos de reciclagens mais severas, quando se leva em consideração que o conceito figurativo do edifício é transformado em um estilo afrancesado que nunca havia sido anteriormente ao se inserir as mansardas. Ainda que a mansarda tenha uma figuratividade contemporânea - o acréscimo construído em concreto armado se reveste de aço corten, materializando a tipologia de mansarda com materiais que traduzam características do nosso tempo, como a ausência de ornamento, a composição com adição de prismas, transparências e opacidades - e conseqüentemente se destoe da preexistência, a conclusão é que o edifício, como um todo, passa por uma remodelação significativa com esta adição.

2.1 Análise de Grau Zero: Vivienda-Estúdio Durazno



Figura 24 – Fachada original da edificação térrea, de Grau Zero, localizada no bairro Palermo, na cidade de Montevideu. Foi completamente transformada na Casa-Estúdio dos Arquitetos Helena Difilippo e Eduardo Cóccoló. Fonte: Arquitetos Autores. Ano: 2012.

Ao aprofundar este próximo caso, as razões ainda são especulativas para justificar a decisão de relegá-lo à destruição [grau zero]. Situa-se na Rua Durazno, na parte que atinge a atual zona patrimonial do Centro de Montevideu – área que compreende as manifestações arquitetônicas da expansão da *Ciudad Nueva* e *Ciudad Novísima*. O tecido urbano dessa região é composto pelas casas de tipologia pátio ou *estándar*, que é o tipo que caracteriza massivamente a paisagem de Montevideu em outros bairros. A casa pátio começa com sua produção ainda na época colonial e acompanha a evolução das tecnologias construtivas e estilos arquitetônicos durante quase um século e meio, inclusive nos princípios da verticalização.²⁸

A casa-pátio a ser analisada data sua construção no ano de 1910. O ano da construção confrontado com as características formais e estéticas da preexistência revelam uma manifestação tardia de um Ecletismo, já que na década de 1910 o ventos modernizadores já estão manifestos pelo *Art Nouveau* e pelo Modernismo Catalão na capital-península; e a casa pátio foi a tipologia que absorveu o estilo [INSTITUTO DE DISEÑO, 2002]. A especulação rodeia essa premissa – a de uma manifestação

²⁸ Consultar o livro desenvolvido pela FAU-UdelaR "*Casa Patio*" permite compreender sistematicamente a história da Casa-Pátio em Montevideu, os meios pelo qual a casa se adapta a uma série de modificações urbanas, que afetam o tamanho do terreno em sua implantação.

arquitetônica fora do seu tempo, 30 ou 60 anos atrás – que justificaria o grau patrimonial nulo. Além disso, não há registros de um vínculo cultural ao edifício.

O programa original consolidava uma habitação térrea unifamiliar, com cinco cômodos, um pátio central e zona de serviços, compreendida por cozinha e dois banheiros, em um terreno de 11,10 x 16,85m. Ainda que descaracterizada das suas funções e composições originais (a ausência de esquadrias na fachada e fechamento de pátios), a casa se tornou obsoleta para atender às necessidades dos antigos moradores que, acentuado pela dificuldade de conservação do edifício, decidem por vendê-la. Ainda que muito explorada, a tipologia pátio possui alguns problemas crônicos em suas características formais, como a pouca ventilação resultada pelo pátio interno, que normalmente é coberto por uma claraboia fixa ou móvel. Em razão da tecnologia construtiva, a maioria das paredes possuem função portante com tijolos de alvenaria, o que dificulta uma flexibilização da planta baixa tanto na relocação de paredes, quanto na criação de novas aberturas. São imprescindíveis análises e reforços estruturais para uma intervenção eficiente.



Figura 25 - Imagens da casa antes da intervenção. Da esquerda para direita: Vista do zaguán para o pátio coberto; zaguán para dormitórios, salas; crujía de servicios.

Compreender a lógica construtiva, fluxo e disposição dos compartimentos da casa pátio é importante para uma intervenção. Numa primeira instância, essas casas não possuem recuo de jardim para uma transição entre a parte pública e privada. Essa função ficava à cargo do módulo construtivo embrionário da tipologia, constituído de uma ou duas salas (a quantidade está sujeita à largura do terreno) separadas por um corredor que sinaliza o acesso da casa. Esse corredor central se denomina "zaguán". Uma dessas salas adjacentes normalmente era destinada para o uso social e a outra para escritório. Esse "espaço-fachada" tinha suas paredes portantes paralelas ao passeio da rua (a parede de fachada e a parede posterior), com os cômodos em num nível mais alto da calçada e constituía-se assim a *crujía de fachada*²⁹ (INSTITUTO DE DISEÑO, 2002), deixando a cargo das paredes perpendiculares a função de compartimentação, portanto menos espessas. A distância de uma *crujía* variava entre quatro metros e meio a cinco metros.

²⁹ A *crujía* é considerada como o "Espaço compreendido entre dois muros de carga". (INSTITUTO DE DISEÑO, 2002)

A *crujía longitudinal* é o módulo de composição da casa-pátio que distribui a área de quartos. Essa zona ainda reproduzia a organização de recintos articulados através de portas e não de corredores. O número desses quartos interconectados variava de acordo com a profundidade do terreno e a necessidade familiar. A *crujía* é longitudinal porque suas paredes portantes se posicionavam longitudinalmente ao terreno, perpendicular à *crujía de fachada*. A *crujía longitudinal*, posicionada rente à uma das medianeiras, criava um espaço residual no terreno resultando no pátio interno da casa. Essa *crujía* geralmente possuía quatro metros de largura e suas paredes perpendiculares visavam a compartimentação dos quartos. Ainda que houvesse portas conectando um quarto ao outro, todos os quartos possuíam passagem independente para o pátio interno. Esses quartos eram idênticos em pé-direito e dimensões, o que os distinguia eram o mobiliário instalado [ANTOLA *et al.*, 1994, p. 31].

As *crujías de fachada e longitudinal* caracterizavam-se pelos espaços mais nobres da casa-pátio, dados pelo pé direito duplo e a posição proeminentes na planta baixa. No entanto, essas características não acompanham as áreas de serviço e banheiros, aparentemente menos apreciadas – a *crujía de servicios*. Banheiros e cozinha se colocam, via de regra, no fim do terreno; por vezes são isolados por uma sala de jantar, considerada área nobre também, que se posiciona no centro do terreno, em parte do pátio – a *crujía entre patios*. O comportamento do pé direito varia entre ser inferior ao resto da casa ou subdividido o pé direito duplo em dois pisos, posicionando terraços ou banheiros na parte superior, conectados por uma escada externa.

Essas características funcionais estão compatíveis com o edifício a ser estudado. A intenção dos arquitetos é manter o programa original de habitação unifamiliar, reservando um espaço para o estúdio de trabalho dos projetistas. De fato, as características formais da tipologia encontram-se parcialmente integralizadas no momento da intervenção: *crujías* de fachada, compostas por duas salas divididas por um *zaguán* que conduz o usuário para um pátio, aparentemente fechado para servir de sala, pela presença de uma lareira em uma das quinas do espaço. A *crujía longitudinal* é composta de três quartos que se conectam com dito pátio. Acrescenta-se a presença de uma *crujía entre patios* que segrega a *crujía de servicios* do restante da área social da casa [Figura 27]. Em comparação com os elementos construtivos da *casa estándar* apresentada por Baldiora [2014, p. 46] presume-se que o pátio principal foi transformado em sala com lareira, já o pátio da *crujía de servicios* permanece.

A casa original possui o pé direito de 4,60 metros, o que permitiu redistribuir o programa da habitação em dois pavimentos, desde que um rebaixo do nível do piso original da casa fosse executado. Foram subtraídos 52 centímetros para que o acesso à garagem fosse possível do nível do passeio; 38 centímetros para área de estar junto à fachada e 18 centímetros para o restante do térreo. Essa intervenção permitiu um pé-direito confortável de 2,40 metros para os pisos inferior e superior da

casa. Segundo a legislação da *reciclaje*, existe uma tolerância para que a altura do piso ao teto seja menor que a requerida pelo código de obras da cidade de Montevideú, tendo como mínimo 2,20 metros para áreas habitáveis e 2,10 metros para áreas de serviço (INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2003a, artículo D.4482). Contudo, a ação de diminuição de nível requereu reforços estruturais em algumas vigas baldrame que se tornaram expostas e menos sujeitas a compressão de solo para manter sua estabilidade.

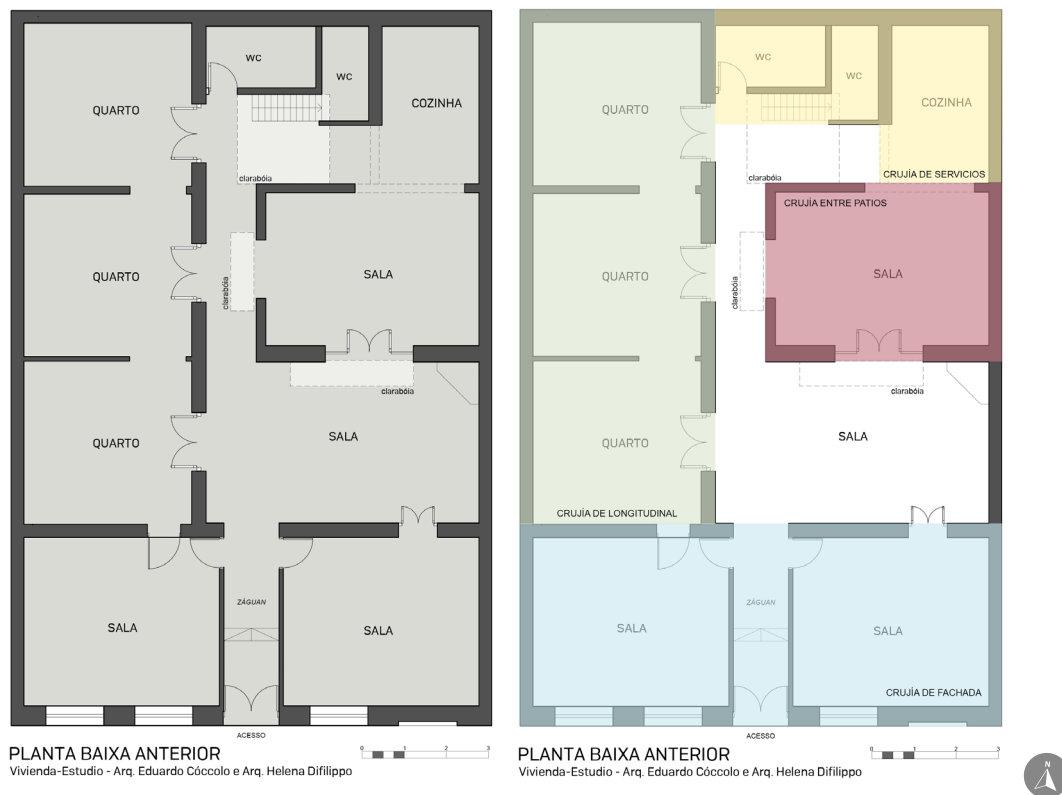


Figura 26 - Planta baixa da edificação, anterior a intervenção. À direita, planta baixa com as crujeias destacadas. Redesenho da autora. Fonte: Arq. Helena Difilippo e Arq. Eduardo Cocco.

A estrutura requereu atenção em outros aspectos da edificação. A laje preexistente consistia em *bovedillas de ladrillo*, sistema composto de vigas metálicas de perfil "I" instaladas na menor dimensão do vão, a distâncias iguais. Entre os perfis eram instalados tijolos cerâmicos em sistema de arco por compressão – e ao contrário dos formatos comuns de tijolos, maciços e achatados, estes eram com alvéolos, semelhantes às vigotas utilizadas hoje. Essa cobertura era nivelada com um preenchimento de concreto, acabado com pavimentação capaz de reduzir infiltrações na laje. Neste caso, foi necessário revisar o estado de algumas vigas metálicas, substituir por outras; e nas estruturas removidas da casa, foi possível reutilizá-las para reforços estruturais para novas aberturas e vãos projetados. A opção para laje superior foi executá-la em concreto armado, contudo as fôrmas foram executadas com chapas plastificadas. Ainda que mais onerosas que as chapas tradicionais, elas diminuem o custo e mão de obra ao fornecer o acabamento liso ao teto no disforme. Todas as paredes novas, de compartimentação, foram executadas com material leve – *drywall* e estrutura metálica.

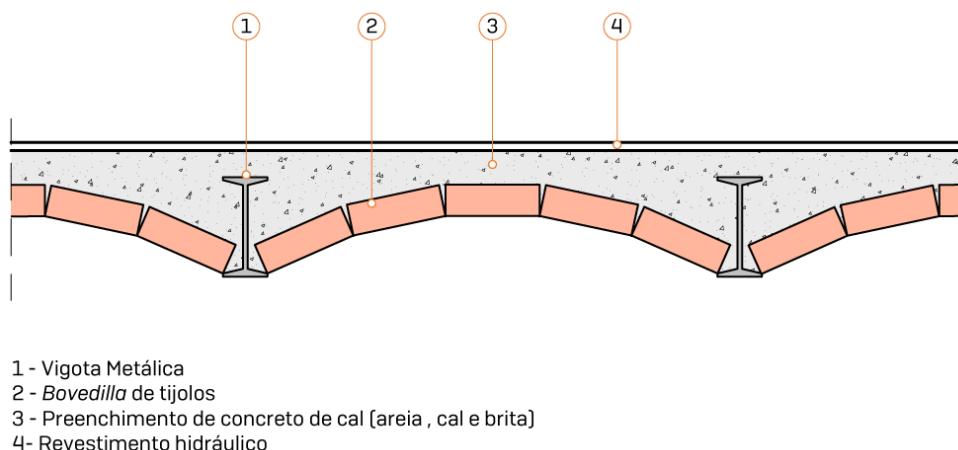


Figura 27 – Seção genérica de uma bovedilla de ladrillo. Desenho da autora.

Ao se analisar a questão de acabamentos da edificação, é interessante destacar que as paredes desta casa pátio são constituídas de uma alvenaria mais rústica ou pedra, o que torna o acabamento de paredes bastante irregular, logo os rebocos são bastante espessos. Com a necessidade de se revisar patologias, o reboco das paredes existentes precisou ser removido. O investimento em materiais de construção para um novo reboco tornava-se bastante elevado, além da sobrecarga de estrutura dessas edificações. A solução empregada pelos arquitetos foi recorrer a uma técnica antiga de acabamento de paredes, o chamado *bolseado*, que consiste em uma fina camada de areia, cal e água aplicada sobre a superfície, finalizado com uma esponja – atenuando arestas e uniformizado pela cor. A finalização na *Vivienda-Estúdio* variou entre o *bolseado*, placas de gesso (*drywall*) pintadas ou com revestimento cerâmico e paredes com alvenaria à vista – como foi o caso das medianeiras, constituídas de pedra [DIFILIPPO; CÓCCOLO, [s. d.]].

Utilizar o grande pé-direito, verticalizar internamente o novo programa de habitação unifamiliar e subtrair parte construída da preexistência para criação de um pátio externo e aberto foi a decisão adotada pelos arquitetos para solução de layout. Contudo, manter o pé direito duplo na área social estimulou uma fluidez espacial e relação visual entre o térreo e os acessos aos recintos íntimos e de escritório que se posicionaram no pavimento superior da casa; a disposição atenuou o “achatamento” causado pela divisão de pé-direito e estimulou a entrada de luz natural nos recintos e passagens. Não existem espaços segregados ou reservados a usos esporádicos, segundo os arquitetos. A intenção é a máxima funcionalidade dos espaços.

Os três cômodos da *crujía longitudinal* são unidos e se transformam na área de cozinha e jantar, acompanhados de um lavabo e da circulação vertical. Essa escada se posiciona como elemento articulador de todos os espaços da planta baixa do térreo. A *crujía de fachada* se transforma em garagem, sala de jogos e um hall, que pode articular o fluxo de pessoas diretamente para o estúdio [situado acima da sala de jogos] ou para a antiga sala, agora reconfigurada e reformulada.



Figura 28 - À esquerda, área de estar com porta, ao fundo, de acesso à escada e cozinha. À direita, área de cozinha e jantar, ligados ao pátio externo. Fonte: Helena Difilippo e Eduardo Cocco. Ano: 2012.

Todos esses recintos se conectam com a nova área externa da casa, agora descoberta e capturada pela luz natural, antes bastante deficiente. A nova área externa se aproveita das antigas instalações de cozinha ou serviços e ganha uma área com *parrilla* e uma escada para um pequeno terraço e áreas técnicas da edificação.

Os três quartos (sendo um de casal), o estúdio de trabalho e um balcão-estar se colocam no segundo pavimento. Os autores lograram em tornar reversível o isolamento do escritório com as áreas íntimas da casa. O banheiro adjacente ao quarto de casal pode funcionar tanto para visitantes quanto para os moradores da residência. Dessa maneira montam uma planta baixa bastante fluída e funcional para o atendimento das necessidades íntimas e profissionais.

Segundo os autores do projeto, a modificação expressiva na fachada da residência se justifica pela ausência de relação da fachada exterior original com o novo programa enxertado. A adição de uma porta de garagem desconfigura substancialmente o ritmo vertical da fachada composto pelas aberturas e pilastras; e a falta de correspondência das aberturas com a nova divisão vertical e disposição de cômodos não se mantinha compatível com as aberturas originais. Decide-se recompor a fachada a um “ritmo horizontal, que redundava em uma mudança estética substancial, resultando em uma fachada claramente contemporânea e na sensação de um terreno de maior largura... Isto se materializa conformando faixas de [cimento] *portland* polido e revestimento de madeira resultando em uma fachada atual que conserva detalhes sutis que denotam a idade da construção” (DIFILIPPO; CÓCCOLO, [s. d.]). Assim, nota-se que principalmente as janelas tiveram suas dimensões reformuladas para corresponder aos usos internos, a ornamentação foi removida e uma materialidade mais diversa é proposta – madeira, metais e cimento. As decisões de projeto sobre a fachada removem a identidade eclética (e histórica) para dar lugar à uma aproximação contemporânea de fachada.



Figura 29 – Fachada completamente reformulada. Fonte: Arqs. Helena Difilippo e Eduardo Cóccolo



Figura 30 - Sala de Estar com o acesso ao pátio à esquerda e à sala de jogos à direita. Bolseado nas paredes brancas. Fotos: Arqs. Helena Difilippo e Eduardo Cóccolo.

Interpretar este caso de nível zero ajuda-nos a compreender a alta flexibilidade dessas antigas residências de Montevideú, nos introduz ao esquema da casa-pátio que se reformula e se adequa aos destinos e usos mais diversos; e a tendência à verticalização interior desses espaços se torna recorrente em diversos casos de reciclagem, graças a capacidade estrutural que é possível atingir e, em determinados casos, ser ampliado com pequenos reforços. No entanto, no caso a seguir, um edifício de grau dois de proteção na *Ciudad Vieja*, observa-se ações inversas a Residência Durazno: uma atitude mais conservadora com fachadas, mas um refazimento integral do interior de dois padrões, transformados em um edifício de uso misto.

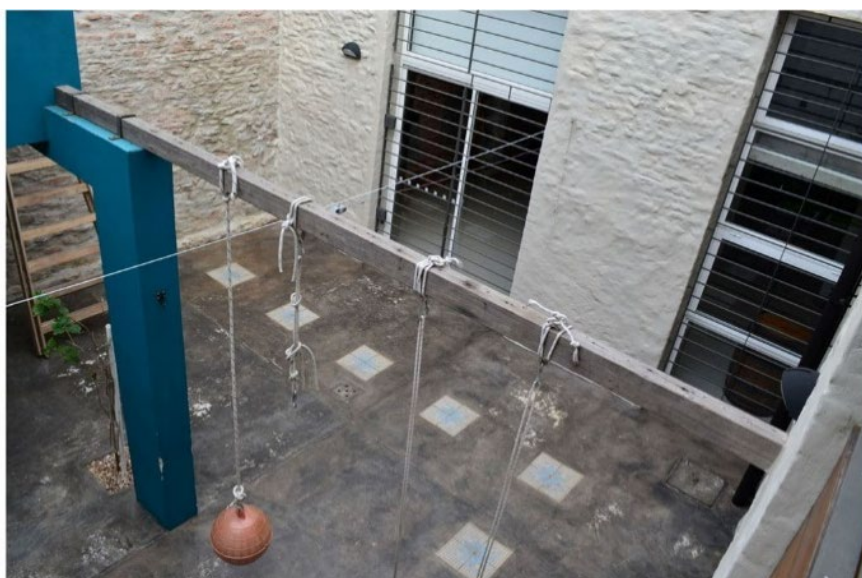


Figura 31 - Área externa. Vistas para as esquadrias da cozinha e quartos na primeira foto. Na segunda, esquadrias da sala. Fotos: Arqs. Helena Difilippo e Eduardo Cóccoló.

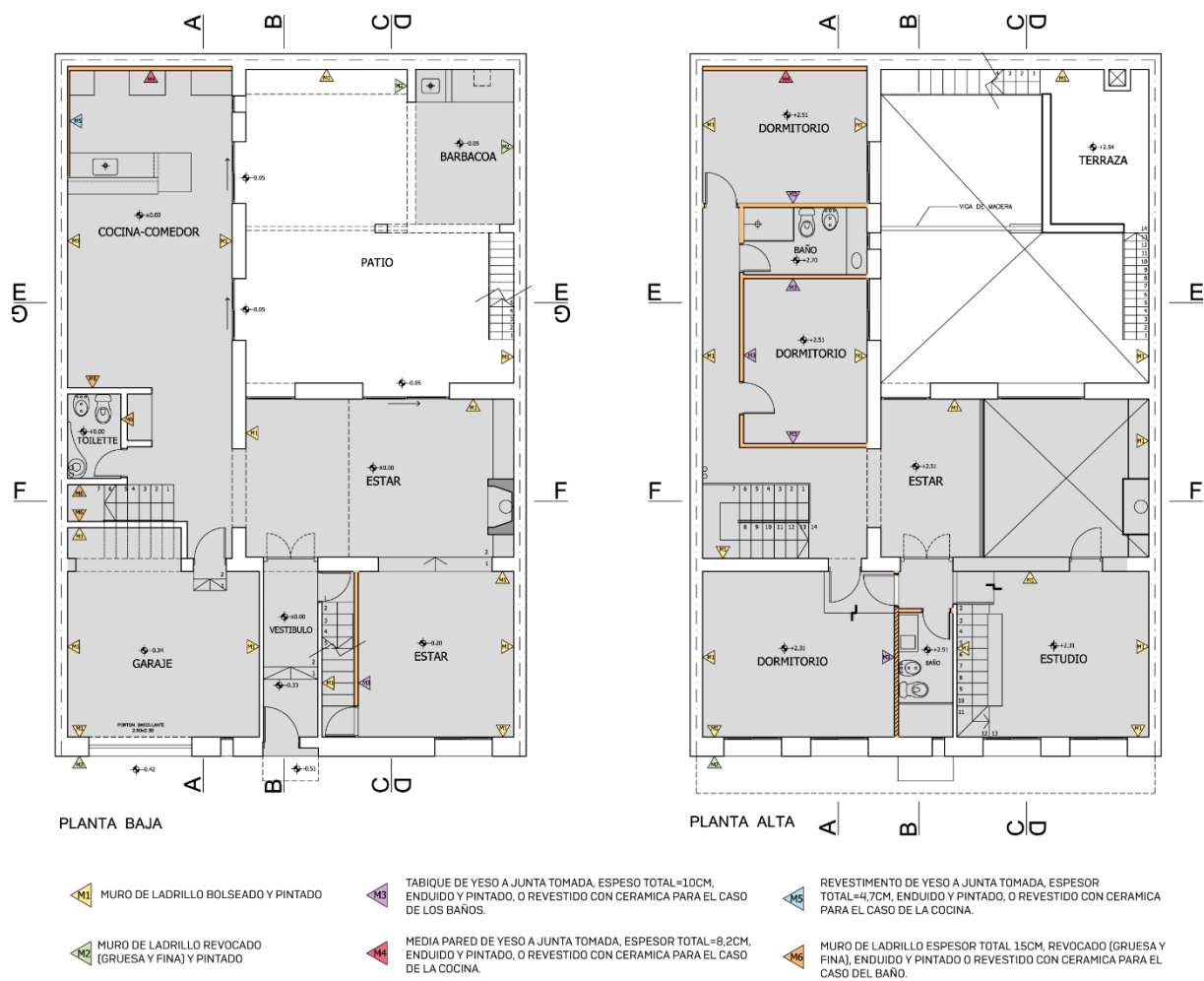


Figura 32 - Plantas baixas recicladas do térreo e segundo pavimento. Autores: Arqs. Hellena Difilippo e Eduardo Cócoco. Edição da autora.

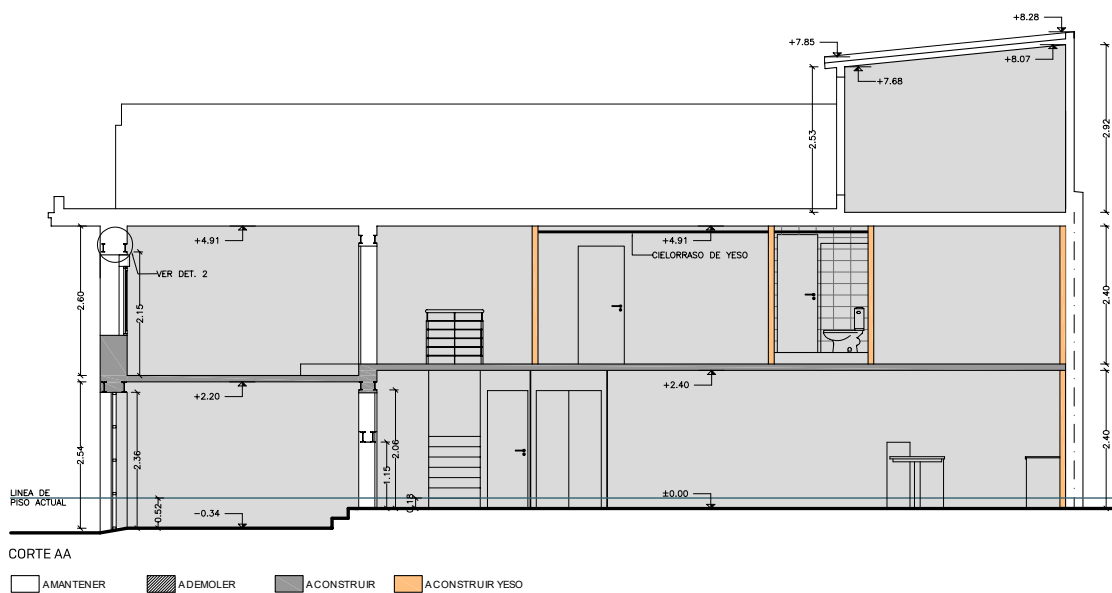


Figura 33 - Corte AA. Autores: Arqs. Hellena Difilippo e Eduardo Cócoco. Edição da autora.

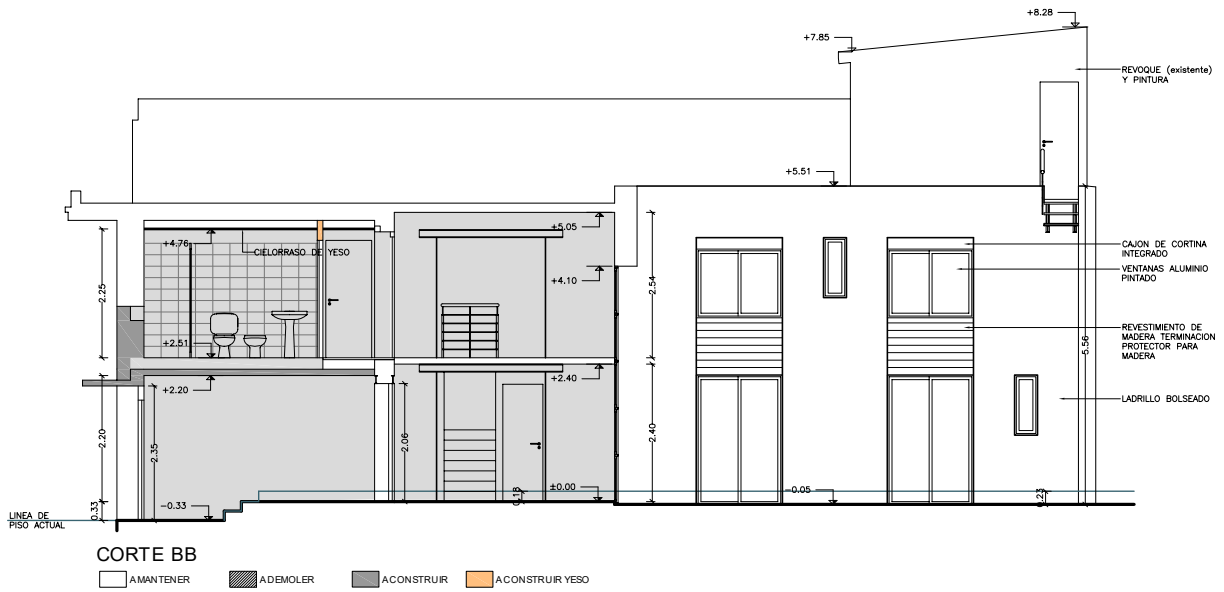


Figura 34 - Corte BB. Autores: Arqs. Hellena Difilippo e Eduardo Cócocolo. Edição da autora.

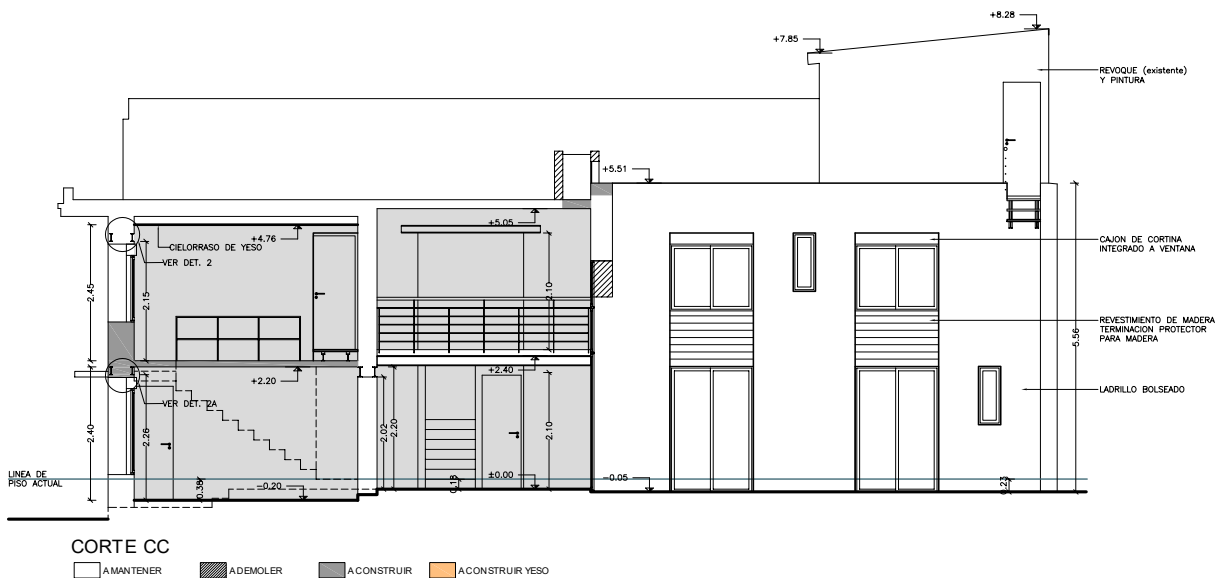
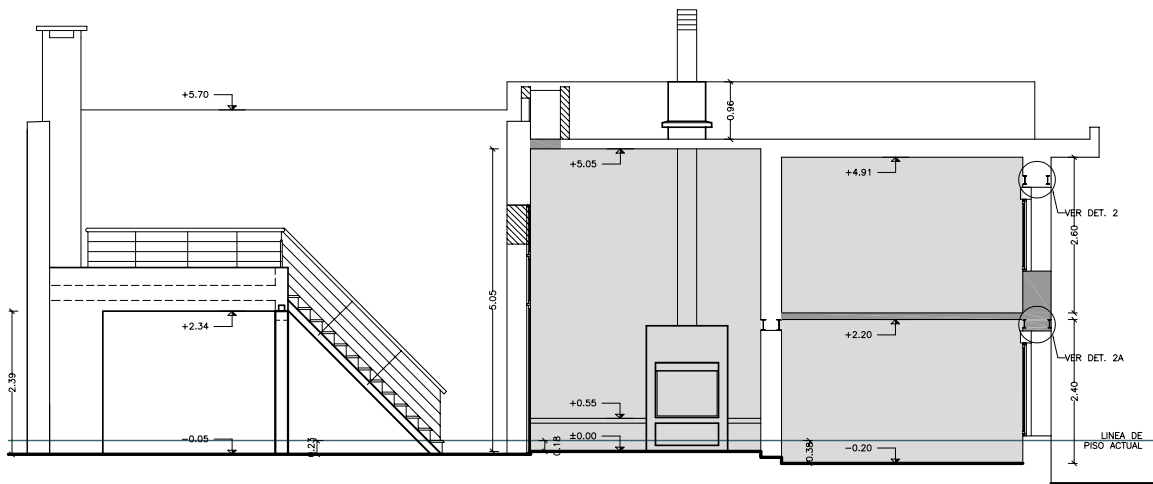


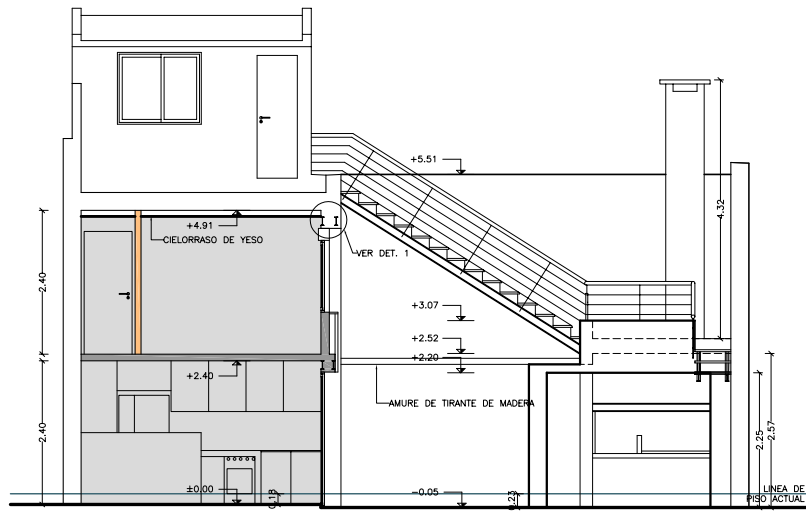
Figura 35 - Corte CC. Autores: Arqs. Hellena Difilippo e Eduardo Cócocolo. Edição da autora.



CORTE DD

AMANTENER
 ADEMOLER
 ACONSTRUIR
 ACONSTRUIR YESO

Figura 36 - Corte DD. Autores: Arqs. Hellena Difilippo e Eduardo Cocco. Edição da autora.



CORTE EE

AMANTENER
 ADEMOLER
 ACONSTRUIR
 ACONSTRUIR YESO

Figura 37 - Corte EE. Autores: Arqs. Hellena Difilippo e Eduardo Cocco. Edição da autora.

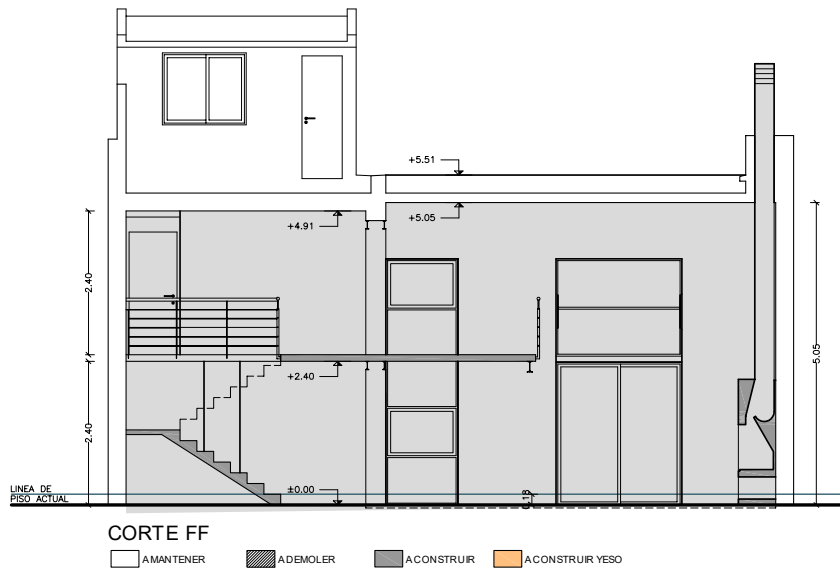


Figura 38 - Corte FF. Autores: Arqs. Hellena Difilippo e Eduardo Cocco. Edição da autora.

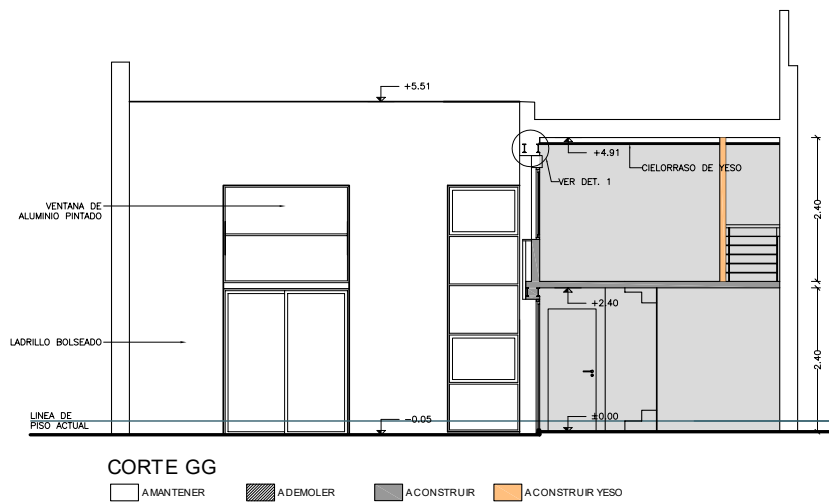


Figura 39 - Corte GG. Autores: Arqs. Hellena Difilippo e Eduardo Cocco. Edição da autora.

2.2 Análise de Grau Dois: Edifício Barreiro y Ramos



Figura 40 - Rua 25 de Mayo com a Livraria Barreiro y Ramos à direita, com a fachada coberta por toldos e seus guarda corpos de ferro. Ano 1925. Fonte: Montevideo Antigua.

Antonio Barreiro y Ramos [1851-1916], de quem se extraiu o nome atual do edifício, foi um imigrante espanhol da região da Galícia que se trasladou à Montevideu em busca de novas oportunidades de trabalho e de vida. Muitos outros espanhóis e italianos emigraram dos seus países de origem em função da alta concorrência de mão de obra e a escassez de recursos naturais na Europa; na América, pelo contrário, haviam muitos recursos naturais e pouca mão de obra qualificada, com o benefício de que as oportunidades de renda eram maiores do que as disponíveis na Europa [CURI, 2015, p. 226]. Foi então que em 1866 o imigrante galego desembarca em Montevideu com apenas 15 anos de idade e começa a trabalhar na livraria Real y Prado, uma das mais prestigiadas da cidade na época [ZUBILLAGA, 1999, p. 141]. Após anos de muita dedicação, Antonio desenvolveu tal *expertise* comercial no ramo que o tornou fundador e proprietário de uma das maiores livrarias-editoras do país – a *Libreria Nacional* em 1871 [GONZÁLEZ *et al.*, 1963].

Contudo, este edifício esquina localizado entre as ruas Juan Carlos Gomez e 25 de Mayo não foi construído para abrigar sua sede³⁰. A finalidade original do edifício ainda é desconhecida, bem como

³⁰ As notas históricas registradas no livro comemorativo de 90 anos da instituição [GONZÁLEZ *et al.*, 1963, p. 14], esclarece que a primeira sede foi instalada nas esquinas das ruas Bartolomé Mitre e 25 de Mayo. Especula-se que o prédio comercial esteja registrado no livro "La arquitectura en el Uruguay en Montevideo de 1830 a 1900", na página 15, figura 19 (tomo II – laminas).

a data e autoria do projeto original. Sugere-se que concepção e construção tenham ocorrido entre os anos 1880 e 1900 para o uso comercial e residencial, abrigando o comércio no térreo e residência no pavimento superior. Os usos posteriores até a ocupação pela livraria são incógnitos. Os registros históricos mais antigos consultados até o momento, reservam a Antonio Barreiro y Ramos a propriedade do edifício em 1918 o que torna o documento pouco consistente já que Antonio faleceu em 1916 e a ocupação do prédio como sede da livraria ocorreu logo após os anos 1900. Uma possibilidade é estar no nome do irmão homônimo³¹.

Existem modificações no edifício registradas em 1910 pelo Eng. Jose Serrato das quais ainda não se comprovam mais detalhes da transformação. No entanto é apontado pelo profissional a união de duas matrículas distintas para a formação da planta baixa como a temos hoje. Na realidade, a matrícula³² 4563 é a união de dois edifícios lindeiros e preexistentes, que podem ser comprovados ainda hoje pelas suas fachadas sob a Rua Juan Carlos Gomez (Figura 41), distinguidos mais claramente pelas platibandas e aberturas distintas.

Além de ter sido uma das sedes da livraria Barreiro y Ramos, ou *Libreria Nacional* como foi concebida originalmente, após anos em desuso abrigou o acervo do Museu Nacional de História Natural do Uruguai dos anos 2000 a 2006. Na ocasião, o edifício já se encontrava em situação crítica de deterioração (MONES, 2011, p. 10–11) e passada a ocupação do Museu, não foram encontrados registros de outros usos ou adaptações. Porém o uso mais significativo é atribuído inegavelmente à *Libreria Nacional* não apenas pela relevância da companhia para o ramo editorial no país, mas pela livraria ter sido um meio de democratização do conhecimento com a publicação de uma coleção de livros chamada "*Biblioteca Popular de Historia Nacional*"³³ e publicação de autores importantes na cultura do país, incentivados pela reforma educacional em vigor na ocasião. Ainda, a própria sede da empresa foi espaço para *tertulias de Barreiro* por 26 anos – o momento que reunia intelectuais, políticos, escritores de calibre. Deste grupo seletivo um presidente da república foi eleito - José Batlle y Ordoñez – e outros tantos ocuparam posições políticas ou de relevância cultural. (CURI, 2018, p. 56; GONZÁLEZ *et al.*, 1963 s.p.; ZUBILLAGA, 1999, p. 140)

Apesar do conjunto arquitetônico ainda ser pouco relevante (em questões de autoria, estética e composição), ele possui Elementos Significativos a serem preservados em sua integridade e consta-se

³¹ O irmão, também chamado Antonio, fez parte da primeira formação de sócios da livraria (CURI, 2015, p. 251), tendo uma sutil diferença no sobrenome: "Antonio R. Barreiro". Não foram encontrados, até o momento, mais detalhes a respeito.

³² Ou "padrón", de maneira mais precisa à linguagem técnica da Intendencia de Montevideo.

³³ "*Sabido es de todos que entre nosotros las obras de carácter histórico no llegan hasta las clases populares, ni menos a manos de la infancia, debido al hecho de ser aquéllas excesivamente costosas, demasiado extensas, al par que su estudio requiere cierta preparación especial que, por desgracia, ni todo el pueblo posee, ni se suministra a la infancia [...]; lo que nos induce a creer que todo empeño hecho en el sentido de difundir la historia patria entre las clases sociales de posición humilde, tendrá buena acogida, por más que esta, por grande que sea, no compense lo bastante la magnitud de la empresa que abordamos*" (ZUBILLAGA, 1999, p. 140)



Figura 41 - Fachada do edifício Barreiro y Ramos pela Rua Juan Carlos Gomez: as duas fachadas distintas, mas com os mesmos acabamentos de cor, textura e gradis dos guarda-corpos minimizam as diferenças. Fonte: da autora, 2019.

um forte valor simbólico, suficiente para que o Edifício Barreiro y Ramos esteja classificado entre os bens reciclados e preservados parcialmente na *Ciudad Vieja*. Esse reconhecimento admite que o patrimônio passe por uma modificação estrutural significativa para atender às novas demandas de renovação urbana e de incorporação, tendo sido transformado em um edifício misto e compacto, composto por salas comerciais e lofts.

As justificativas para o Grau 02

Em foto do edifício datada em 1914 (Figura 42), foto mais antiga capturada até o momento, presume-se que a fachada seja a mais próxima do original. As fachadas são simétricas, tanto para a Rua 25 de Mayo quanto para Juan Carlos Gómez. Contém ornamentação de medalhões e ramos nas platibandas; abaixo da platibanda ornamentada, frisos correm de uma fachada à outra formando uma cornija que insinua ser sustentada por duplas de glifos dóricos que pairam sob a verga das portas-janelas – e entre essas aberturas, medalhões pontuam o ritmo das esquadrias. As sacadas possuem guarda-corpos de ferro fundido. Mais uma cornija separa os pavimentos superior do térreo, caracterizando a fachada comercial com aberturas que variam entre vitrines e acessos. Há uma oposição entre a opacidade na área residencial do pavimento superior e a transparência da fachada térrea comercial. O edifício lindeiro já existente, que foi incorporado à matrícula da livraria, possui

características de fachada muitos semelhantes com pequenas diferenças quanto ao ornamento da cornija e emolduramento das aberturas, mas ainda se comportam como edifícios distintos. Há uma proeminência do Ecletismo em sua ornamentação.



Figura 42 - Fachada de 1914. Fonte: Curi (2018, p. 51)

O retrato do mesmo edifício em 1983, ano da criação do inventário da *Ciudad Vieja*, mostra um edifício adaptado às características estilísticas recorrentes do *Art Déco*. Os medalhões e ramos que ornamentavam as fachadas foram removidos, deixando as fachadas mais abstratas e planas, dando mais prevalência às formas retas e ao purismo formal (racionalista, como denominam os uruguaios). A platibanda agora simplificada, sem escalonamentos e frontões, tem algumas de suas partes subtraídas para dar lugar à gradis. Uma edícula foi acrescentada na última laje do edifício. As vitrines que antes tinham seu peitoril baixo e davam a sensação de mais transparência, tiveram seus peitoris elevados, modificando a opacidade da fachada, assim como o acréscimo de pequenas vitrines entre as existentes modificam a composição. É acrescentada uma espécie de viga na verga dessas aberturas térreas que, embora não possua função estrutural, indica-se uma tentativa de sombreamento e aumento de opacidade sob as transparências das vitrines. O acréscimo da marquise semicircular de esquina, marcando o acesso do espaço comercial, enfatiza a adaptação estilística que o edifício se sujeita.

O inventário justifica estas alterações: está registrada, em 1934, uma reforma da fachada e vitrines no térreo pelo arquiteto Julio Bastos Kliche, o que justifica a adaptação da fachada para o *Art Déco*: Kliche possui construções inventariadas na *Ciudad Vieja*, datadas concomitantemente à época da intervenção no edifício Barreiro e no mesmo estilo que predominava suas construções na época, o

Art Déco. O edifício residencial de caráter econômico Roccatagliata, localizado ao final da avenida 25 de Mayo, esquina com a rua Juan Lindolfo Cuestas, caracteriza-se com volumetria simétrica, tratamento de fachada escalonado e composição que responde à inserção de esquina e *bow windows* (GAETA, 1999, p. 25). O arquiteto se forma pela UdelaR em 1925 (AGORIO, 1925, p. 161) e desenvolve outros edifícios da mesma categoria na *Ciudad Vieja* com o colega de formatura, arquiteto Héctor Mondino. Destaca-se também que a dupla de profissionais recebeu a terceira posição no concurso para o novo Hospital de Clínicas, do qual Carlos A. Surraco recebe o prêmio máximo (REVISTA ARQUITECTURA, 1930, p. 191).

A fachada registrada em 1983 foi a que se manteve consistente, segundo demonstram as revisões de inventário posteriores, ainda que afetado por intervenções funcionais, como a instalação de um ar-condicionado na fachada. E o uso, também notado pela fachada, permanecia sob a administração da Livraria Barreiro. Em seu contexto, o edifício participa de dois trechos significativos do Centro Histórico: pela Rua Juan Carlos Gómez com outras edificações com a mesma tipologia de comércio no pavimento térreo e residência do pavimento superior; na Rua 25 de Mayo, um dos trechos relevantes da *Ciudad Vieja*, e nos tempos de auge econômico de Montevideú, uma das movimentadas avenidas do Centro Histórico (Figura 40).

Em 2010, o grupo de investidores espanhóis Tikto S.A. faz o lançamento de um novo empreendimento no edifício da antiga livraria, carregando o nome do empresário galego na iniciativa. A empreitada inaugurou os investimentos³⁴ do grupo no Uruguai, com a anuência de Mariano Arana no lançamento do novo empreendimento (MONTEVIDEO PORTAL, 2010, online). O projeto de reciclagem e execução ficaram ao cargo do Arquiteto Eduardo J. Arralde, componente da comissão de ética da *Sociedad de Arquitectos del Uruguay* (mandato 2018-2022) e autor de outros projetos de reciclagem na *Ciudad Vieja*.

As diretrizes de intervenção levam em conta as *Normas sobre Rehabilitación de Edificios* (vide Anexos), que incentiva a criação de mais de uma unidade locativa, independentemente de ser habitação ou comércio (INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2003a) e que se admite a modificação do volume original edificado, desde que atendam aos regramentos urbanos estipulados na região. A verticalização interior é a estratégia adotada novamente para o caso, fazendo uso do reajuste de pés direitos admitidos para utilizar o espaço aéreo das grandes alturas dos ambientes internos das antigas edificações, entrando na recorrente adaptação desses prédios antigos em conjunto de *lofts*.

³⁴ No site do grupo imobiliário existem outros dois empreendimentos concluídos no Uruguai: o Edifício Mahón em Montevideú – Av. Coronel Brandzen 2096, área próxima ao Parque Batlle; e o Edifício Mirador, em Maldonado, que reutilizou a estrutura de um edifício abandonado há 30 anos para lançar o novo empreendimento.



Figura 43 - Foto do edifício em 1983. Fonte: Inventario del patrimonio arquitectónico y urbanístico de la Ciudad Vieja



Figura 44 - Fachada do edifício em 2010, já em desuso no térreo.

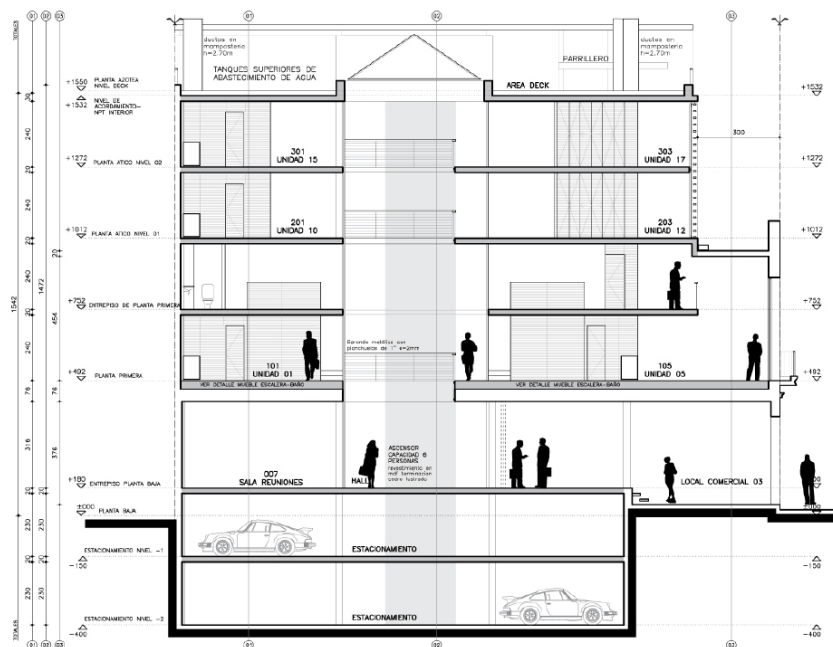


Figura 45 - Corte transversal, paralelo a avenida Juan Carlos Gomez. Fonte: Tikto S.A

A morfologia original conta com os dois edifícios de dois pavimentos de tipologia pátio, sendo o de esquina com o pátio lateral e o subsequente com pátio central, ambos cobertos por claraboias de vidro e ferro. O sistema construtivo possui pilares em ferro fundido e paredes portantes de pedra e tijolos maciços. Partindo a análise das plantas da intervenção, as paredes portantes do térreo possuem 71 centímetros de espessura, enquanto as superiores estreitam para 60, chegando na platibanda com 40 centímetros. As lajes são feitas de *bovedillas*³⁵ e o forro de metal expandido. Na categoria “Elementos Significativos” a serem protegidos, sinaliza-se a escada em caracol, de ferro fundido ornamentado com maiólicas³⁶, contudo registrados no Inventário de 1983 e não comparece em plantas baixas de intervenção.

O novo programa dado ao edifício, contempla os usos de habitação, comércio e escritórios. A adaptação se manteve consistente na aparência exterior, no que se considera os elementos constitutivos da fachada; não pretende restaurar a aparência original dos anos 1900 para reaplicar os ornamentos ecléticos de outrora, mas parece buscar uma “limpeza estética” ao remover os acréscimos estilísticos que o arquiteto Julio Bastos Kliche aplica em sua atuação “renovadora”. A ocasião leva a indagações de qual seria o momento adequado do edifício para um resgate de memória com respeito à sua carga simbólica: a manutenção da marquise de esquina, que se

³⁵ Expandindo o tema das *bovedillas* iniciado no estudo da *Vivienda- Estudio Durazno*, elas podem equiparar-se ao diminutivo das *bovedas*, que nos remetem às construções de Bonet e Dieste na Casa Belingieri ou *La Petit Maison du Week-end* de Corbusier.

³⁶ Cerâmica do gênero da faiança (louça de barro coberta por um esmalte opaco e estanífero), cujos mais belos exemplares foram criados na Itália do século XVI, com temas decorativos estreitamente relacionados aos da pintura do Renascimento e do Maneirismo [Dicionário Houaiss].

demonstra como elemento arquitetônico que pontua a atuação de Kliche, poderia ter sido mantida? Ou a decisão de remover a marquise foi estimulada por um caráter funcional, já que a fachada agora possui acesso principal por outras aberturas?

Arralde, ainda que pareça contraditório, interfere internamente no conjunto de maneira radical, concessionado pelo grau de proteção que permite tais alterações. Porém notam-se sensibilidades estéticas com respeito à memória simbólica do edifício, pontuando o novo com o “resgatado”, mas caracterizando a nova fachada para as novas exigências e o novo ciclo de uso. Neste caso, Arralde transmite ser reintegrativo quanto ao estágio original do edifício. A intervenção exemplifica de que maneira a *reciclaje* pode se comportar como uma solução intermediária entre as atuações de conservação de intenções puramente documentais e a via de revitalização de um edifício de uso defasado para a época em que se insere. Torna legível o que é a preexistência e a intervenção renovadora comportando o terceiro piso como um ático contemporâneo. Não será o primeiro edifício em Montevideu a usar da estratégia de ampliar com áticos sua área construída, dialogando com a cidade histórica, já que edifícios como *La Mansarde* [ZIP Arquitectos], no mesmo centro histórico, utilizam da mesma manobra para lidar com preexistências. A composição de materiais e o manejo do ritmo de aberturas consolida o novo piso de maneira discreta e sóbria. Do ponto de vista do passeio, o volume não obstruiu alturas circundantes e tampouco requereu protagonismo na esquina. O brise entre as aberturas se comporta como a figura fundo na superfície da fachada e reforça as aberturas alongadas, emolduradas por concreto moldado in loco.



Figura 46 – Fachada do Edifício Barreiro y Ramos, agora reciclado. Fonte: Foto da autora. Ano: 2019.

As fotos do interior da construção confirmam que boa parte da estrutura interna do prédio foi desfeita para dar espaço a nova planta baixa. O edifício de dois pavimentos se transforma em seis, seja pelos acréscimos de andares ou pela divisão do pé direito original em dois. A área construída é de 3550², composta por 19 unidades privativas com flexibilidade suficiente para serem ocupadas como habitação ou escritório – um pavimento ou duplex, a partir de 60m² – todas as unidades estão equipadas com fogão, exaustão, calefação e esperas para ar-condicionado. Foram mantidas quatro salas comerciais no térreo, com ligação direta para o exterior e, no interior, acrescentado um hall central que articula todos as unidades criadas no empreendimento, coberto por uma claraboia automatizada. Foram criados dois subsolos acessados pela rua Juan Carlos Gomez, através de um elevador para automóveis. O condomínio conta com infraestruturas comuns como salas de reuniões equipada e climatizada, sala de conferências, hall permitindo exposições e um terraço semicoberto com *parrilla*. O acesso ao prédio é controlado por sistema de segurança e vigilância 24h.

A verticalização interna também opta por fluidez espacial interna. Isso porque o grande saguão condiciona outro elemento preservado, uma claraboia – ainda que não seja a original. Automatizada para possibilidade de abertura, auxilia na circulação e iluminação naturais do interior, constituído de passarelas elevadas que articulam os acessos às salas comerciais e apartamentos – portanto, com um pé direito de aproximadamente 15 metros.



Figura 47 - Parte interna do edifício destruída e iniciam-se as construções dos subsolos. Ano: 2011. À direita, clarabóia automatizada. Fonte: En Perspectiva e InfoCasas Uruguay.



Figura 48 - Fotos do átrio iluminado pela claraboia automatizada. Fonte: Tikto S/A.

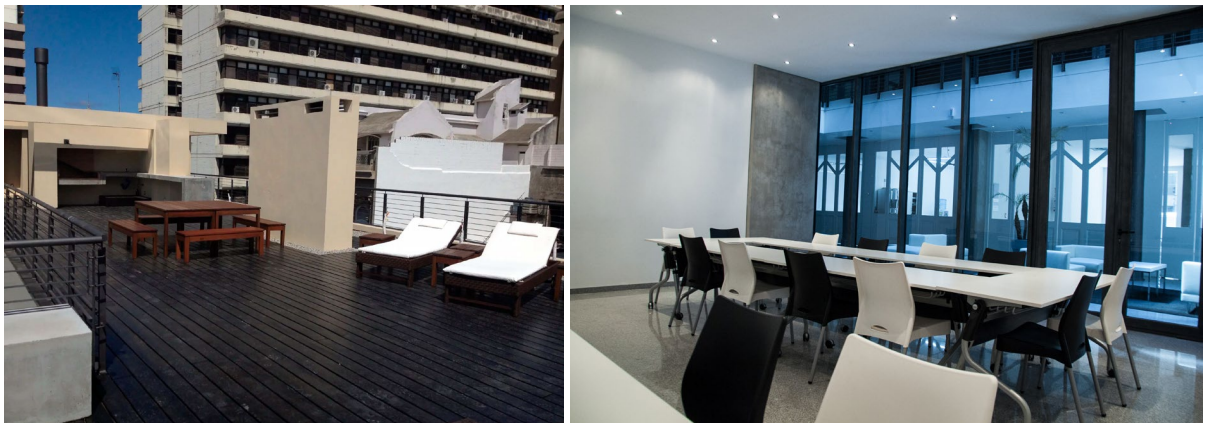


Figura 49 - Terraço do Edifício Barreiro y Ramos e, à direita, sala de reunião compartilhada. Fonte: InfoCasas Uruguay e Tikto S/A.

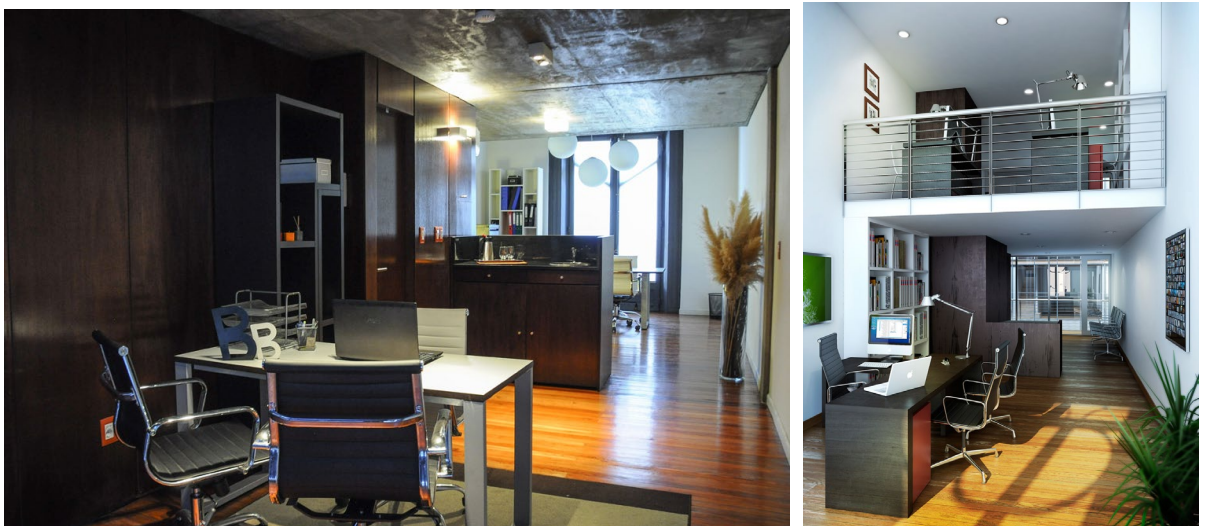


Figura 50 - Imagens internas de proposta de uso do edifício. Fonte: Tikto S/A.



Figura 51 - Fachada sob Rua 25 de Mayo. Fonte: Tikto S.A.



Figura 52 - Fachada sob Rua Juan Carlos Gomez. Fonte: Tikto S.A.

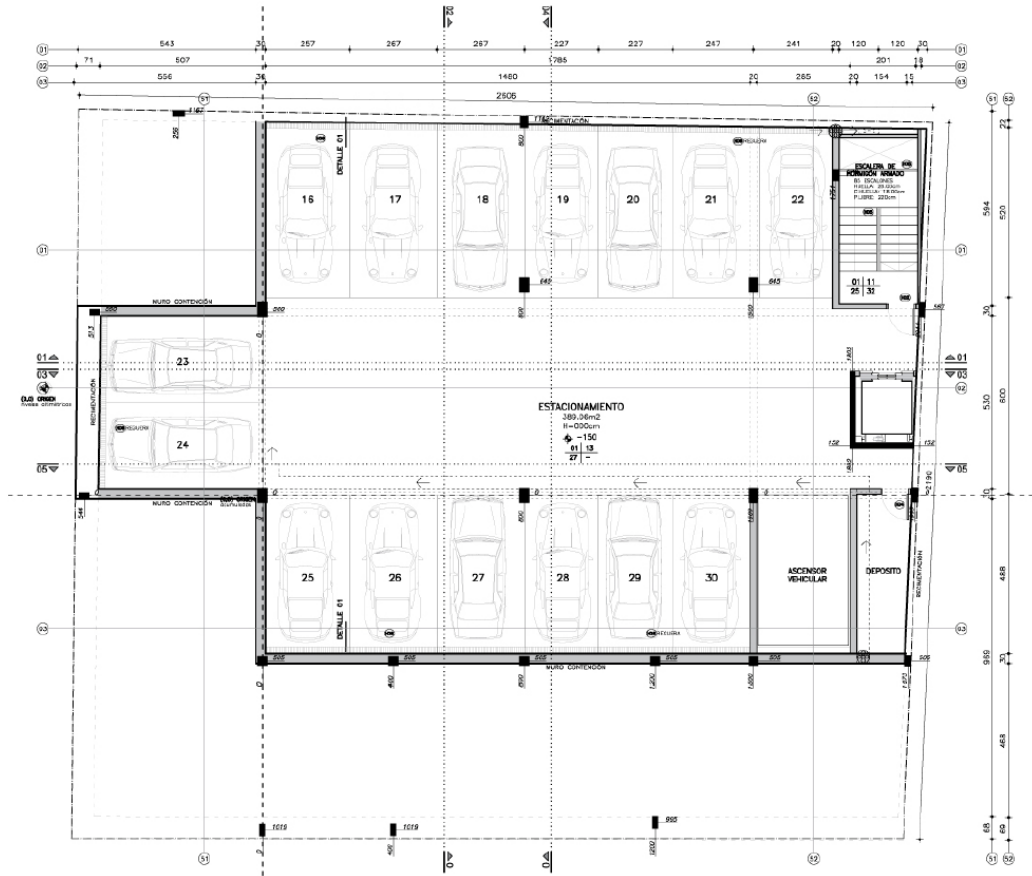


Figura 53 - Barreiro y Ramos: Planta Baixa do Subsolo 01. Fonte: Tikto S.A.

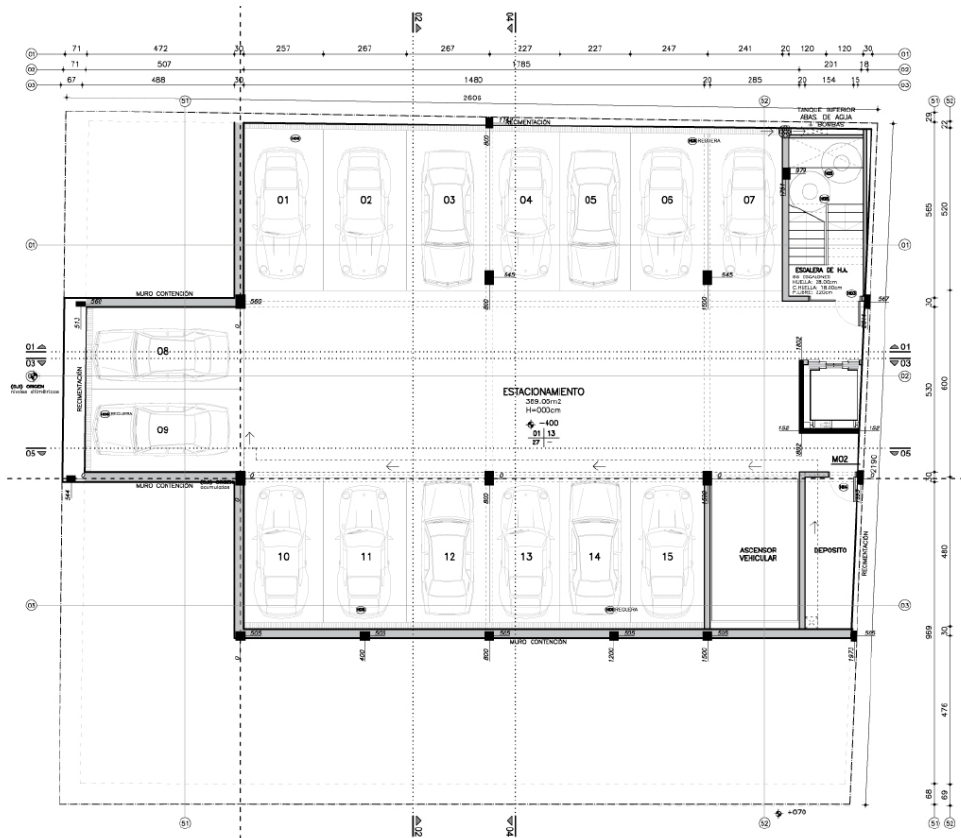


Figura 54 - Barreiro y Ramos: Planta Baixa do Subsolo 02. Fonte: Tikto S.A.

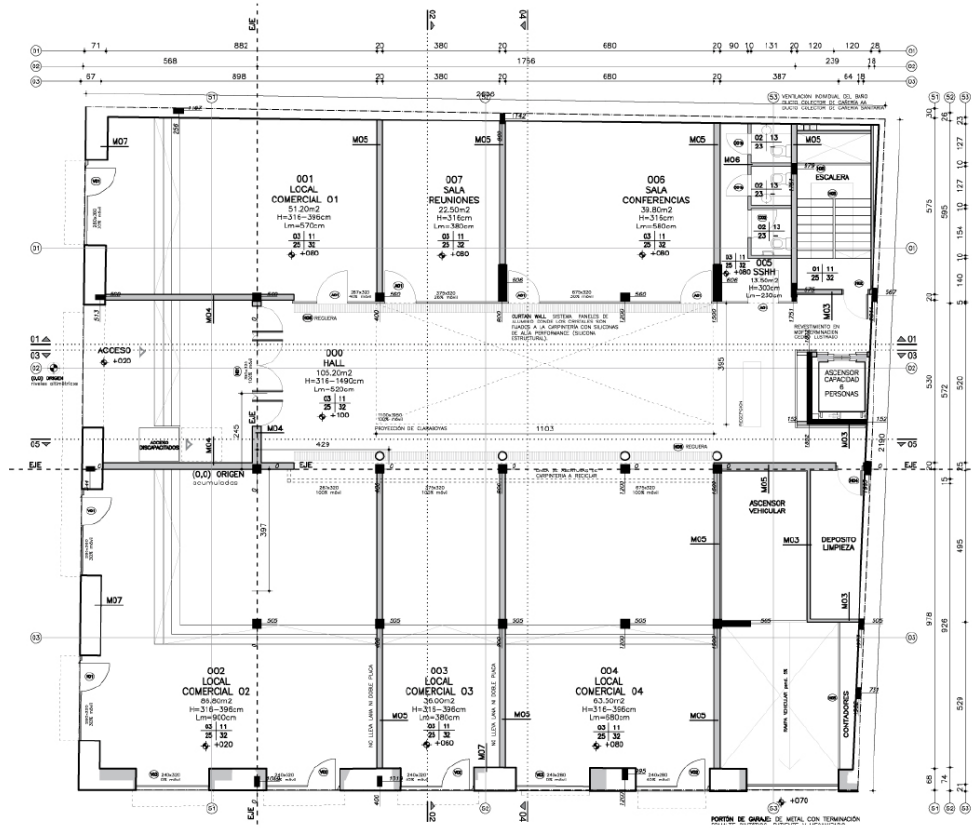


Figura 55 - Barreiro y Ramos: Planta Baixa do Têrreo. Fonte: Tikto S.A.

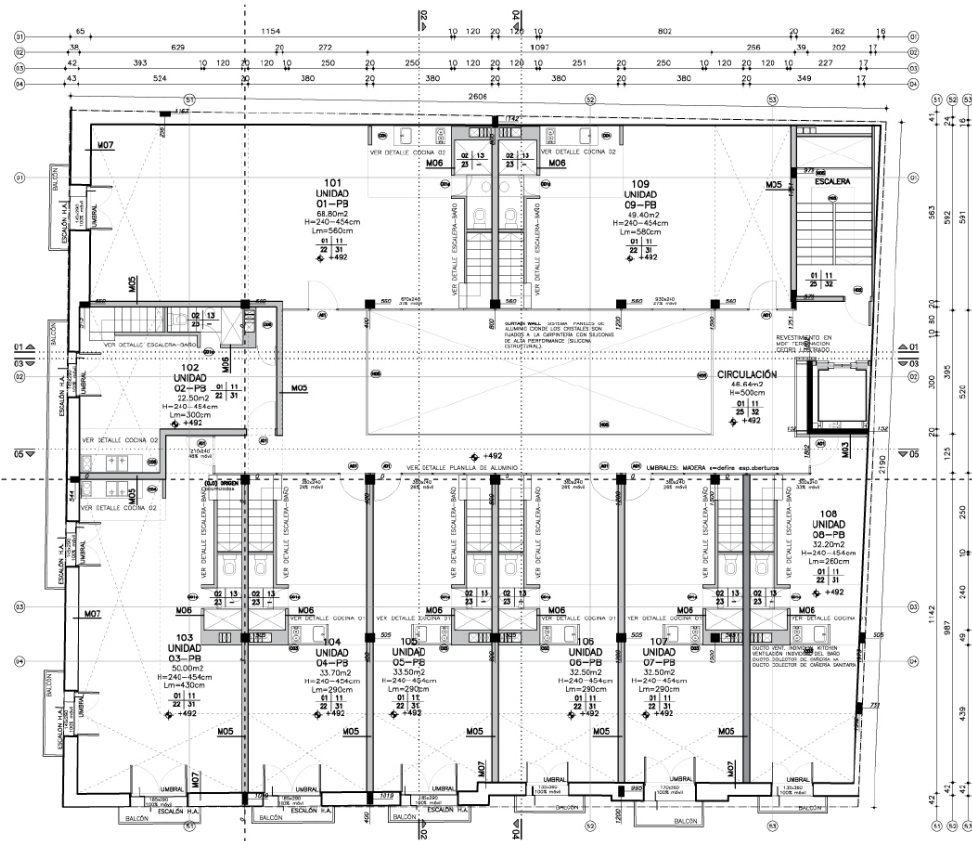


Figura 56 - Barreiro y Ramos: Planta Baixa do Primeiro Pavimento. Fonte: Tikto S.A.

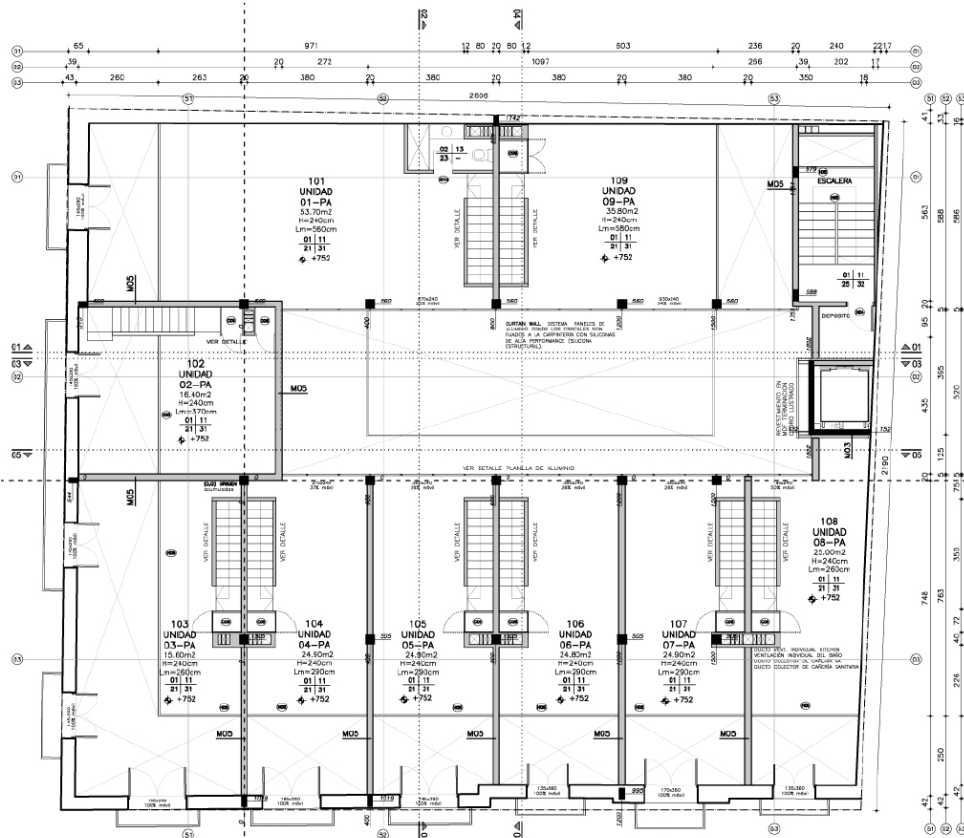


Figura 57 - Barreiro y Ramos: Planta Baixa do Mezanino do Primeiro Pavimento. Fonte: Tikto S.A.

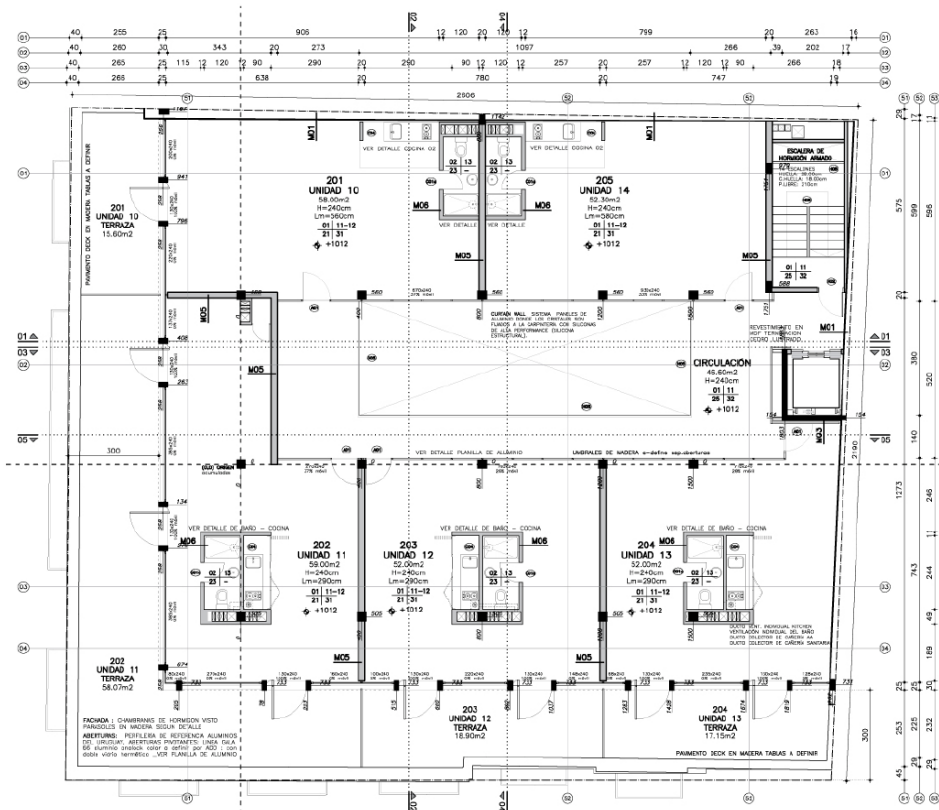


Figura 58 - Barreiro y Ramos: Planta do Segundo Pavimento, possui nível único. Fonte: Tikto S.A.

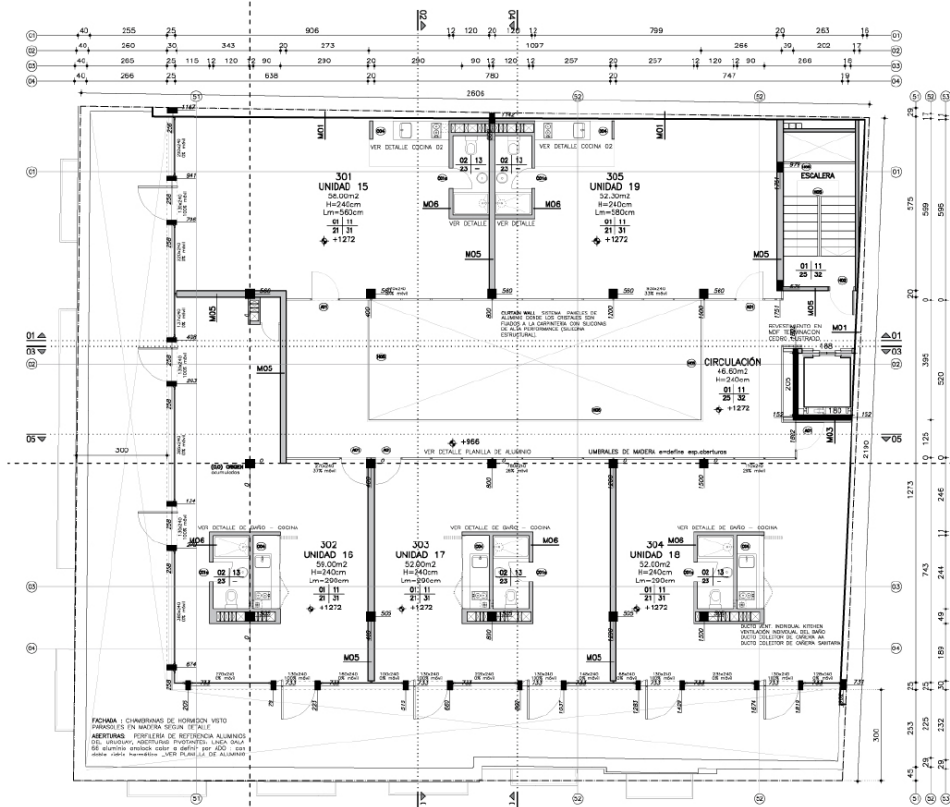


Figura 59 - Planta do Terceiro Pavimento, área do novo ático. Possui nível único. Fonte: Tikto S.A.

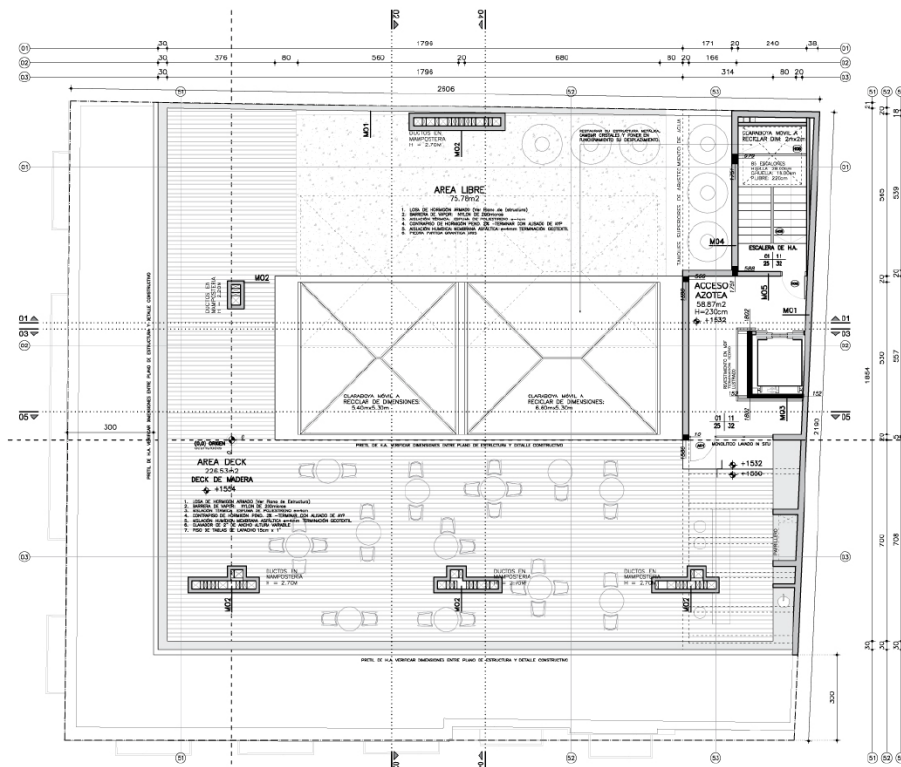


Figura 60 - Barreiro y Ramos: Planta Baixa do Terraço com churrasqueira. Fonte: Tikto S.A.

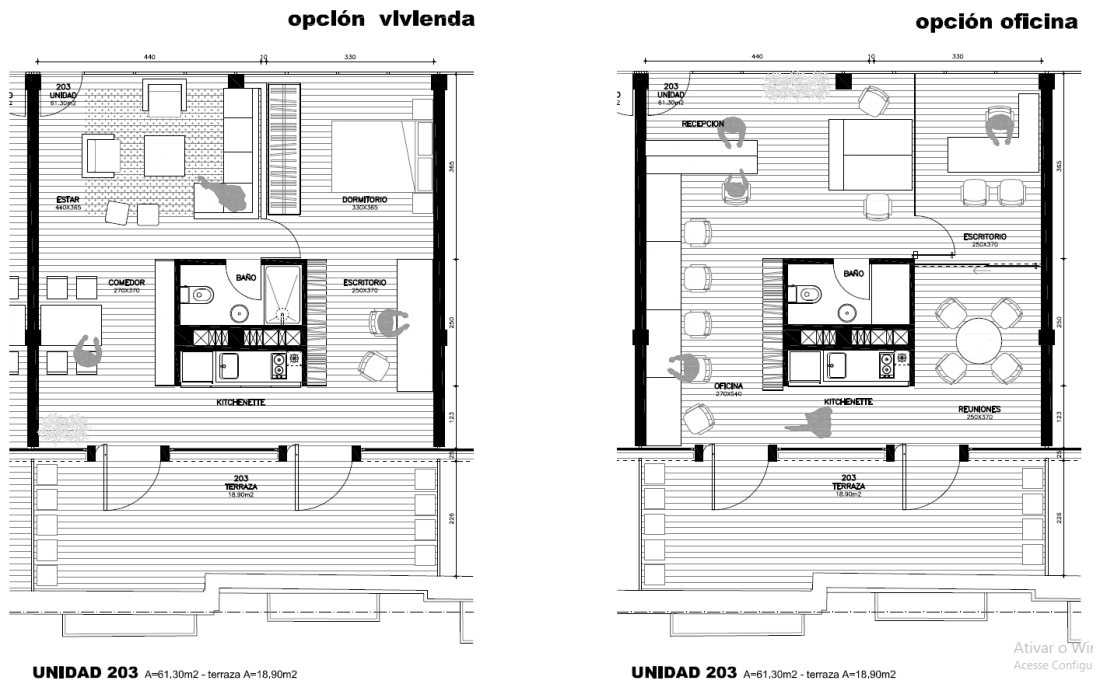


Figura 61 - Barreiro y Ramos: Opções de flexibilização de planta baixa da unidade 203, apresentadas pela incorporação.
Fonte: Arquiteto Eduardo J. Arralde/Tikto S.A

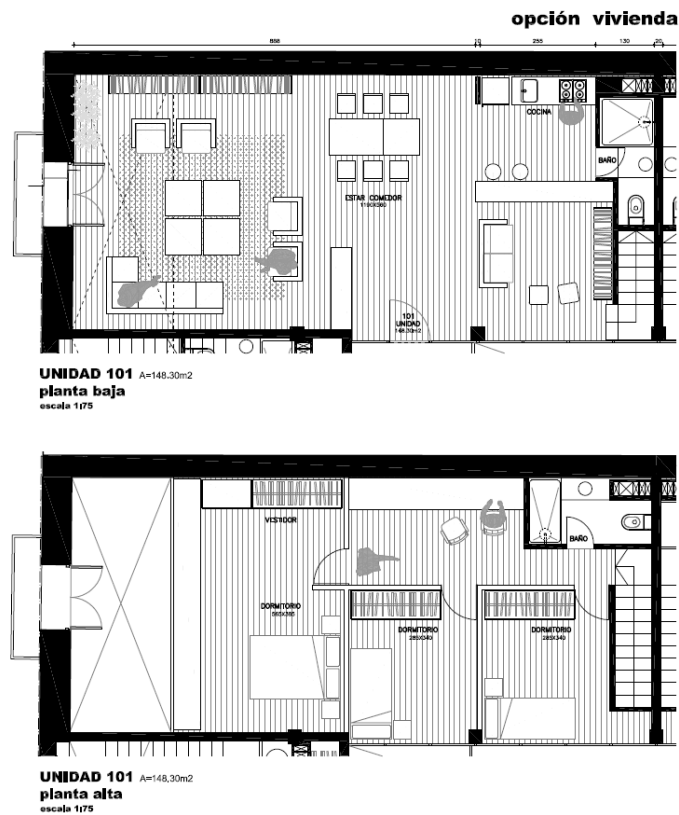
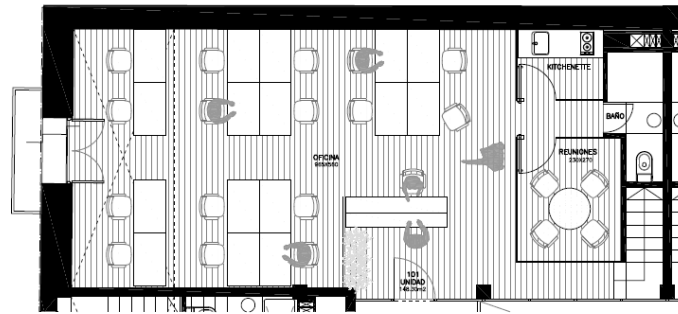
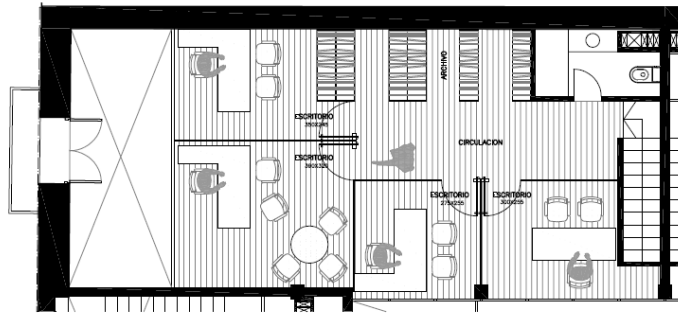


Figura 62 - Barreiro y Ramos: Disposição sugerida para a unidade 101, como residência. Planta Baixa e Mezanino. Fonte: Arq. Eduardo J. Arralde/Tikto S.A.

opclón oficlna



UNIDAD 101 A=148,30m²
planta baja
escala 1/75



UNIDAD 101 A=148,30m²
planta alta
escala 1/75

Figura 63 - Barreiro y Ramos: Disposiçãõ sugerida para a unidade 101, como escritório. Planta Baixa e Mezanino. Fonte: Arq. Eduardo J. Arralde/Tikto S.A

3. VOLVIENDO VIEJO

Volviendo Viejo, pois as amostras se agrupam em uma faixa protetiva em que as modificações estruturais em edifícios se tornam mais restritivas e acompanham, geralmente, mais Elementos Significativos a serem percebidos em sua ficha patrimonial. Nesta seção, os graus a serem explorados serão os de escala três e quatro, os dois últimos degraus de proteção patrimonial departamental. Os edifícios desta faixa corriqueiramente correspondem a um tipo arquitetônico claro, a um estilo tipificado e, ainda que não seja recorrente, uma autoria original expressiva. Assim, as intervenções tendem a ser mais discretas ou reversíveis, com intuito de manter sua aparência original.

A definição chave que contrasta o grau três do seu subsequente consiste em o quão restritiva se torna essa proteção. No grau três as intervenções são bem-vindas, sujeitas a aprovação da Comissão Permanente da área, pois existe um respeito maior ao que integra sua estrutura física e ambiental. Admite-se a remoção de elementos que não gozem de proteção patrimonial específica, que sejam de menor porte dentro do conjunto ou que estejam em estado de muita deterioração. Contudo o grau quatro requer uma reverência integral ao edifício reconhecidamente excepcional. Eles são marcos urbanos ou relevantes para a historiografia da arquitetura. Atuações nesses bens se aproximam a obras de restauro, com eliminações de distorções arquitetônicas e novas incorporações discretas - e assim como no grau três - sujeitas à avaliação da Comissão Permanente. [INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2013, p. 11-12]

Seguindo a estrutura do capítulo anterior, iniciada com uma análise panorâmica de alguns casos, o bairro Carrasco deu-nos a oportunidade de averiguar o quão similar ou não pode ser o funcionamento das Comissões Especiais Permanentes, ainda que o *Plan Montevideo* traga diretrizes comuns à todas elas, especialmente no quesito de proteção patrimonial por graus. O documento "*Plan Especial Carrasco y Punta Gorda*" definem terminologias distintas das estudadas, até o momento, para bens arquitetônicos sob sua jurisdição: proteção *Integral* e *Estructural* - sendo Proteção Integral correspondente aos graus três e quatro da escala de 1983 da CEPCV e Proteção Estrutural equivalente ao grau de proteção dois, não contemplando os graus um e zero em seu inventário [UNIDAD CENTRAL DE PLANIFICACIÓN, 2005, p. 55].

Outra intenção clara desse plano é a proteção que abrange temas ambientais além do edifício, em regiões com caráter a ser preservado, já que o Plano Especial manifesta que Carrasco e Punta Gorda possuem uma heterogeneidade abrangente de tipos de ocupação de solo, manifestações

arquitetônicas e espaços verdes, em que se atribui aos bairros o caráter de “cidade-jardim”³⁷, ainda que com variantes - nas palavras dos autores do Plano. São questões que se diferenciam da região formativa de Montevideu (Como *Ciudad Vieja* e Centro) constituída de uma ocupação de solo massificada pela tipologia pátio, anteriormente estudada, resultando em mais cheios do que vazios urbanos e que talvez nos demonstre uma sensibilidade dessa Comissão Permanente ao reconhecer os estratos de cidade como patrimônio material, que transcendem questões edilícias, abrangendo as urbanísticas também. Uma descrição do próprio plano de salvaguarda Carrasco – Punta Gorda nos ajuda a compreender as particularidades desse bairro tão emblemático:

“O plano, a partir de um foco coerente com os demais planos especiais, advém da peculiaridade dos valores patrimoniais de Carrasco – Punta Gorda, pelo que a dimensão ambiental engloba e supera as visões objetais, de sítios e inclusive traçados (categorias úteis nas diversas áreas de regime patrimonial). Além destas, se reconhecem os eixos viários arborizados, os parques e praças, os cursos d’agua e suas terras lindeiras e a costa. O próprio índice de vegetação e o baixo fator de ocupação de solo, de nítido efeito ambiental, se consideram como parte substantiva do patrimônio do setor.” (INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2003b)



Figura 64 - Preexistência do Empreendimento “Carrasco Valley”. Fonte: Skycrapercity, novembro de 2021.

Carrasco Valley tem a peculiaridade de ainda estar em fase de construção no momento da elaboração desta dissertação. Também se torna exemplificativo para a gama de “mega-projetos” que passam a surgir nas ações de *reciclaje* nos anos mais recentes no Uruguai: são projetos que reciclam patrimônios para construções de alto padrão, sejam corporativos ou residenciais. Carrasco Valley é de autoria do escritório Gómez Platero e o edifício de origem se localiza na esquina das ruas General

³⁷ “Se poderia dizer que – com variantes -, se ajustam a um modelo de cidade-jardim Isto implica um sistema conformado por: traçado de ruas, que se expressa em uma forma aberta com polifocalidade de espaços públicos verdes de diferente escala; ruas arborizadas; quadras com parcelas de tamanho médio ou grande; arquitetura isenta ou associada por uma medianeira com recuos amplos; jardins contínuos entre público e privado.” (UNIDAD CENTRAL DE PLANIFICACIÓN, 2005, p. 27). O traçado planejado do balneário possui autoria do paisagista francês Carlos Thays, que em seu projeto definiu a localização de um luxuoso hotel – Hotel Casino Carrasco, nos anos 1920.

Rivera e Porto Rico, no bairro Carrasco, a 650m do Hotel Carrasco. Sua proximidade ao famoso hotel é intencional por ter sido alojamento dos funcionários da corporação hoteleira nas épocas de alta temporada [CEP CARRASCO Y PUNTA GORDA, [s. d.]; MUCUGUAY, 2018]. Posteriormente foi utilizado para abrigar pessoas desalojadas pela inundação de 1959, ficando gradualmente substituído por outros inquilinos e entrando em estado de degradação, tornando-se conhecido no bairro como “*conventillo*”, adjetivando a situação de “favelização” ao qual o bem se submeteu [NICOLA, 2020, online].

A preexistência consiste em edifício de quatro pavimentos, tipologia bloco, com uma linguagem de nuances coloniais de composição tripartida, aberturas em ritmo regular e cobertura de quatro águas constituída de telhas francesas. A cautela patrimonial do tipo “Integral”, especificamente de grau três para o edifício, manteve suas características externas preservadas como demonstram os *renders* do empreendimento (Figura 65), de acordo com as recomendações da sua ficha patrimonial, dando às aberturas uma composição de esquadria mais simples, com predominância dos vidros lisos. De *conventillo* a um polo empresarial com comércio de consumo, a estrutura será ampliada com mais dois blocos de alturas idênticas à preexistência, contudo com uma composição contemporânea em vidro, aço e vegetação na fachada. Os investidores, nessa ocasião são todos uruguaios e pretendem concluí-lo em 2023.



Figura 65 – Render do empreendimento Carrasco Valley. Fonte: <https://carrascovalley.altius.com.uy>.



Figura 66 - Carrasco Valley, perspectiva da rua General Rivera com a preexistência. Fonte: Gómez Platero.

Contudo, outro edifício de grau três com a proporção de uma quadra da *Ciudad Vieja*, o Hotel Nacional, não obteve ainda um bom desfecho. Foi construído com recursos do investidor Emílio Réus, o mesmo que fez investimentos para o bairro operário Barrio Réus Sur³⁸. O início da construção data em 1888 com autoria do engenheiro-arquiteto Juan Tosi, originalmente destinado a funcionar como um Hotel. Este edifício faria parte de um complexo “Médico e Hidrotermo-Terápico” que nunca chegou a ser inaugurado em função da crise que ocorreu em 1890 [INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2011a]. Em 1895 foi adquirido pelo estado para servir de instalações da UdelaR [MONTEVIDEO ANTIGUO, 2014], fato que Scheps [2008, p. 117] corrobora afirmando ter sido a sede da Faculdade de Matemáticas da Universidade e, em 1915, berço das faculdades de Engenharia e Arquitetura. Foi instalação de outros cursos até 1973, época em que foi fechada pelo governo militar [MONTEVIDEO ANTIGUO, 2014].

Durante o período em que não havia motivos suficientes para uma cautela patrimonial, o edifício passou por diversas intervenções físicas e estruturais para abrigar os usos aos quais foi submetido, o que justificaria o grau três de proteção – o distanciamento de suas nuances originais. Posteriormente, o edifício foi reconhecido como Monumento Histórico Nacional em 1996 e, desde então, a sociedade aguarda com expectativa um investidor que recicle o edifício que se tornou um marco na paisagem da *Rambla* de Montevideú. Em 2007, o edifício foi leiloado para um empresário grego chamado Panagiotis Tsakos por três milhões de dólares, com a intenção de transformá-lo em um edifício cultural e corporativo sediando, inclusive, a filial da empresa Tsakos. O anteprojeto do

³⁸ Como relatado no capítulo “O Caso Uruguiaio: Montevideú”.

edifício foi aprovado pela CPCV, contudo não houve investidores compatíveis com o programa do empreendimento. O edifício, agora de propriedade privada, passa por manutenções paliativas e está com a contribuição fiscal em dia, porém sem uso efetivo e interessados no investimento (EL PAIS, 2015).



Figura 67 - Perspectivas do empreendimento à venda por diversas imobiliárias do país, porém sem êxito. Fonte: Lampariello.com e Propiedades y Inversiones.

A reciclagem compreendia na manutenção do edifício preexistente, restaurando seus Elementos Significativos alistados na ficha patrimonial – fachadas, espacialidade dos pátios internos, a escada de mármore carrara e o forro de gesso. Como intervenção, a planta do térreo seria constituída por um museu marítimo, nos três pisos originais e aos acrescentados se abrigariam escritórios, uma fundação cultural e o Consulado do Chipre. Ao pé direito de cinco metros da edificação original se repete a intenção de dividí-lo em dois pisos, aumentando a capacidade locativa. Ainda que o projeto aprovado seja bem acertado em questões ambientais e volumétricas, há intenção dos investidores de encontrarem flexibilidade frente aos responsáveis pela legislação patrimonial para verticalizar mais o edifício, o suficiente para tornar o investimento positivo (EL PAIS, 2015), já que essa intervenção aprovada e o que já foi investido em manutenções, não traria rentabilidade, segundo o investidor.


	Barrio: CIUDAD VIEJA, MONTEVIDEO	DESDE Precio
	Calle: RAMBLA 25 DE AGOSTO DE 1825 ESQ. PIEDRAS	US\$ se escuchan ofertas
<p>Ideal edificio para oficinas a reciclar en el Puerto de Montevideo. Se organiza en torno a un patio central, conformando un anillo, con cuatro plantas, subsuelo, dos cajas de escaleras en los lados opuestos con galerías abiertas sobre la fachada interior. La tipología de anillo y patio central brinda muy buenas condiciones de iluminación y ventilación y genera un espacio capaz de albergar varios usos. Existe acuerdo con la IM que le permite disponer de un predio contiguo para construir un parking. Extraordinarias vistas hacia el puerto, el cerro y la bahía. Superficie construida: 2.435 m².</p>		

Figura 68 - Anúncio do edifício em Propiedades y Inversiones, presente em muitos edifícios à venda na Ciudad Vieja. Montagem da autora. Fonte: <https://docplayer.es/68800931-Calidad-a-su-confianza.html>

Este caso exemplifica tensões entre as finalidades do mercado e as da cultura patrimonial que também se encontram presentes nas questões de Montevideu. É possível que os “mega-projetos” inaugurem os conflitos que se repetem em solo brasileiro e o Hotel Nacional nos dá uma oportunidade de acompanhar o desfecho deste caso, pelo peso cultural que o edifício carrega por ser um Monumento Histórico Nacional e Bem de Interesse Departamental, de nível três. O histórico de

preservação estudado até o momento traz otimismo de que a fala de Ariana se concretizará: as tensões de mercado precisam ser atendidas, mas desde que partam de uma intenção puramente cultural (p. 26).



Figura 69 - Edifício Oficinas Plaza Independencia em 2010 e 1930 (aprox.). Na foto antiga, a preexistência é o terceiro edifício da esquina para esquerda. Fonte: Summa + 115 e Centro de Fotografia de Montevideo. Montagem da Autora.

Um último exemplar de *reciclaje* de nível três é o edifício eclético de três pavimentos e subsolo construído entre os anos 1880 e 1900, localizado na face norte da *Plaza Independencia*, sítio em que, no tempo decorrido, foi acompanhado de diversas modificações físicas e estéticas e considera-se como um dos marcos geográficos e históricos da *Ciudad Vieja*. Construído para desempenhar o papel de habitação, comércio e escritórios, este último uso [escritórios] foi favorecido para ter continuidade na intervenção de reciclagem concluída em 2010, uma vez que a planta original foi concebida com um sistema estrutural independente, fato que o mantém capaz de usufruir de uma alta flexibilidade de layouts, característica considerada para edifícios corporativos. Os arquitetos Rafael Lorente Mourelle e Fernando Giordano são autores da intervenção que compreendeu na reforma e ampliação de pavimentos de modo a dobrar o número de andares originais acima do nível do solo. O frontão original do edifício deu lugar a um volume prismático de vidro e aço, composto de subtrações em seu volume, criando cheio e vazios na nova fachada. Além de aumentar a área útil do edifício, era intenção dos arquitetos interventores fazer com que o edifício colaborasse com a composição das alturas lindeiras, já que a preexistência era mais baixa entre seus vizinhos. Observando fotos originais, aparentemente o edifício foi concebido com a mesma preocupação, no entanto, cumprindo um escalonamento de fachadas que vinham da esquina até o meio de quadra. A reciclagem foi publicada na Revista Summa + nº 115 e foi contemplada com o prêmio "*Reciclaje del Acervo Arquitectónico*" da *Revista Arquitectura* da *Sociedad de Arquitectos do Uruguay*. (INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2010d; SAU, 2015]

A documentação de intervenções de nível quatro de proteção patrimonial se tornam mais escassas dentro do período circunscrito para esta pesquisa, considerando que as *reciclajes* estudadas nestas últimas duas décadas procuram requerer mudanças mais significativas para a apropriação dos imóveis intervindos. Especula-se que os GPPs mais altos não são tão atrativos para as adaptações, já que a intenção da proteção é ser o mais integral possível.

Dentro deste panorama, encontra-se um patrimônio moderno, que não é submetido à mudança de uso, mas a uma ampliação de funções e conseqüentemente de sua estrutura original: um dos postos de gasolina da ANCAP (*Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Portland*, refinaria estatal para petróleo no Uruguai), situado no bairro Carrasco, foi reconhecido como BID em 1995 graduado com nível quatro de proteção [NÓMADA, [s. d.]] e Monumento Histórico Nacional nos anos 2000 [INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2010a, p. 325]. Rafael Lorente Escudero, o arquiteto por ordem da ANCAP, constrói em 1943 uma estação de abastecimento de automóveis na Avenida Alfredo Arocena, esquina com Rua Gabriel Otero no bairro Carrasco. A área, predominantemente habitacional e com características peculiares, influencia na concepção e na materialidade do edifício: um chalé de madeira, tijolo, pedra e telha francesa. Originalmente o programa mínimo consistia em dois blocos conectados por uma pérgola, sendo um destinado à administração e infraestrutura, ao norte e, ao sul, ao atendimento público e abastecimento de automóveis. Em 1993, Livni já registra a ampliação do bloco ao norte para abrigar lojas de conveniência, contudo, sem data de concepção, tampouco autoria [LIVNI, 1993, p. 52]. Por último, em 2010, o *Guía Arquitectónica y Urbanística de Montevideo* lamenta a ampliação das bombas de abastecimento do bloco sul, com a construção de uma cobertura transparente, com uma estrutura metálica completamente descontextualizada da preexistência e que destrói um dos canteiros projetados. Felizmente, em alguns pontos, atende à possibilidade de reversibilidade, contudo, sem relações adequadas com as intenções e materialidades do arquiteto autor.

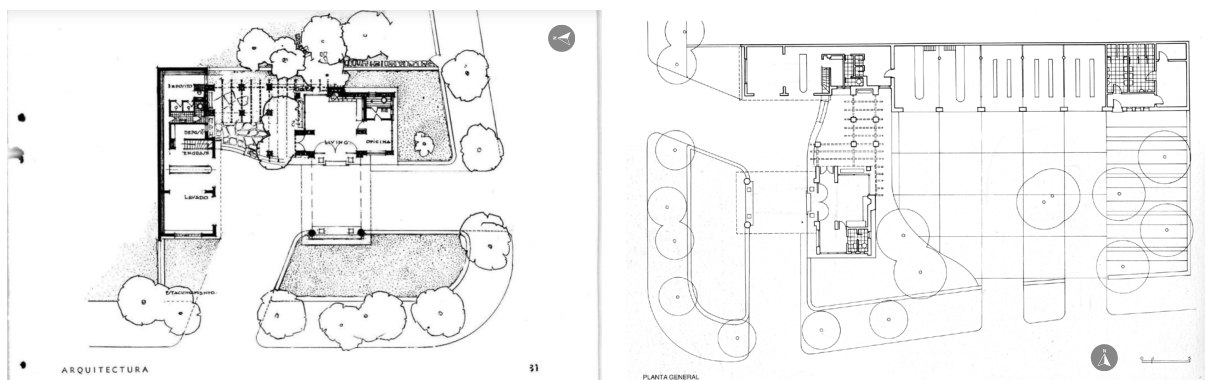


Figura 70 – À esquerda: planta original do edifício. Fonte: Revista *Arquitectura* nº213, p. 31. À direita: ampliações absorvidas. Fonte: *Monografias ELARQA 1: Rafael Lorente Escudero*, p. 58.

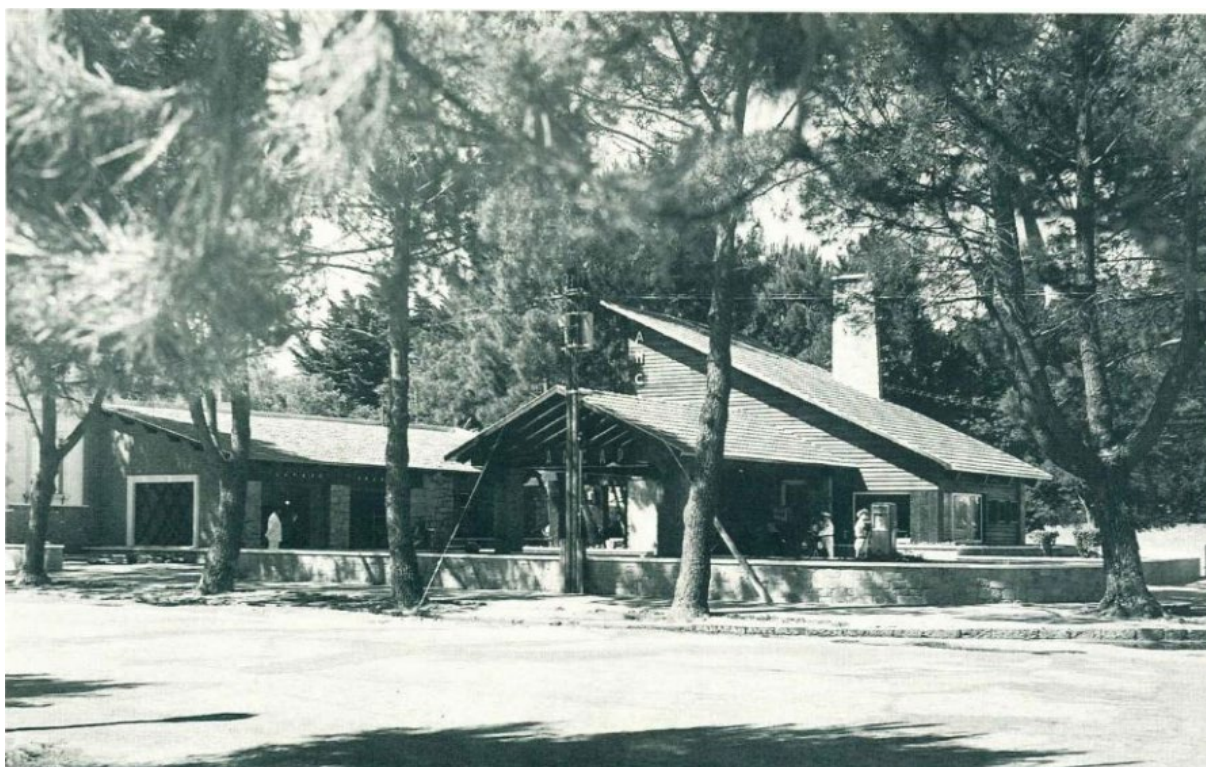


Figura 71 - Estação da ANCAP, sem data. Edifício original. Fonte: Monografias ELARQA 1: Rafael Lorente Escudero, p. 58



Figura 72 - Antes e depois da ampliação da área de bombas do posto da ANCAP. Fonte: FADU e Intendencia de Montevideo. Sem Data.

O emblemático Hotel Carrasco passa por intervenções que abrangem restauro e reciclagem de espaços. Foi considerado MNH em 1975 e BID, com grau quatro de proteção [sem data disponível da outorga]. Personalidades importantes foram acomodadas neste hotel de luxo, localizado na *Rambla* de Carrasco e cerca de cem anos após sua inauguração se mantém um ícone da zona. Foi concebido em concurso, pelos arquitetos Jacques Dunant e Gastón Mallet, ambos estrangeiros, iniciando as obras em 1913 e encerrando em 1919 [CORZO *et al.*, 2021, p. 33]. Inaugurado em 1921, tempos depois, foi objeto de sucessivas reformas e ampliações, das quais destaca-se a ampliação do terraço para um casino, em 1940. O hotel entra em estado de degradação e a esfera pública o admite, encerrando suas atividades em 1999, sendo oferecido a concessões no ano 2000. Uma vez

concedido o projeto de restauração, a atuação sobre o volume do terraço foi transformá-lo com uma fachada envidraçada, reforçando uma imagem contemporânea à adição, ao contrário da anterior [INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2010a, p. 327]. Segundo os autores da restauração, o que se pretendia evitar é a “museificação” do edifício e buscar trazê-lo ao presente, com novas dinâmicas [CORZO *et al.*, 2021, p. 32]. Foi reinaugurado em 2013 sob o nome de Sofitel Montevideo Casino Carrasco & Spa [CDF, 2013].



Figura 73 - Antes e depois da intervenção em 1940, com o acréscimo no terraço para o cassino. Fonte: Nómada.



Figura 74 - Hotel Carrasco depois da operação de reciclaje e restaturation. Ano: 2013. Fonte: Nómada.

3.1 Análise de Grau Três: Lofts del Patio Andaluz



Figura 75 - Foto casa "standard" ou pátio Grau Três em uso, do inventário de 1983, reciclado em um condomínio de apartamentos e lofts.

O objeto de intervenção é de tipologia pátio, que acompanha os avanços construtivos e o tipo se verticaliza, começando a expressar o desenvolvimento do comércio na península que culminará na década de 1870 (INSTITUTO DE DISEÑO, 2002, p. 78). Segundo registros do engenheiro Juan Alberto Capurro, em 1865, a casa desempenhava a função de armazém no térreo e habitação unifamiliar no segundo pavimento. Com o tempo, a matrícula lindeira ao casarão foi acrescentada ao projeto original (na foto acima, a pequena edificação vizinha, à esquerda), formando a matrícula que temos atualmente – 3574. As datas de projeto e identificação dos autores são anônimas, entretanto, estima-se que o projeto e execução tenham sido concebidos entre os anos de 1840 e 1860. Foi considerado pela CEP *Ciudad Vieja* como um exemplar patrimonial que participa de um trecho de rua importante dentro do centro histórico da capital: localiza-se na esquina das ruas Perez Castellano e Buenos Aires (tendo predominância à rua Buenos Aires), ao sul da península, área de raros objetos da mesma gramatura, tendo predominantemente exemplares de Graus Zero e Um, segundo o mapa de inventário de 2010 (INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2010b).

É possível que o programa familiar tenha se tornado obsoleto com decorrer do tempo, tornando o uso da habitação substituído em escritório e pensão (ALBERTI, 2017, p. 155). A foto inventariada em 1983 (Figura 75) testemunha o edifício ainda em uso, com comércio no térreo, porém requerendo cuidados e manutenções evidentes. Já a foto inventariada nos anos 2000 testificam o abandono completo do patrimônio. Cerca de dez anos depois, respondendo à nova leva de revitalizações na cidade, a

iniciativa privada – Somili S.A., de quem carecem informações - transforma o casarão em um condomínio de doze unidades de apartamentos e lofts, utilizando-se das estratégias para ganho de incentivos fiscais cedidos em atuações de *reciclaje*.



Figura 76 – À direita, foto do inventário nos anos 2000 e, à esquerda, o edifício reciclado em 2019. Fonte: Inventario Ciudad Vieja e acervo da autora.

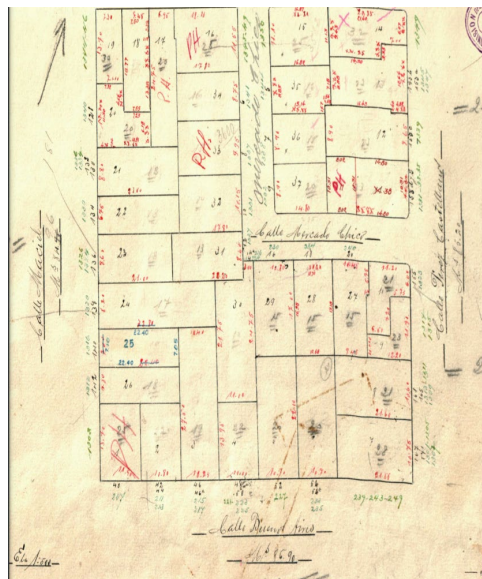


Figura 77 - O registro histórico da quadra e suas matrículas registram, em 1904, o terreno na esquina inferior direita unificado com a matrícula lindeira. Fonte: Intendência de Montevideo.

O escritório ZIP Arquitectos é o autor do projeto de intervenção, liderado pelos arquitetos Guillermo Probst e Luis Zino, destacando-se Zino como docente da Facultad de Arquitectura de 1986 até o ano de 2018 (FACULTAD DE ARQUITECTURA, 2018), além de conferencista sobre arquitetura contemporânea uruguaia em alguns países da América Latina. O estúdio é contemplado por prêmios em concursos de anteprojetos e obras construídas no Uruguai e, adicionalmente, contemplam em seu portfólio diversos projetos de reciclagem de edifícios, sendo o mais significativo o *Ventorrillo de la Buena Vista*, do arquiteto Julio Vilamajó.

O grau três de proteção se manteve consistente nas revisões do inventário patrimonial em entre

1983 e 2010³⁹. Ainda que não haja itens simbólicos imateriais vinculados a salvaguarda do edifício, Arana e Cravotto ressaltam sua exemplaridade arquitetônica para o período de concepção, pelas suas proporções adequadas na fachada, ritmo de aberturas e os guarda-corpos dos balcões do segundo pavimento em ferro. Assim ficam justificados os Elementos Significativos a serem observados em uma intervenção: a fachada, os balcões com seus guarda-corpos de ferro e os parapeitos (ALBERTI, 2017, p. 155; INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2010b).

As fotos do início da intervenção patrimonial planejada pelo Estudio ZIP Arquitectos (Figura 78) revelam o esquema constituinte da edificação, corriqueiro nas reciclagens das casas pátio: as paredes estão formadas de uma espessa camada de alvenaria de tijolos, conferindo função portante nas paredes perimetrais. Pelos rebocos finos e imagens da alvenaria exposta, avaliam-se tijolos regulares nesse tipo de construção, sem a mesclagem com pedras, o que talvez confira ao investidor original da construção um poder aquisitivo maior. Ainda se observa que os entrepisos e cobertura são constituídos de vigas de madeira, técnica construtiva característica da sua época de concepção⁴⁰, em que essas peças são chamadas de “tirantes”: na laje de cobertura, a técnica utilizada é a “*a la porteña*”, utilizando materiais como madeira, argamassa de assentamento e ladrilhos de cerâmica⁴¹ da maneira mostrada no esquema a seguir. (INSTITUTO DE DISEÑO, 2002, p. 98). Todas as paredes exteriores da fachada foram conservadas e restauradas, com discretas intervenções, como as pequenas aberturas adicionadas acima das esquadrias do piso inferior com a função de iluminar o novo pavimento dos apartamentos inferiores. Entretanto, a restauração seria impossível de ser executada nos pisos intermediários pela precariedade da estrutura de madeira *a la porteña*. Este contratempo, na realidade, foi uma oportunidade de propor uma nova distribuição vertical dos espaços internos, dos quais os arquitetos resolveram de forma acertada ao promover mais densidade ocupacional e estabilidade estrutural à composição preexistente. Operações aditivas com intuito de aumentar a capacidade locativa foram realizadas na área da cobertura e na matrícula lindeira, em que constava uma pequena edificação, sem valores a serem salvaguardados. O aumento da capacidade locativa, possivelmente incentivada pela “*ley de reciclaje*”, ainda que pudesse ser atendido apenas subdividindo o volume preexistente em várias unidades de habitação, possivelmente foi incrementado pelas adições por questões econômicas de incorporação.

³⁹ O inventário da *Ciudad Vieja* foi submetido a duas revisões desde 1983, ano da sua concepção: 2000 e 2010. Essas revisões foram motivadas por dois marcos de planejamento urbano, sendo em 2000 o *Plan Especial de Ordenación, Protección y Mejora de la Ciudad Vieja*; em 2010 o *Programa de Revitalización de la Ciudad Vieja* com auxílios internacionais (INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2010b).

⁴⁰ As *bovedillas* e o concreto começam a aparecer no final dos anos 1800 e início de 1900, à exemplo da *Vivienda Estúdio Durazno*, de grau zero (capítulo 2), ainda que, pelo contrário, a alvenaria pareça bastante rústica (INSTITUTO DE DISEÑO, 2002, p. 98).

⁴¹ Outras fontes trazem a variação de haver tijolos entre a cerâmica e a subestrutura da cobertura (MARCHESONI; EVANS, 2011, p. 7)



Figura 78 - Fotos da intervenção para o Lofts del Patio Andaluz. Fonte: ZIP Arquitectos.

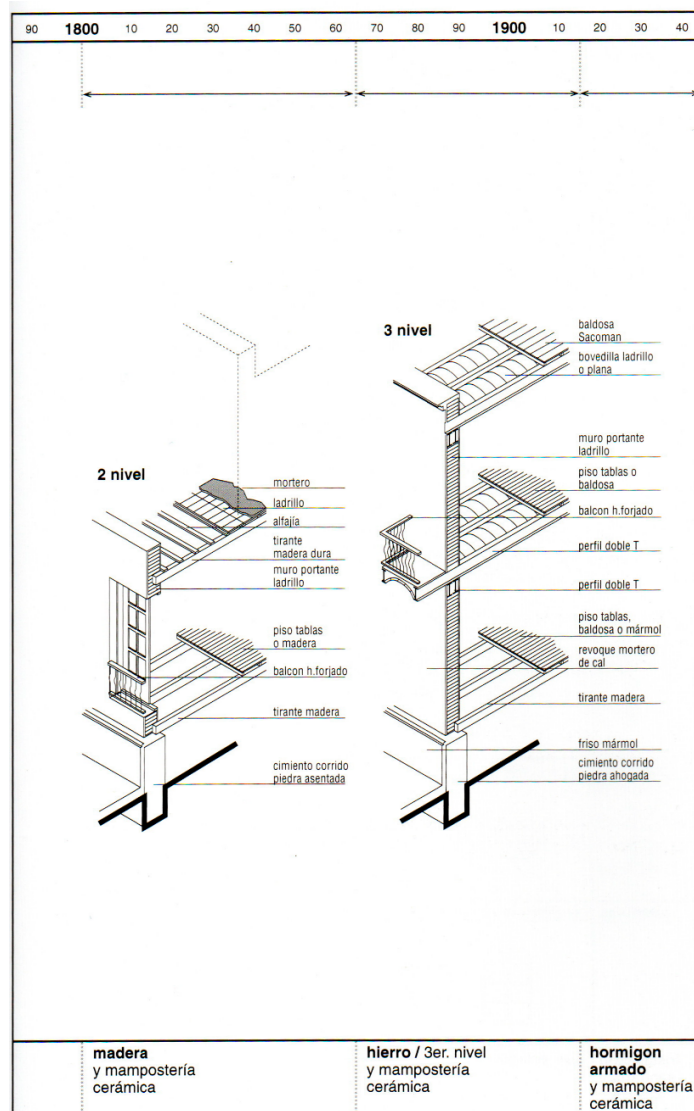


Figura 79 - Esquema estrutural da casa pátio com estilo "a la porteña" no primeiro exemplo e sua subsequente evolução acompanhando os avanços de tecnologia de materiais [INSTITUTO DE DISEÑO, 2002, p. 97].

A planta baixa parece ter sido reorganizada tomando como partido o ritmo de aberturas da fachada preservada, que passou por uma redefinição de portas e janelas para atender o novo fluxo de acessos e distribuição de espaços. Dessa forma, as plantas baixas dos dois pavimentos originais da preexistência foram seccionadas transversalmente e transformadas em apartamentos duplex, de configurações muito distintas, mas de soluções muito semelhantes: o acesso e a parte social se dão na planta inferior do apartamento; no segundo pavimento dele situa-se a área íntima. O pátio preexistente ganha passarelas que permitem articular o acesso entre os apartamentos e a circulação vertical. Também há inserção de um novo pavimento, acima da preexistência, que abriga dois apartamentos simples de um dormitório e, acima deles, uma área de terraço comum com *parrilla* e vistas para a baía de Montevideú. Já a adição lateral ao edifício pela rua Buenos Aires, totalmente nova, possui garagem para três carros no térreo (uma vaga simples e outra dupla) e acesso independente pela dita rua aos quatro apartamentos duplex.

As novas soluções estruturais ousam ao sustentar os pavimentos intermediários dos apartamentos duplex em tirantes, uma decisão encontrada para manter os espaços inferiores livres de pilares ou qualquer obstáculo que as estruturas convencionais poderiam proporcionar (ARCHIVO BAQ, 2010, p. online). Mantendo a leveza, essas “bandejas” nos apartamentos duplex ocupam o mínimo de espaço aéreo possível, tentando integrar os dois pavimentos criados verticalmente e preservar o pé direito duplo da edificação – além de serem constituídas de vigas metálicas e lajes de alvenaria armada, revestidas com piso laminado. É notável que a nova estrutura faz uso do benefício das paredes portantes originais do edifício, tornando executável a instalação de vigas para atirantar os pavimentos criados.⁴²

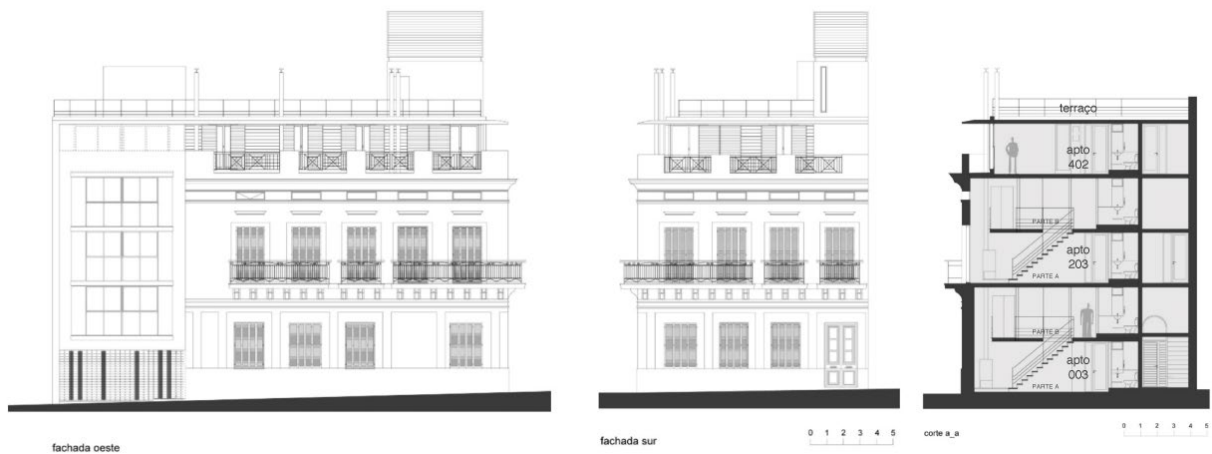


Figura 80 - Fachadas pela Rua Buenos Aires e Perez Castellano, respectivamente. Corte transversal. Fonte: Revista Arquitectura 30-60, pg. 150, 158 e 159. Montagem da autora.

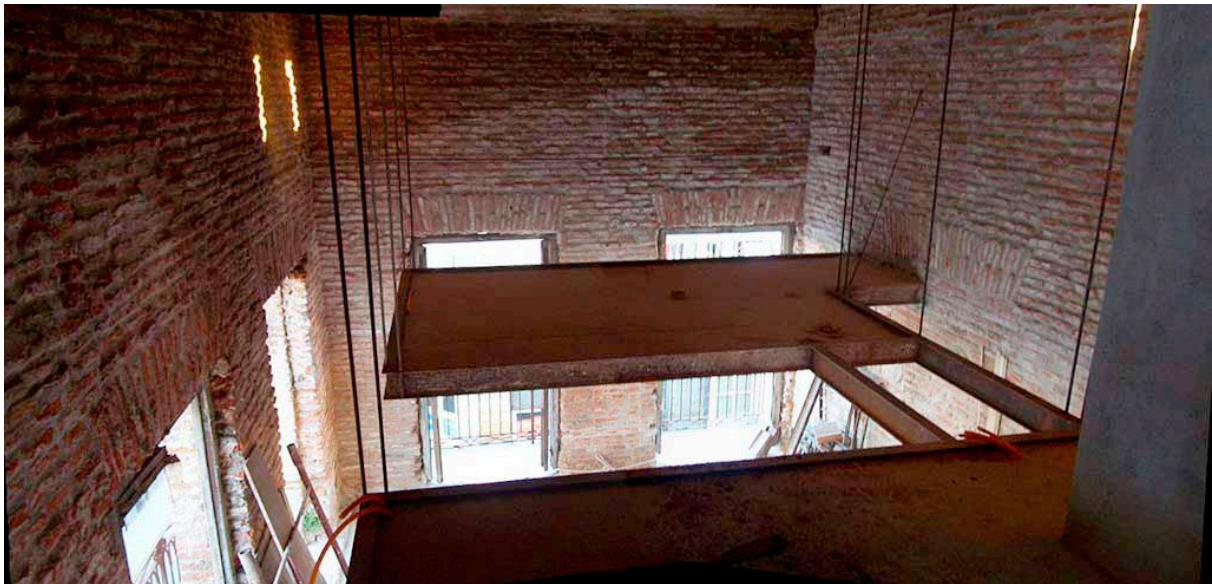


Figura 81 - “Bandejas” do apartamento 203, de esquina, no segundo pavimento da preexistência. Fonte: ZIP Arquitectos

⁴² A solução se assemelha à realizada por Gustavo Scheps na Sala de Máquinas da *Facultad de Ingeniería*, apresentada no capítulo a seguir. É possível que a solução seja inspirada no próprio arquiteto, já que um dos autores da intervenção, arquiteto Luis Zino é professor da *Facultad de Arquitectura da Universidad da Republica* desde 1992 e trabalhou com Scheps.

O fator de distinguibilidade, enunciado por Brandi, se caracteriza pela linguagem arquitetônica e o uso de materiais, como o aço exposto, que acentuam a contemporaneidade em contraponto ao histórico. Os tijolos preexistentes são reinterpretados de maneira contemporânea ao torná-lo expostos, agora resinados, acentuando o papel da atualização do edifício às novas demandas de uso do espaço. Como em outras ocasiões, as incorporações externas estão coexistindo com a preexistência, não de maneira subjugada, mas marcante, autoral e legível. O novo pavimento acima da preexistência, além de recuado da linha da fachada, se comporta não como um pavimento novo mimetizado, mas como um coroamento à composição do edifício existente. Seu comportamento monocromático – acentuado pela madeira –, a lâmina de cobertura e a nova reprodução de um guarda-corpo metálico no terraço concluem a intervenção.

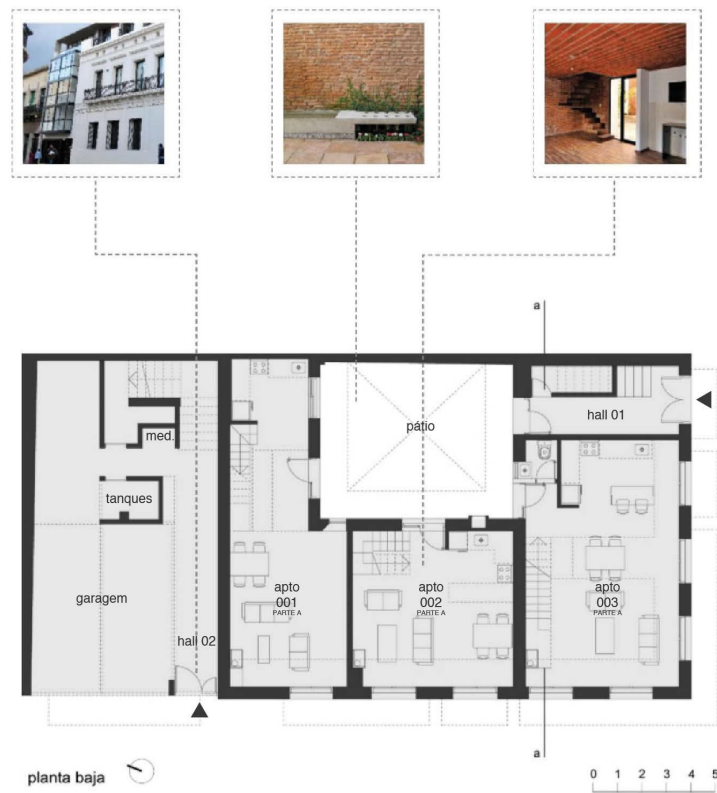


Figura 82 - Lofts del Patio Andaluz - Planta Baixa do Térreo. Fonte: Revista Arquitectura 30-60. Edição da autora.

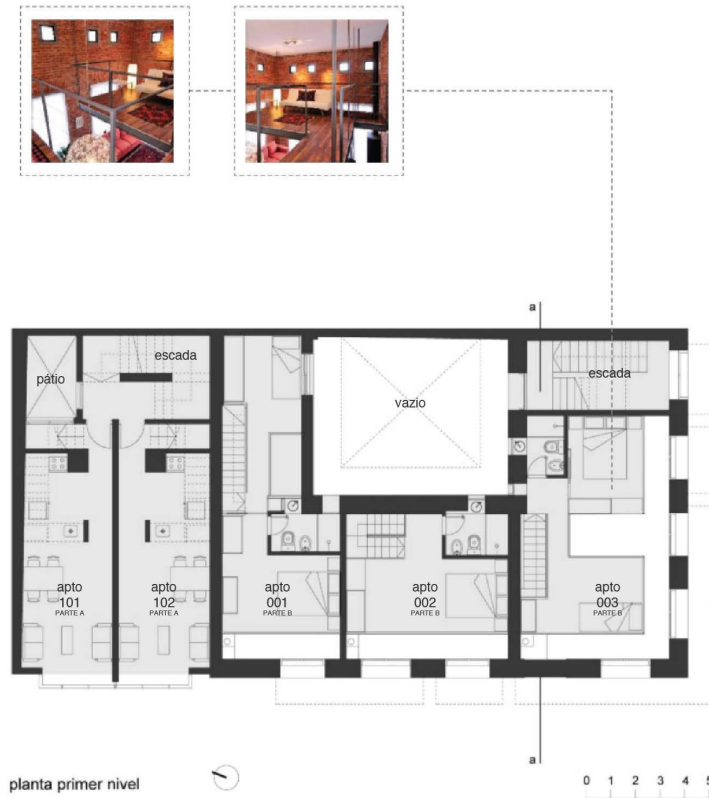


Figura 83 - Lofts del Patio Andaluz - Planta Baixa do primeiro pavimento. Fonte: Revista Arquitectura 30-60. Edição da autora.



Figura 84 - Lofts del Patio Andaluz - Planta Baixa do segundo pavimento. Fonte: Revista Arquitectura 30-60. Edição da autora.



Figura 85 - Lofts del Patio Andaluz - Planta Baixa do terceiro pavimento. Fonte: Revista Arquitectura 30-60. Edição da autora.



Figura 86 - Planta Baixa Legal do quarto pavimento, a cobertura de apartamentos simples (não publicado em revistas). Fonte: Intendencia de Montevideo. Ano: 2017.



Figura 87 - Passarelas de acesso aos apartamentos – antes e depois da intervenção. Fonte: Archivo BAQ.



Figura 88 - Apartamento simples, do último pavimento em uso. Retirado de um anúncio de venda. Fonte: Infocajas. Data: n/c. Acessado em Dez. 2021.



Figura 89 - Sacada do apartamento simples, do último pavimento em uso. Retirado de um anúncio de venda. Fonte: Infocasas. Data: N/C. Acessado em Dez. 2021.

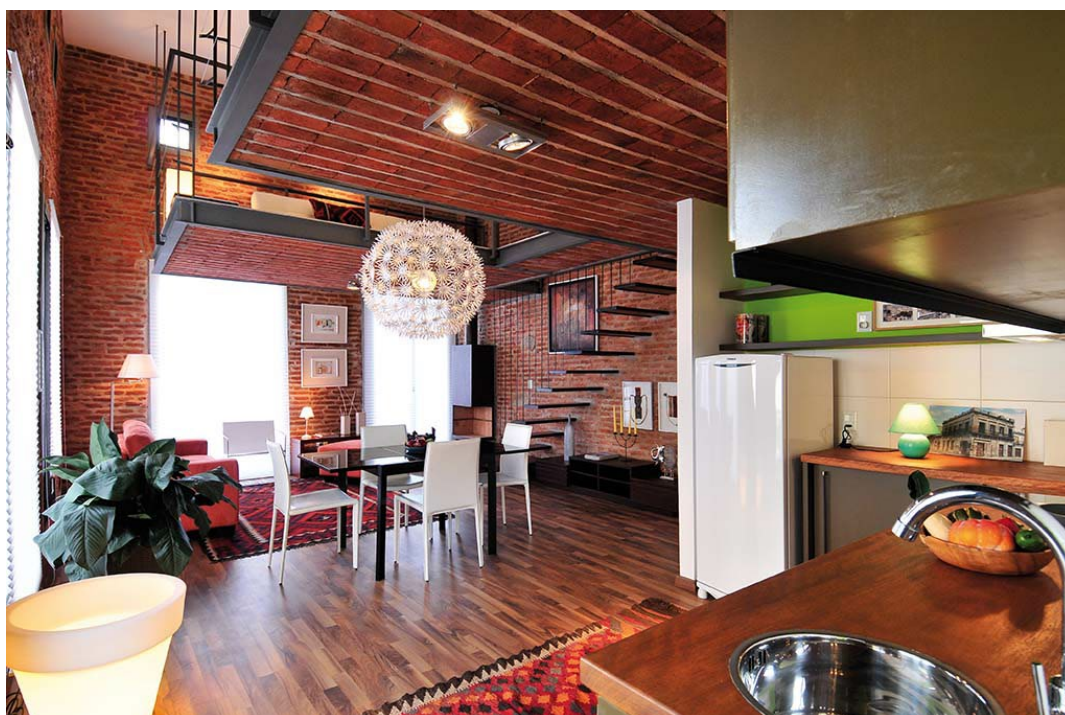


Figura 90 - Apartamento 203 [esquina, terceiro pavimento]. Fonte: Archivo BAQ.



Figura 91 - Apartamento 001 (duplex térreo, ao lado da garagem) publicado em anúncio de venda. Fonte: Mercado Libre Uruguay. Acesso em Dez/2021.

3.2 Análise de Grau Quatro: Edifício Pablo Ferrando



Figura 92 - Edifício dedicado ao "Primero Instituto Óptico Oculístico" do país. Fonte: Nómada. Autor desconhecido. Ano 1918.

O edifício parece ter sido estrategicamente posicionado para ser enquadrado pela Rua Bacacay. O mesmo ponto focal se repetiu em muitas fotos ao decorrer dos anos registrando, inclusive, a ausência da cúpula que coroa as fotos – destruída na década de sessenta e reconstruída em 2005 [CDF, 2019, p. 124]. A função original do edifício era abrigar o "Primero Instituto Óptico Oculístico do país" para importação de óculos, lentes, máquinas fotográficas e instrumentos de topografia para o Uruguai ⁴³ [BRUNO, 2011, p. 104–106]. A autoria do edifício é do Arquiteto Leopoldo Tosi, proeminente arquiteto do período e que construiu outros edifícios na região cêntrica de Montevideu. Reproduz a tipologia das grandes lojas de departamentos do país, distribuindo suas funções em um subsolo e cinco pavimentos, coroado por uma mansarda e uma cúpula como uma espécie de "tholos" grego. A linguagem tanto interior, quanto exterior, se aproxima do ecletismo da belle époque, incorporando referências historicistas como o neoclassicismo francês das mansardas e o contemporâneo do *Art Nouveau* nas esquadrias de ferro e vidro. [INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2010a, p. 111]

⁴³ Em uma rápida pesquisa na internet, encontram-se seus produtos importados, vendidos em antiquários como relíquias.

PABLO FERRANDO S.A.C.I.

SARANDI 675

Montevideo

Se complace en ofrecer a los distinguidos profesionales, la línea de productos de su representada exclusiva WILD HEERBRUGG S.A.

Actualmente disponemos en nuestro stock de:

Nivel último modelo NK 2

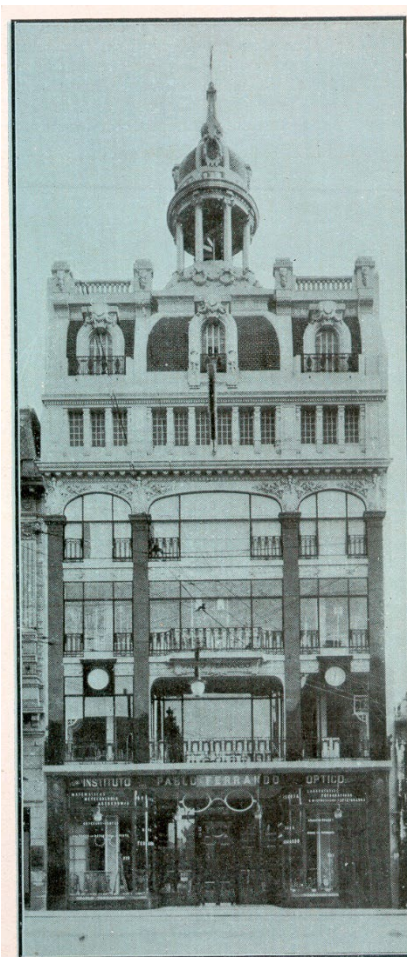
Nivel último modelo NAK 0

Gustosamente nos encargamos de toda la tramitación para la importación de los instrumentos WILD que deseen hacer los señores agrimensores.

Figura 93 - Anúncio da empresa na "Revista Agrimensura", nº30 de Dezembro 1975/Janeiro de 1976, p. 25. A revista era publicação oficial da "Asociación de Agrimensores del Uruguay".



Interior lateral de los pisos superiores. Secciones Óptica y Cirujía



Frente de la casa matriz, calle Sarandí N.º 675

Figura 94 - Fotos do exterior e interiores originais da Óptica Ferrando. Fonte: Nómada, sem data.

Segundo Ures (2014, p. 6), este patrimônio integra uma série de manifestações da arquitetura comercial dos princípios do século XX em Montevidéu utilizando a linguagem do *Art Nouveau*, caracterizada, especificamente pelo extenso painel de vidro e aço que cobre a fachada principal do edifício. A mesma manifestação aconteceu na antiga filial Corralejo, por exemplo, citada anteriormente no capítulo um, reciclado e substancialmente transformado em um edifício corporativo. Tendo a ótica sido concebida em 1917, Ures referencia a loja “La Samaritaine” de Paris (1905), cujo restauro foi realizado recentemente⁴⁴, como inspiração para Tosi utilizar tal composição de fachada na loja de departamentos de Pablo Ferrando⁴⁵. Além disso, as pesquisas realizadas por um grupo de estudos da UdelaR (HOJMAN *et al.*, 2010, p. 21), reconhece que sua ornamentação de fachada e interiores possui uma relação formal, estilística e iconológica com o uso destinado ao prédio. Na fachada, se incorporam um barômetro, um relógio de bronze e capitéis com produtos que se vendem na loja. No espaço interior, um vitral assinado por Arturo Marchetti apresenta um relógio, acompanhada da imagem da deusa Atena com a intenção de pontuar o caráter científico do local. Foram, definitivamente, elementos planejados e intencionais, já que são poucos os projetos em que a memória descritiva e o material gráfico fazem referência a esses itens (ROMAY *et al.*, 2014, p. 65).



Figura 95 – À direita, ornamentos da fachada com produtos vendidos pela Ótica Pablo Ferrando. Reconhece-se uma câmera fotográfica, compasso e termômetro. À esquerda, a fachada da loja de departamentos “La Samaritaine”. Fonte: Gabriela Pallares e Divisare.

A composição de fachada e planta baixa é simétrica. A mesma intenção se busca em corte, transversalmente apenas. E se tratando da composição vertical, Tosi agrega mais suntuosidade à

⁴⁴ Restauro concluído em 2021, disponível em <https://divisare.com/projects/444165-sanaa-kazuvo-sejima-ryue-nishizawa-sra-architectes-lagneau-architectes-francois-brugel-architectes-associés-jared-chulski-la-samaritaine>.

⁴⁵ Uma curiosidade é que Ferrando parece ter feito associação com a ótica Lutz em Buenos Aires, sob a razão social “Lutz Ferrando”. Ainda que a loja uruguaia esteja sob o sobrenome de Pablo apenas, algumas fontes associam ambas as óticas. Não apenas a similaridade de nomes, mas o edifício da loja de Buenos Aires é muito semelhante a uruguaia. Se localiza na Calle Florida, número 238: edifício entre medianeiras, fachada tripartida, com um grande plano envidraçado em esquadrias de ferro e um pequeno *tholos* no topo. A autoria do imóvel argentino é de Ernesto Sackmann, arquiteto argentino de educação alemã. Ainda que seja de menor porte, é possível que Tosi também o tenha tido como referência, já que foi inaugurado antes do edifício uruguaio, em 1912. [BUENOS AIRES CIUDAD, [s. d.], online]

loja planejando um grande átrio, do térreo até a cobertura do último pavimento, iluminando-o naturalmente através de uma claraboia e ampliando a espacialidade interna, instalando guarda-corpos de ferro com cornijas de gesso no acabamento da laje dos andares superiores. Toda sua estrutura é em concreto armado, tendo os pilares revestidos de um pórfiro ⁴⁶ polido e paredes acabadas com argamassa de imitação arenítica. A escada principal é revestida de mármore *chiampo perla* e as demais em mármore branco. O hall de entrada é composto de vidros planos e curvos, com serralheria, cornijas de gesso, frisos decorativos e um grande plafon. Na fachada, os capitéis são de bronze fundido e a mansarda com escamas de zinco e estrutura de madeira. Por último, a cúpula que coroa o edifício, possui estrutura de ferro e revestimento de zinco. (FADU, 2012, p. 54) É possível que tenha sido um dos primeiros edifícios do país a possuir elevadores para circulação vertical (LARED21, 2005, online). Todos os andares são livres de paredes, tornando o layout funcional e flexível para uma loja de departamentos que requer personalizações no espaço de exposição de produtos. O arquiteto se preocupou em organizar salas de apoio e infraestrutura – banheiros, salas escuras, oficinas etc. – no fundo do edifício e no último pavimento, na mansarda, que ocupava um pouco mais de um terço da planta baixa, sendo o espaço restante para um grande terraço com vistas para a baía de Montevideú.

Todas essas características justificam o grau quatro de proteção departamental pela sua relevância em diversas escalas, seja pela sua relação com o seu entorno, outros edifícios também significativos; seja pela sua importância urbanística em relação à altura, alinhamento e composição de fachada, posicionada como eixo visual à rua Bacacay; e seja, por último, por seu significado arquitetônico, já detalhado anteriormente, dando destaque à relativa novidade no uso do concreto armado e o interior original rebuscado, sendo considerado um dos edifícios mais emblemáticos de Leopoldo Tosi. Dessa maneira, seu grau de proteção se manteve consistente desde 1983 (INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2011c, p. online). Trata-se de um patrimônio que revela um espírito renovador para sua época, talvez uma das mais notáveis da arquitetura nacional.

No entanto, nunca tendo sido eleito a Monumento Histórico Nacional, este edifício possui sua cautela patrimonial fragilizada até 1983, ano concepção do Inventário da *Ciudad Vieja* e em que se outorga ao imóvel a proteção de *Bien de Interés Departamental*. A falta de cautela, até então, significou algumas alterações problemáticas, dignas de serem evitadas para que a composição formal do edifício não fosse afetada, contudo assim o foi:

a) A primeira intervenção está registrada em 1970 em que o átrio é afetado com o terceiro piso sendo fechado com uma laje de concreto armado (FADU, 2012, p. 55). As motivações não foram

⁴⁶ “Rocha ígnea de qualquer composição que contém fenocristais distribuídos em uma massa fundamental finamente granulada, que pode ser cristalina ou vítrea; porfíro.” Dicionário Houaiss (online).

esclarecidas nesta pesquisa. Cogita-se que este andar tenha sido fechado para ser isolado dos demais por motivos funcionais ou financeiros – no caso um arrendamento ou aluguel do pavimento para outros fins, como ocorreu posteriormente;

b) Em 1973, o imóvel passa por uma reforma e o pequeno *tholos* é removido em função do grande estado de deterioração descaracterizando o coroamento do edifício (FADU, 2012, p. 55; LARED21, 2005 online). Não foram alcançados os detalhes e os procedimentos para tal reforma, ou como isso afetou a estética do edifício. Pelas comparações de fotos originais e recentes, é sensato concluir que a intervenção foi respeitosa com a imagem simbólica do patrimônio.

No ano de 1999 a ótica se muda de sede e fecha o edifício. É nesse momento que os atuais proprietários estrangeiros, não identificados nas bases de dados acessadas, adquirem o edifício e iniciam uma obra de restauração (EL PAIS, 2017, p. online; LARED21, 2005, p. online). Os arquitetos Alejandro Alvarez, Alejandro Berro y Eneida de León (direção) foram os responsáveis pelo projeto de restauração e reuso do edifício. Ainda que estivesse em bom estado, precisaram lidar com as patologias construtivas existentes no momento – infiltrações, rebocos soltos, fissuras e vazamentos, troca dos vidros (LARED21, 2005, p. online). O trabalho de restauro dos itens mais valiosos, como os mármore, o ferro, os elementos de bronze, os apliques de fachada, peças vitrais, trabalhos de serigrafia etc ficaram à cargo dos arquitetos Francisco Collet e Diego Neri, datando a intervenção em 2005, segundo foi informado em seus portfólios (NERI, [s. d.], p. online). É nessa ocasião que o pequeno *tholos* é refeito, conforme o original exibido nas fotos do edifício.⁴⁷ A execução da obra ficou a cargo da empresa Villa Fortín S/A, conforme foi informado por correio eletrônico.

d) Com a restauração, o imóvel é submetido a uma refuncionalização. Os arquitetos De León, A. Berro e A. Álvarez intervêm no edifício para obter dois tipos de uso distintos entre si: um comércio no térreo e o aluguel dos pisos superiores para salas comerciais. O uso dos pavimentos superiores como salas comerciais tinha como objetivo o arrendamento por partes, o que significaria isolá-los com uma laje sob o vazio de cada andar. A medida foi resistida pela CEPCV em três solicitações, pois o espaço aéreo e de múltipla altura está inventariado por ser um dos únicos testemunhos da tipologia de loja de departamentos do início do século XX. Assim, a Comissão permite o mantimento do terceiro piso fechado (desde a década de 70) e autoriza o fechamento do segundo piso acima do térreo. Entre terceiro e quarto pavimentos se mantém o vazio central, considerando-se um andar duplex, com planta livre. No quinto nível, na mansarda, se instala um andar técnico e no terraço, piso flutuante – possivelmente para cobrir a claraboia existente. Restaura-se o elevador original e instala-se um novo,

⁴⁷ Analisando o projeto, notam-se que o pequeno *tholos* possuía um cilindro de venezianas sob sua cúpula, com materialidade não identificada, que não foi construída; assim como o desenho dos apliques de fachada que não foram executados originalmente conforme o projeto de Tosi.

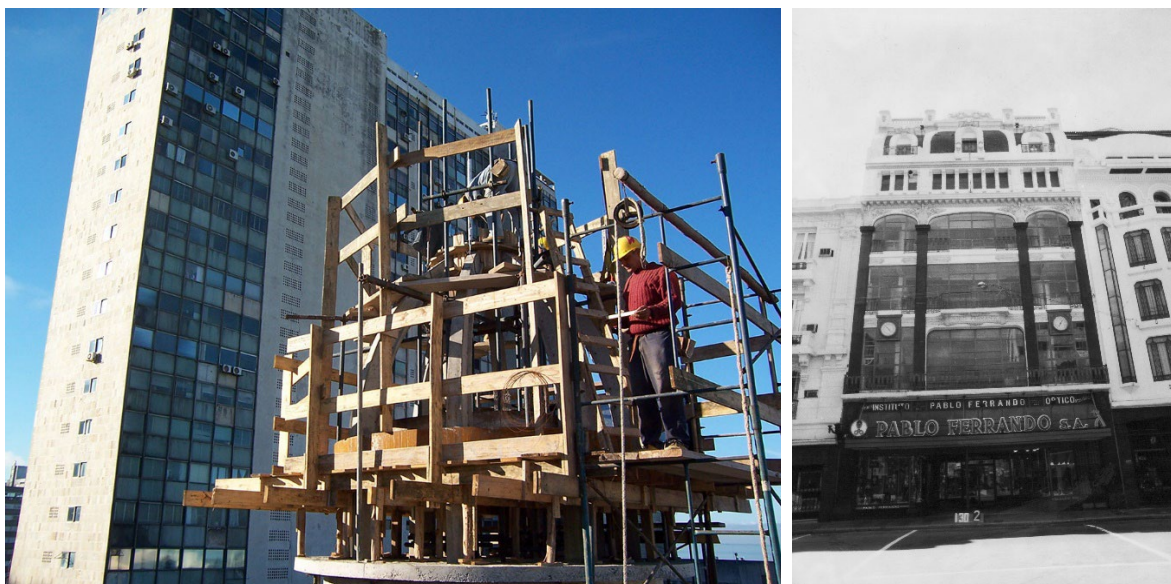


Figura 96 - À esquerda, registro da reconstrução do pequeno tholos em 2005. À direita, foto retirada do inventário da Ciudad Vieja com o edifício sem a cúpula. Fontes: Arquiteto Diego Neri e CEPCV.

de acesso independente aos andares superiores. Assim se justifica a configuração original que temos hoje, com a *Libreria Puro Verso* no térreo integrada a uma cafeteria no primeiro pavimento, como um mezanino, pela livre relação visual com a livraria no térreo; e do segundo ao quarto pavimento andares para aluguel de salas comerciais.⁴⁸ Nas fotos da livraria, nota-se que o teto do primeiro pavimento/mezanino foi colocado uma espécie de claraboia com iluminação artificial, acredita-se que com a intenção de reproduzir o átrio original e minimizar as descaracterizações ocorridas com o tempo.

O edifício Pablo Ferrando é um exemplo das potencialidades e fragilidades do patrimônio na capital uruguaia. O imóvel passa pelas fases da depreciação, até década de 1980 com certa resistência, talvez em função da propriedade privada e do prestígio da corporação, mas não deixa de sofrer danos e desconfigurações físicas importantes, como a deterioração e a remoção do pequeno *tholos* no topo do edifício. O que se busca, até o momento, são justificativas de o edifício ter perseverado sem alguma cautela patrimonial até 1983 ou o reconhecimento como Monumento Histórico Nacional que não se outorgou até a ocasião desta investigação; e este último título não seria incoerente a um objeto com as qualidades espaciais, arquitetônicas, urbanísticas e tecnológicas que representaram ao tempo em que foi concebido e ao significado simbólico que conseqüentemente se outorga hoje. São situações do caso uruguaio que ambiguidades comparecem no seu juízo crítico de

⁴⁸ Gonzalo Cassarino, gerente geral da Regus no Brasil (empresa que oferece espaços de escritórios prontos para utilizar) iniciou a empresa Exec, em 2009, com a mesma proposta no edifício Pablo Ferrando, provavelmente o primeiro cliente a utilizar os andares comerciais após a reciclagem do edifício. A empresa permaneceu no local por cinco anos e depois abriu uma filial no edifício World Trade Center da capital. Pelo perfil dos clientes da *Ciudad Vieja*, em 2017 o gerente achou coerente remover a filial Pablo Ferrando para o WTC. Atualmente outras empresas ocupam como uma empresa de recursos humanos (no segundo piso), outra de seguros (terceiro piso).

preservação⁴⁹. O imóvel passa a ser atraído por investidores estrangeiros, como em outros casos – não raros – no Uruguai e acaba sendo submetido a uma restauração das quais cabem outras contestações aos seus resultados, como a reconstrução literal do *tholos*, das quais se sugeriria uma reconstrução contemporânea, de maneira a recompor a forma como um ato de rememoração, mas compreendo as circunstâncias contemporâneas em que se contextualiza materialmente e tecnologicamente, tendo sensibilidade com a distinguibilidade da intervenção, fugindo do falso histórico. Reconstruir elementos com tanta especificidade é extrapolar sua função de memória e, neste caso, se excluem a história de um edifício sob crises patrimoniais que fazem parte do seu contexto e sua amputação de partes como consequência.

Contudo, enquanto existiu a preocupação com a estética “*Ipsis litteris*” com exterior do edifício, o interior não foi submetido a uma intervenção similar. Pelo contrário, as questões de uso foram proeminentes, ainda que com a correta resistência da CEPCV em relação ao fechamento dos vazios centrais. E essa é uma característica da *reciclaje uruguaya*. O novo uso, de certa maneira, buscando ser adequado às necessidades atuais do interesse dos investidores, afetou questões estéticas que seriam importantes de serem integralmente preconizadas por estarem inventariadas. Porém, em uma análise geral interna do edifício, seus afrescos, ornamentos, guarda-corpos, piso, a grande parte de sua ambiência foi preservada para o futuro e, de alguma maneira, minimizadas as alterações efetuadas, como o caso da laje removível instalada no teto do primeiro piso.

Em suma, as muitas fotos no eixo focal à Rua Bacabay reproduzem um sucessivo registro de que o edifício, externamente, mantém sua estética saudável de maneira consistente. O patrimônio persiste considerando seus elementos característicos de concepção, ainda que a instância do uso na preexistência tenha sido fragmentada em função das exigências atuais.

⁴⁹ Seria importante considerar, no entanto, que muitas das outorgas de Monumento Histórico Nacional concedidas a imóveis foram revogadas por muitos proprietários na criação da *Comisión del Patrimonio*, o que poderia justificar a ausência da cautela de categoria nacional sobre o imóvel até a criação da CEPCV com a proteção departamental. Outra alternativa seria, por inaugurar questões renovadoras, o imóvel entrar no preconceito estilístico ao qual o *art decó* foi submetido na década de oitenta. Algo semelhante ocorre no Brasil com a depreciação do Ecletismo por Lúcio Costa.

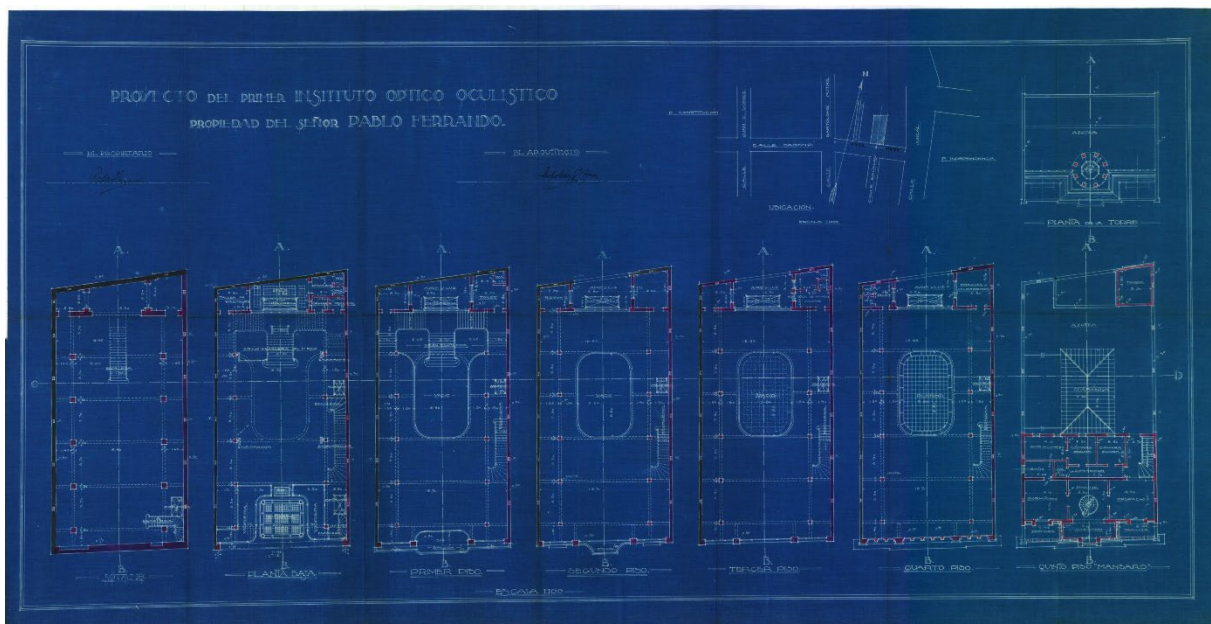
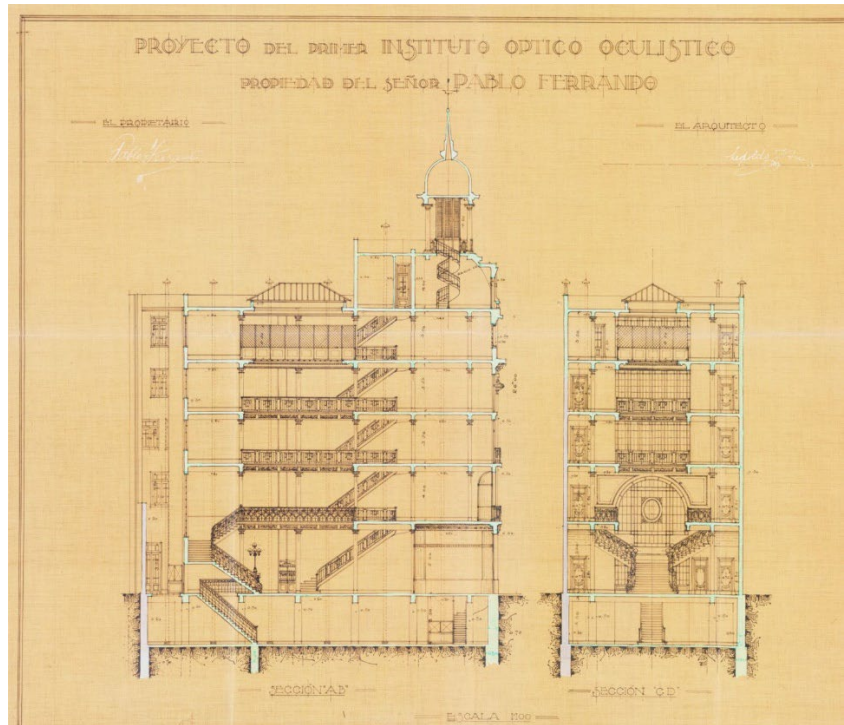
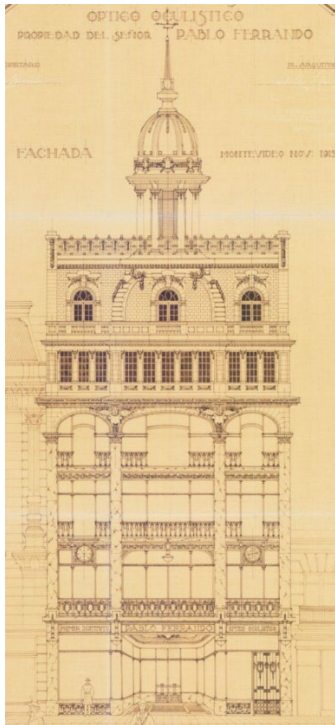


Figura 97 - Documentos Originais do Edifício Pablo Ferrando. Fonte: Nómada. Ano: 1915.



Figura 98 - Imagens do edifício após a restauração registradas pelo arquiteto Diego Neri. À direita, cúpula reconstruída. Ano: 2005.



Figura 99 - Face envidraçada do Edifício Pablo Ferrando. Fonte: Skyscrapercity.



Figura 100 - Acesso pela peatonal Sarandí. Fonte: Nómada/FADU.



Figura 101 - Átrio da Livraria Puro Verso vistos do acesso e da escada central. Fonte: Nómada/FADU.



Figura 102 - Vitral da escadaria com relógio e imagem da deusa Atena. Fonte: Nómada/FADU.



Figura 103 - Vista do primeiro pavimento da livraria, com a claraboia de iluminação artificial. Fonte: Nómada/FADU.

4. MONUMENTO HISTÓRICO NACIONAL

FACULTAD DE INGENIERÍA DA UDELAR



Figura 104 - "Ingeniería se muda!". Comemoração da inauguração da sua sede própria. Fonte: Plan de Obras/FING:2020, capa.

A foto introdutória registra uma passeata de comemoração à inauguração da nova sede, agora própria, da *Facultad de Ingeniería e Ramas Anexas* (FING). A *Facultad de Ingeniería* da *Universidad de la República* (Udelar) é uma das faculdades uruguaias com relevância no país e que tem se desenvolvido progressivamente desde sua fundação em 1915 (FING, 2021, p. online). A resposta ao seu desenvolvimento se dá pela quantidade de espaços construídos para o aumento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão há mais de 100 anos. Os últimos 80 anos de atividade enfatizam como se conduzem e se mantêm os espaços do edifício sede projetado e construído pelo arquiteto Julio Vilamajó.

No entanto, edifício da FING na capital uruguaia carrega a marca autoral de dois arquitetos em tempos distintos. O primeiro tempo é o de sua concepção, na segunda metade dos anos trinta, quando Julio Vilamajó concebe o projeto e o executa, inserindo na paisagem construída de Montevideu uma das obras de arquitetura mais emblemáticas daquele país. Este conjunto o qualificou como precursor da arquitetura moderna no Uruguai, recebendo o reconhecimento de Monumento Histórico Nacional (MNH) pela obra de grande dimensão e qualidade em 1975 (INTENDENCIA DE MONTEVIDEO, 2010a, p. 248). O segundo tempo é o que se inicia na década de

noventa e estende-se até o presente, quando ocorre a necessária manutenção e ampliação daquela estrutura: integrado à *Dirección General de Arquitectura da UdelaR* entre os anos 1999 e 2009, o arquiteto Juan Gustavo Scheps Grandal intervém no conjunto de modo a estender sua vida útil, acomodando novas necessidades e funções incorporadas nas últimas décadas. Uma das intervenções na *Facultad de Ingeniería* lhe conferiram reconhecimento internacional, ao receber o “*II Premio Mies Van der Rohe de Arquitectura Latinoamericana*”, em dezembro de 1999; o mesmo prêmio com o qual Paulo Mendes da Rocha foi contemplado pela obra que resultou na Pinacoteca de São Paulo, no ano seguinte.

Este patrimônio é um bem que apresenta hierarquia patrimonial elevada, recebendo adaptações de uso dos espaços existentes e ampliações necessárias à manutenção de seu funcionamento, por mais de oito décadas após sua concepção. Julgou-se interessante analisar a forma como Scheps enfrenta a tarefa de intervir em um conjunto com importante significado arquitetônico e patrimonial, realizando a reciclagem de espaços existentes e ampliações necessárias ao funcionamento atual⁵⁰, além dos trabalhos de restauro e conservação. A análise tem como ponto de partida a interpretação do projeto original de Vilamajó, passando a seguir ao exame das intervenções efetuadas por Scheps nos últimos anos. Estas últimas intervenções compõem um plano geral de obras concebidas por ele na *Dirección General de Arquitectura de la Universidad de la Republica* (DGA). A análise é contextualizada na experiência uruguaia de características particulares, já revisadas nos casos de menor hierarquia patrimonial: a maneira criteriosa como tratam os bens com amparo patrimonial sem renunciar à liberdade autoral, característica dessa “escola”. Predominam intervenções onde os acréscimos e alterações na preexistência apresentam maior autonomia, definindo com mais clareza o novo em relação ao existente: a arquitetura inserida procura datar o momento da intervenção e respeitar a preexistência através da busca de excelência, recusando um papel coadjuvante na obra final - o que representa uma interpretação possível do princípio de distinguibilidade, que tem sua origem em Camilo Boito e consolidação em Cesare Brandi.

4.1 Vilamajó e a Facultad

VILAMAJÓ (Julio). Arquitecto, professor universitario, nacido em 1º de julho de 1894 [...]. Coursou estudos de bacharelado na Seção de Ensino Secundário e Preparatório da Universidade e os superiores na Faculdade de Arquitetura de Montevideú. É autor de importantes projetos de edifícios públicos, como o Mercado de Frutos.⁵¹ inaugurado em 1933. Leciona os cursos de Projetos de Arquitetura na mencionada facultade. Em 7 de outubro de 1936, foi designado para integrar a comissão

⁵⁰ Neste estudo são apresentados casos que podem ser considerados além da reciclagem. No entanto, a pesquisa demonstrou que o termo “*reciclaje*” se comporta com um tom genérico, abarcando outras funções que o reuso, como a conservação. O Hotel Carrasco é um exemplar que testifica essa constatação.

⁵¹ Não foram encontrados registros da referida obra ou vínculo com algum edifício construído até o momento.

encarregada de projetar a reconstrução do histórico edifício conhecido como "El Cabildo", de Montevideú. [SCARONE, 1937, p. 523, tradução da autora]

A descrição de Scarone coincide com um momento próximo ao auge da carreira de arquiteto de Vilamajó. Ele já havia sido contratado pela Intendência para a construção da Faculdade de Engenharia e vencido alguns concursos. Nesse momento, as primeiras experimentações com o concreto armado já haviam sido postas em prática através da *Vivienda Milia* e da *Vivienda Sayago*, com o sistema "Vibro Econo" – ensaios de uma construção pré-fabricada em concreto armado para casas de até 100,00m², que acabou não obtendo êxito no segmento de mercado aplicado [LUCCHINI, 1971, p. 169].

Vilamajó concluiu o curso de Arquitetura em 1915. Teve sua formação profissional sob a regência do Professor Carré, arquiteto francês graduado na *École des Beaux-Arts* de Paris. Seu pensamento permeável à transição para a arquitetura moderna foi difundido no ensino da arquitetura, o que refletiu em Vilamajó um caráter eclético em suas manifestações a caminho do racionalismo [URRUZOLA, 1991, p. 46]. Em 1923, Vilamajó recebe o "*Gran Premio*" – um concurso realizado entre arquitetos recém-formados para obter uma viagem de estudos pela Europa durante um ano e, então, se muda para a Europa, onde permaneceu na França e Espanha, majoritariamente [GAETA, 2009, p. 38]. Ao retornar para Montevideú em 1926, constitui a sociedade "Vilamajó, Puciarelli e Carve", com o construtor Genaro Puciarelli e Pedro Carve. Suas obras posteriores retratam a influência da arquitetura espanhola e moura, perceptível na ornamentação das fachadas de sua residência-estúdio. Também foi um destacado professor na *Facultad de Arquitectura* da UdelaR.



Figura 105 - Vivienda Francisco Milia construída no sistema "Vibro Econo", em 1937. Atualmente está protegida como Bien de Interés Departamental [BID], sob GPP 02. Fonte: Nómada.

O ano de 1929 foi importante para a carreira de Vilamajó, por ser vencedor de três concursos: o primeiro foi a sede para o *Centro de Almaceneros Minoristas* (Figura 98) – obra que marca uma inflexão em sua trajetória projetual. Suas fachadas passam tornam-se gradualmente menos ornamentadas e uma vocação modernizadora comparece em seus trabalhos (ARANA, 1991, p. 20); o segundo concurso vencido foi o projeto do estádio de futebol do Club Atlético Peñarol (Figura 99), destinado a ser construído no mesmo terreno onde a FING se implanta, não executado, portanto. Esta foi a oportunidade de Vilamajó conhecer bem o terreno antes de projetar a *Facultad de Ingeniería*. O terceiro concurso que obteve êxito destinava-se a uma agência do *Banco de la República*, a “General Flores”, que foi construída.



Figura 106 - Centro de Almaceneros Minoristas de Julio Vilamajó, ano 1929. Fonte: da autora, 2019.

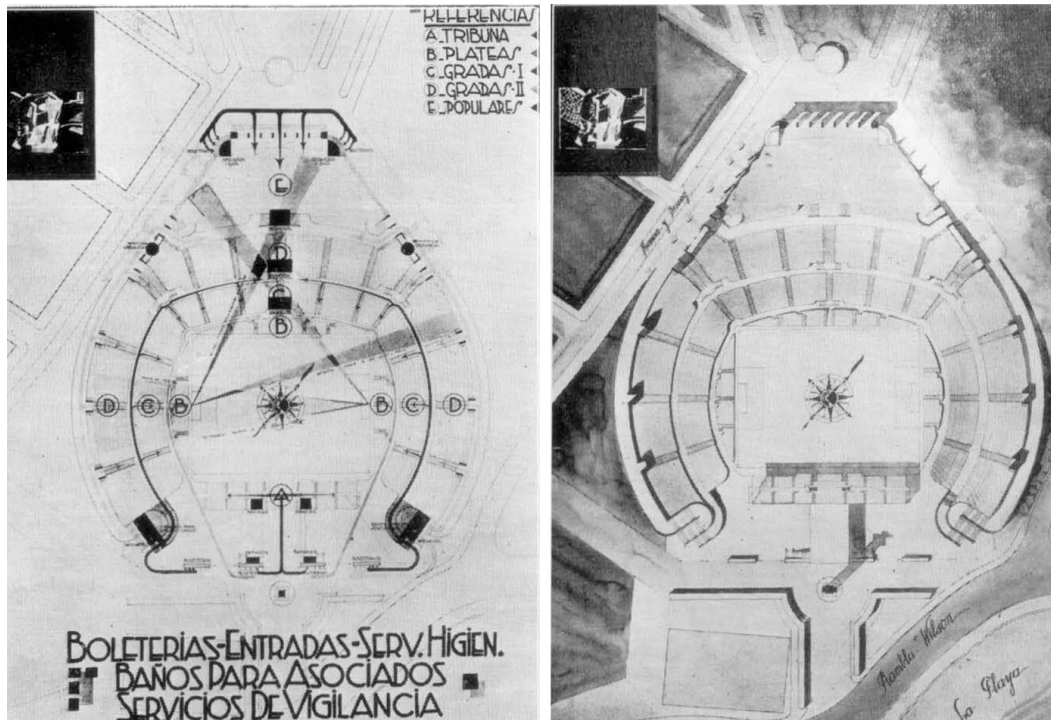


Figura 107 - Desenhos técnicos do Estádio Club Atlético Peñarol, em 1929. Fonte: Concursos FADU.

Após o concurso público de projetos sem êxito⁵² para sede da *Facultad de Ingeniería*, Vilamajó é convocado para a elaboração do projeto do novo prédio no dia 1º de outubro de 1936, sendo iniciada a construção em 14 de março de 1938. A obra tomou parte dos últimos doze anos da vida de Vilamajó, sendo concluída a primeira etapa em 1944. A *Facultad de Ingeniería* constitui o auge de sua carreira, dando visibilidade nacional e posteriormente internacional, sendo considerada ato de consolidação da renovação da arquitetura nacional com traços de modernidade (LUCCHINI, 1971, p. 178). O reconhecimento da obra é atestado pela menção no catálogo "*Latin American Architecture – Since 1945*", pontuando a grandeza e o prestígio do arquiteto, como também sua participação como consultor do projeto de edificação do edifício da ONU (HITCHCOCK, 1955, p. 17 e 24). Seu último trabalho profissional, o loteamento de Vila Serrana e o respectivo *Ventorrillo de la Buena Vista* (1946), demonstram a habilidade de Vilamajó em sintonizar a arquitetura com o lugar e o que ele oferece, com rigor de modernidade (CABRAL, C. P. C., 2016, p. 36–37). Vilamajó trabalha com diversas técnicas construtivas, indo da palha ao concreto armado aparente; da maior à menor escala – da Villa Serrana à sua Casa-Estúdio. Aborda os contextos rurais com *Ventorrillo*; os costeiros com a *Facultad de Ingeniería*. "Sua melhor arquitetura nunca é passiva a respeito ao âmbito ao qual se incorpora" (SCHEPS, G., 2010, p. 27). Vale destacar que o processo de construção de um edifício para a *Facultad de Ingeniería* foi demorado e conflituoso, desde a escolha do terreno.

⁵² Scheps, em sua tese "17 registros" justifica o caso com a oposição da SAU (*Sociedad de Arquitectos del Uruguay*) ao concurso de anteprojetos, pela concorrência admitir engenheiros como projetistas. Depois de discussões sobre este e demais itens do edital entrarem em acordo, o novo edital é lançado. Dias depois, em Assembleia Extraordinária da SAU, a Sociedade ratifica sua oposição ao concurso e estabelece que serão declarados em "falta de lealdade e solidariedade profissional" os colegas que participem do concurso. Após os jurados receberem apenas uma proposta, o concurso é declarado como deserto

4.2 A Facultad de Ingeniería



Figura 108 - Visão aérea da Facultad de Ingeniería do ponto de vista da Rambla e suas intervenções. Fonte: UdelaR/Fernando da Rosa. Janeiro de 2018.

O edifício está localizado em uma área privilegiada da capital uruguaia, compondo a paisagem da *Rambla Sur*, às margens do Rio da Prata (Figura 108). O conjunto se materializa como “peça urbana” pela sua dimensão e implantação dentro do Parque Rodó, contrastando com a cidade tradicional, de quadras densificadas com “casas pátio”.

Vilamajó se torna o autor do projeto como uma alternativa à muitas dificuldades. Uma Comissão Honorária foi criada para que se observasse o projeto e a execução da obra, que seria elencada através de concurso público nacional. Essa Comissão desenvolveu suas atividades em meio aos entraves da escolha do terreno e o fracasso do concurso (conforme nota de rodapé número 50). Com o cancelamento deste, a Comissão resolve contratar Julio Vilamajó. Nesse momento, o arquiteto já desempenhava seu papel como professor de “*Proyectos de Arquitectura*” na UdelaR. Ao seu lado, como colaborador, estaria o engenheiro civil Walter S. Hill, especialista em estudo e cálculo de estruturas de concreto armado. É possível que Hill tenha acentuado em Vilamajó a decisão sobre a materialidade e estética do conjunto, além dos contextos externos ao Uruguai do uso do concreto armado, como De Baudot e Perret (LUCCHINI, 1971, p. 183). A revista *Arquitectura* nº187 registra a visita de Augusto Perret à Faculdade de Arquitetura da UdelaR, em 1936, demonstrando singular satisfação com a presença do arquiteto em solo uruguaio – o que reforça certo reconhecimento da obra de Perret e sua influência sobre os uruguaiois. Sua visita acontece no mesmo ano em que Vilamajó assume o projeto da Faculdade juntamente Walter Hill.

e que o projeto recebido não possui méritos suficientes para receber nenhuma menção (SCHEPS, G., 2008, p. 147). A reação da SAU também pode ser conferida na íntegra no volume 187 [L, 1936, p. 5–7] da *Revista Arquitectura*, da própria SAU.

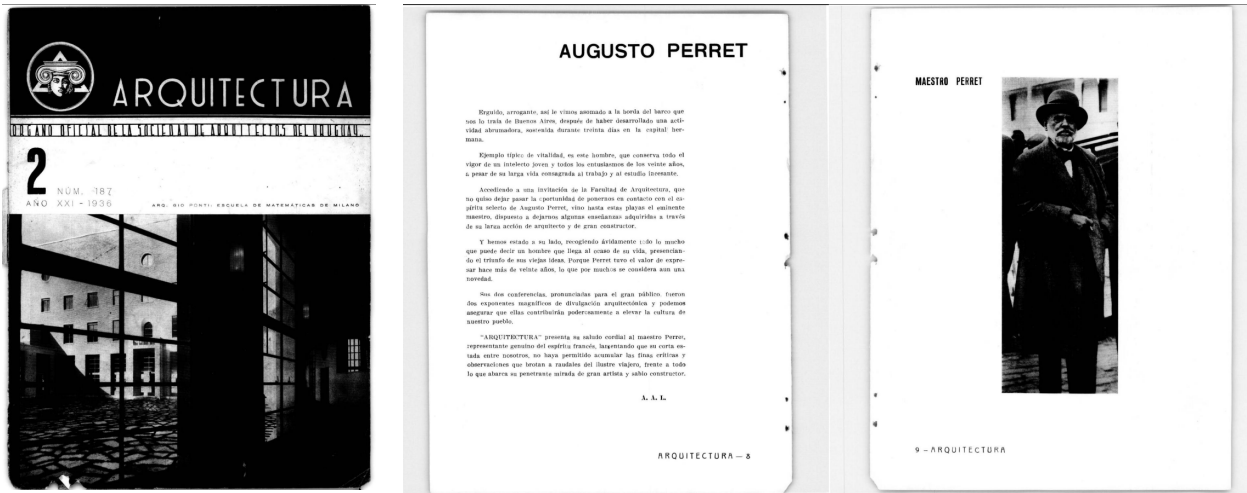
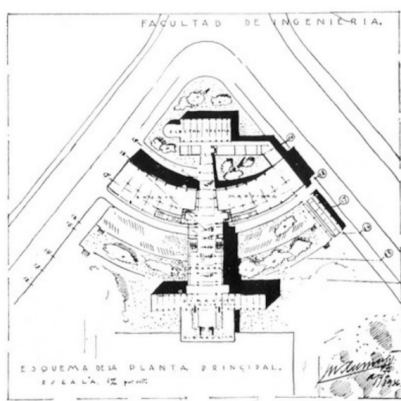


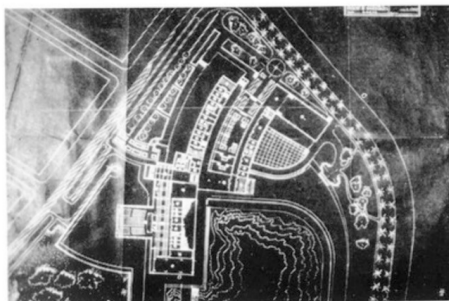
Figura 109 - Revista Arquitectura 187, de 1936, registrando a passagem de Perret por Montevidéu. Montagem da autora.



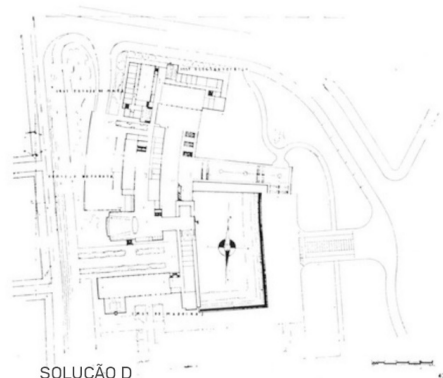
SOLUÇÃO A



SOLUÇÃO B



SOLUÇÃO C



SOLUÇÃO D

Figura 110 - Lucchini registra os estudos de Vilamajó no processo de concepção da FING. [LUCCHINI, 1971, p. 79-81]

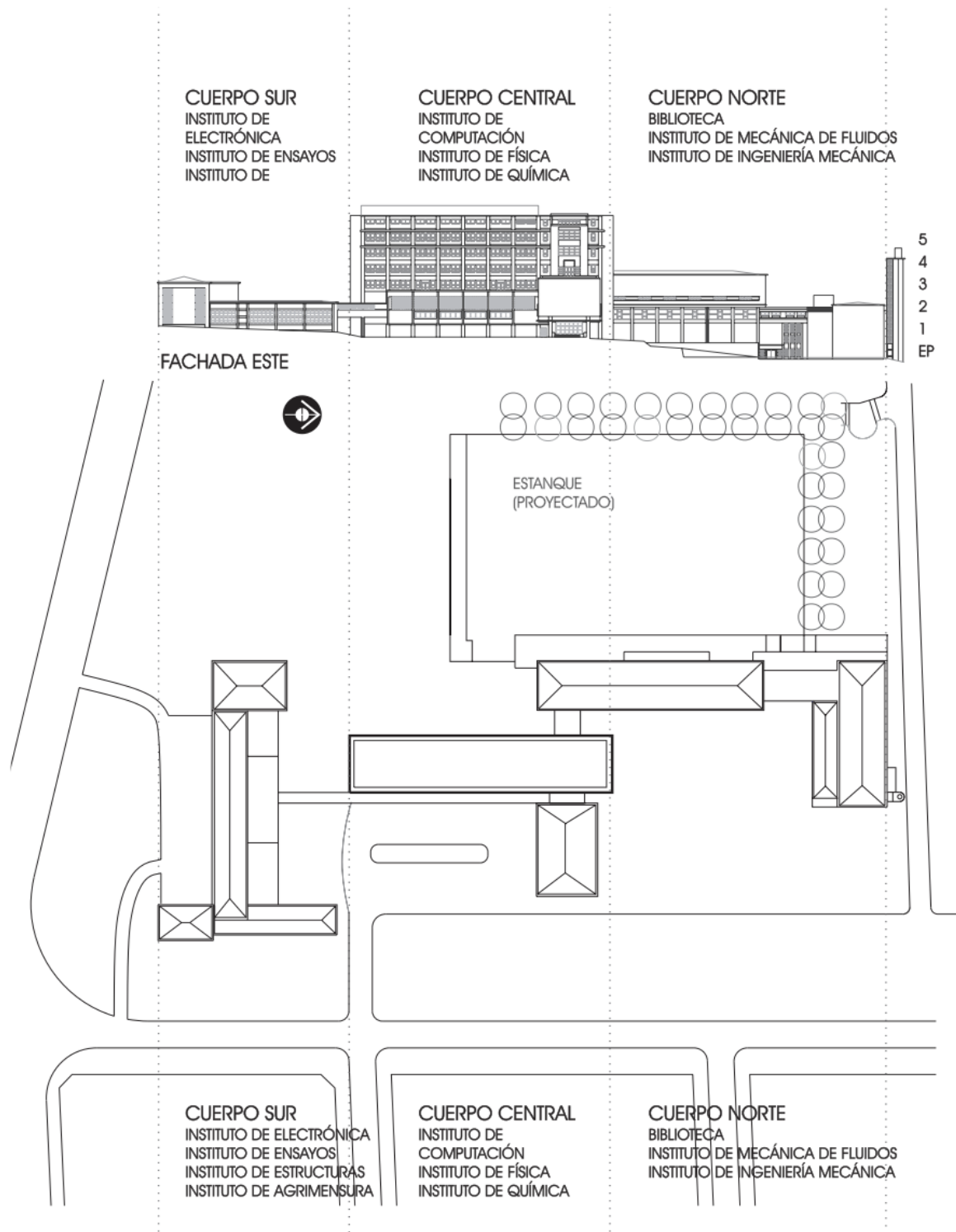


Figura 111 - Fachada oeste e implantação original da FING. [SCHEPS, G., 2008, p. 36].

O processo criativo do edifício passou por um exaustivo estudo de forma e composição – iniciando com as mais clássicas, em eixos de simetria e ritmos de composição, tendo o sistema circulatório como princípio ordenador. A primeira versão do projeto possuía sua entrada voltada para o Rio da Prata, com o edifício ordenado segundo a bissetriz do encontro entre as avenidas Julio Herrera y Ressing e Julio Maria Sosa. Os edifícios eram posicionados sobre essa bissetriz em blocos curvos.

Posteriormente, os obstáculos de uma readequação ao programa da faculdade, uma legislação limitadora de índice construtivo e os recursos financeiros limitados, inflexionam o projeto a uma maior racionalidade e o edifício se torna mais urbano que costeiro, mas permanecendo com sua relação visual com o rio, ainda que se notem vestígios de uma composição academicista, como o acesso principal apoiado a um eixo transversal menor [SCHEPS, G., 2008, p. 372]. O estudo definitivo “F”, registrado por Luchinni [LUCCHINI, 1971, p. 81], diz não se tratar apenas de uma estruturação circunstancial, mas que se dirige às necessidades permanentes. Scheps argumenta que o projeto está estruturado em uma rigorosa trama de 7,40 x 7,40 metros, que não apenas rege a estrutura do edifício como sua organização geral – que afetam a posição dos elementos, os espaços vazios entre eles, alcançando os interiores e o dimensionamento dos menores detalhes [SCHEPS, G., 2008, p. 67].

O projeto definitivo é assinado em 1936 e as obras são iniciadas apenas em 1938. A indisponibilidade de fundos frente ao programa de necessidades da faculdade foi outro empecilho que tornou o processo de construção descompassado, sendo inaugurado o edifício, ainda inacabado, em 1944. Revestimentos internos em mármore [ROCHA, 2001, online] e o tratamento das áreas externas conforme o projeto não foram executados até o momento – e alguns não serão mais executados devido à outras necessidades a serem atendidas nesses espaços externos.

A composição obedece à condição estabelecida de conservar no possível as particularidades da disposição no plano do passeio e da visualização do homem. Para realizar estes objetivos somente se levantam desde o solo aqueles locais que pela sua função tenham sido necessariamente assentados sobre terra [...] e o resto se eleva sobre pórticos, sendo a parte do edifício no nível do solo, um lugar mais da composição do parque. (HILL apud LUCCHINI, 1971, p. 180)

O uso do concreto armado aparente de forma global confere unidade ao conjunto, mas, ao mesmo tempo, Vilamajó consegue orquestrar hierarquias e texturas. Apesar da aparência do concreto armado transmitir sensação de peso, o edifício completa o conjunto do Parque Rodó e se relaciona com a orla fisicamente e visualmente de forma amistosa pelo gesto de levantar sua massa principal do solo, conforme relato de Hill. O “gris” consegue ser a moldura sobre um retrato do espaço verde imediato com fundo marítimo. Com o próprio concreto, Vilamajó confere dinamismo aos prismas puros pela disposição de traços neoplásticos, semelhante ao da Bauhaus de Dessau [ROCHA, 2001, online], criando uma série de pátios “semifechados” [CARRANZA; LARA, 2014, p. 86–87], com elevações de diversas texturas: grelhas no corpo principal e saliências que tornam ásperas empenas que poderiam ser lisas, e que estão associados “infallivelmente com os locais interiores de múltiplas alturas” [SCHEPS, G., 2008, p. 37]. Essas saliências remontam aos ornamentos da arquitetura moura e espanhola, que Vilamajó aplicou em sua casa-estúdio e na agência General Flores do *Banco de la República*.

A *Facultad* se distribui em dois polos: o que se destina ao intelecto [ensino] e às observações experimentais [laboratórios]. Assim, as extremidades [*cuero norte e cuero sur*] abrigam o corpo de pesquisas e laboratórios, articulados ao corpo principal [*cuero central*] de salas de aula, por passarelas elevadas, que permitem a mínima interrupção da expansão do Parque Rodó pela massa construída. Os volumes que tocam o chão são os espaços que abrigariam maquinário pesado, como a Sala de Máquinas, por exemplo [SCHEPS, G., 2008, p. 35]. Além de intenção plástica, os acabamentos possuem também uma intenção didática pela sua aplicação ao curso em instrução no prédio. “O edifício terminado será uma estrutura aparente [...] a exteriorização do elemento construtivo não diz respeito somente à forma, mas também a matéria” [HILL apud ROCHA, 2001, online]. A inovação também está na planta: O uso do concreto armado em módulos de 7,40 metros dá ao espaço interior um alto grau de flexibilidade [CARRANZA; LARA, 2014, p. 87]; concepções contemporâneas como a “planta livre” eram conceitos avançados para a época. Já a hierarquia dos volumes se dá pelas alturas, sendo o volume principal o mais alto – das salas de aula – e os volumes inferiores, onde se desenvolvem os laboratórios, a biblioteca e os escritórios dos engenheiros especializados. As aberturas também tipificam os usos: janelas pequenas para áreas administrativas, janelas grandes para salas de aula, e painéis de vidro para alguns laboratórios, tornando externamente legíveis as funções de cada volume.

O programa de necessidades da Faculdade de Engenharia se desenvolve sob uma época de efervescência tecnológica e intelectual, que influencia o curso de engenharia a se desenvolver e se ramificar em ênfases e especializações de disciplinas. Essa ramificação se materializa na necessidade de espaços físicos para os diversos institutos que a constituiu ao decorrer dos anos. É nesse período que também as pedagogias de Montessori e Decroly fazem avançar os pensamentos e reflexões sobre o espaço de ensino da arquitetura educacional, acentuado pela influência de obras internacionais [PERDOMO, 1996, p. 4]. É desse contexto que a ideia de progresso estava também na “fisiologia” do edifício, considerando-se que a ideia de expansão das áreas físicas era uma diretriz projetual que fazia parte da concepção estética do conjunto:

...nas bases se insiste em prever crescimentos; deste modo, se estabelecia como requisito aos projetistas que o edifício deveria se conceber “de tal modo que as futuras ampliações nos diferentes institutos e no Laboratório de Hidráulica possam efetuar-se sem romper a unidade arquitetônica de conjunto [SCHEPS, G., 2008, p. 235].

Como previsto, não muito tempo depois de sua inauguração, em 1950, registram-se as primeiras intervenções de ampliação interna no prédio para laboratórios, sendo construído um entrepiso sobre o Laboratório de Máquinas Elétricas, para acomodar o Laboratório de Telecomunicações [HAKAS, 2003, p. 224]. Seu pé direito generoso, do qual Vilamajó faz alusão aos grandes pavilhões industriais, é corriqueiramente aproveitado para criação de entrepisos, como a intervenção da Sala de Máquinas,

de autoria de Gustavo Scheps. As consecutivas intervenções e adaptações dentro do monumento geram, a partir de 2005, um registro sistemático das intervenções efetuadas através do “Boletín Mensual de Noticias del Plan de Obras y Mantenimiento”. Segundo consta na primeira edição, de abril,

A ideia deste boletim mensal, de distribuição eletrônica, é difundir as atividades que se realizam relativas às obras e manutenção edilícia na Faculdade de Engenharia, assim como outras temáticas também abarcadas por esta seção. Forma parte do que poderíamos chamar de política comunicacional, que se complementa com a publicação de mensagens nos “News”, artigos no boletim Aperiódico do CEI, no site web e o intercâmbio permanente de opiniões que temos com muitos de vocês. [PLAN DE OBRAS/FING, 2005, p. 1. Tradução dos Autores]

Este material foi essencial na arrecadação de dados primários sobre as intervenções do edifício. Tanto Scheps quanto o próprio Boletim atestam que o uso precursor do concreto armado aparente tem carregado patologias que são administradas e tratadas até os dias atuais, além das corriqueiras atualizações funcionais de espaços defasados, pequenas reformas e atualizações de infraestrutura, como refrigeração, hidráulica e elétrica; atualização de mobiliário, equipamentos e as negações do concreto armado aparente nas áreas internas do edifício – com pinturas e revestimentos. Por fim, este material também testemunha a ligação estreita que Gustavo Scheps, como arquiteto encarregado da *Dirección General de Arquitectura* da UdelaR, criou com a *Facultad de Ingeniería* intervindo neste conjunto por cerca de vinte anos. A edição número 91, de março de 2012, foi inteiramente dedicada a homenagear e expor os principais trabalhos do arquiteto encarregado – desde a reforma de uma nova cantina ao complemento de “ramas anexas” ao campus.

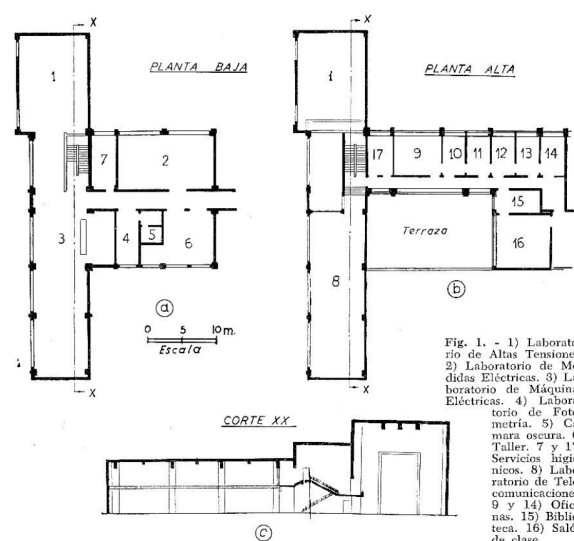


Figura 112 - "Plantas que mostram o novo entrepiso que abrigara, desde 1950 e por uns 30 anos o Laboratório de Telecomunicações do Instituto de Eletrotécnica no novo edifício da Faculdade de Engenharia." [HAKAS, 2003, p. 225]. A intervenção está localizada no corpo sul.



Figura 113 – Fachada com auditório e bloco de salas de aula. Autor: Luis Henrique Haas Luccas. Ano: 2019.



Figura 114 – Vista do corpo norte - da Biblioteca e Sala de Máquinas à direita, com sua chaminé. Autor: Luis Henrique Haas Luccas. Ano: 2019.



Figura 115 - Vista do corpo sul. Autor: Luis Henrique Haas Luccas. Ano: 2019.

4.3 Plan de Obras 2001: La Odisea del Espacio

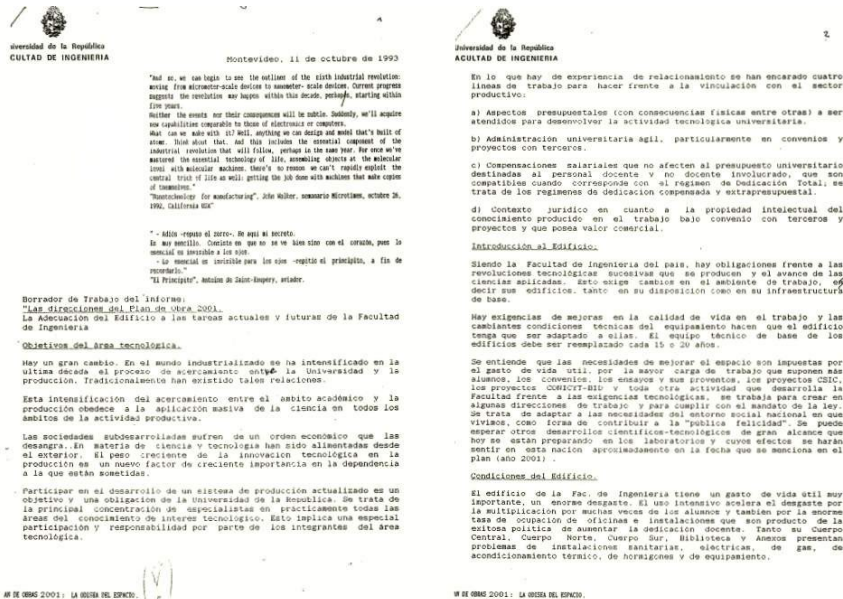


Figura 116 - Documento do Plan de obras 2001: La odisea del espacio. Fonte: Boletín Mensual del Plan de Obras y Mantenimiento nº173 - Outubro/2018, p.18.

As intervenções de reparo, reciclagem e ampliações materializadas hoje, inclusive as intervenções futuras, possuem origem em plano de ação que retrocede quase três décadas. Em 11 de outubro de 1993, o engenheiro Carlos Anido, assistente acadêmico em questões edilícias da Faculdade de Engenharia (FING), apresenta o documento intitulado “Plan de Obras 2001: La Odisea del Espacio”⁵³. Partindo da análise da situação do edifício naquele momento, são arroladas ações para adequação do espaço físico da instituição, frente às novas demandas de industrialização e tecnologia. Os objetivos deveriam ser concluídos no ano de 2001. A ação seria feita em conjunto com a DGA, da qual Gustavo Scheps é arquiteto responsável pela FING.

Em seu projeto para o futuro haviam seis pontos de ações: 1) a execução dos entrepisos metálicos na Sala de Máquinas do Corpo Norte; 2) um edifício tipo “galpão” para um grande laboratório; 3) ampliação de 50% do anexo do Instituto de Estructuras y Transportes (IET); 4) a construção de um novo edifício entre a Facultad e a quadra de futebol do Club Defensor; 5) a instalação de um túnel de vento fora do edifício da Facultad; e 6) a renovação de instalações e reformas dos institutos e serviços

⁵³ Em 1967, Buckminster Fuller constrói a Biosfera de Montreal com seu sistema de cúpulas geodésicas. O pavilhão foi construído para representar os Estados Unidos na Exposição Mundial de 1967, a Expo67, realizada em Montreal (Canadá). Em 1968 o filme futurista “2001: Uma odisséia no espaço” escrito por Stanley Kubrick e Arthur C. Clarke é lançado e representa essa época de efervescência científica e tecnológica que culminará com a corrida espacial e a ida do homem à lua, em 1969. Entre os anos 1971 e 1974 desenvolve-se no Uruguai o projeto do Complexo Boulevard Artigas com seus autores - Arturo Villaamil, Héctor Vigliecca, Thomas Sprechmann, Ramiro Bascans – bebendo de fontes como Peter Cook e Archigram, para criar um complexo habitacional com caráter modular e uma ampla gama de combinações de programas habitacionais, na tentativa de atender ao programa de necessidades de seus moradores. É com esse título que os diretores da FING vislumbram o futuro, com o desejo de colocar a Facultad de Engenharia nos trilhos da nova tecnologia. O ano de conclusão não poderia ser o mais adequado ao título: 2001.

da *Facultad* (PLAN DE OBRAS/FING, 2008a, p. 1). Este plano foi atendido em partes: a corriqueira falta de recursos descompassa novamente os planos e eles se tornam defasados com o passar do tempo. Destes objetivos, apenas a construção do novo galpão (item 2) não ocorreu; os demais itens foram concluídos com alguns ajustes para atender às necessidades presentes no momento de execução.

Em 4 de novembro de 2010 os planos se atualizam. O “*Nuevo Plan de Obras a Varios Años*” desenvolve um planejamento estratégico, minucioso e estudado para materializar estruturas que atendam às necessidades investigadas com o corpo docente e discente para a *Facultad de Ingeniería* (PLAN DE OBRAS/FING, 2018, p. 19) Gustavo Scheps se mantém como arquiteto coordenador e que materializa o novo “Plano Diretor”, (Figura 117) que estima-se desenvolver e concluir seus objetivos até o ano de 2020. O grande plano começou a ser apresentado em partes, possivelmente porque a elaboração estava em andamento; a primeira divulgação ocorreu na edição de abril de 2007 do *Plan de Obras y Mantenimiento* número 26, mostrando perspectivas externas e internas de prédios isolados, com poucas definições da finalidade de cada espaço. Na edição posterior (número 27) aparecem informações mais detalhadas dos usos dos novos prédios: os Institutos de *Computación* e de *Estructuras y Transportes*, conhecidos por “InCo” e “IET” respectivamente, são apresentados a comunidade acadêmica. Apenas em abril de 2009, na edição número 54, é apresentado o Plano de Obras completo de intervenções na *Facultad de Ingeniería*, com a autoria de Scheps. Estão executados até o presente momento o edifício do IET, parte do complexo do InCo e o Edifício Polifuncional Faro.

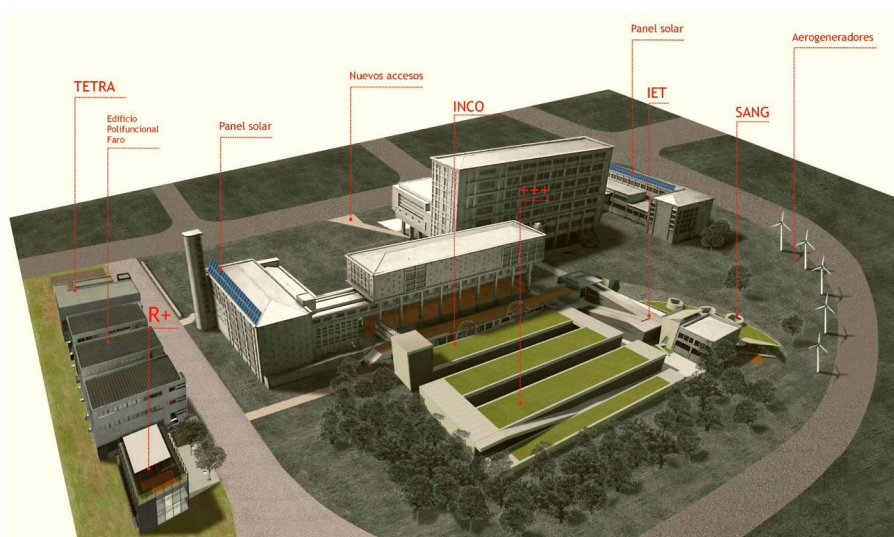


Figura 117 - Plano Geral de intervenções na Facultad apresentado em 2009. Fonte: Boletín mensual de Noticias del Plan de Obras y Mantenimiento nº 103. Fevereiro/2013.

Os acréscimos próximos ao corpo principal seguem a linguagem de uma das primeiras intervenções externas ao prédio, o “Túnel de Vento” construído em 1994. Este laboratório foi instalado ao lado do corpo da biblioteca, um pavimento abaixo do nível da planta principal da *Facultad*, coberto com abóbadas de tijolo armado (IMFIA-UdelaR). O objetivo das atuais intervenções, segundo Scheps, é

não interferir na visão do conjunto protegido e aproveitar os desníveis existentes na topografia do terreno, modelados em função das escavações para o estádio do Club Peñarol, candidato ao terreno anterior à *Facultad de Ingeniería*.

4.4 Scheps e a Facultad

Segundo Roberto Segre, Gustavo Scheps representa a nova geração de vanguarda da arquitetura contemporânea por seus méritos na reciclagem da Sala de Máquinas na *Facultad de Ingeniería* [SEGRE, 2001, online]. Scheps tem outros fatos extracurriculares que não podem ser considerados apenas “peculiares”, mas que parecem qualificá-lo desde cedo: foi filho dos pioneiros modernos José Scheps e Nelly Grandal, ambos ex-alunos de Vilamajó graduados na década de quarenta, autores de liceus para o Ministério de Obras Públicas [MOP], e de obras maiúsculas do acervo moderno uruguaio, como o Parador l'Marangatú [1952] e o Pavilhão no Hotel San Rafael [1965], em Punta del Este. E este fato também propiciou o convívio desde a infância até a formação profissional com protagonistas da arquitetura moderna local como Carlos Hareau, Elisa Maggi e Justino Serralta, amigos dos pais [SCHEPS, G., 2010, p. 26].

A formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo ocorreu da mesma instituição de seus pais, sendo concluída em 1978. Desde 1981 exerceu a profissão de projetista e diretor de obras em carreira privada, exercida bastante próxima da docência, sendo admitido como professor adjunto da UdelaR em 1985. Sete anos depois de sua admissão [1992], conseguiu aliar o ensino à prática do projeto no âmbito da universidade, tornando-se arquiteto da *Dirección General de Arquitectura* [DGA]; e é nesta etapa que suas relações com a *Facultad de Ingeniería* se estreitam.

Scheps também se relaciona profissionalmente nas mais variadas escalas e âmbitos: é membro fundador do DOCOMOMO Uruguay; foi decano da *Facultad de Arquitectura* por dois mandatos consecutivos (setembro de 2009 a outubro de 2017); é autor de diversos materiais de reflexão disciplinar, prólogos e colaborador de numerosas publicações. Possui doutorado pela *Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid*, onde defendeu a tese intitulada “17 Registros: Facultad de Ingeniería de Montevideo [1936-1938] de Julio Vilamajó, arquitecto”, o que atesta seu contato próximo com o edifício e o conhecimento da obra e dos recursos projetuais de Vilamajó. O autor ressalta que sua tese não apenas descreve uma série de eventos sobre a concepção da *Facultad de Ingeniería*, mas

Em um primeiro nível de hipótese propõe que é possível conhecer um fato arquitetônico aplicando uma rede complexa e hierárquica de linhas conexas, ainda que independentes. [SCHEPS, G., 2008, p. III]

Este trabalho defendido em Madrid teve aprovação pela banca com distinção *cum laude* e recentemente, no ano de 2018, a obra foi publicada como livro. Admirador de Vilamajó e sua obra,

Gustavo Scheps expõe que o chamado “*Acuerdo Vilamajó*” é uma convicção coletiva acerca do mérito e transcendência da sua figura e obra do autor da FING, presente no legado da arquitetura moderna uruguaia. Com essa responsabilidade em mente, assinala a importância da equipe de apoio técnico-político com a qual contou nas intervenções da Faculdade de Engenharia, elogiando a mesma pela capacidade técnica e inteligência [SCHEPS, G., 2010, p. 26].

O já citado *Boletín de Obras y Mantenimiento* número 91 elenca algumas da ampla série de adequações que Scheps dirigiu dentro da instituição. Desta seleção, destacamos três pela sua relevância: 1) em 1995, a Sala de Máquinas em desuso da instituição, foi completamente reciclada para atender à nova demanda de salas de aula e laboratórios. O projeto obteve publicações em revistas como ELARQA e Casabella, além de ser selecionado para a II Bienal de Arquitetura e estar catalogado na exposição itinerante do II Prêmio Mies Van der Rohe de Arquitetura Latino-americana; 2) densificando a implantação, na parte norte da quadra, com a construção do Edifício Polifuncional José Luiz Massera: três blocos frente à antiga Sala de Máquinas. O projeto obteve destaque na VI Bienal Ibero-americana de Arquitetura e Engenharia em Portugal (2007); 3) anexando dois blocos ao volume principal da *Facultad*, que acomodaram numerosas salas e laboratórios destinados ao *Instituto de Computación* e ao *Instituto de Estructuras y Transportes*, sendo executados em etapas na área contígua à preexistência, à oeste, a partir de 2010. Houve ainda a ampliação de um edifício anexo preexistente - o bloco de laboratórios da Geotécnica - inaugurado em 2002, também qualificável como reciclagem. Pelo valor patrimonial que a FING carrega, suas intervenções extrapolam os boletins internos e alcançam jornais, revistas, catálogos de exposições e prêmios internacionais. As intervenções de distintas escalas e repercussão serão descritas a seguir e estão apresentadas textualmente em ordem cronológica.

4.5 Sala de Máquinas: 1992-2007

A grande caixa de concreto armado aparente do Corpo Norte, com dimensões colossais de 45x15m e pé-direito de 15m, foi um dos primeiros espaços tratados por Scheps para receber uma nova função e um novo valor. Ao ser concebido, é de se cogitar que Vilamajó quisesse transferir a atmosfera dos grandes pavilhões industriais para o espaço universitário, já que a exigência deste recinto era um pé-direito de, no mínimo, cinco metros [SCHEPS, G., 2008, p. 336]⁵⁴. Neste local seria abrigado o Instituto de Máquinas. É um dos volumes que, segundo a diretriz de Vilamajó, estaria apoiado diretamente no solo pela sua função de abrigar um maquinário pesado. A pedido da Comissão Honorária, em 1936, o

⁵⁴ Scheps argumenta em sua tese que não ficou registrado nenhum motivo para que o pé direito de algumas peças de composição da Faculdade de Engenharia fosse triplicado. A tese é que Vilamajó tenha sido motivado a intenções plásticas ou nas palavras do autor, “cenográficas”. Um desejo de acompanhar a modernidade tecnológica da época. [SCHEPS, G., 2008, p. 240]

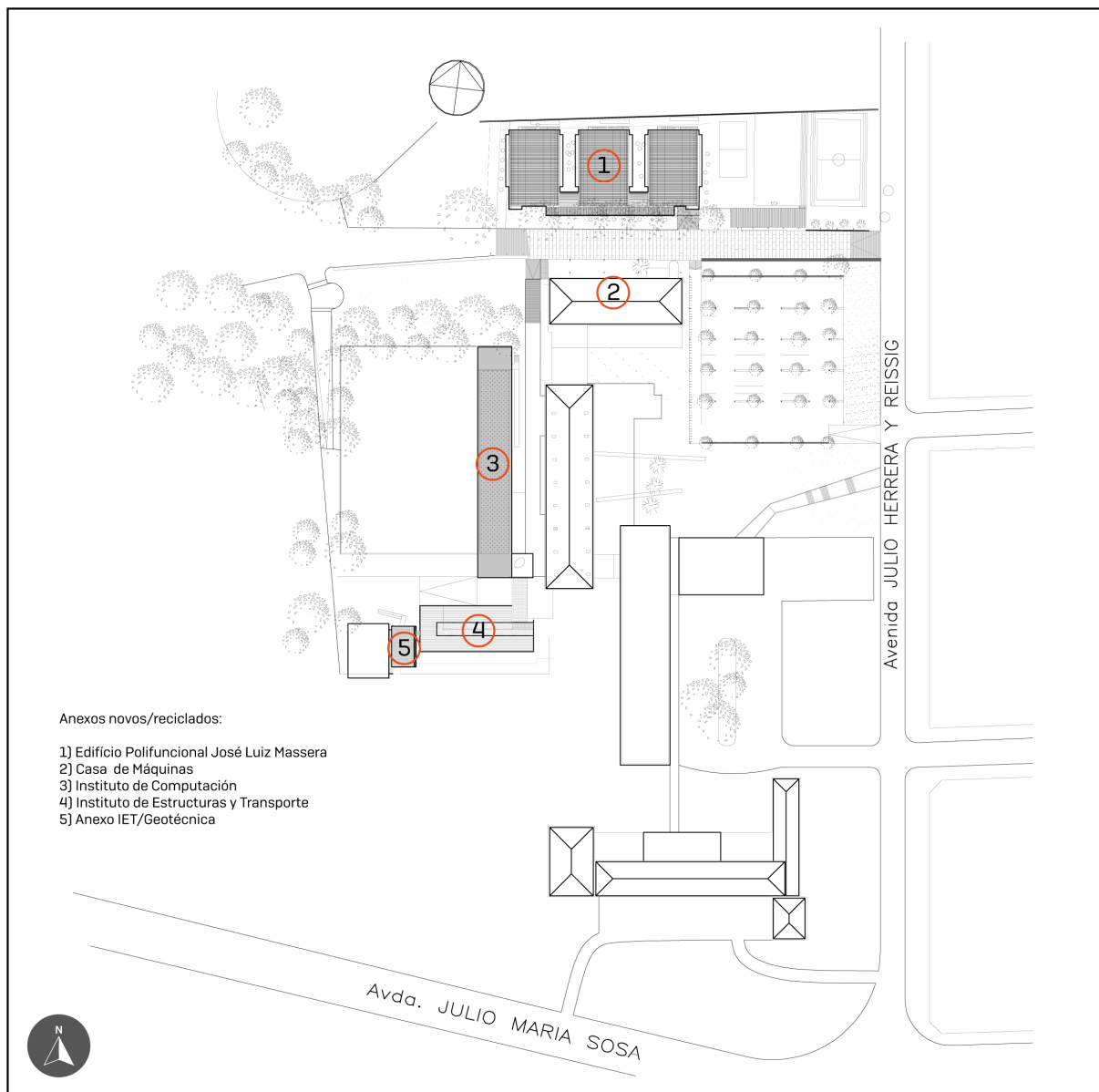


Figura 118 - Implantação atual da FING. Fonte: Informes de atividades 2012 - DGA.

prisma deveria ter uma chaminé para as caldeiras e maquinários, comportando-se de maneira “dissimulada no interior do edifício”; mas, ironicamente, é um elemento destacado na composição do conjunto. Segundo Scheps, a chaminé é “enorme, icônica e inútil”: nunca exalou fumaça [SCHEPS, G., 2008, p. 240].

O pavilhão mantinha seu pé direito livre e o espaço inutilizado, ainda que outros lugares da instituição, com características semelhantes, já tivessem inserido entrepisos nos espaços vazios. Essa estratégia já havia sido adotada na década de 1950, como citado anteriormente. Imbuído da mesma estratégia, Scheps foi encarregado de efetuar o projeto executivo pela DGA.



Figura 119 - Conjunto do Corpo Norte. Autor: Luis Henrique Haas Luccas. Ano: 2019.

O objetivo era manter a planta do nível do solo com o mínimo de apoios para abrigar as grandes máquinas hidráulicas e o maior número de salas possível em pisos superiores. Com essas diretrizes, Scheps procurou preservar a essência do vazio original em sua nova intervenção: a iluminação, a estrutura de concreto porticada e a autenticidade dos materiais. Aproveitando a superestrutura do prédio, a solução para manter o piso inferior livre foi atirantar, com cabos verticais e oblíquos, os cinco níveis de mezaninos metálicos; os apoios existentes de transmissão de carga para o solo, locados ao perímetro do pavilhão, foram reforçados com estrutura metálica complementar. Para manter o vazio aéreo original, as “bandejas metálicas” foram recortadas sob uma matriz de apoios metálicos verticais, instalada nos entrepisos. Um novo vazio foi reconstruído, agora metálico contrastado com o antigo concreto armado, acentuando ainda mais o contexto dos materiais in natura. A iluminação natural priorizada para os espaços de laboratórios e salas se refrata para o grande átrio formado, criando um jogo de luzes e contrastes. As plantas dos cinco pavimentos se alteram em forma e dimensão, mas todas priorizam um espaço de circulação perimetral voltado para o grande vazio, distribuindo o fluxo de pessoas para as salas e escritórios orientados para as aberturas originais da grande caixa. O novo é metálico e o antigo é o concreto. Scheps dá continuidade à plasticidade de Vilamajó, que criou volumes e texturas com o concreto armado; e agora, com o metal, desafia a estrutura com a esbelteza, as linhas curvas e o detalhe de cada acabamento – pilares, vedações e guarda-corpos.

O projeto foi dividido em três etapas. A construção é iniciada em 1992, compreendendo toda a parte atirantada, sendo inaugurada no início dos anos 2000. O processo lento ocasionado pela escassez de recursos faz com que a ocupação destes mezaninos por salas e equipamentos se realizasse entre 2002 e 2003. Em 2011 ainda restava a instalação dos sanitários e do elevador – dos quais em 2018 registra-se uma licitação para a sua execução e o local escolhido foi a colossal chaminé de Vilamajó. As dimensões internas do volume de 2,50m por 5,48m acomodaram um elevador e dois sanitários. De fato, o projeto original da chaminé já previa escadas e elevador junto à coluna de fumaça. Contudo, aproveitando-se das funções de circulação vertical, sua função de exalar fumaça é definitivamente anulada para comportar sanitários.⁵⁵ Neste caso da reciclagem da chaminé, o diretor da DGA era o arquiteto Juan Pedro Urruzola e o projeto está assinado pelo Arquiteto Bernardo Carrquiry.

A área construída acrescida resultou em 2500m² de salas para pesquisadores, administração e demais serviços do Instituto de Mecânica de Fluidos e Engenharia Mecânica (GAETA, 1996). Mesmo inacabado, o projeto recebeu várias distinções nacionais e internacionais, sendo a primeira em 1995 e a última registrada em 2003 [PLAN DE OBRAS/FING, 2008b, p. 16]; destas se destaca o II Prêmio Mies Van Der Rohe de Arquitetura Latino Americana mencionado.

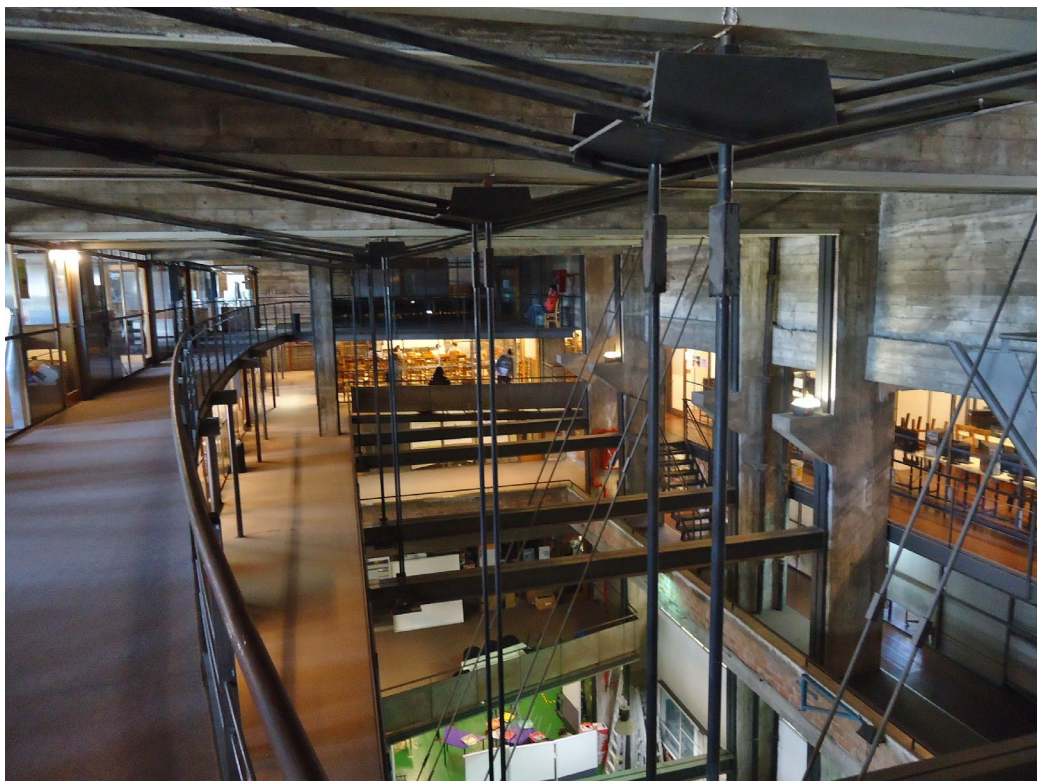


Figura 120 - Vista do último piso e estruturas da Sala de Máquinas. Fonte: Luis Henrique Haas Luccas. Ano: 2019.

⁵⁵ Scheeps, mais um vez em sua tese, enfrenta a incógnita chaminé como uma segunda oportunidade de construir um volume pontual no terreno, já que a torre que compunha o projeto do estádio do Club Atlético Peñarol não foi construída por ter a execução do projeto interrompido abruptamente. Sobrepondo o corte longitudinal com a fachada sobre a avenida Julio Herrera y Reissig, a posição da chaminé coincide com a posição da torre do estádio citado. Ambas além de outras funções, carregavam a função de ser um mirante. [SCHEPS, G., 2008, p. 430].

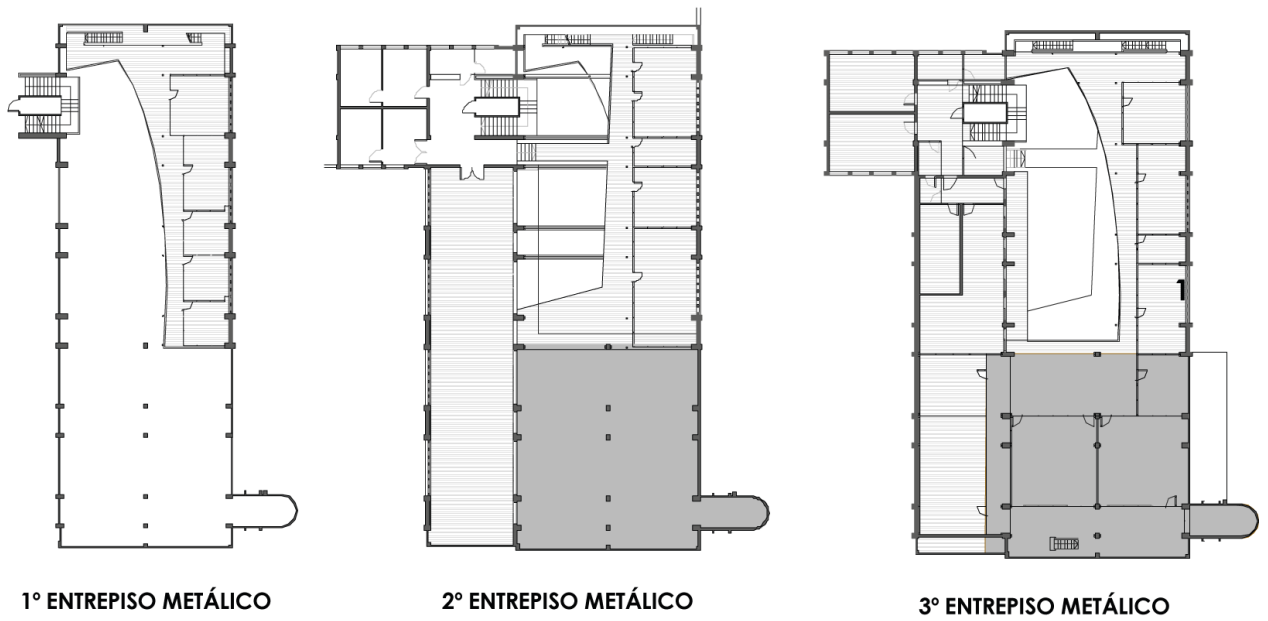


Figura 121 - Planta Baixa do Corpo Norte e sala de máquinas com os entrepisos. Fonte: Dirección General de Arquitectura.

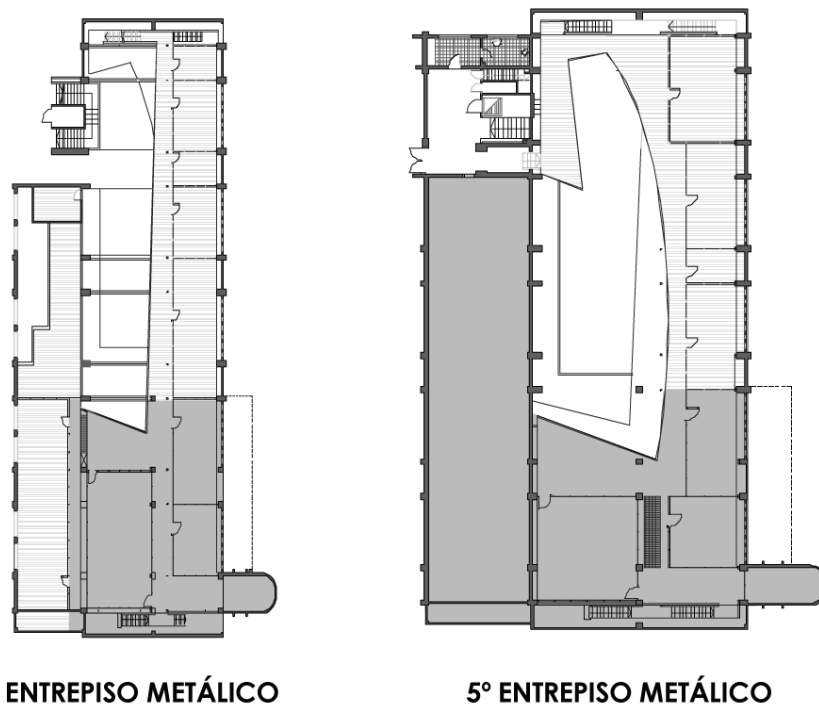


Figura 122 - Plantas baixas dos pavimentos quatro e 5. Fonte: Dirección General de Arquitectura.

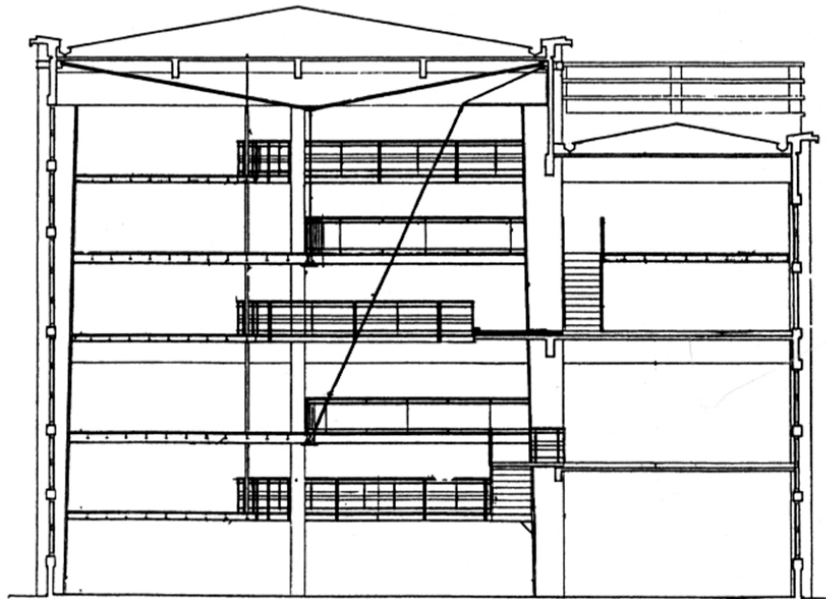


Figura 123 - Corte Transversal dos entrepisos da Sala de Máquinas. Fonte: II Bienal de Arquitetura.

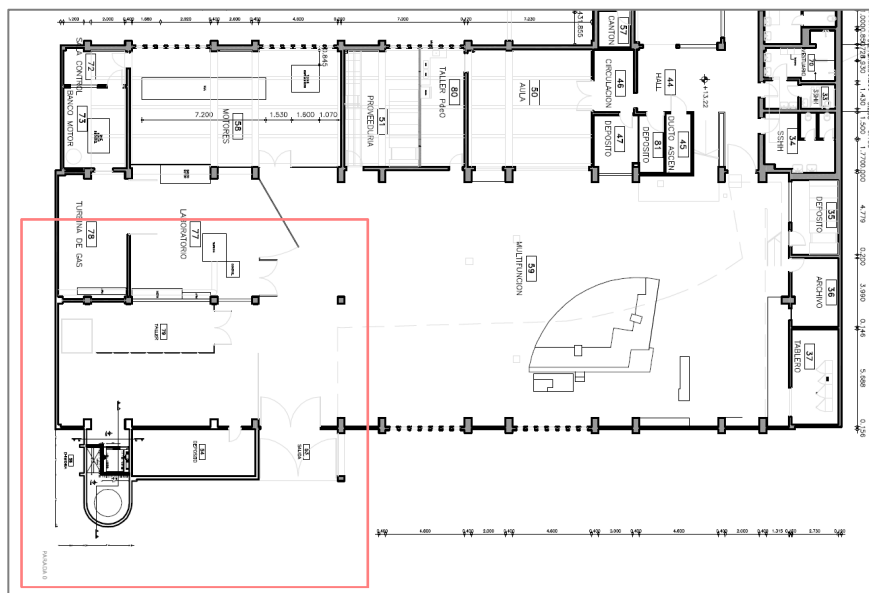


Figura 124 - Desenhos técnicos para licitação da instalação do elevador na chaminé - Planta Baixa. Data: 11/2017. Fonte: Site da FING.

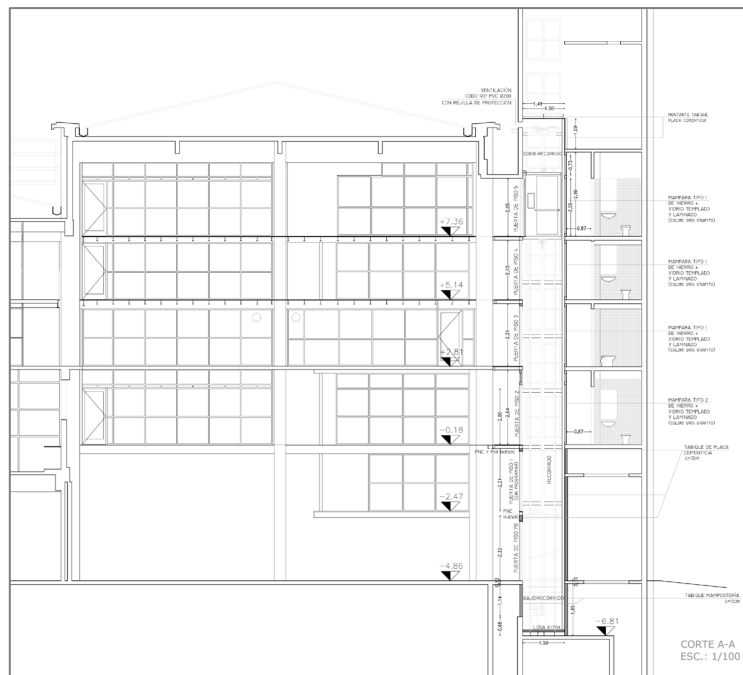


Figura 125 - Desenhos técnicos para licitação da instalação do elevador na chaminé - Corte AA. Data: 11/2017. Fonte: Site da FING.

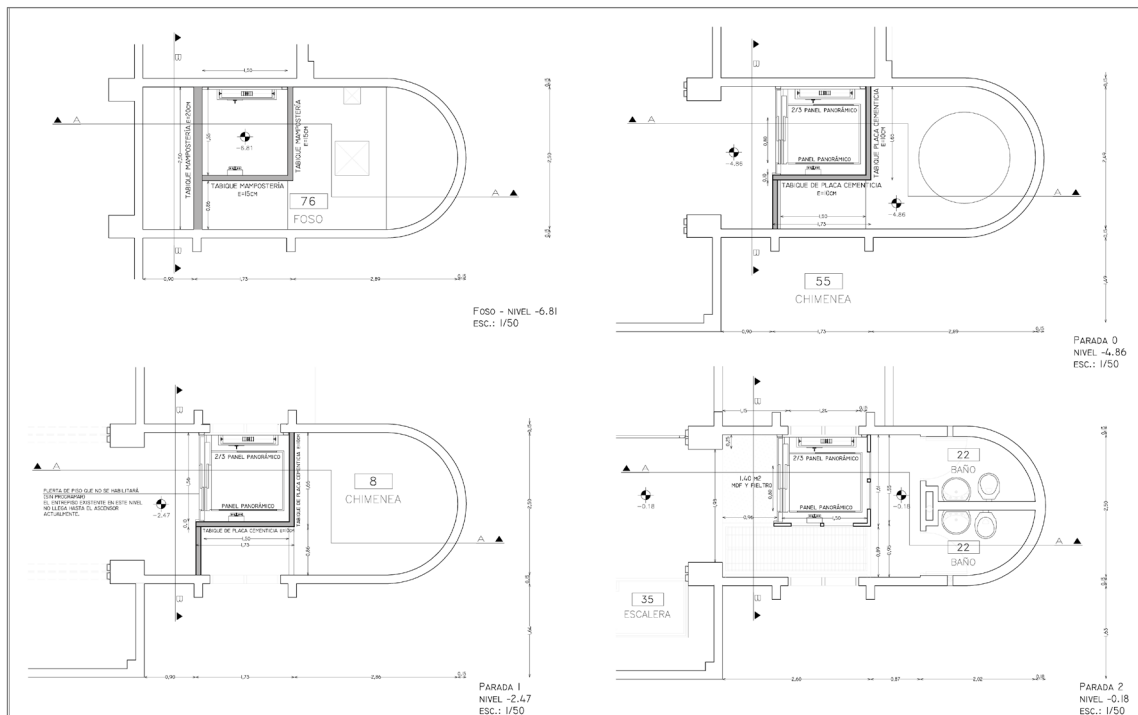


Figura 126 - Desenhos técnicos para licitação da instalação do elevador na chaminé - Planta de alvenaria do subsolo a parada 02 do elevador. Data: 11/2017. Fonte: Site da FING.

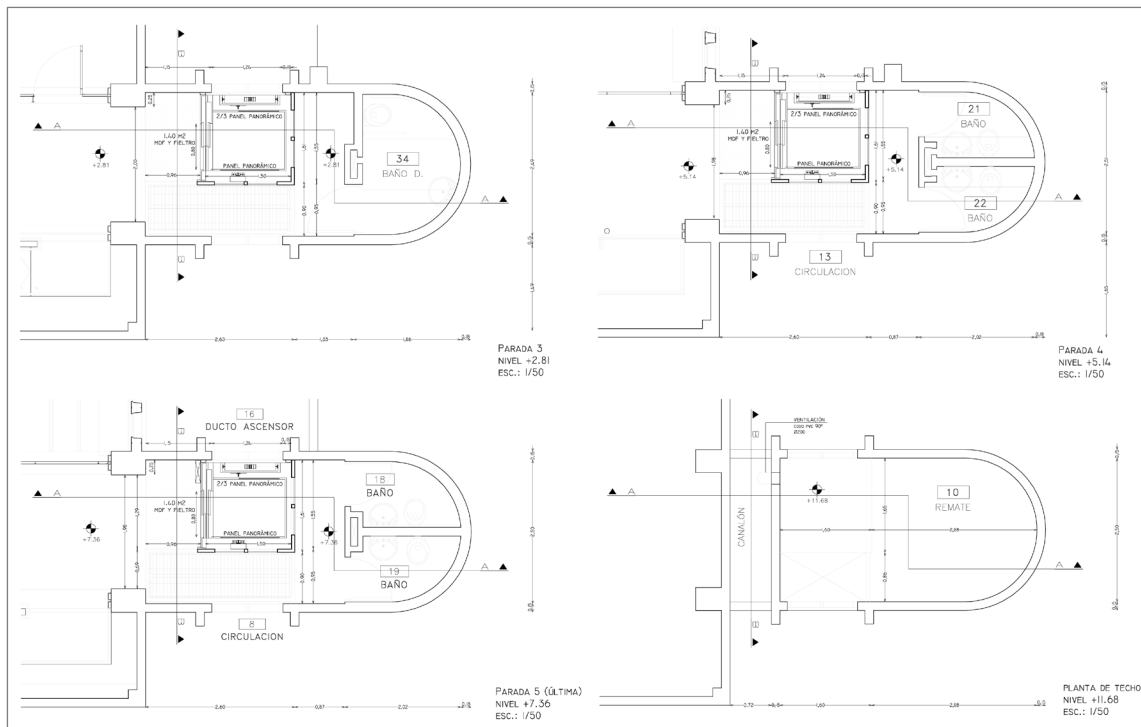


Figura 127 Desenhos técnicos para licitação da instalação do elevador na chaminé - Planta de alvenaria da parada 03 a cobertura do elevador. Data: 11/2017. Fonte: Site da FING.

4.6 Construção de um Anexo ao IET - Geotécnica: 1998-2002



Figura 128 - Fachada do prédio anexo da Geotécnica e sua ampliação. Autor: Luis Henrique Haas Luccas. Ano: 2019.

O projeto de ampliação do Anexo do *Instituto de Estructuras y Transportes* foi elaborado pela iniciativa do *Plan de Obras de 2001* – o item 3. O anexo pré-existente foi o segundo edifício externo ao corpo central da Faculdade e as diretrizes de sua implantação não estão registradas em material bibliográfico disponível. É muito provável que o anexo tenha sido um dos primeiros construídos por materializar algumas características do edifício principal, como as empenas em concreto armado aparente apresentando as mesmas saliências das fachadas do prisma do auditório e, ao que parece,

carregado pela tradicional intenção de compor sem destoar da preexistência e descaracterizar o conjunto. Além da ampliação, as intervenções para o Anexo do IET também contemplavam a reciclagem dos espaços preexistentes de 450m². O programa final abrigaria escritórios para os pesquisadores do Instituto, laboratórios de ensaio, salas de aula e ambientes para os serviços de apoio e administração. A inserção se desenvolveria em três pisos. Os 220 m² ampliados foram construídos em concreto armado aparente e esquadrias de metal. A fachada de acesso é uma empena de concreto armado com aplicação de frisos horizontais e a reprodução das saliências do mesmo material usados por Vilamajó. A intenção de manter a distinguibilidade entre o novo e o existente é realçada pelas “descolagens” entre os planos da construção existente e a edificação nova, criando fendas e pequenos avanços ao alinhamento da fachada existente. O arquiteto renuncia à continuidade da forma prismática regular que já existia e cria uma decomposição em planos de trapézios irregulares. Mas, no todo, se mantém a coexistência harmoniosa das partes distinguidas. Posteriormente, no ano de 2011, o Boletim número 81 registrava intenção de acrescentar mais um pavimento à pré-existência. O projeto estava em nível de projeto executivo [Figura 129], mas não há registros de sua materialização. No entanto, nos Boletins de Obras da FING do ano de 2020 está registrado que o projeto se encontra em fase executiva e aguarda um financiamento para executá-lo.

A pequena ampliação executada foi apresentada no livro “*Arquitectos Iberoamericanos Siglo XX*”, recebendo também nomeação no concurso de Obra Realizada da *Sociedad Arquitectos del Uruguay*, em 2003 [SCHEPS, J. G., 2009, p. 14 e 26].

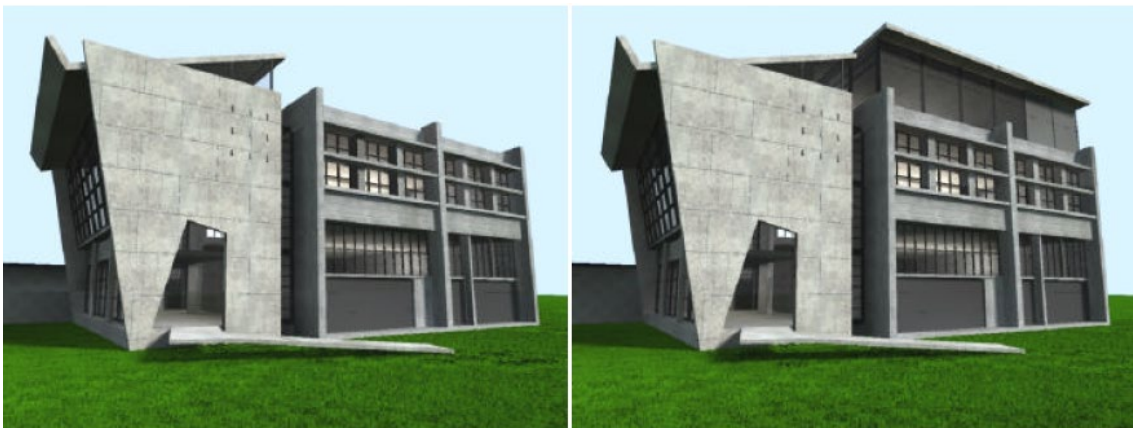


Figura 129 - Renders da ampliação da Geotécnica publicadas no Boletim de nº63, ano 2009, p.20. A expansão do último pavimento, na foto à direita, ainda não foi executada.

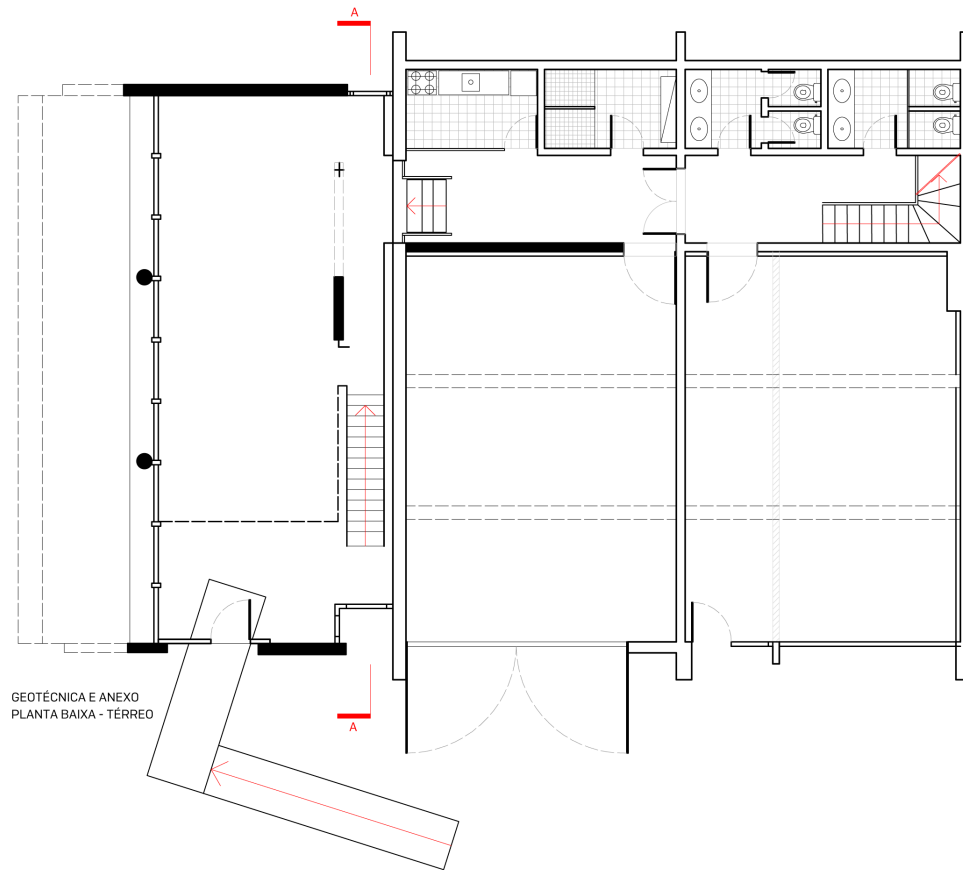


Figura 130 – Planta Baixa do edifício da Geotécnica e seu anexo. Redesenho da autora. Fonte: Nómada.

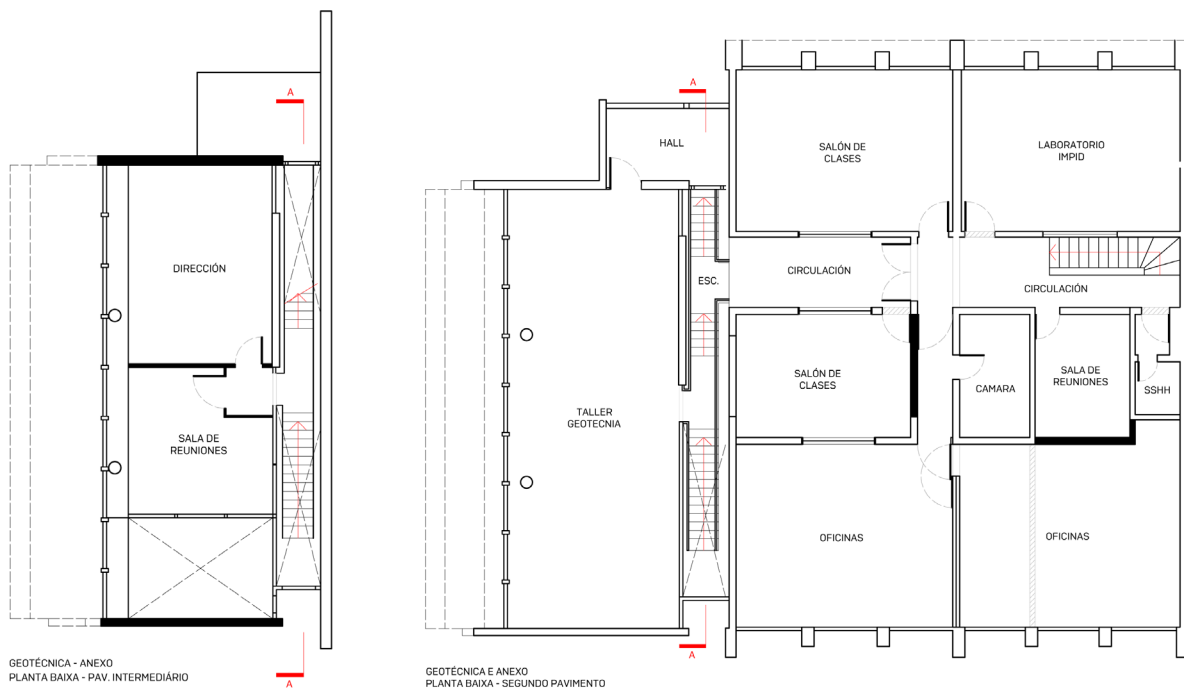


Figura 131 - Planta intermediária do Anexo da Geotécnica à esquerda. À direita, planta do segundo pavimento da Geotécnica. Redesenho da autora. Fonte: Nómada.

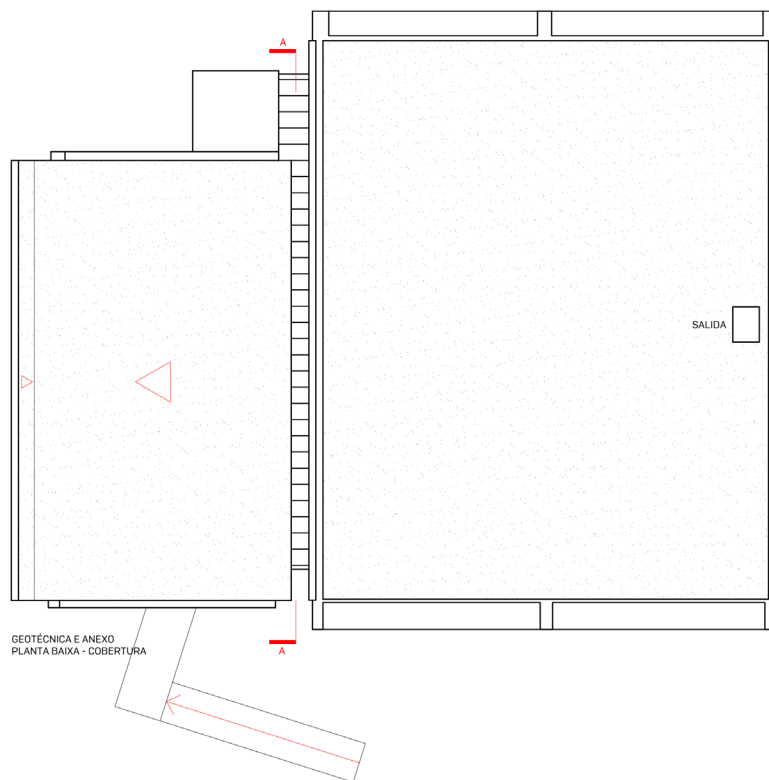


Figura 132 - Planta de cobertura do edifício da Geotécnica e seu anexo. Redesenho da autora. Fonte: Nómada.

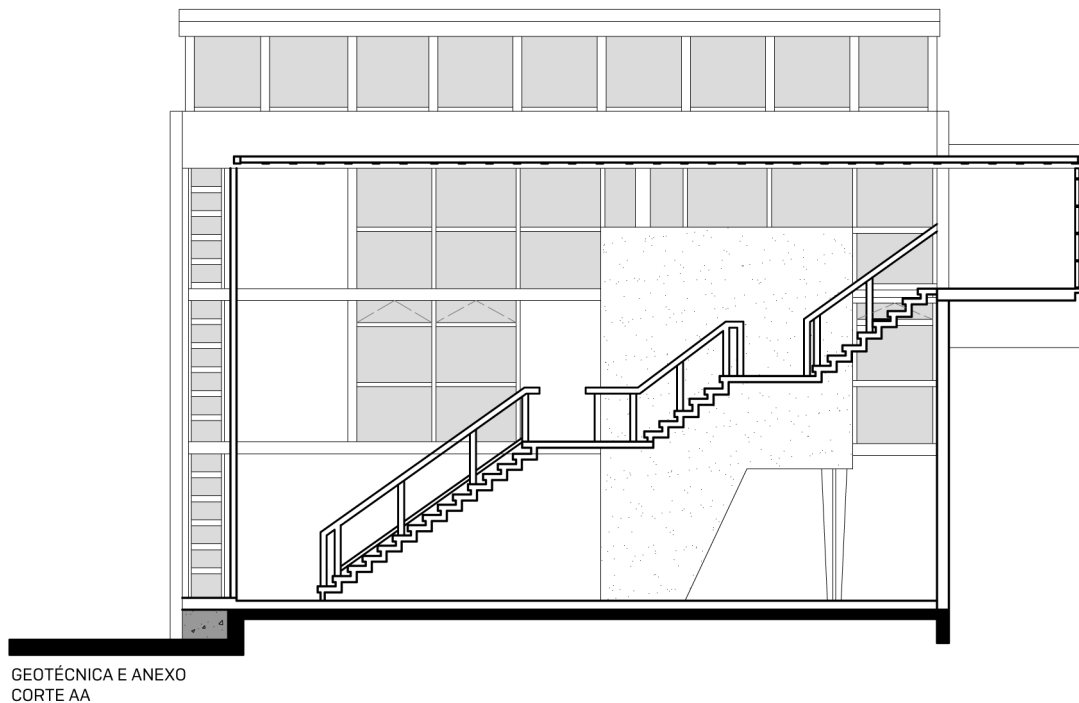


Figura 133 - Corte AA do anexo da Geotécnica. Redesenho da autora. Fonte: Nómada.



Figura 134 - Junção entre a preexistência e a intervenção. Fonte: Nómada.

4.7 Edifício Polifuncional Faro: 2005-2011



Figura 135 - Edifício Polifuncional José Luis Massera, implantado a norte da área da Faculdade. Autor: Luis Henrique Haas Luccas. Ano: 2019.

A *Facultad de Ingeniería* é um edifício de características modernas e não podemos desconsiderar que sua implantação, constituída de volumes em uma composição moderna, também passa por

intervenções quando ocorrem os adensamentos em sua área com os novos edifícios que se incorporam. Scheeps argumenta em sua tese que Vilamajó buscou inspirações para a implantação na *Piazza della Signoria* e na Praça de São Marcos, com a intenção de criar espaços livres interiores com os prismas do conjunto [SCHEPS, G., 2008, p. 172]. No entanto nossa primeira impressão é uma implantação neoplasticista alinhavada, como citada referência ao edifício da Bauhaus. Considerando a implantação livre no lote como uma atitude moderna, a densificação desta implantação resulta numa forma de intervir em um patrimônio moderno.

Chamados em bibliografias de diversas maneiras – Edifício Polifuncional José Luis Massera, Edifício Faro ou Aulário – o prédio foi projetado para atender ao item 4 do Plano de 2001. No entanto, em instância projetual, algumas faculdades da UdelaR já necessitavam de mais espaços de aula. Assim, o edifício é projetado para abrigar lugares multifuncionais para os cursos de Arquitetura, Ciências Econômicas e Engenharias. Além das salas de aula, contém espaços administrativos, biblioteca, anfiteatro, sala de exposições, cantina, etc. – um edifício de alta flexibilidade e baixo custo. Está localizado na Passagem Ing. Nelson Landoni, em frente a Sala de Máquinas, pontuado pela chaminé da Casa de Máquinas.

Tratam-se de três blocos em concreto aparente de 16x20m com três pavimentos, alternados por pátios e conectados por um volume horizontalizado, transparente, que articula a circulação entre as salas e conduz o acesso à rua. Os espaços podem compor salas de aula com 140, 220, 300 ou 400 lugares, em 4000m² construídos, conforme informações do Plano de Obras da Universidade. As obras foram iniciadas em 2005, sendo inaugurados os módulos um e dois no ano de 2007 [PLAN DE OBRAS/FING, 2007, p. 2]. Em 2011 houve a conclusão do terceiro módulo. Já na ocasião da primeira inauguração, a gestão de obra se dizia satisfeita com a rapidez e a alta qualidade da execução do projeto, com custos menores que o estabelecido. O projeto é inovador para a infraestrutura da universidade pela modernidade dos equipamentos utilizados, segurança, eficiência no uso dos recursos naturais com dispositivos para otimizar o uso da energia e água potável; uso de lâmpadas de baixo consumo e, possivelmente, o primeiro a ser acessível para pessoas com deficiência – disponibilizando banheiros que contemplam as normas nacional e internacional, elevador com dispositivo de voz para pessoas com deficiência visual, sinalização tátil, assentos reservados para deficientes, entre outras medidas.

A alta flexibilidade se dá pela possibilidade de compartimentar as salas sem prejuízo da iluminação natural, pois todos os locais teriam janelas voltadas para o exterior – pela solução de pátios alternados entre os prédios. A concepção formal do conjunto permitiu que a construção fosse executada em etapas modulares, tendo a mínima interferência com os setores já habilitados para o uso e otimizando os custos de operação. Assim como a *Facultad de Ingeniería*, a intenção é que o edifício fosse sustentável em toda a sua vida útil, prevendo alternativas para atender a evolução da

didática de ensino e tecnologias. Sua materialidade e implantação dialogam compositivamente com a preexistência e colaboram com a revitalização de espaços do Parque. O novo prédio, além de incrementar o espaço físico da Universidade, requalificou a passagem peatonal no Parque Rodó, que encurta trajetos até o Parque de Diversões, o acesso à praia e ao *Teatro de Verano*. O espaço tem sido utilizado para conferências e seminários nacionais e internacionais.

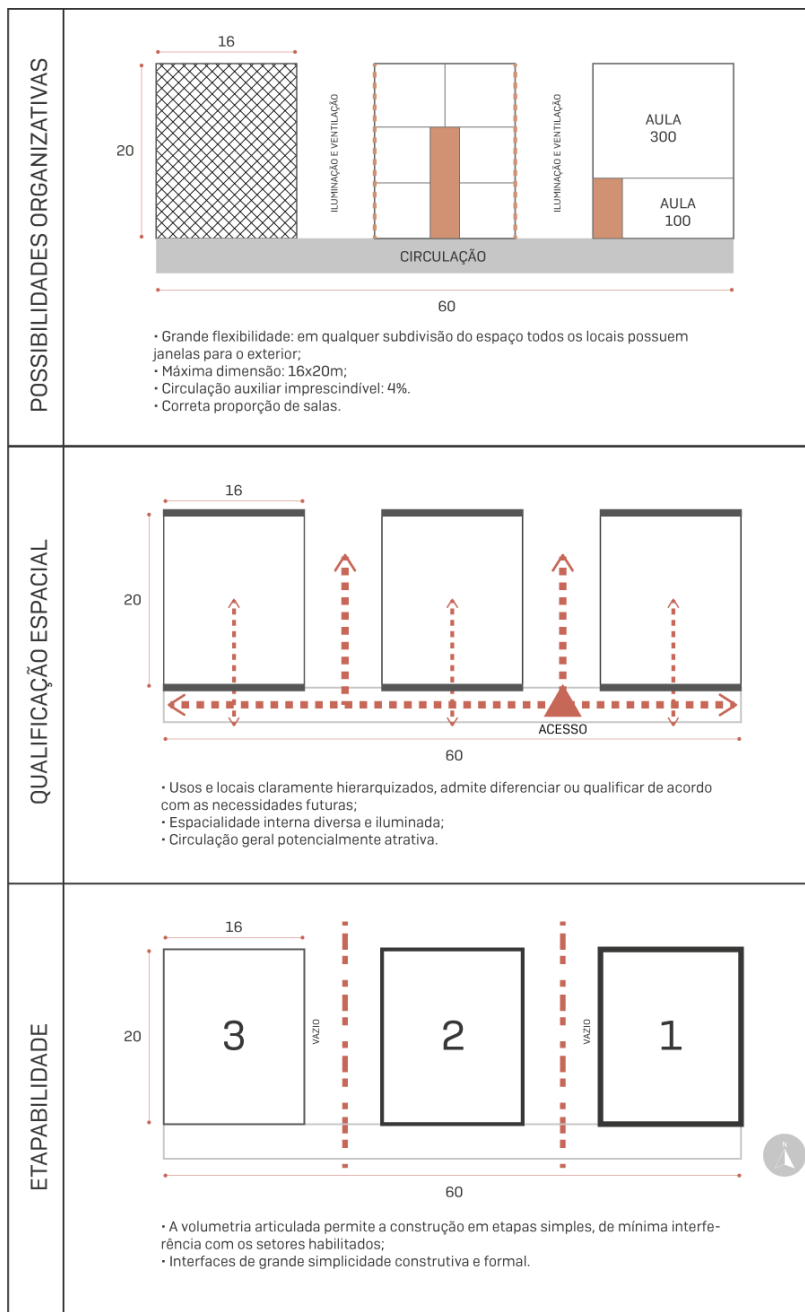
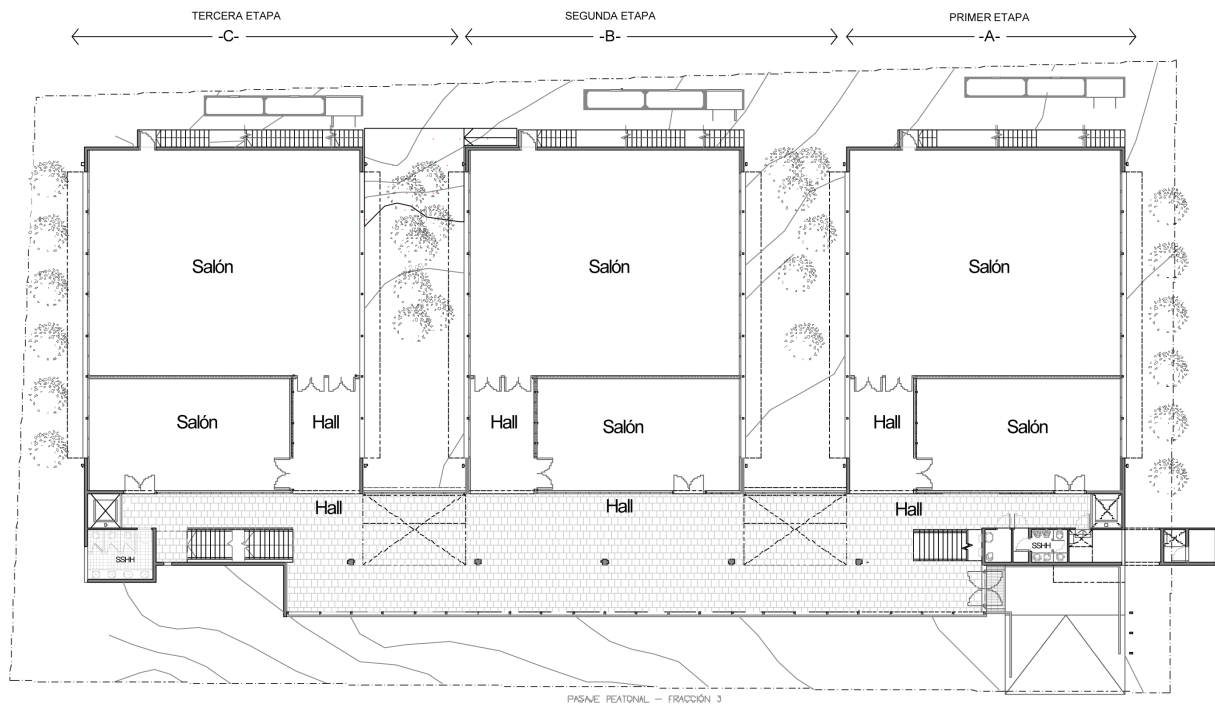
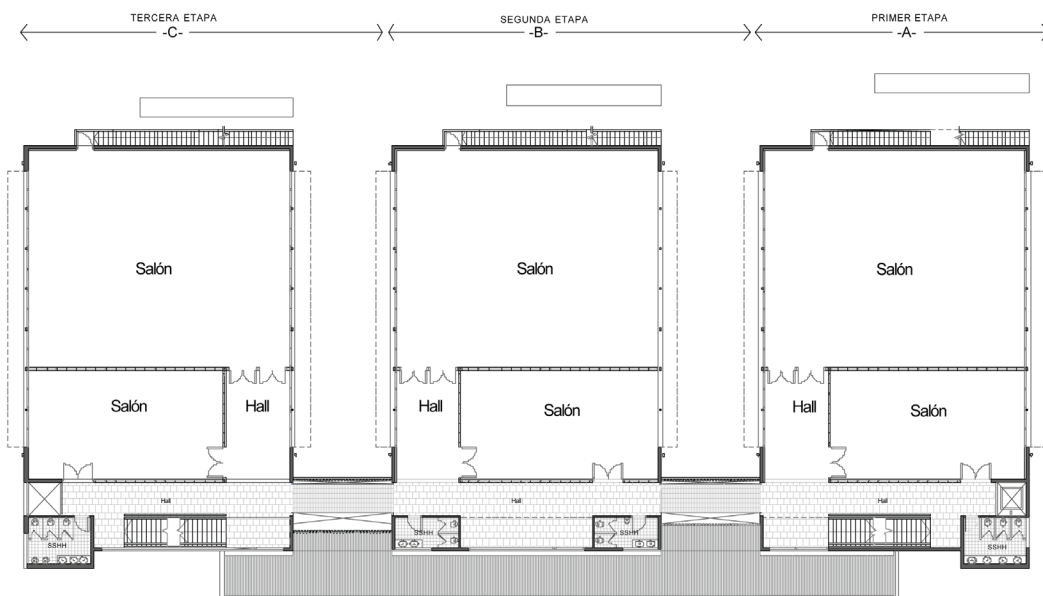


Figura 136 - Diagramas publicados no Boletim do Plano de Obras da FING, nº28, p. 02. Ano: 2007. Redesenhado e traduzido pela autora.



PLANTA BAJA

Figura 137 - Planta Baixa do térreo do edifício Polifuncional. Fonte: DGA.



PLANTA NIVEL 1 Y 2

Figura 138 - Plantas baixas do primeiro e segundo pavimentos do Edifício Polifuncional. Fonte: DGA.

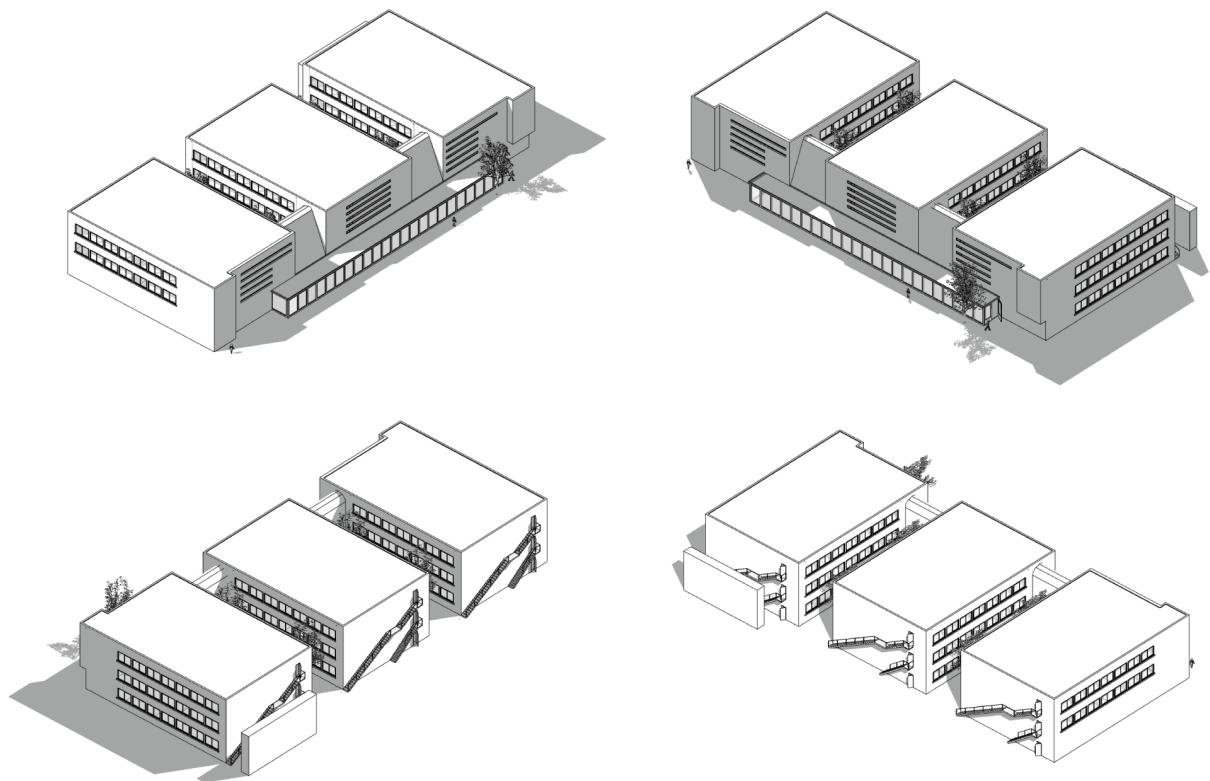


Figura 139 - Representações tridimensionais dos volumes do Edifício Polifuncional. Modelagem: Gabriel Perez. Fonte:

<https://3dwarehouse.sketchup.com/model/2597d69be701c8303ffb152456e32664/aulario-faro>



Figura 140 - Vista da Peatonal Nelson Landoni. À esquerda, a Facultad de Ingeniería e, direita, o Edifício Polifuncional. Autor: Luis Henrique Haas Luccas. Ano: 2019.

4.8 Nuevo Plan de Obras a Varios Años: 2010

Uma vez que o Plano de 2001 alcança seus objetivos, surge a necessidade de uma reestruturação das necessidades. Com a construção do Edifício Polifuncional Faro, é apresentado o novo Plano Urbanístico, que contempla todas as necessidades levantadas pela *Facultad* naquele momento (Figura 117). Os novos edifícios carregam como diretriz a continuidade do concreto armado aparente, tecnologias de automação no uso de recursos naturais e a flexibilidade do uso de espaço para dirimir as necessidades futuras de adaptação e ampliação. O projeto está sendo conduzido em etapas e os novos edifícios dos Institutos de “*Computación*” e “*Estructuras y Transportes*” foram os primeiros a serem inaugurados, juntamente com adequações dos espaços abertos que relacionam os acessos entre as intervenções e a preexistência. A maior área a ser atingida na implantação é a grande face oeste, onde os edifícios do “InCo”, “IET”, “+++” e “Sang” serão incorporados ao Anexo do IET [Geotécnica] e poderão facilitar as relações de acesso com demais áreas do novo campus (Figura 109). A face oeste passou muitos anos subutilizada e, no passado, foi destinado por Vilamajó para um espelho d’água a serviço do Instituto de Hidráulica que nunca foi executado. Vistos do nível do térreo da *Facultad*, os prédios compõem uma linguagem contínua de área construída com terraços verdes e passarelas, constituindo uma quinta fachada neste conjunto. Suas elevações possuem fachadas discretas que alternam entre placas de concreto, vidro e “*Isopanel*” – chapas de metal unidas com material isolante.

Curiosamente, a integração desses novos edifícios projetados por Scheps, implantados abaixo do nível do corpo da preexistência, coincide com uma proposta de Vilamajó relatada pelo próprio Scheps em sua tese de doutorado [SCHEPS, G., 2008, p. 177–179] que narra as “idas e vindas” de Vilamajó debruçado sobre as modificações do projeto da FING durante sua execução. Na ocasião, um andar do Corpo Central de aulas havia sido suprimido por razões financeiras e Vilamajó efetua um novo estudo, inserindo um bloco horizontal ao lado do corpo da Biblioteca, na fachada junto a Avenida Julio Herrera y Reissing, no nível do estanque de água. O bloco em questão, afastado do corpo da preexistência, criava salas e laboratórios que se abriam para um pátio. Os croquis deixam evidente a semelhança com os projetos executados por Scheps nas intervenções da faculdade e, portanto, questiona-se a se a tentativa de Vilamajó não teve continuidade nas intenções projetuais de Gustavo Scheps para o *Instituto de Computación*, especialmente. Interpretam-se semelhanças em questões formais como o formato em barra, uma fachada homogênea e a quinta fachada do edifício com claraboias. Também nota-se a relação dos pilotis do volume da Biblioteca com o novo edifício proposto, tanto como a paisagística como a de ligação com outros espaços preexistentes. A solução de Vilamajó parece ter sido um ensaio próprio de intervenção sobre preexistências e, neste caso, uma preexistência em

construção, inacabada; pondo à prova sua intenção em ser um edifício que atenda à necessidades de intervenção futuras – acertadamente esperadas.

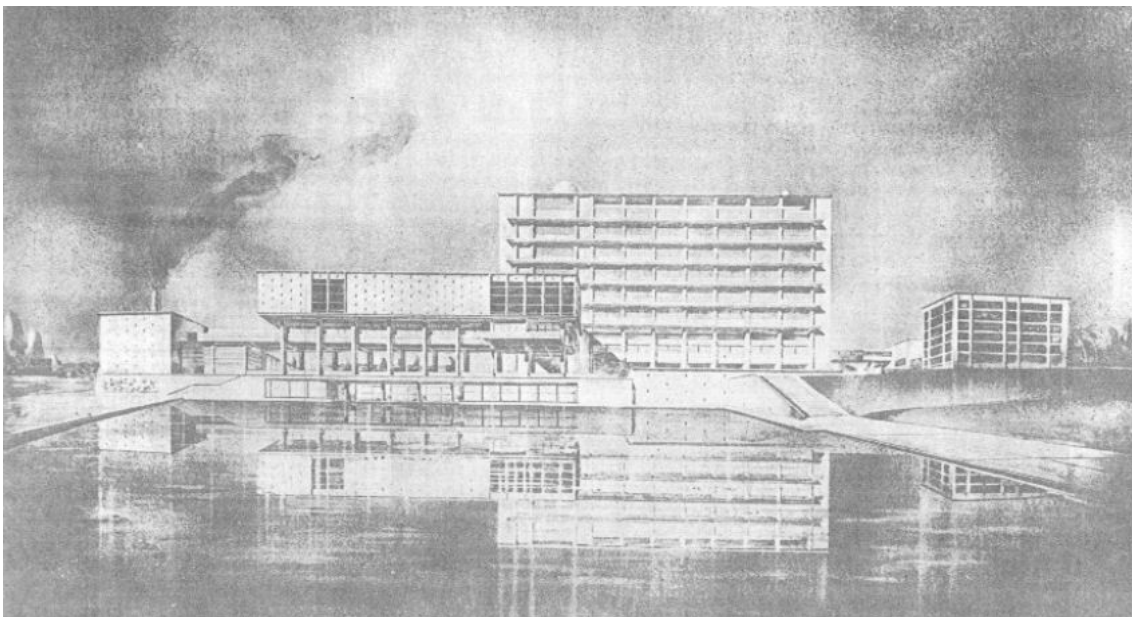
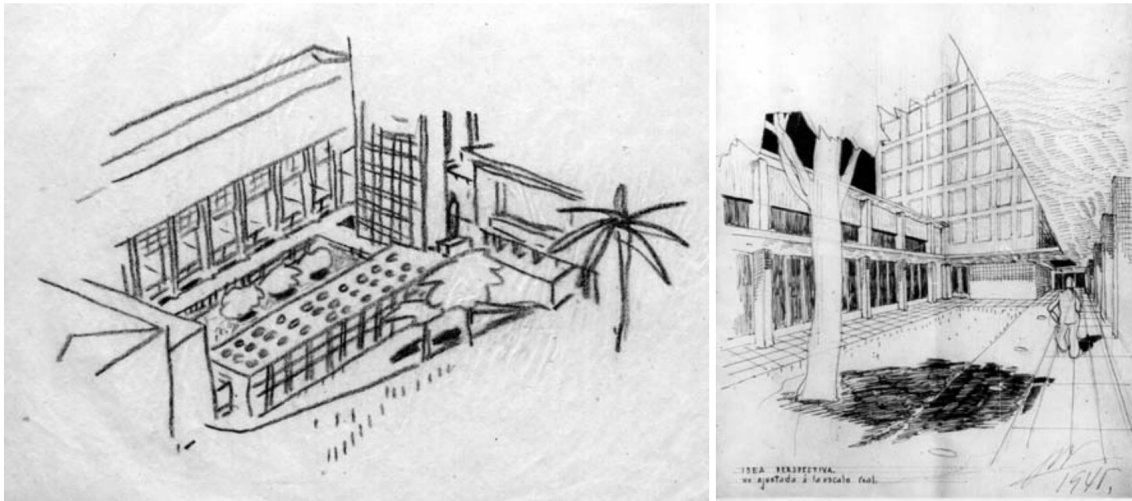


Figura 141 – Croquis de Vilamajó em seu estudo de ampliação da Faculdade. Perspectiva da fachada voltada para o Mar del Plata, com o espelho d'água que nunca foi construído. Fonte: Nómada e Scheps, 2008, p. 178.

4.9 Instituto de Computación

O *Instituto de Computación* estava localizado no quinto andar do corpo central e o novo local foi inaugurado em 2013. Esta construção cumpre alguns preceitos de *green building* – como a eficiência energética e recuperação das águas da chuva para uso nos sanitários. Foi o primeiro bloco do Plano Novo a ser inaugurado. Possui um terraço jardim que se conecta ao nível das galerias, abaixo do volume da Biblioteca do prédio preexistente, que foi tratado de paisagisticamente para se conectar à nova superfície, expandindo áreas úteis de descanso e contemplação. O tratamento dos espaços abertos, ainda que esboçado por Vilamajó no projeto original, foi uma deficiência carregada até os

dias atuais, ocasionada pela falta de recursos da época e que estão sendo atendidas aos poucos e com adequações a realidade atual do momento.



Figura 142 - Fachada do InCo em primeiro plano. Autor: Luis Henrique Haas Luccas. Ano: 2019.

A forma do novo bloco é um prisma retangular em contato direto com o solo, de dois pavimentos e um terraço, com uma grande flexibilidade interna pelo uso de tecnologias reversíveis para vedação em paredes, concebido sem afetar as condições espaciais do edifício histórico. Em adição, há outro prisma de quatro pavimentos em uma das extremidades. As fachadas possuem concreto aparente, vidro e brises, resultando em um caráter introvertido, de poucas relações visuais entre interior e exterior, neutralizando a expressão da fachada com apenas dois materiais distintos, distinguindo da fachada do edifício de Vilamajó com sua série de ritmos de aberturas. O programa, semelhante a outros Institutos, prevê salas de aula e de conferências, e áreas de lazer no terraço, completando uma área aproximada de 1500 m².



Figura 143 - Fachadas do Instituto de Computação da FING. Terraço e fachada interna. Fonte: Luis Henrique Haas Luccas e FING.



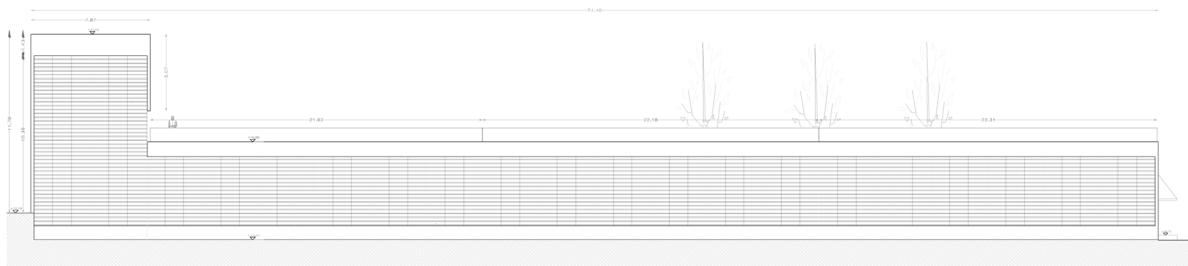
Figura 144 – À esquerda, terraço jardim do Instituto de Computación. À direita, registro de uma das etapas de construção do InCo. Fonte: Boletín de Obras e Mantenimiento, nº184 e nº88. Ano: 2019 e 2011.



Figura 145 - Instituto de Computación e a preexistência vistos da peatonal. Autor: Luis Henrique Haas Luccas. Ano: 2019.



Figura 146 - Figura 145 - Instituto de Computación e a preexistência vistos da área não construída do tanque de estanque. Autor: Luis Henrique Haas Luccas. Ano: 2019



4.10 Instituto de Estructuras y Transporte



Figura 148 - Fachada do IET junto ao anexo da Geotécnica. Autor: Luis Henrique Haas Luccas. Ano: 2019.

Este instituto possuía instalações no segundo nível do corpo sul da *Facultad de Ingeniería* e um anexo externo, do qual tratamos anteriormente de sua expansão na década de 1990. Em setembro de 2017, inicia-se mais um edifício inteiramente dedicado ao IET. O projeto prevê o aproveitamento do prédio anexo independente do Instituto de Geotécnica e constrói mais de 1200 m² de áreas internas e 800 m² de área externa, sendo outro edifício importante que possui a intenção de colaborar com os espaços públicos do Parque Rodó e da *Facultad*. O programa atenderá a quatro departamentos que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa, extensão e assessoramentos nas áreas de Engenharia Civil e pós-graduação em Engenharia Estrutural. Por este motivo, possui amplos laboratórios e maquinários pesados, como uma ponte-grua de dez toneladas e outras instalações necessárias ao ensino e pesquisa.

A intenção da Reitoria da Universidade era investir em um edifício de alta qualidade construtiva e evitar gastos com manutenções posteriores. A tecnologia construtiva empregada foi a obra seca; o metal foi o material utilizado para a estrutura de todo prédio, com o *steel deck* em áreas de pouco peso. O concreto armado foi usado apenas em fundações e muros de contenção. Toda a estrutura metálica foi confeccionada na China e importada para Montevidéu. As vedações foram construídas com *steel frame*, gesso e chapas de OSB com tratamento acústico e térmico. As paredes externas utilizaram placa cimentícia revestida com "*Isopanel*", que resultou no aspecto plástico do conjunto. A composição formal externa adotou um volume de duas barras paralelas e contínuas, com a

cobertura rampeada, conectando o nível da preexistência com patamares inferiores. Internamente, o volume mais baixo abriga um laboratório principal de 32 metros de comprimento por 8,70 metros de largura, com um pé direito duplo. No segundo volume se distribuem laboratórios, escritórios, salas de aula e sanitários em dois níveis. A obra foi concluída em 15 meses, sendo inaugurada em novembro de 2018 (PRENSA UDELAR, 2017, online).



Figura 149 - Fachada do IET. Ano: 2019. Autor: Luis Henrique Haas Luccas



Figura 150 - À esquerda, vista da cobertura com rampa, do Edifício da IET. À direita, vista do núcleo de circulação vertical que liga o IET ao Inco. Fonte: Udelar.



Figura 151 - Fases da construção do edifício do IET. Fonte: Boletín Mensual de Obras y Mantenimiento nº173. Ano: 2018.

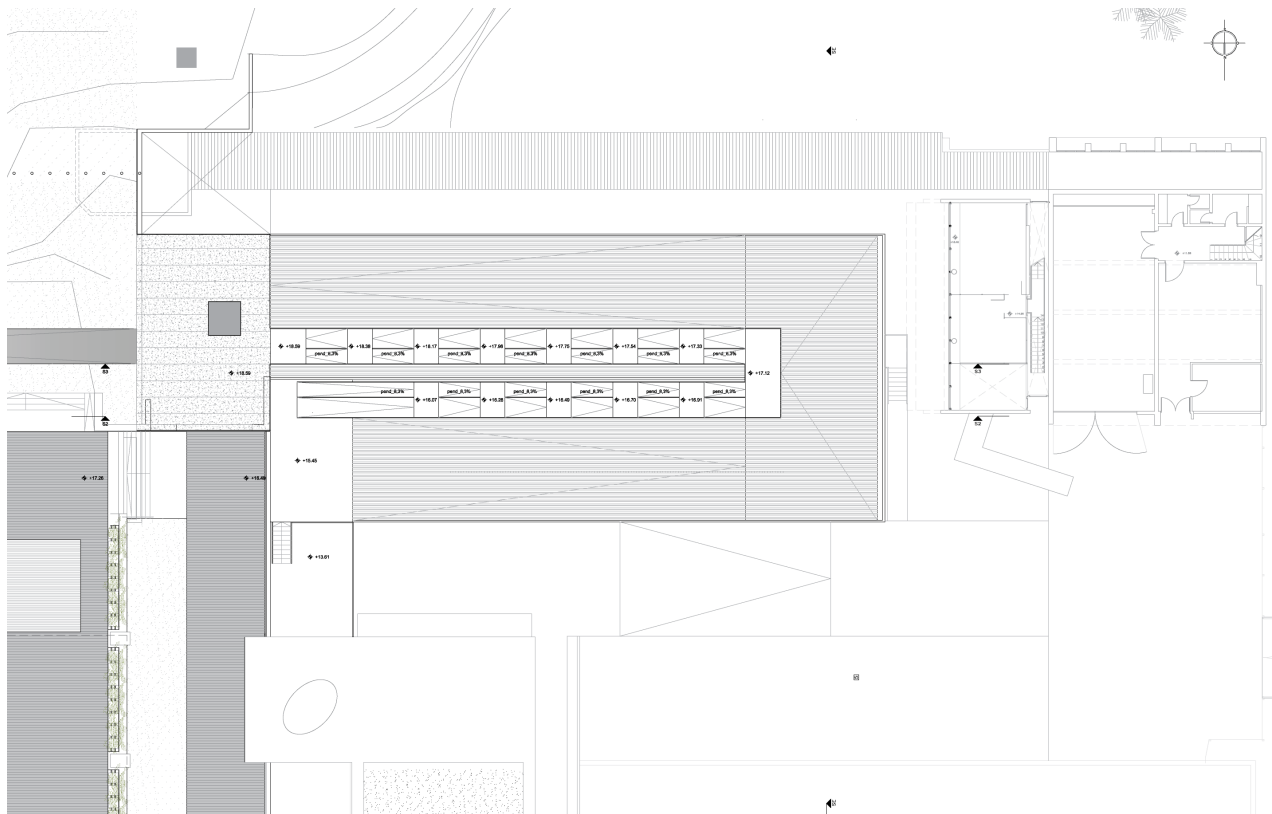


Figura 154 - Planta de Cobertura do Edifício do IET e segundo pavimento do Anexo do IET com sua planta atualizada [Geotécnica]. Fonte: Informe de Atividades - DGA. Ano: 2015.

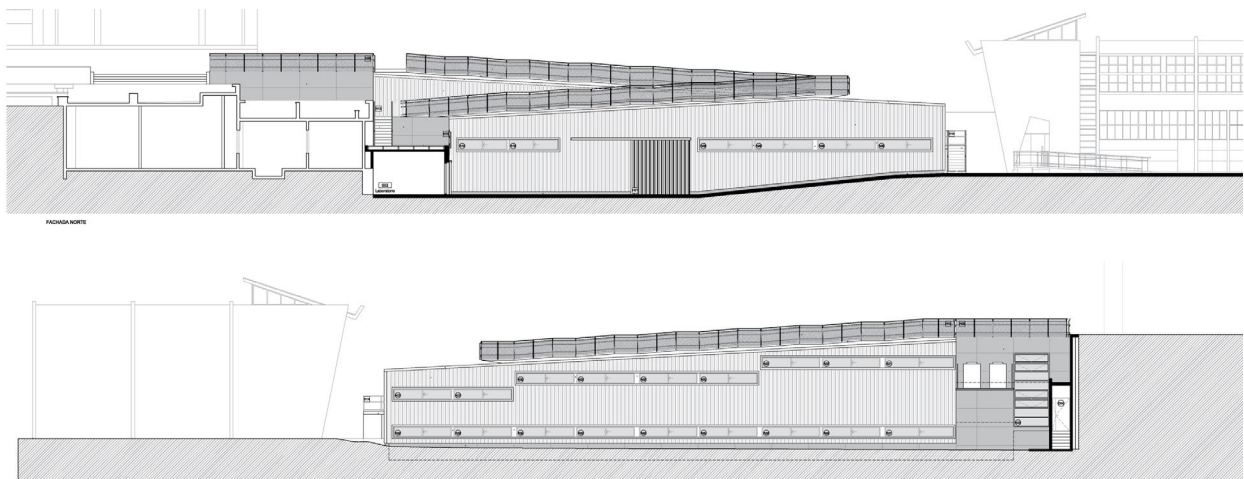


Figura 155 - Fachadas e Cortes parciais do Edifício do IET e fachada do seu anexo. Fonte: Informe de atividades da DGA. Ano: 2015.

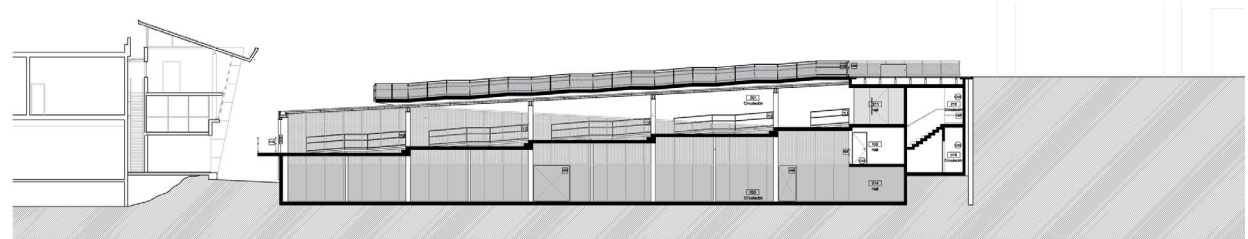
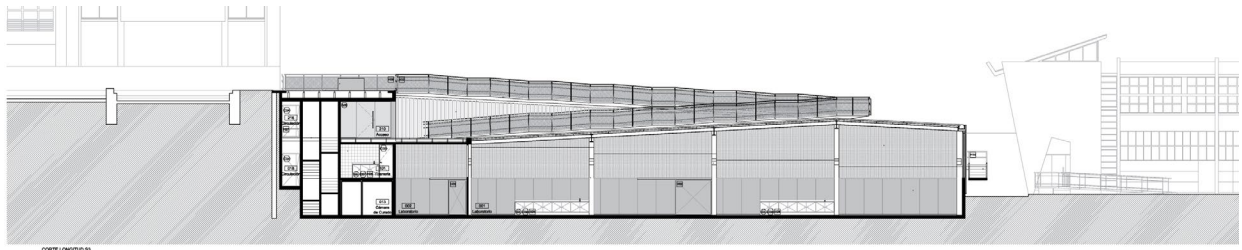
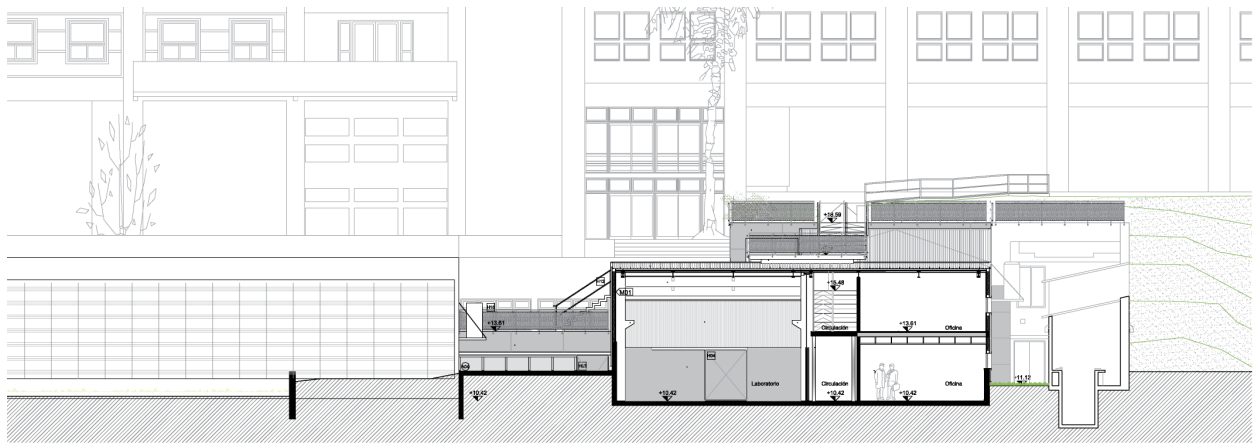


Figura 156 - Cortes longitudinais do Edifício do IET. Fonte: Informe de atividades da DGA. Ano: 2015.



CORTE SE

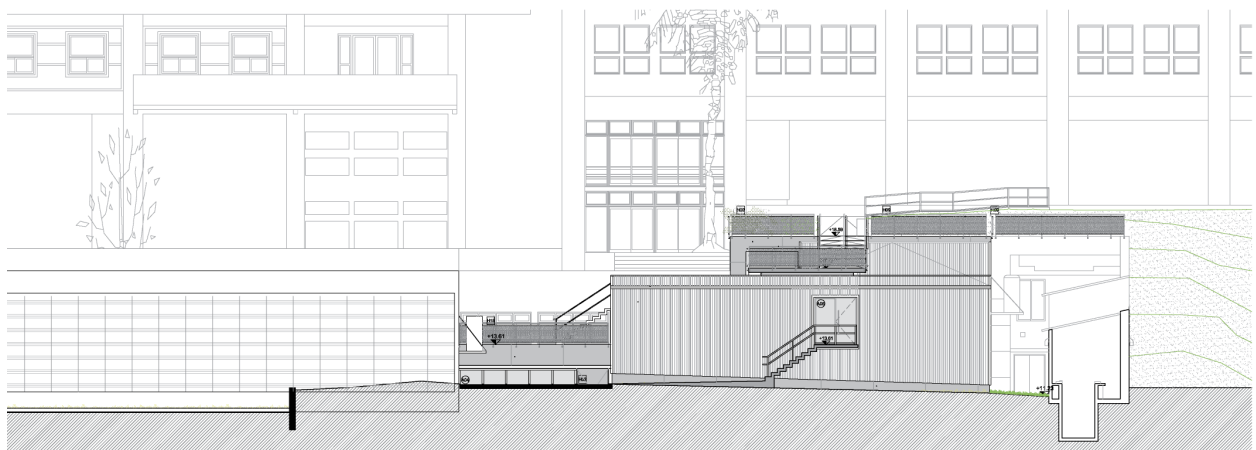


Figura 157 - Cortes transversais do anexo do IET. Fonte: Informe de atividades da DGA. Ano: 2015

4.11 O Futuro

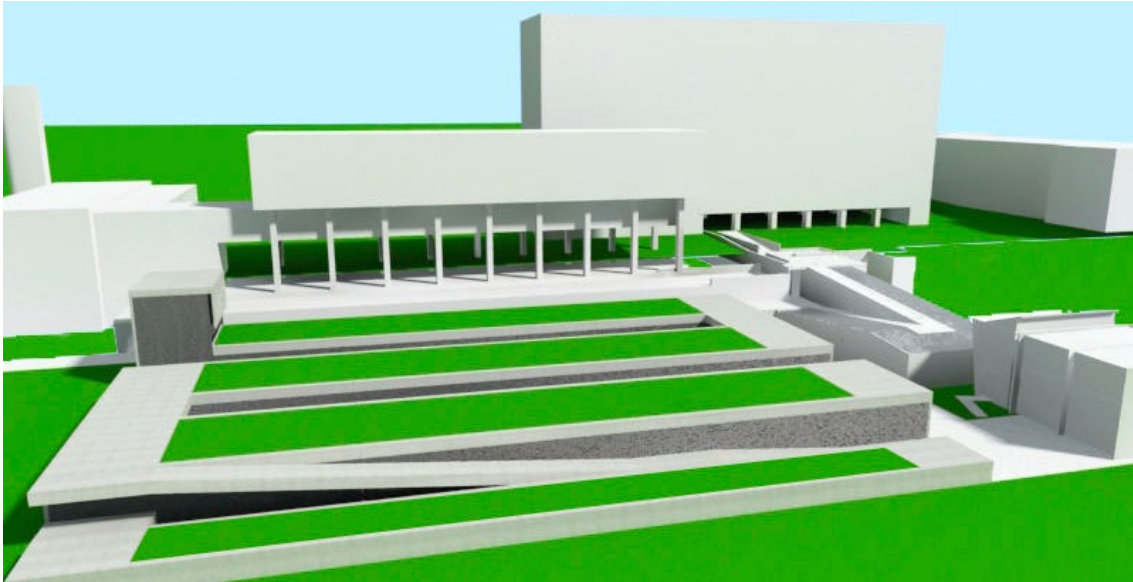
Segundo informações do “*Boletín de Obras y Mantenimiento*” publicadas até janeiro de 2022, se mantém os reparos e adequações nos espaços da *Facultad de Ingeniería*, mas não há estimativa para a construção dos demais edifícios e atualizações funcionais ao “novo campus”, conforme o plano mais recente. Para fins de registro desta pesquisa, se achou pertinente manter registrado, ainda que não construídos, os futuros prédios e suas respectivas funções, apresentadas em 2009 (*Plan de Obras/FING*, nº60, 2009). Ainda não se externalizaram registros de modificações ou atualizações de outras necessidades:



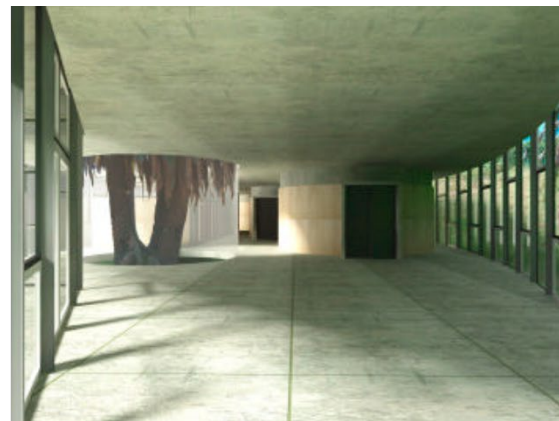
Edifício Tetra: sua função é abrigar as associações profissionais e estudantis da *Facultad*. Acomodará um programa variado para atividades sociais, sindicais e esportivas dos estudantes, docentes e egressos. Será construído ao lado do Aulário, na Av. Julio Herrera y Reissig.



Edifício R+: onde se instalará a *Fundación Julio Ricaldoni*. Um volume prismático que terá dois níveis e terraço com cafeteria e salas de aula. Será instalado ao lado do Aulário, com vista para o Rio da Prata.



Edifício +++: Ele é a extensão do corpo do *Instituto de Computación*. Cobrirá a totalidade da área verde à oeste do corpo central da *Facultad*. Obra de médio prazo.



Edifício Sang: Foi o último projeto. Desde 2009 não existem novas definições deste edifício. Ele estará junto ao anexo do IET e se desempenharão atividades multifuncionais, incluindo laboratórios de segurança.

Apesar da escassez de verbas relatada em boletins e portais de notícias da UdelaR, a instituição segue buscando manter uma estrutura adequada. Na inauguração do *Instituto de Estructuras y Transportes*, o atual Reitor Rodrigo Arim manifestou o empenho da universidade para administrar com eficiência os recursos, afirmando não existir em solo uruguaio órgão governamental com tamanha eficácia. O arquiteto Carlos Folco (1996, p. 17) destaca a tradição do DGA com a reciclagem de espaços, iniciada nos anos trinta; prática que cresceu em número e qualidade nas últimas décadas, respondendo às necessidades existentes em meio às sucessivas crises econômicas que o país enfrentou.

Além do aspecto administrativo, o caso exitoso da *Facultad de Ingeniería* deve-se ao fato das intervenções terem sido dirigidas por um arquiteto habilitado para isso, conhecedor das distintas dimensões da obra – material, programática, historiográfica e patrimonial –, o que é decisivo para a interpretação dos problemas e do resultado positivo. Isso decorreu da seleção acertada de profissional que demonstrava qualificação, se não maestria, para a tarefa difícil e arriscada de interferir em um monumento de hierarquia nacional. De fato, Scheps demonstrou competência projetual e sensibilidade para intervir mediando os diferentes âmbitos, desde problemas técnico-patológicos prioritários até a complexa relação morfológica entre partes existentes e novas, onde os campos da estética e do patrimônio se encontram. Seu trabalho vem solucionando os problemas funcionais, técnicos e plásticos sem descaracterizar o conjunto preservado, evitando soluções “parasitárias” ou “recessivas” em favor de uma abordagem característica do que poderia ser considerada uma “escola uruguaia” de intervenção patrimonial: Scheps assume a postura corajosa de produzir arquitetura exemplar, à altura de integrar aquele patrimônio importante, distinguindo claramente as partes novas através do tratamento contemporâneo, sem perder a harmonia, de modo à datá-las.

5. Considerações Finais

A *reciclaje* uruguaia se insere nessa ampla gama de linhas de intervenção em bens patrimoniais, derivada de reflexões que se justificam pelas sínteses e discussões das cartas de salvaguarda destes e que permeiam ideias de Roberto Pane e Pierre Nora, possivelmente categorizadas dentro de uma visão contemporânea de conservação, como disserta Viñas. A prática busca uma sensibilização entre a necessidade de preservação e o atendimento à revitalização de espaços da cidade e suas necessidades abrangentes - o comércio, o ensino, cultura, etc - e dessa maneira não se restringe à modelos rígidos de intervenção e preservação. Essa constatação fica clara nos estudos de caso quando compreende-se que o termo *reciclaje* não cabe apenas em ocasiões de reuso, mas é praticado de maneira a abranger uma ampla gama de linhas de intervenções; e extrapola a prática, inclusive, aos edifícios que não possuem um valor patrimonial de praxe - como os casos de grau zero e um. A gama de usos que fez benefício da prática inicia-se com o uso residencial e cultural e, posteriormente, se expande às mais diversas finalidades até o momento. A sensibilidade do profissional juntamente com a maestria da educação uruguaia colabora para que o caso se distinga, se torne curioso e passível de estudo. É na maestria em reconhecer os valores intrínsecos da obra e tirar partido destas características para a intervenção adequada, com sensibilidade equivalente, que a função de "reforma" não cabe nos parâmetros patrimoniais.

É usual entre os profissionais uruguaios exacerbar o princípio da distinguibilidade defendido por Camilo Boito no final do século XIX e estabelecido por Cesare Brandi em sua Teoria do Restauro (1963), que segue vigente. E o contraste acentuado do novo frente ao existente inclui uma boa dose de liberdade autoral, constituindo um risco nos casos em que não haja maestria ou qualificação comprovada do autor. É justamente aí que reside o embate entre a experiência uruguaia e o padrão brasileiro estabelecido, especialmente o caso de Porto Alegre, onde uma percepção panorâmica de casos mostra um cerceamento mais rigoroso nas intervenções em bens culturais sob a tutela do município. Entretanto, se a restrição exacerbada imposta ao projeto pode prevenir intervenções lesivas - e a precaução é fundada -, também pode repercutir negativamente. No Brasil, as restrições das diretrizes emitidas pelos órgãos de preservação nas diferentes instâncias são proporcionais à hierarquia patrimonial dos bens, conduzindo para intervenções controladas que podem resultar no acanhamento; e isto acaba repercutindo em novas arquiteturas com qualidade destoante da significação histórico-artística dos bens. Enfim, o sucesso nas intervenções transformadoras em bens histórico-artísticos parece estar na definição de profissionais com maestria ou capacidade elevada, acima do excessivo cerceamento do projeto por diretrizes.

“Um caso particular e extremo ocorre quando a preexistência já tem um mérito social ou cultural reconhecido, que se torna um dado fixo; quando a interpretação do projetista (fortemente pressionada e condicionada) deve incorporar essa valorização e negociar com ela. Ao projeto se impõe a responsabilidade extra de preservar aqueles valores e - idealmente - potencializá-los.” Tradução da autora. [SCHEPS, G., 2019, p. 57].

O caso uruguaio, no entanto, nos confronta com situações que nos levam a refletir além do que a cultura preservacionista brasileira nos condiciona compreender a intervenção patrimonial. Contudo, pesquisa demonstrou que não se trata de um caso consolidado e maduro de preservação quando nos deparamos com áreas patrimoniais ainda em desenvolvimento e planejamento, cerca de quarenta anos após a promulgação do primeira Comissão Especial Permanente dedicada a preservação do patrimônio da área da *Ciudad Vieja*, em 1983. Um exemplo disso é o bairro Centro da capital, instituído de área patrimonial delimitada em medida cautelar, mas que ainda não externalizou um inventário completo, com seus respectivos imóveis reconhecidos em graus de proteção, considerando que se trata de um bairro com relativa antiguidade frente a outros com reconhecimento mais precoce. Ainda não foi constatada uma área patrimonial com tal nível de organização e desenvolvimento como a *Ciudad Vieja* na capital uruguaia; e embora esteja consolidada, área patrimonial “Carrasco-Punta Gorda” é deficiente na democratização das informações patrimoniais de seus bens.

O uso do inventário e da catalogação de bens por meio de gradação protetiva torna mais legível o âmbito de intervenção ao qual o projetista necessita se submeter, fato esse que considera muito útil na preservação de bens já que a maestria do autor interventor nem sempre pode ser garantida, mesmo em contextos de educação consolidada. No entanto, na prática, alguns arquitetos relatam que, em locais como a *Ciudad Vieja*, a submissão dos projetos à avaliação da Comissão Especial Permanente ainda é um fator de complexidade para aprovação de intervenções em seu patrimônio, como foi relatado pelos arquitetos Hellena Difillipo e Eduardo Cocollo ou em casos como a intervenção no edifício Pablo Ferrando. O projeto ainda passa por um processo de juízo crítico dos técnicos responsáveis da *Unidad del Patrimonio*, com intuito de assegurar um bom resultado das as intervenções. Assim, a pesquisa demonstra que tanto a criatividade dos arquitetos interventores quanto o crivo dos técnicos das Comissões resultam em bens reciclados para as mais diversas finalidades, geralmente com resultados estéticos satisfatórios. Aliados a um respeito à carga simbólica artística do bem reciclado, esses fatores nos dão a compreensão de uma educação ou pensamento crítico de qualidade acerca da intervenção patrimonial ou, no caso, a seleção de profissionais com conhecimento e formação adequadas para atuar neste caso da proteção patrimonial – os arquitetos.

Por outro lado, casos como *La Mansarde* ou *Lofts del Patio Andaluz* são intervenções, de mesma autoria, que fornecem questionamentos sobre a figuratividade final do edifício. Ainda que o tempo

entre intervenção e preexistência sejam legíveis, a composição entre o novo e o antigo adquirem uma simbiose tão significativa, que alteram a preexistência pela sua relação com a intervenção. Ao observarmos *La Mansarde*, por exemplo, confrontando as imagens da preexistência com a intervenção, têm-se a percepção de que a preexistência estava incompleta até o momento da intervenção – a mansarda transformou um “proto-racionalista” em um eclético francês que nunca o foi. São momentos em que as operações de *reciclaje* afrontam a ideia corrente de que a integridade original tem proeminência no bem e, portanto, deveria ser preservada. Contudo, em outros casos, a renovação pretende tornar legível o novo ciclo de uso da preexistência com uma distinguibilidade equilibrada e respeitosa com a sua integridade. E a atitude não se exprime em ações de adição retraídas ou subjugadas, mas marcadamente presentes.

Aliada à iniciativa de órgãos da Intendência, esfera pública municipal, a cultura de preservação uruguaia pode ter uma faceta que prescindir da legislação pública para conscientização da preservação de patrimônios. A título de exemplo, fica registrado o caso de imóvel de Pablo Ferrando para uma fábrica de móveis hospitalares. Na ocasião, o grande galpão industrial não possuía cautela protetiva que demandasse sua proteção ou algum tipo de elemento significativo a ser salvaguardado, tampouco inventariado pela intendência ou pela Comissão Especial da região Centro (região protetiva da qual a matrícula está inserida).⁵⁶ Maxime Degroote, o investidor belga que concebe o Mercado Ferrando juntamente com sua sócia, Pierina Lanzaro, afirma que nunca foi intenção demolir o edifício ou descaracterizar substancialmente o conjunto arquitetônico para transformá-lo em um mercado gastronômico. O próprio proprietário reconheceu seus valores formais e estruturais e desse reconhecimento, parte a intenção de proteger suas características significativas. (PORLEY, 2020, p. online) Em tempo, quando a empresa Tiendas de Montevideo destrói o edifício industrial “Assimakós”, com autoria do Arquiteto Jorge Caprario, de valores arquitetônicos e artísticos notáveis e dignos de serem salvaguardados, a sociedade e os jornais se manifestaram contra a atitude da rede e exigiu uma prestação de contas por parte do poder público para justificativa do ato. Esses casos formam uma opinião de que a academia e a população se apropriam não apenas fisicamente, reciclando seus espaços, mas intelectualmente do espaço público e da cultura arquitetônica da cidade, o que exige de seus arquitetos um compromisso social e cultural no ato de intervir. É importante citar que a iniciativa da mesma academia e do poder público em promover o “*Día del Patrimonio*” anualmente em todo país, mesmo que leve à reflexão e ao reconhecimento itens mais abrangentes do patrimônio que o edificado, tem um papel relevante na educação cultural da nação e, conseqüentemente, construir autonomia da população em reconhecer seus valores ambientais e arquitetônicos.

⁵⁶ Inclusive, o plano patrimonial que corresponde à esta região se encontra em desenvolvimento e efetuando o rastreamento de interesses patrimoniais na região. Os edifícios se encontram em uma “medida cautelar”, na qual incorpora a análise da Intendência de Montevideu para possíveis modificações ou demolições no âmbito inventariado. [Decreto 37.421 de 2020, acessado <https://montevideo.gub.uy/sites/default/files/biblioteca/ampliacionambitoauteladoplaineinventariocentrodecreto37421.jpg>]

Salvo alguns casos, a maneira de projetar na *reciclaje* de edifícios, busca uma contemporaneidade marcada e legível. Procuram o resgate do edifício com respostas síncronas com as tecnologias disponíveis, com expressões de modernidade aliadas a historicidade da preexistência, traduzindo, com o projeto, a vontade de ceder o edifício uma segunda vida que comunica com o seu tempo e potencializar suas características intrínsecas, como Scheps (2019, p. 57) nos aludiu no início desta seção. Adicionalmente, possuem os meios de ressaltar os bons exemplos e de potencializá-los com as publicações e eleições a destaque em revistas como a da própria *Sociedad de Arquitectos del Uruguay* ou através da Universidade envolvendo a comunidade acadêmica e profissional com a construção de acervos históricos, meios eletrônicos de democratizar o acesso à arquitetura para a população em geral e auxiliando no desenvolvimento de inventários arquitetônicos para as áreas de cautela patrimonial. Ainda que a preservação em Montevideu e no Uruguai como um todo, seja um processo lento e descompassado pelas crises econômicas e políticas das quais o país enfrentou, a persistência em manter uma cultura arquitetônica se externaliza nessas expressões de estudo e documentação da arquitetura, ensinando-nos que o ato de documentar e estudar arquitetura traz progressos intelectuais para o meio científico e cultural.

No geral, a *reciclaje* em Montevideu responde às questões do patrimônio com um olhar contemporâneo, frente às tradições de conservação estabelecidas e reconhecidas, com suas correspondentes deficiências. Talvez uma maneira menos “cerimonial” de tratar o patrimônio, em qualquer circunstância, como algo sagrado à contemplação das gerações vindouras, um testemunho do passado, um resgate fiel. Contudo, há casos em que arquitetos que atuam sob o pretexto da *reciclaje*, o mesclam com a intenção do restauro; sobre o patrimônio parecem compreender que a fidelidade ao resgate do passado se encontra, compativelmente, com a capacidade de atender às exigências atuais e de prever o que o futuro pode solicitar daquele monumento para dirimir as intervenções ao longo do tempo. Compreendem que os casos excepcionais requerem esse “tratamento sacro” e eles são validados; no entanto nem todos necessitam da mesma abordagem, especialmente quando setores da cidade necessitam que o lugar seja mais que documento, mas um epicentro de revitalização regional.

Como seria natural, esta pesquisa não atingiu as particularidades do tema que se mostrou tão amplo no decorrer das investigações, mas se encerra com a expectativa de ter contribuído com a discussão da proteção patrimonial - a qual se dispôs cooperar e incentiva a prosseguir. Montevideu é um caso que fornece ponderações e aprendizados que encontram conexões com outros países fomentadores de uma cultura de preservação semelhante; conclui-se, portanto, não se tratar de um caso restrito ou inédito, mas uma sugestão à cultura brasileira de preservação da necessidade ampliar seus horizontes.

6. BIBLIOGRAFIA:

- AGORIO, Leopoldo Carlos. Nuevos Egressados. **Revista Arquitectura**, [s. /], v. 92, p. 165–166, 1925.
- ALBERTI, Mariana. Lofts del Patio Andaluz. **30-60 Cuaderno Latino Americano de Arquitectura**, Córdoba, v. 55, p. 144–167, 2017.
- ANTOLA, Susana *et al.* **El aporte italiano a la imagen de Montevideo a través de la vivienda**. Montevideo: Instituto Italiano Di Cultura, 1994.
- ARANA, Mariano. Increscendo Moderno. **ELARQA. Contratiempos Modernos: Julio Vilamajó**, Montevideo, p. 20–29, 1991.
- ARANA, Mariano. Luces y Sombras de Nuestro Patrimonio Arquitectónico. **Revista Patrimonio**, [s. /], n. 2, p. 12–24, 2012. Disponível em: <https://www.patrimoniouruguay.gub.uy/innovaportal/file/33821/1/revista-patrimonio-nro2.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2020.
- ARANA, Mariano. Redescubrir a cidade esquecida [1]. **vitruvius**, [s. /], v. 014.10, n. 02, 2001. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/873>. Acesso em: 8 abr. 2020.
- ARANA, Mariano; GARABELLI, Lorenzo; LIVNI, José Luis. Arq. Carlos A. Surraco. **Arquitectura**, Montevideo, v. 259, p. 2–13, 1989.
- ARANA, Mariano; GARABELLI, Lorenzo; LIVNI, José Luis. **Entrevistas - Edición Especial - Libro 1**. Especial. Montevideo: Gráfica Mosca, 2016.
- ARCHIVO BAQ. **Lofts Perez Castellano**. [S. /], 2010. Disponível em: <https://www.arquitecturapanamericana.com/lofts-perez-castellano/>. Acesso em: 21 dez. 2021.
- ARTICARDI, Juan Alberto. Plan de Punta del Este, 1935: modelo de ciudad balnearia. **Dearq**, [s. /], v. 12, p. 16–27, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.18389/dearq12.2013.04>
- ASHFIELD, William Rey. Intuición y emoción: nuevas claves para el análisis de la arquitectura moderna uruguaya. **Apuntes**, [s. /], v. 21, n. 2, p. 252–265, 2008.
- ASHFIELD, William Rey. Transformaciones en la arquitectura de la ciudad. //: CDF [org.]. **Arquitecturas Ausentes de Montevideo**. 1. ed. Montevideo: Mastergraf S. R. L., 2017. p. 5.
- ASISTENCIA PÚBLICA NACIONAL. Hospital Marítimo - Programa del Concurso. **Arquitectura**, Montevideo, 1921.
- BALDOIRA, Carlos. **La arquitectura corriente en Montevideo en el año 1907 a través del Archivo de Permisos de Construcción en custodia en el Instituto de Historia de la Arquitectura**. 1. ed. Montevideo: Udelar, 2014.
- BANCO MUNDIAL. **Uruguay: um panorama general**. [S. /], 2019. Disponível em: <https://www.bancomundial.org/es/country/uruguay/overview#1>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- BARRETO JÚNIOR, Ivo Matos; RIBEIRO, Rosina Trevisan M. Colaborações dos estudos sobre as ambiências ao debate sobre Significação Cultural, apreensão de valor e monitoramento do patrimônio cultural edificado. [s. /], n. 1, p. 1–21, 2005.
- BOGEA, Marta. Esquecer para Preservar. **Arqtexto**, [s. /], v. 15, n. UFRGS, p. 18, 2009. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_15/07_MB_esquecer para preservar_100204.pdf
- BONILLA, Francisco. El Centro Histórico de Montevideo. //: CARRIÓN, Fernando [org.]. **Centros Históricos de América Latina y el Caribe**. 1. ed. Quito: FLACSO Ecuador, 2001. p. 157–175.
- BORONAT, J. Yolanda; BALDOIRA, Carlos. El edificio de apartamentos en altura. Su producción en las décadas del 50 y 60 . [s. /], p. 1–5, 2009.

- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2014.
- BRUNO, Mauricio. Aficionados a la fotografía. La etensión y los primeros años de la fotografía artística. 1860-1917. *In*: FOTOGRAFÍA EN UUGUAY. HISTORIA Y USOS SOCIALES. 1. ed. Montevideo: Gráfica Mosca, 2011. p. 104-106. *E-book*.
- BUENOS AIRES CIUDAD. **Edificio Lutz Ferrando**. [S. /], [s. d]. Disponível em: <https://www.buenosaires.gov.ar/qr/florida-236>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- CABRAL, Cláudia Piantá Costa. Arquitetura com arquiteto: pequena introdução ao Ventorrillo de la Buena Vista (Vila Serrana, Uruguai, 1946). **Madeira: primitivismo e tecnologia na arquitetura do cone sul americano, 1930/1970**, [s. /], v. 8, p. 26-39, 2016.
- CABRAL, Renata Campello; ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. Roberto Pane, entre história e restauro, arquitetura, cidade e paisagem. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, [s. /], n. 15, p. 105, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i15p105-111>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- CARÁMBULA, Gonzalo. Mirada a las Convenciones de la UNESCO en Uruguay. *In*: LEGISLACIONES EN EL MERCOSUR RELATIVAS A LAS CONVENCIONES DE CULTURA APROBADAS POR LA UNESCO. Montevideo: Oficina Regional de Ciencia de la UNESCO para América Latina y el Caribe, 2007. p. 119-148.
- CARBONARA, Giovanni. Apresentação. *In*: TEORIA DA RESTAURAÇÃO. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2003. p. 09-20.
- CARMONA, Liliana. **Ciudad Vieja de Montevideo 1829-1991: Transformaciones y propuestas urbanas**. Montevideo: Fundacion de Cultura Universitaria, 1993.
- CARMONA, Liliana. Patrimonio Arquitectónico de Montevideo: Fases hacia el debate en la esfera pública, 1980-2012. **Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas "Mario J. Buschiazzo"**, [s. /], v. 42, n. 2, p. 155-178, 2012. Disponível em: <http://www.iaa.fadu.uba.ar/anales/anales42-2/v42n2a07.htm>. Acesso em: 16 jan. 2020.
- CARMONA, Liliana; GÓMEZ, María Julia. **Montevideo: Proceso Planificador y Crecimientos**. Montevideo: FARQ, 1999.
- CARRANZA, Luis E.; LARA, Fernando Luiz. Julio Vilamajó, School of Engineering. *In*: MODERN ARCHITECTURE IN LATIN AMERICA: ART, TECHNOLOGY AND UTOPIA. 1. ed. Austin: University of Texas, 2014. p. 86-87.
- CDF. **Ciudad Vieja. Lo perdido, lo conservado y lo transformado**. 2. ed. Montevideo: Gelatina y plata, 2019.
- CDF. **Remodelación Hotel Casino Carrasco**. [S. /], 2013. Disponível em: <https://cdf.montevideo.gub.uy/fotografias/remodelacion-hotel-casino-carrasco>. Acesso em: 17 fev. 2022.
- CEP CARRASCO Y PUNTA GORDA. **Catálogo del Patrimônio Arquitectónico y Urbanístico Padrón 63443**. Montevideo: Intendencia de Montevideo, [s. d].
- CICOP URUGUAY. **Arquitecturas Ausentes de Montevideo**. 1. ed. Montevideo: Mastergraf S. R. L., 2017.
- COMAS, Carlos Eduardo. Ruminações recentes: Reforma/Reciclagem/Restauro. **Summa +**, Buenos Aires, v. 115, p. 56-61, 2011. Disponível em: http://www.revistasummamas.com.ar/pt/revista_pdf/115/64#visor
- COMISION NACIONAL PREPARATORIA DE HABITAT II. **Uruguay Hacia Habitat II Tomo III: Plan Nacional de Accion de la Republica Oriental del Uruguay**. Montevideo: [s. n.], 1996.
- CORZO, Sergio Adrián Garcés *et al.* Tendencias contemporáneas de reciclaje y revitalización arquitectónicas. *In*: ROA, Alfredo Morales (org.). **Reciclaje de la arquitectura en centros de ciudad: estudios de caso, hoteles y patrimonio en Colombia**. 1. ed. Bogotá: Ediciones Unisalle, 2021. p. 32-33.
- CURI, Alcides Beretta. Inmigración europea, artesanos y formación del capital en la temprana industrialización del Uruguay, 1870-1914: Los inmigrantes españoles y el sistema comanditario-familiar. El Caso del librero y editor Antonio Barreiro y Ramos

[1851-1916]. //r. CURI, Alcides Beretta [org.]. **Inmigración europea, artesanado y orígenes de la industria en América Latina**. 1. ed. Montevideo: Udelar, 2015. p. 225-260. *E-book*.

CURI, Alcides Beretta. Un aporte a la temprana industrialización del Uruguay: Antonio barreiro y ramos, librero y editor. **Espacio Industrial**, [s. /], v. 7, n. 316, p. 46-56, 2018. Disponible em: http://www.ciu.com.uy/innovaportal/file/87419/1/espacio_industrial_316_web.pdf

DELGADO, María Del Huerto. Participación de la población en la rehabilitación urbana de las áreas centrales de la ciudad - el caso de los reciclajes autogestionarios. **Vivienda Popular**, [s. /], v. 8, p. 49-53, 2001. Disponible em: <https://hdl.handle.net/20.500.12008/20362>. Acceso em: 23 jan. 2020.

DIFILIPPO, Helena; CÓCCOLO, Eduardo. **Obra: Vivienda-estudio en barrio Palermo**. Montevideo: [s. n.], [s. d].

DOPAZO, María del Huerto Delgado. Las Áreas Centrales de Montevideo: En Procura de una Revitalización Integral. **Revista INVI**, [s. /], v. 19, n. 51, p. 51-74, 2004. Disponible em: <http://www.revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/66/48>. Acceso em: 18 jan. 2019.

DOPAZO, María del Huerto Delgado. **Viabilidad de los reciclajes por ayuda mutua en áreas centrales e intermedias de la ciudad, como alternativa para la rehabilitación urbana y edilicia, y la permanencia de la población en dichas áreas**. 1. ed. Montevideo: Facultad de Arquitectura, 2013. *E-book*.

EL PAIS. **Dos clásicos de la ciudad que llegaron al centenario**. [S. /], 2017. Disponible em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/clasicos-ciudad-llegaron-centenario.html>. Acceso em: 27 jan. 2022.

EL PAIS. **El gigante dormido de la bahía**. [S. /], 2015. Disponible em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/gigante-dormido-bahia.html>. Acceso em: 27 out. 2020.

FACULTAD DE ARQUITECTURA. **Acta - Consejo de la Facultad de Urbanismo**. [S. /], 2018. Disponible em: www.expe.edu.uy/expe/resoluci.nsf/fb1cf4afc94c0d6c832577690074696f/2747d02abac594590325832e00750273. Acceso em: 30 dez. 2021.

FADU. **Valores de Larga Duración**. Montevideo: FADU, 2012. Disponible em: <http://www.fadu.edu.uy/iha/files/2012/10/Curso-Opcional-Patrimonio-TIPO-Y-SIST-CONSTR-2012-baja.pdf>

FARQ. **Hotel Miramar**. [S. /], 2020. Disponible em: www.fadu.edu.uy/juan-scasso/obras/hotel-miramar/. Acceso em: 22 dez. 2018.

FIG. **Síntesis histórica**. [S. /], 2021. Disponible em: <https://www.fing.edu.uy/es/institucional/sintesis-historica>. Acceso em: 16 jan. 2021.

FOLCO, Carlos. Un siglo de arquitectura universitaria en el Uruguay. **ELARQA Arquitectura y Diseño**, Montevideo, p. 14-18, 1996.

FONSECA, Caue. **Como funciona o projeto que quer transformar o 4º Distrito em laboratório urbano em Porto Alegre**. [S. /], 2019. Disponible em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/09/como-funciona-o-projeto-que-quer-transformar-o-4o-distrito-em-laboratorio-urbano-em-porto-alegre-ck0rdccmy0br301tgukkxf58.html>. Acceso em: 13 maio 2020.

FRÍAS, María Jose. **Libros y arte en una austeridad habitada**. [S. /], 2017. Disponible em: <https://www.doblealturadeco.com/libro-arte-en-una-austeridad-habitada/>. Acceso em: 29 dez. 2021.

FROTA, José Artur D'Aló. Re-Arquiteturas. **Arqtexto**, Porto Alegre, v. 5, p. 110-141, 2004.

GAETA, Julio. **Arquitetura e cidade: o caso da Rambla de Pocitos em Montevideú**. 272 f. 2009. - UFRGS, [s. /], 2009.

GAETA, Julio. **Art Déco**. //r. GUÍAS ELARQA DE ARQUITECTURA. [S. /]: Dos P, 1999. p. 121.

- GAETA, Julio. De reciclajes y restauraciones. **ELARQA Arquitectura y Diseño**, Montevideo, v. 21, p. 10–15, 1997.
- GAMZABAL, Cristina; SARAVIDA, Héctor; STRAUMANN, Martín. **Reciclaje de Vivienda**. 152 f. 1981. - Udelar, [s. /], 1981.
- GONZÁLEZ, Ariosto; *et al.* **Barreiro y Ramos S.A.: 90 años en la vida y cultural del país**. 1. ed. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1963. *E-book*.
- GRUPO DE ESTUDIOS URBANOS. **Propuesta de rehabilitación de antiguas viviendas em la Ciudad Vieja de Montevideo, destinada a la poblacion de bajos recursos ali fincada**. 1. ed. Montevideo: Facultad de Arquitectura, 1983.
- HAKAS, Michel. Evolución arquitectónica del IIE en el “nuevo” edificio de la Facultad de Ingeniería. *In: CASARAVILLA, Gonzalo [org.]. Primeros 100 años de “Electro”: Los laboratórios de Eletrotécnica, el Instituto de Eletrotécnica y el Instituto de Ingeniería Eléctrica*. 1. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2003. p. 223–234. *E-book*.
- HEIDEN, Roberto. Patrimônio Cultural no Uruguai, campo e abrangência: estudo do caso do Edifício Assimakos. **Centro Lucio Costa/CLCIPHAN**, [s. /], 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Produto_3_3_aprovado_BR20.pdf
- HITCHCOCK, Henry-Russell. **Latin American architecture since 1945**. 1. ed. New York: The Museum of Modern Art, 1955.
- HOJMAN, Miriam *et al.* Aportes para la valoración y conservación de las artes aplicadas a la arquitectura como elemento patrimonial. **Patrimonio II**, [s. /], v. 3, p. 15–30, 2010. Disponível em: <https://revistas.udelar.edu.uy/OJS/index.php/RTdT/article/view/597/572>
- ICOMOS. **Carta de Burra**. [S. /]: IPHAN, 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta de Burra 1980.pdf>
- ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: IPHAN, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta de Veneza 1964.pdf>
- ICOMOS. **Carta de Washington**. Washington: IPHAN, 1986. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta de Washington 1986.pdf>
- INE. Censo 2004 – Fase I, Departamento de Montevideo. Síntesis de resultados. **Informes del INE, Montevideo, INE**, [s. /], 2006. Disponível em: <http://www.ine.gub.uy/documents/10181/34704/informeMONTEVIDEO.pdf/52135d7b-0465-4db6-b930-c55cf7a50447>. Acesso em: 4 maio 2020.
- INSTITUTO DE DISEÑO. **Casa Patio: su capacidad de transformación y adaptación a nuevos requerimientos funcionales**. 1. ed. Montevideo: Tradinco, 2002.
- INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **De las normas de régimen patrimonial en suelo urbano**. Montevideo, 2019. Disponível em: normativa.montevideo.gub.uy/articulo/51468. Acesso em: 10 dez. 2019.
- INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **De las normas de régimen patrimonial en suelo urbano - Normas generales** Montevideo: [s. n.], 2015. p. online. Disponível em: normativa.montevideo.gub.uy/armado/51227
- INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **Guía Arquitectónica y Urbanística de Montevideo**. 4ªed. Montevideo: Dos Puntos, 2010a. v. 4-*E-book*.
- INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. Memoria de Ordenacion. *In: PLAN ESPECIAL DE ORDENACIÓN, PROTECCIÓN Y MEJORA CIUDAD VIEJA*. 1. ed. Montevideo: Intendencia de Montevideo, 2013. p. 57. *E-book*.
- INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **Normas sobre rehabilitación de Edificios** Montevideo: [s. n.], 2003a. Disponível em: normativa.montevideo.gub.uy/articulos/82707#articulo_81438
- INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **Oficinas de Rehabilitación**. [S. /], 2020. Disponível em: <https://montevideo.gub.uy/areas->

tematicas/ciudad-y-urbanismo/oficinas-de-rehabilitacion. Acesso em: 7 abr. 2020.

INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **Padrón 2433**. [S. /], 2011a. Disponível em: www.inventariociudadvieja.montevideo.gub.uy/padrones/2433. Acesso em: 22 jan. 2020.

INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **Padrón 3032B - Banco Santander**. [S. /], 2011b. Disponível em: <https://inventariociudadvieja.montevideo.gub.uy/padrones/3032b>. Acesso em: 27 set. 2021.

INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **Padrón 3574**. [S. /], 2010b. Disponível em: <https://inventariociudadvieja.montevideo.gub.uy/padrones/3574>.

INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **Padrón 3798**. [S. /], 2010c. Disponível em: inventariociudadvieja.montevideo.gub.uy/padrones/3798#descripcion-bien. Acesso em: 11 dez. 2019.

INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **Padrón 4693 - Pablo Ferrando**. [S. /], 2011c. Disponível em: <https://inventariociudadvieja.montevideo.gub.uy/padrones/4693>. Acesso em: 25 jan. 2022.

INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **Padrón 4796**. [S. /], 2010d. Disponível em: <https://inventariociudadvieja.montevideo.gub.uy/padrones/4796>. Acesso em: 29 out. 2020.

INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **Padrón 5542**. [S. /], 2011d. Disponível em: <https://inventariociudadvieja.montevideo.gub.uy/padrones/5542>. Acesso em: 21 set. 2021.

INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **Valoracion Patrimonial - Plan Especial de Ordenación, Protección y Mejora Carrasco y Punta Gorda**. Montevideo: Intendencia de Montevideo, 2003b.

JUNTA DE ANDALUCIA. **Rehabilitación de edificio municipal en la calle Ana Monterroso por "Cooperativas de Ayuda Mutua", 17 viviendas**. Montevideo. [S. /], [s. d]. Disponível em: www.juntadeandalucia.es/fomentoyvivienda/portal-web/web/areas/cooperacion/ArquitecturaObras/bf90d4fe-86e5-11e4-bd82-c1b439899a81. Acesso em: 7 abr. 2020.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a teoria da restauração. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, [s. /], v. 0, n. 21, p. 197, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i21p197-211>

KÜHL, Beatriz Mugayar. Conservação e Restauração: Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**, [s. /], v. 18, n. 2, p. 35, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142010000200008>

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista CPC**, [s. /], v. 0, n. 1, p. 16, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i1p16-40>

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Unesp em Pauta | A restauração de bens culturais arquitetônicos**. Brasil: TV Unesp, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GSGP7wD83f8>. Acesso em: 26 mar. 2020.

L. 1915-1936. //n. ARQUITECTURA 187. Montevideo: SAU, 1936. p. 5-7.

LARED21. **Recuperan un emblemático edificio de la peatonal Sarandí para que reabra sus puertas al público**. [S. /], 2005. Disponível em: <https://www.lr21.com.uy/comunidad/181436-recuperan-un-emblematico-edificio-de-la-peatonal-sarandi-para-que-reabra-sus-puertas-al-publico>. Acesso em: 27 jan. 2022.

LIVNI, José Luis. Estación de servicio ANCAP Arocena. //n. MONOGRAFIAS ELARQA TOMO 1: RAFAEL LORENTE ESCUDERO. 1. ed. Montevideo: Dos Puntos, 1993. p. 56-59.

LÓPEZ, Carlos Cirpiani. **Las fallas de memoria montevideana**. [S. /], 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140608101239/http://www.elpais.com.uy/informacion/fallas-memoria-montevideana-mariano-arana.html>. Acesso em: 4 out. 2020.

- LOUSTAU, Cesar J. Reciclaje: Una Gran Ocasión Perdida. **Revista Arquitectura**, [s. /], n. 249, p. 32–37, 1980.
- LUCAS, Luis Henrique Haas. Preservação em cidades turísticas e Patrimônio Moderno: O caso do Parador La Solana em Punta Ballena. *Oculum Ensaio*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 313–330, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351749335008>
- LUCAS, Luís Henrique Haas. Patrimônio e intervenção em preexistências no renascimento italiano: três casos exemplares. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, [s. /], v. 25, n. 46, p. 134–149, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v25i46p134-149>
- LUCAS, Luis Henrique Haas. Intervir no Patrimônio: Sobre “falso histórico”, princípio da diferenciação das partes novas e questões associadas. **Anais do ENANPARQ - Brasília 2020**, [s. /], v. 1, n. 4, p. 390–409, 2020. Disponível em: http://enanparq2020.com.br/wp-content/uploads/2021/03/VI-ENANPARQ_ANAIS-EIXO-4_24MAR21.pdf
- LUCAS, Luís Henrique Haas. Intervenções no patrimônio: sobre falso storico, princípio da diferenciação como panaceia e os efeitos colaterais. *Oculum Ensaio*, [s. /], v. 19, p. 1–20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0919v19e2022a5069>
- LUCCHINI, Aurelio. **Julio Vilamajo: Su arquitectura**. 1. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1971.
- MARCHESONI, Matias; EVANS, Sophia. **La Construcción en Madera en Uruguay**. 85 f. 2011. - Universidad de la Republica, Montevideo, 2011.
- MAZZINI, Andrés; PONTE, Cecilia. Signos modernos. //r: GAETA, Julio [org.]. **Guía Art Decó - Guías ELARQA de Arquitectura**. 1ªed. Montevideo: Dos Puntos, 1999. p. 11–14.
- MONES, Alvaro. Apuntes para una historia del Museo Nacional de Historia Natural, Uruguay. **Publicacion Extra**, [s. /], v. 4, n. 2011, p. 1–30, 2011. Disponível em: [https://www.mna.gub.uy/innovaportal/file/3717/1/PE1\(enlinea\).pdf](https://www.mna.gub.uy/innovaportal/file/3717/1/PE1(enlinea).pdf)
- MONTEVIDEO ANTIGUO. **Hotel Nacional**. [S. /], 2014. Disponível em: <https://montevideoantiguo.net/index.php/olvidados/hotel-nacional.html>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- MONTEVIDEO PORTAL. **Nuevo capítulo**. [S. /], 2010. Disponível em: <https://www.montevideo.com.uy/Negocios-y-Tendencias/-uc126419>. Acesso em: 3 dez. 2019.
- MUCUGUAY. **MUCUGUAY: Turismo Caminante**. [S. /], 2018. Disponível em: <https://mucuguay.com.uy/agenda/los-paseos-nuestros>. Acesso em: 9 dez. 2021.
- NÄDELE, Mikael; LOSMAN, Caroline. La restauración del ayuntamiento de Gotemburgo, Suecia. **Loggia, Arquitectura & Restauración**, [s. /], n. 28, p. 58, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4995/loggia.2015.3998>
- NERI, Diego. **Edificio Pablo Ferrando**. [S. /], [s. d]. Disponível em: www.arqudiegoneri.com/edif_p_ferrando.html. Acesso em: 25 jan. 2022.
- NICOLA, Silvana. Proyecto de oficinas con inversión de US\$ 25 millones cambiará el barrio de Carrasco. **El País**, [s. /], p. online, 2020. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/el-empresario/proyecto-oficinas-inversion-carrasco-valley.html>
- NÓMADA. **Estación Servicio ANCAP Carrasco**. [S. /], [s. d]. Disponível em: <https://nomada.uy/guide/view/attractions/4317>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [s. /], v. 10, p. 7–28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- NULDEMAN, Jorge. **Tres visitantes en París: Los colaboradores uruguayos de Le Corbusier**. 1. ed. Montevideo: UCUR, 2014.

- PANE, Roberto. Cidades Antigas Edifícia Nova. **Revista Thésis**, [s. /], v. 02, n. 04, p. 278–299, 1960. Disponível em: http://anparq.web965.uni5.net/download.php?num=4&l=/revista-thesis/article/viewFile/174/pdf_73
- PERDOMO, Waldemar López. Cien años de arquitectura educacional. La experiencia de la ANEP. **ELARQA Arquitectura y Diseño**, Montevideo, p. 4–9, 1996.
- PIÑEYRO, María del Pilar Pérez. Um olhar desde a península: Pela recuperação do território original da Cidade Velha de Montevideú. **arquitectos**, [s. /], v. 014.05, n. 02, 2001. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/02.014/868>. Acesso em: 10 out. 2019.
- PLAN DE OBRAS/FING. **Boletín Mensual del Plan de Obras y Mantenimiento nº1**. Montevideo: Udelar-FING, 2005.
- PLAN DE OBRAS/FING. **Boletín Mensual del Plan de Obras y Mantenimiento nº173**. Montevideo: Udelar-FING, 2018.
- PLAN DE OBRAS/FING. **Boletín Mensual del Plan de Obras y Mantenimiento nº28**. Montevideo: Udelar-FING, 2007.
- PLAN DE OBRAS/FING. **Boletín Mensual del Plan de Obras y Mantenimiento nº39**. Montevideo: Udelar-FING, 2008a.
- PLAN DE OBRAS/FING. **Boletín Mensual del Plan de Obras y Mantenimiento nº44**. Montevideo: Udelar-FING, 2008b.
- PORLEY, Carolina. **El eje Pablo de María**. [s. /], 2020. Disponível em: <https://brecha.com.uy/el-eje-pablo-de-maria/>. Acesso em: 5 fev. 2022.
- PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio cultural e cidade: práticas de preservação em São Paulo**. 183 f. 2009. - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.16.2009.tde-19032010-104346>
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município de Porto Alegre**Brasil: [s. n.], 2019.
- PRENSA UDELAR. **Levantán nueva sede de Instituto de Estructuras y Transporte**. [s. /], 2017. Disponível em: www.universidad.edu.uy/prensa/renderItem/itemId/41082. Acesso em: 6 ago. 2019.
- PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. **Uruguay en la actualización estadística del IDH 2018**. [s. /], 2018. Disponível em: <https://www.uy.undp.org/content/uruguay/es/home/presscenter/articles/2018/09/Uruguay-actualizacion-IDH-2018.html>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- REVISTA ARQUITECTURA. Concurso de planos del Hospital de Clínicas. **Revista Arquitectura**, [s. /], v. 151, p. 190–203, 1930.
- ROCHA, Ricardo. **Construção: tema e variações - A intervenção de Gustavo Scheps na Sala de Máquinas da Faculdade de Engenharia de Montevideú**. [s. /], 2001. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/02.017/845. Acesso em: 31 jul. 2019.
- ROMAY, Carola *et al.* **Entre Luces. El vitral en el patrimonio arquitectónico nacional**. 1. ed. Montevideo: UCUR, 2014. *E-book*.
- SAU. Oficinas Plaza Independencia. **Revista Arquitectura**, [s. /], v. 271, p. 75–76, 2015.
- SCARONE, Arturo. **Uruguayos Contemporáneos**. 1. ed. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos, 1937.
- SCASSO, J. A. Ley de Venta de la Propiedad por Departamentos. **Arquitectura**, Montevideo, v. 222, p. 25–27, 1950. Disponível em: <https://issuu.com/bsau/docs/1950-222>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- SCHELOTTO, Salvador. Breves trazos sobre el financiamiento del centro histórico de Montevideo. *In*: CARRIÓN, Fernando (org.). **Financiamiento de los centros históricos de América Latina y El Caribe**. 1. ed. Quito: FLACSO Ecuador, 2007. p. 381–389. *E-book*.
- SCHEPS, Gustavo. **17 registros**. 558 f. 2008. - Escuela Técnica Superior de Arquitectura, [s. /], 2008.
- SCHEPS, Gustavo. Acordando a Vilamajó. *In*: BSAU. Montevideo: Sociedad de Arquitectos del Uruguay, 2010. v. novembro-d, p.

26-28.

SCHEPS, Gustavo. Proyectar sobre lo construido: reflexiones abstractas acerca del espacio arquitectónico, a partir de experiencias proyectuales concretas en el edificio de la Facultad de Ingeniería de Julio Vilamajó. **Thema**, [s. /], v. 3, p. 55-66, 2019.

SCHEPS, Juan Gustavo. **Juan Gustavo Scheps. Doctor Arquitecto**. Montevideo: [s. n.], 2009. Disponível em: https://web.archive.org/web/20131102072932/http://www.farq.edu.uy/joomla/images/stories/DOCUMENTOS/curriculum_scheps.pdf

SCHWINGEL, Cristiane dos Santos Bitencourt; LUCCAS, Luís Henrique Haas. As intervenções recentes de Scheps na Facultad de Ingeniería de Vilamajó. **Anais do VI Docomomo Sul**, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propar/vdocomomosul/anaisdocomomo.pdf>

SEGRE, Roberto. **América Latina 2000: Arquitetura na encruzilhada**. [S. /], 2001. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/877>. Acesso em: 5 ago. 2019.

TEATRO SOLÍS. **El Edificio**. [S. /], [s. d.]. Disponível em: <https://www.teatrosolis.org.uy/NOSOTROS/El-edificio-uc589>. Acesso em: 3 abr. 2020.

UDELAR-FHCE. **Fotos del Hotel Nacional**. [S. /], [s. d.]. Disponível em: <http://www.fondoarchivo.fhuce.edu.uy/index.php/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

UNIDAD CENTRAL DE PLANIFICACIÓN. **Plan Especial Carrasco e Punta Gorda** Uruguay: [s. n.], 2005. p. 80.

UNIDAD DE PROTECCIÓN DEL PATRIMÔNIO; INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. **Inventario Básico de Bienes de Interés Departamental**. Montevideo: Intendencia Municipal de Montevideo, 2015.

URES, Mariana. **Edificio Concorcio del Uruguay. Estudio histórico**. Montevideo: [s. n.], 2014. *E-book*.

URRUZOLA, Juan Pedro. Bajo Las Sabanas. **ELARQA. Contratiempos Modernos: Julio Vilamajó**, Montevideo, p. 47-50, 1991.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporánea de la Restauración**. 1. ed. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

ZIP ARQUITECTOS. Mansardas Uruguaias. **Summa+**, Buenos Aires, v. 160, p. 54-57, 2018.

ZUBILLAGA, Carina. Libreros y editores gallegos en Montevideo. **Madrygal. Revista de Estudios Galegos**, [s. /], v. 2, n. 2, p. 139-148, 1999. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/MADR/article/view/MADR9999110139A>

7. Anexos

Padrón 4693 - Pablo Ferrando

1 Identificación

1.1 Padrón:	4693
1.2 Sector:	
1.3 Dirección:	Sarandí s/n, Sarandí 675
1.4 Manzana:	130
1.5 Solar:	2
1.6 Denominación original:	Pablo Ferrando
1.7 Denominación actual:	Pablo Ferrando
1.8 Área del terreno:	342m²
1.9 Observaciones:	

Protección patrimonial	Aclaración: El GPP indicado no tiene valor normativo hasta su aprobación por la JDdeM; el vigente es el asignado en el <u>Inventario Patrimonial 2000.</u>	GPP 4
Monumento histórico		
Cautela arqueológica		
Pertenencia a Tramo Significativo		
Pertenencia a Tramos <u>Sa 13</u>		

1.10 Descripción:

Edificio singular construido en 1916, desarrollado con fines comerciales. Sus seis niveles se organizan en torno a un gran espacio central y un estricto eje de simetría axial. Su fachada combina el estilo Art Nouveau y un eclecticismo de filiación francesa. De lo primero son muestras evidentes los grandes paños vidriados con carpintería metálica de los primeros niveles, mientras que la influencia francesa se denota en el uso de mansardas en el nivel superior sobre la calle. Destaca en su composición el templete, recientemente reconstruido, que oficia como remate de la calle Bacacay, enriqueciendo y calificando el espacio público al que se vuelca. Actualmente alberga una importante librería en su planta baja y entrespiso y oficinas privadas en los niveles superiores. En el interior, el reciclaje ha significado la pérdida de la espacialidad interior al colocarse un entrespiso cerrando el balcón del segundo piso. Se encuentra en muy buen estado de conservación.

Plano de ubicación

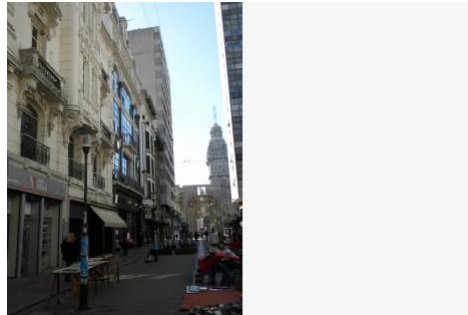


2 Imágenes

Fachada



Tramo



3.1 Uso original global:	Comercial
3.2 Uso actual global:	Comercial/Administración
3.3 Uso original por planta:	
3.4 Uso actual por planta:	
3.4.1 Niveles por planta:	
3.5 Época original:	Fecha original: 1916 Rango fechas: 1900-1920
3.6 Época modificación:	Fecha de modificación: SD Rango fechas: 1960-1980 2000-2010
3.7 Propiedad:	Privada
3.8 Régimen:	Común
3.9 Protección legal:	Protección departamental
3.10 Autor proyecto original:	Leopoldo J. Tosi, arq.
3.11 Autor construcción original:	Tosi Hermanos, arqs.
3.12 Autor proyecto modificación:	E. De León, A. Berro y A. Álvarez, arqs.
3.13 Autor construcción modificación:	Villa Fortín Construcciones
3.14 Observaciones:	3.2- Originalmente, óptica Pablo Ferrando; primer Instituto Óptico Oculístico del país. 3.4- Último nivel, retranqueo de la línea de edificación agregado posteriormente, originalmente el nivel de mansarda era el último piso. En planta baja, subsuelo y entrespiso se encuentra la librería "Puro Verso", en los pisos superiores oficinas privadas. 3.5- Dato tomado de Permiso de Construcción en Archivo IHA. 3.6 y 3.12- De León, A. Berro y A. Álvarez corresponden a reciclaje, años 2002 al 2006. F. Collet y D. Neri corresponde a restauración. Según datos CEPCV, el reciclaje fue entre 2006 y 2008.
4.1 Descripción:	Ver 1.10
4.2 Morfología:	Asociación: Entre medianeras Cubierta: Horizontal Tipo: Patio central Alineación frontal: 100% Alineación con retiro: No corresponde Altura en pisos: 6
4.3 Sistema constructivo:	Soportes verticales: Pilares o columnas de hormigón armado

Cubiertas: Azotea sobre - hormigón armado
Entrepisos: Hormigón armado

4.4 Categoría de la construcción:	Muy buena
4.5 Estado de conservación:	Exterior: Muy bueno Interior: Muy bueno
4.6 Intervenciones:	Exterior planta baja: Restaurado Exterior plantas altas: Restaurado Interior planta baja: Reciclado Interior plantas altas: Reciclado
4.7. Observaciones:	4.2- Altura: corresponde a la altura en la línea de edificación. Son 22 metros sobre la línea de edificación, y 3 metros en gálibo. Son 6 pisos sobre la línea de edificación y 1 piso en gálibo (agregado posterior). 4.6- En los años 70 se eliminó el templete y se cerraron con hormigón los huecos del tercer y cuarto nivel. Probablemente también se amplió el nivel de mansarda, eliminando la claraboya por donde entraba luz al espacio central, y se agregó el último nivel (retranqueado de la línea de edificación). En 2006 un entrepiso liviano cerró el hueco entre el entrepiso y el segundo piso y que separa el programa comercial del de oficinas. Los interiores de plantas altas se modificaron para dar lugar a su función actual. Se reconstruyó el templete.
5.1 Elementos significativos:	Fachada y templete. Espacio interior. Vitreaux y escalera revestida en mármol en planta baja. Revestimientos, carpintería, herrería.
5.2 Elementos inmateriales de valor patrimonial:	Descripción: Antigua Óptica Pablo Ferrando. Fuentes: Dato bibliográfico.
5.3 Elementos de valor arqueológico:	Descripción: No se detectaron. Fuentes: nc
5.4 Relación del bien con su entorno:	Pertenencia a tramo significativo Pertenencia a un conjunto Pertenencia a un grupo Imagen urbana relevante Identificación de elementos significativos en el entorno urbano Descripción: El edificio pertenece al tramo significativo de Sarandí entre B. Mitre y Juncal, al cual se integra correctamente aportando su singularidad arquitectónica, basada en la composición y ornamentación de su fachada y conformando junto a los padrones linderos 4692 y 4695 una sucesión de edificios de alto valor patrimonial. Padrones 4692, 4693, 5633, 4697, 4696, 4695, 5626 y 5625. Además oficia de remate de la calle Bacacay, a la que califica con la presencia del templete de su remate.
Urbanística:	Por su altura, alineación y composición de fachada, se inserta correctamente en su entorno, al que aporta su singularidad arquitectónica. Destaca en particular el hecho de que el edificio se ubica en el eje visual de la calle Bacacay y oficia como "remate" calificado de la misma, con la presencia del templete superior y su calidad formal en general.
Arquitectónica:	Edificio de excelente construcción con una interesante composición de fachada, que utiliza grandes paños vidriados en los primeros niveles (sacando provecho de la relativa novedad que significaba en ese entonces la estructura de hormigón armado) y un remate con mansardas y templete superior. Originalmente el interior era una de sus mayores riquezas, con un espacio central al que balconeaban todos los pisos. Sucesivas reformas han menoscabado esta cualidad, incluyendo el último reciclaje (2002 y 2006). Se destaca como ejemplo de arquitectura modernista en Uruguay así como edificio significativo de la obra de Leopoldo Tosi.
Inventario Patrimonial 2010:	4
Inventario Patrimonial 2000:	4
Inventario Patrimonial 1983:	4

Mantener integralmente los valores señalados. Sería importante recuperar la espacialidad interior mediante una reforma más cuidadosa.

1. "Guía Arquitectónica y Urbanística de Montevideo", pp. 34- 111. Intendencia Municipal de Montevideo. Facultad de Arquitectura, Universidad de la República. Junta de Andalucía. Montevideo, 2008.
2. "Memoria descriptiva del proyecto de edificación en un terreno propiedad del Sr. Pablo Ferrando". En: "Fascículo de Información" N° 11, pp. 28 a 32. Instituto de Historia de la Arquitectura, Facultad de Arquitectura, Universidad de la República. Montevideo, 1975. IHA. Carp. 1393.
3. IHA. Archivo de P de C. N° 49855. Montevideo, 1916.
4. IHA. Carp. 908/1 a 7.
5. IHA. CDg/22- 32.
6. Domingo, Walter: "Arquitectos del 900". Ed. Dos Puntos. Montevideo, 1993.
7. "Guías ELARQA de Arquitectura" tomo 1, Ciudad Vieja. p.37. Ed. Dos Puntos. Montevideo, 1994.
8. "El Libro del Centenario del Uruguay. 1825- 1925", pp. 650- 651. Montevideo, 1925.



La presente Base Normativa se encuentra en estado de revisión.

Los usuarios convienen en exonerar de responsabilidad a la Intendencia de Montevideo, División Asesoría Jurídica, Equipo Técnico de Actualización Normativa e Información Jurídica, por todo tipo de daño o perjuicio, directo o indirecto que eventualmente puedan sufrir especialmente los derivados de involuntarias inexactitudes, falta de información o datos imperfectos de cualquier naturaleza, contenidos en los archivos de dicha base.

Digesto Departamental

Volumen XV Planeamiento de la Edificación.

Nota:

El artículo 1° del Dto. JDM N° 33.934 de 24/10/11 derogó el Decreto JDM N° 26.817 de 08/01/96 y el Dto. JDM N° 33.583 de 08/11/10 que establecían un régimen especial de entrada en vigencia de las normas sobre Higiene de la Vivienda, Locales Comerciales e Industriales y Urbanismo.

Libro XV **Planeamiento de la Edificación.**

Parte Legislativa

Título XI **De la Rehabilitación de edificios**

Capítulo I **Normas sobre rehabilitación de Edificios**

Artículo D.4475 . _ Las disposiciones del presente capítulo tienen como finalidad la consolidación del proceso de revitalización urbana en áreas dotadas de servicios de infraestructura cuyas construcciones se encuentran en franco proceso de deterioro, posibilitando su rehabilitación para vivienda u otros destinos, preservando valores testimoniales, arquitectónicos, urbanísticos, culturales y económicos


Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 1	

Artículo D.4476 . _ La presente normativa será de aplicación para toda construcción existente que amerite su reciclaje independientemente de su destino original. En todos los casos se deberán crear más de una unidad locativa independiente de vivienda u oficina, admitiéndose que parte de la construcción se destine a otros casos compatibles con el uso principal.



Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 2	

Artículo D.4477 . _ Las disposiciones del presente capítulo serán de aplicación en las zonas Central, Intermedia y Costera de la zonificación secundaria, siempre que las mismas posean servicios de saneamiento, agua potable y


energía eléctrica.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 24.884 de 29.04.1991 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 3	

Artículo D.4478 . La superficie mínima para las unidades con destino a vivienda será de 32 m.c. para un dormitorio. Esta área deberá incrementarse en 12 m.c. por cada dormitorio que se agregue. Para el cálculo del área de las unidades se considerarán los muros hasta un espesor máximo de 20 cm.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 24.884 de 29.04.1991 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 4	



Artículo D.4479 . Se admitirá la modificación del volumen edificado original, limitándose su incremento únicamente por las disposiciones vigentes en materia de alturas, retiros y factor de ocupación del suelo. En edificios designados Monumento Histórico Nacional, Bienes de Interés Departamental y en aquellas edificaciones anteriores a 1940 de especial consideración de acuerdo a lo establecido en el Plan de Ordenamiento Territorial, se ajustará a lo dispuesto por la Unidad de Protección de Patrimonio.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 5	

Artículo D.4480 . Todas las construcciones que se realicen fuera de la edificación existente a reciclar, deberán ajustarse en materia de higiene y habitabilidad a lo dispuesto con carácter general en las normas vigentes para los destinos que se solicitan. Quedan exceptuadas de esta disposición todas las unidades que se conformen dentro del volumen original y aquellas obras de ampliación que no superen el 15% de dicho volumen, para las cuales será de aplicación lo establecido en los artículos siguientes.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 24.884 de 29.04.1991 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 6	

Artículo D.4481 . Cuando la fachada de las construcciones a reciclar cuente con valores edilicios, urbanísticos o testimoniales que se considere necesario preservar, no autorizándose su modificación, se admitirá para los locales involucrados una disminución en los porcentajes de iluminación y ventilación reglamentarios, siempre que las condiciones de habitabilidad se consideren aceptables.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 5	 art. 7

Artículo D.4482 . _ Cuando se proceda a la subdivisión en altura de la construcción existente, podrá admitirse, dentro de cada unidad resultante, que hasta un 50% de su área posea alturas menores que las reglamentarias.

En vivienda las alturas mínimas admitidas serán:

- para locales habitables 2m. 20cm.
- para locales de servicio 2m. 10cm.

Para otros destinos, las alturas mínimas admitidas serán de hasta un 10% menor a las vigentes.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 24.884 de 29.04.1991 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 6	art. 8

Artículo D.4483 . _ Todos los locales deberán contar con ventilación e iluminación reglamentaria de acuerdo a su destino específico.

Los locales que resulten de la subdivisión en altura establecida en el artículo anterior podrán iluminar y ventilar directamente al exterior o mantenerse abiertos al espacio que los contiene, siempre que este último tenga iluminación y ventilación directa al exterior y su vano posea una superficie no inferior a 1/10 del área de los locales involucrados.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 24.884 de 29.04.1991 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 7	art. 9

Artículo D.4484 . _ Los espacios abiertos o patios deberán ajustarse, como mínimo, a las siguientes condiciones:

1. Patio principal: $S = 2a$. $L = a/4$ L. min. = 2m.
2. Patio secundario: $S = 3a/4$ $L = 1/10a + 1m$. 20cm.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 24.884 de 29.04.1991 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 9	art. 10

Artículo D.4485 . _ Las escaleras interiores de las unidades locativas deberán tener un ancho mínimo de 0,60 m.; huella mínima 0,22 m. y contrahuella máxima de 0,20 m. y cumplir además la siguiente fórmula: $2a + b = 0,64$ m. Deberán llevar una baranda de protección, si correspondiese, de un alto mínimo de 0,90 m. en los tramos horizontales y de 0,80 m. en los tramos inclinados, medidos en la vertical del vuelo o nariz de cada escalón. Dicha baranda no podrá tener huecos o vacíos que excedan los 14 cm. libres, entre cada uno de los elementos. Si se colocasen vidrios, estos deberán ser templados o armados con malla resistente.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 24.884 de 29.04.1991 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 10	art. 11

Artículo D.4486 . _

Las escaleras de uso común tendrán un ancho mínimo de 0,90 m. cuando sirvan hasta 2 unidades, de 1,00 m. hasta 4 unidades y de 1,20 m. para más de 4 unidades. La huella mínima será 0,26 m., contrahuella máxima de 0,19 m. y deberá cumplir la fórmula de: $2a + b = 0,64$ m., pudiendo ser compensadas.

En caso de que el edificio cuente con ascensor, el ancho mínimo de las escaleras de uso común será de 1,00 m.

En el caso de existir escaleras de madera que se encuentren en buenas condiciones, se admitirá el mantenimiento de las mismas aún cuando se trate de circulaciones generales. En este caso se deberá contar con una escalera de emergencia de material incombustible cuyo ancho mínimo será de 0,90 m., huella de 0,26 m. y contrahuella de 0,19 m.

En todos los casos, respecto de las barandas será de aplicación lo dispuesto en el artículo anterior.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 24.884 de 29.04.1991 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 11	art. 12

Artículo D.4487 .- El ancho mínimo de pasajes, halles, pasillos, etc. de uso común, será de 1,20 m.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 13	

Artículo D.4488 .- La ventilación del baño se realizará por vano al exterior o por ducto. El vano tendrá una superficie mínima de 0,20 m²., el ducto tendrá una superficie mínima de 0,03 m². con lado mínimo de 0,12 m., pudiendo ser de mampostería o prefabricado de superficie interior lisa e impermeable.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 24.884 de 29.04.1991 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 14	art. 16

Artículo D.4489 .- La superficie mínima de la cocina será de 4 m². y su lado mínimo de 1,50 m. La iluminación y ventilación de la misma se realizará por vano al exterior con una superficie mínima de 0,40 m². totalmente móvil.

En caso de optarse por cocinas interiores, las mismas deberán estar vinculadas totalmente, por su lado mayor, a otro ambiente anexo que cuente con vano de iluminación y ventilación natural de superficie mínima igual a 1/10 de la suma de las áreas de ambos locales, no pudiendo en ningún caso ser inferior a 2,00 m².. Sobre la zona de fuego se deberá colocar un ducto individual de 0,30 m. x 0,30 m., con campana de humos con extractor.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 24.884 de 29.04.1991 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 15	art. 18, 19

Artículo D.4490 .- Se tomará especial cuidado en mantener la privacidad de cada una de las unidades. Los vanos de iluminación y ventilación correspondientes a distintas unidades no podrán ser enfrentadas, salvo que disten por lo menos 2,85 m. entre sí.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 16	

Artículo D.4491 . _ Las viviendas que no posean terrazas de servicio deberán necesariamente tener acceso a la azotea. En el reglamento de copropiedad se reglamentará el uso de la misma.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 12	art. 17

Artículo D.4492 . _ Cuando el edificio cuente con mas de 3 (tres) unidades, con un único acceso desde la vía pública, se exigirá la instalación de tanques de agua y su capacidad y características se ajustarán a las disposiciones vigentes en la materia. Se admitirán depósitos prefabricados, debiendo ser en todos los casos inspeccionables. Los tanques y sus cañerías de aducción deberán estar emplazados en lugares de propiedad común. Las obras que se realicen para su instalación, así como su aspecto exterior, deberán respetar las características de la fachada del edificio original.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 14	art. 18

Artículo D.4493 . _ Las instalaciones sanitarias podrán ser exteriores y se ajustarán a las disposiciones en la materia. Su recorrido dentro de las unidades de vivienda implicará en éstas, servidumbre, asegurando en lo posible la mayor accesibilidad a los puntos de inspección. Para el caso que se utilicen las cañerías existentes, se exigirá de las mismas una prueba que acredite su buen funcionamiento.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 19	art. 20



Artículo D.4494 . _ Las instalaciones eléctricas se ajustarán a las disposiciones vigentes.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 20	art. 21

Artículo D.4495 . _ Cuando las construcciones existentes tengan cubiertas o entresijos a la portefa que se encuentren estructuralmente en buen estado y ameriten su mantenimiento, se admitirá que los mismos separen distintas unidades individuales, siempre que se cumpla con las condiciones de aislación acústica estipuladas en el Art. D.3366 del Volumen XV del Digesto Departamental y las medidas de defensa contra el fuego (Cuerpo Nacional de Bomberos).

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 21	

Artículo D.4496 ._ A efectos del cálculo de sitios para estacionamiento no se tomarán en cuenta aquellas unidades que surjan del reciclaje dentro del volumen original existente y del incremento del 15% establecido en el Art. D.4480 de la presente normativa, rigiendo para el resto de las unidades lo establecido en el Art. D.349 de las Normas Complementarias del "Plan Montevideo" (Decreto N° 29.118 de 6 de julio de 2000)".

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 30.372 de 18.08.2003 art. 1	
Dto.JDM 24.884 de 29.04.1991 art. 1	
Dto.JDM 23.317 de 23.12.1986 art. 22	

© copyright 2010 | Intendencia de Montevideo | Todos los derechos reservados



La presente Base Normativa se encuentra en estado de revisión.

Los usuarios convienen en exonerar de responsabilidad a la Intendencia de Montevideo, División Asesoría Jurídica, Equipo Técnico de Actualización Normativa e Información Jurídica, por todo tipo de daño o perjuicio, directo o indirecto que eventualmente puedan sufrir especialmente los derivados de involuntarias inexactitudes, falta de información o datos imperfectos de cualquier naturaleza, contenidos en los archivos de dicha base.

Digesto Departamental

Volumen IV Ordenamiento Territorial, Desarrollo Sostenible y Urbanismo.

Nota:

El artículo 1° del Dto. JDM N° 33.934 de 24/10/11 derogó el Decreto JDM N° 26.817 de 08/01/96 y el Dto. JDM N° 33.583 de 08/11/10 que establecían un régimen especial de entrada en vigencia de las normas sobre Higiene de la Vivienda, Locales Comerciales e Industriales y Urbanismo.

ATENCIÓN: EL VOLUMEN IV DEL DIGESTO DEPARTAMENTAL CAMBIÓ SU DENOMINACIÓN, ESTRUCTURA Y NUMERACIÓN. Ver Dto. JDM N° 34.870 de 25 de noviembre de 2013, arts. 2°, 3° y 11°, este último en la redacción dada por Dto. JDM N° 34.889 de 5 de diciembre de 2013, art. 1°.

Libro II

Instrumentos del ámbito departamental

Parte Legislativa



Título V

De las normas de régimen patrimonial en suelo urbano

Capítulo I

Normas generales

Artículo D.223.234 . Las disposiciones del presente Título serán de aplicación a las Áreas de Régimen Patrimonial en Suelo Urbano así como a las Figuras de Protección Patrimonial, que se definen en los artículos siguientes.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 35.477 de 23.04.2015 art. 1	 art. D.234
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 28.242 de 16.09.1998 art. 3	 art. D.234

Artículo D.223.235 . **Áreas de Régimen Patrimonial.** Las Áreas de Régimen Patrimonial en Suelo Urbano se registrarán por los correspondientes Planes Especiales de Ordenación, Protección y Mejora, que se elaborarán por el Departamento de Planificación, con los asesoramientos del caso, según lo dispuesto en el presente Plan. Los límites de dichas áreas en los mencionados Planes Especiales serán los siguientes:

1. Ciudad Vieja: rige lo establecido en los artículos D.272.18 al D.272.34, del Capítulo XV.I “Normas particulares”, Sección II, que constituye el Plan Especial de Ordenación, Protección y Mejora de la Ciudad Vieja.
2. Barrio Sur: rige lo establecido en el artículo D.272.1 y siguientes, del Capítulo XV.I “Normas particulares”, Sección I, que constituye el Plan Especial de Ordenación y Recuperación Urbana del Barrio Sur.
3. Pocitos: Río de la Plata, calle 21 de Septiembre con exclusión de los predios frentistas a dicha calle, Bvar. Gral. Artigas al sur (acera este), Av. Mariscal Estigarribia, Bvar. Gral. Artigas al sur (ambos frentes) hasta la rambla Mahatma

Gandhi, calle D. Cullén, Bvar. General Artigas (acera oeste), calle 21 de Setiembre (acera norte), avenida Julio Herrera y Reissig, calle San Salvador, Bvar. España, Bvar. Gral. Artigas (ambos frentes) hasta Av. Italia, Av. Brasil (ambos frentes), calle Presidente General Oscar Gestido (ambos frentes), calle Gabriel Pereira acera suroeste.

4. Carrasco y Punta Gorda: rige lo establecido en los artículos D.272.35 al D.272.42.2, del Capítulo XV.I "Normas particulares", Sección III, que constituye el Plan Especial de Ordenación, Protección y Mejora de Carrasco y Punta Gorda.

5. El Prado: rige lo establecido en los artículos D.272.43 al D.272.67 del Capítulo XV.I "Normas particulares", Sección IV, que constituye el Plan Especial de Ordenación, Protección y Mejora de Prado - Capurro.

6. Villa Colón (Lezica) –Colón-Pueblo Ferrocarril: camino Casavalle, calles Dr. Alvarez, Yegros, Lanús, C. Guerra, D. Basso, Niña, Lister, camino Melilla, camino de los Aviadores Civiles, camino de las Tropas a la Cuchilla Pereira, calles Gioia, Guanahaní, camino Fauquet, camino C. Colman, límite sureste del padrón N° 405.236, camino Vidiella (ambos frentes), camino Fortet, calle Fynn (ambos frentes) y vía férrea.

7. Barrio Reus al Sur: calle Durazno, calle Magallanes, Avenida Gonzalo Ramírez, calle Salto.

8. Barrio Reus al Norte: rige lo establecido en los artículos Art. D.272.74 al D.272.92 del Capítulo XV.I "Normas particulares", Sección V, Plan Parcial de Ordenación y Recuperación Urbana del Barrio Goes.

9. 18 de Julio: todos los padrones frentistas a la Avenida 18 de Julio entre Andes y Barrios Amorín; Constituyente entre Santiago de Chile y Barrios Amorín y a las Plazas de Cagancha e Ing. Juan Pedro Fabini.

Mientras no se aprueben los Planes Especiales mencionados, los límites y las normativas aplicables serán los establecidos en los artículos D.537.1 a D.537.10 (Barrio Reus Sur); Art. D.483.21 a D.483.32 (de la zona testimonial Pocitos Viejo); del Volumen IV del Digesto Departamental que se sustituye y las normas concordantes y complementarias que regulan las Comisiones Especiales Permanentes de Carrasco y Punta Gorda, Prado, Consejo Auxiliar de los Pocitos y Barrio Reus al Norte, creados por decretos N° 24.546 de 3 de mayo de 1990; N° 25.223 de 26 de setiembre de 1991; N° 25.289 de 24 de octubre de 1991 y N° 34.436 de 22 de noviembre de 2012 y resolución de la Intendencia de Montevideo N° 1939 de 5 de junio de 1995; y el Área de Régimen patrimonial de Barrio Reus al Sur será de competencia de la División Planificación Territorial dependiente del Departamento de Planificación de acuerdo con lo dispuesto en el artículo 11 del decreto N° 30.565 de 4 de diciembre de 2003.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 35.617 de 08.07.2015 art. 2	☒ De acuerdo al artículo 13 el presente Decreto rige pasado 60 días de la fecha de su promulgación. (art. D.235)
Dto.JDM 35.228 de 17.09.2014 art. 26	☒ De acuerdo al artículo 45 el presente Decreto entró en vigencia a los 60 días de su promulgación. (art. D.235)
Dto.JDM 35.214 de 22.08.2014 art. 1	☒ art. D.235
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	☒
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	☒
Dto.JDM 33.400 de 28.06.2010 art. 2	☒ art. D.235
Dto.JDM 31.666 de 25.04.2006 art. 2	☒ art. D.235
Dto.JDM 31.386 de 25.07.2005 art. 1	☒ art. D.235
Dto.JDM 30.565 de 15.12.2003 art. 5	☒ art. D.235
Dto.JDM 30.317 de 16.06.2003 art. 3	☒ art. D.235
Dto.JDM 28.242 de 16.09.1998 art. 3	☒ art. D.235

Artículo D.223.236 _ Condiciones de intervención. Todas las obras de reforma, ampliación, restauración o nuevas que se realicen en cualquiera de las áreas de Régimen Patrimonial deberán integrarse a las características

dominantes en la cuadra o manzana donde se implanten, sin que esto signifique subordinación estilística alguna. En ese sentido deberán contemplar, en todos los casos, que los elementos de composición arquitectónica tales como: volumen, espacio, materiales, escala, color, proporción entre vacíos y llenos u otros similares, armonicen plásticamente con el entorno existente en la cuadra o manzana.

Los Planes Especiales de Ordenación, Preservación y Mejora definirán, en función de las características patrimoniales a preservar y desarrollar, los parámetros y criterios que deberán respetarse en los proyectos, según los Grados de Protección Testimonial.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 28.242 de 16.09.1998 art. 3	art. D.236

Artículo D.223.236.1 . _ Definiciones. A los efectos de los Planes Especiales de Ordenación, Protección y Mejora de las Áreas de Régimen Patrimonial se definen los siguientes conceptos:

- Grado de Protección Patrimonial.

Se entiende por tal la importancia testimonial del edificio, que puede estar dada por sus características morfológicas y/o tipológicas, por sus elementos significativos, por su integración al entorno urbano, por su importancia como elemento referencial urbano, por su significado histórico o cultural. La determinación del grado de protección patrimonial implica el nivel de intervención arquitectónica y fija las pautas para la actuación en cada uno de los edificios de acuerdo al grado asignado, en relación con el valor patrimonial a proteger.

Se establece una escala de catalogación que consta de cinco grados de acuerdo a los diferentes alcances de la protección que merezca el bien.

- Grado 0 - Sustitución deseable.

Inmueble con valores arquitectónicos o urbanísticos negativos, cuya sustitución se considera beneficiosa.

- Grado 1 – Sustitución posible.

Edificio que puede ser sustituido o sometido a una significativa reformulación que incluya un mejoramiento de su relación con el ambiente.

- Grado 2 – Protección ambiental.

Edificio que puede ser modificado conservando o mejorando su relación con el ambiente y manteniendo sus elementos significativos.

- Grado 3 – Protección estructural.

Edificio que debe ser conservado mejorando sus condiciones de habitabilidad o uso, manteniendo su configuración, sus elementos significativos y sus características ambientales.

- Grado 4 – Protección integral.

Edificio de valor excepcional que debe ser conservado integralmente.

Sólo se admitirán en él apropiadas y discretas incorporaciones de elementos de acondicionamiento.

- Elementos significativos.

Se consideran aquellas partes de las construcciones o de su equipamiento que revistan valores testimoniales, sea por la importancia que poseen en la caracterización del edificio, por sus calidades formales, por los materiales en que están realizadas, por su valor ornamental o por su significado histórico o cultural.

- Catálogo Patrimonial de Montevideo.

Será el repertorio de predios, edificios, tramos, espacios, objetos, visuales y áreas de cautela catalogados como monumentos históricos, bienes patrimoniales o poseedores de elementos significativos. El catálogo supone la evaluación de cada uno de los edificios o tramos incluidos y la determinación de su valor testimonial con la consiguiente asignación del grado de protección patrimonial. El Catálogo Patrimonial es considerado una fuente de información y una herramienta de protección.

- Altura máxima.

Será la altura máxima hasta la que podrá edificarse, considerándose como tal la distancia vertical entre el nivel de la acera en el punto medio de la alineación oficial del predio y el nivel superior de la losa del último piso habitable. En aquellos casos en que existan pretilos de una altura superior a los 30 centímetros, la altura máxima se medirá hasta el nivel superior de dicho pretil.

- Restauración.

Se considera el conjunto de obras especializadas que tienen como finalidad la conservación y consolidación de una construcción, así como la preservación o reposición de la totalidad o parte de su concepción original o correspondiente a los momentos más significativos de su historia.

Incluye el restablecimiento integral, en sus materias y formas, de las disposiciones arquitectónicas y ornamentales arruinadas o destruidas, de las cuales quedan huellas indudables de autenticidad.

- Conservación o Mantenimiento.

Conjunto de medidas destinadas a salvaguardar y prevenir la degradación de un edificio, incluyendo la realización de las obras de mantenimiento necesarias para el correcto funcionamiento de todas las partes y elementos del mismo.

- Reparación o Consolidación.

Trabajos ejecutados en un edificio para asegurar su perennidad sin modificar su aspecto.

- Acondicionamientos.

Se consideran como tales a aquellos elementos accesorios a las construcciones que cumplan con una función específica, que podrá ser de protección, de acondicionamiento térmico o lumínico, que no formen parte de la construcción original y que por su naturaleza revistan el carácter de removibles. La utilización de estos acondicionamientos supone su adaptación a destinos o necesidades diferentes del original.

- Reforma o Rehabilitación.

Se consideran como tales toda obra que se realice en una construcción existente manteniendo los aspectos esenciales de la traza de origen.

- Ampliación.

Toda obra que se realice en una edificación existente y que implique el aumento de la superficie construida o de su volumen.

- Sustitución.

Cualquier obra que se realice en un predio donde existan edificaciones y que implique la demolición de las mismas para emplazar en su lugar las nuevas construcciones.

- Demolición.

Será la eliminación total de las construcciones en el predio.

- Área de Rehabilitación Integrada.

Refiere a un sector del tejido urbano para el que se priorizan actuaciones sobre el espacio público y el espacio edificado, de modo de optimizar la gestión, con el objetivo de lograr su rápida recuperación urbana, para que actúen de este modo como elementos impulsores de la recuperación general del área patrimonial.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 35.477 de 23.04.2015 art. 2	art. D.236.1
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 30.565 de 15.12.2003 art. 9	art. D.236.1

Artículo D.223.236.2 . _ Intervenciones según valor patrimonial. En función del valor patrimonial de los edificios o de los tramos, existirán dos niveles normativos que implican dos tipos de regulación de trámite:

A) Regulación de zona

Será de aplicación en todas aquellas situaciones no incluidas en la Regulación de catálogo, con carácter subsidiario de esta en todo aquello que no esté en contradicción con la Regulación de catálogo.

B) Regulación de catálogo

La Regulación de catálogo prevalecerá por sobre la Regulación de zona en: los edificios catalogados con los Grados de Protección Patrimonial 2, 3 o 4; en aquellas situaciones en que el Catálogo Patrimonial haya identificado elementos significativos sin importar el Grado de Protección Patrimonial asignado; cuando las construcciones se localicen en un Tramo Protegido o cuando se determine expresamente en esta normativa. La aplicación de la Regulación de catálogo implicará la realización de un procedimiento de evaluación específica de la propuesta, la que deberá ser analizada previamente a su aprobación por parte de la dependencia competente y que en función de las características particulares de las edificaciones, de los elementos significativos identificados, del Grado de Protección Patrimonial asignado y del Tramo Protegido de pertenencia, se determinarán por parte de la Intendencia las afectaciones urbanas y arquitectónicas correspondientes de modo de garantizar la preservación de las características testimoniales de las construcciones, atendiendo particularmente a las condiciones de intervención establecidas en el Art. D.236, a las recomendaciones existentes en el Catálogo Patrimonial y al tipo de obra admitido para cada Grado de Protección Patrimonial según el artículo 1.(*).

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 30.565 de 15.12.2003 art. 9	art. D.236.2

Nota:

(*) Corresponde al cuadro 1 del Artículo D.236.3.

Artículo D.223.236.3 . _ Aplicación de la Regulación de Zona o de la Regulación de catálogo.

Se establecen dos códigos y modos de gestión articulados entre sí que se aplican según cada caso en función del Tipo de Obra a realizar, y su catalogación a través de la pertenencia o no a un Tramo Protegido y la asignación del Grado de Protección Patrimonial.

Según el Grado de Protección Patrimonial, la pertenencia a un Tramo Protegido y el tipo de obra a realizar, se establecen los siguientes cuadros indicativos de la aplicación de la Regulación de Zona o Regulación de Catálogo:

CUADRO 1 | TRAMOS Y ESPACIOS DE VALOR PATRIMONIAL

Grado de Protección	Restauración	Conservación o Mantenimiento	Reparación o Consolidación	Acondicionamiento	Reforma o Rehabilitación	Ampliación	Sustitución
4	RZ	RZ	RZ	RC	RC	NO	NO
3	RZ	RZ	RZ	RC	RC	RC	NO
2	RZ	RZ	RZ	RZ	RZ	RC	RC

1	RZ	RZ	RZ	RZ	RZ	RZ	RC
0	RZ	RZ	RZ	RZ	RC	RC	RC

CUADRO 2 | TRAMOS NO PROTEGIDOS




Grado de Protección	Restauración	Conservación o Mantenimiento	Reparación o Consolidación	Acondicionamiento	Reforma o Rehabilitación	Ampliación	Sustitución
4	RZ	RZ	RZ	RC	RC	NO	NO
3	RZ	RZ	RZ	RC	RC	RC	NO
2	RZ	RZ	RZ	RZ	RZ	RC	RC
1	RZ	RZ	RZ	RZ	RZ	RZ	RZ
0	RZ	RZ	RZ	RZ	RZ	RZ	RZ

REFERENCIAS

RZ Regulación de Zona. Autorización por procedimiento administrativo de la Oficina del Plan Ciudad Vieja.

RC Regulación de Catálogo. Autorización por procedimiento de evaluación específica de la Comisión Especial Permanente de la Ciudad Vieja.

NO Obra no autorizada, con excepción de los casos en que el Catálogo Patrimonial prevea lo contrario.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 30.565 de 15.12.2003 art. 9	 art. D.236.3

Artículo D.223.236.4 . _ Figuras de protección patrimonial.

BIEN DE INTERÉS DEPARTAMENTAL: Son aquellas construcciones, espacios o elementos urbanos, poseedores de valores intrínsecos particularmente relevantes de tipo arquitectónico, urbanístico, histórico o cultural, que dada su naturaleza, representan hitos urbanos en los que la ciudad y sus ciudadanos se reconocen.

BIEN DE INTERÉS MUNICIPAL: Son aquellas construcciones, espacios, o elementos urbanos, poseedores de valores intrínsecos particularmente relevantes desde el punto de vista cultural, que dada su naturaleza son significativos para una comunidad local.

CONJUNTO URBANO PROTEGIDO: Son aquellos predios (incluyendo sus edificaciones, jardines o espacios libres), objetos y espacios públicos, que conforman un conjunto relevante por sus valores compositivos, decorativos, constructivos, paisajísticos, históricos o simbólicos.

JARDÍN PROTEGIDO: Se trata de aquellos espacios abiertos donde el conjunto de la vegetación y/o los elementos ornamentales y equipamiento que lo caracteriza poseen valores patrimoniales y paisajísticos a reconocer.

TRAMO: Sector de una calle conformado por los planos verticales frontales de las edificaciones, los espacios públicos, la calzada, las aceras y el equipamiento existentes en el mismo a lo largo de todo su desarrollo.

ESPACIO PROTEGIDO: Será aquel que debido a sus características morfológicas, sus características urbanas, sus elementos significativos, las visuales caracterizadas que posea o su importancia como elemento referencial urbano, sea por su significado histórico o cultural, se considere que posee valores testimoniales.

OBJETO PROTEGIDO: Será aquel elemento de valor significativo no identificable a través del nomenclátor oficial o un número de padrón.

CAMPO VISUAL PROTEGIDO: Será aquel que salvaguarde para la apreciación pública los campos de visión de elementos referenciales del territorio.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 35.477 de 23.04.2015 art. 3	art. D.236.4
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 30.565 de 15.12.2003 art. 9	art. D.236.4

Nota:

Por Res. IM 4438/19, de fecha 9 de setiembre de 2019, se aprobó el procedimiento para la designación de Bienes de Interés Departamental.

Artículo D.223.236.5 . _ DEROGADO

Ver artículo

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 35.477 de 23.04.2015 art. 4	art. D.236.5
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 30.565 de 15.12.2003 art. 9	art. D.236.5

Nota:

Este artículo fue derogado por Dto. JDM N° 35.477 de 23/04/2015, art. 4°.

Artículo D.223.236.5.1 . _ La intendencia de Montevideo reglamentará todo lo concerniente a las Figuras de Protección Patrimonial establecidas anteriormente.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 35.477 de 23.04.2015 art. 5	art. D.236.5.1
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	

Nota:

Por Res. IM 4438/19, de fecha 9 de setiembre de 2019, se aprobó el procedimiento para la designación de Bienes de Interés Departamental.

Artículo D.223.236.6 . _ DEROGADO

Este artículo fue derogado por Dto. JDM N° 35.477 de 23/04/2015, art. 6.

Ver artículo

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 35.477 de 23.04.2015 art. 6	art. D.236.6
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 30.565 de 15.12.2003 art. 9	art. D.236.6

Artículo D.223.236.6.1 _ Bien de Interés Departamental. La propuesta para la designación de un Bien de Interés Municipal será iniciativa del Concejo Municipal, habilitándose luego un proceso de debate y acuerdo con la comunidad asistido por la Unidad de Protección del Patrimonio de la Intendencia de Montevideo. Cumplidas estas etapas, se deberá elaborar y adjuntar a la propuesta un informe técnico por parte de la Unidad de Protección del Patrimonio dando cuenta del proceso seguido y de los valores patrimoniales consignados, para ser finalmente considerada por la Junta Departamental.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 35.477 de 23.04.2015 art. 7	art. D.236.6.1
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	

Nota:

Por Res. IM 4438/19, de fecha 9 de setiembre de 2019, se aprobó el procedimiento para la designación de Bienes de Interés Departamental.

Artículo D.223.236.6.2 _ (Transitorio) Cautela patrimonial. La Intendencia de Montevideo podrá establecer una cautela patrimonial sobre aquellos bienes cuyo permiso de construcción haya sido aprobado con una antigüedad mayor a cincuenta años y que se encuentren ubicados en las subzonas de "especial consideración", determinadas en los Artículos D.190, D.197, D.205, D.206, D.207, D.209, D.210, D.214, D.215, D.219, D.220, D.221 y D.222 del presente Volumen del Digesto Departamental, con el fin de evaluar si poseen valores a preservar que ameriten su incorporación al régimen patrimonial. En caso de no contar con permiso de construcción, se realizará un peritaje técnico por parte de la Unidad de Patrimonio, a fin de establecer la antigüedad de las construcciones.

Dicha Cautela Patrimonial se aplicará por un plazo de 120 días a partir de la declaración de la misma. Vencido dicho plazo, si la Junta Departamental de Montevideo no determina la incorporación del bien dentro del régimen patrimonial, la cautela patrimonial perderá su vigencia.

Durante este período no se admitirá ningún tipo de intervención en el bien acautelado sin la autorización previa de la Unidad de Protección del Patrimonio.

Este instrumento podrá ser aplicado por una sola vez sobre un bien determinado.

Esta cautela registrará por el plazo de 3 años a partir de la promulgación del presente decreto, término dentro del cual la Intendencia identificará los bienes que ameriten ser objeto de este procedimiento.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 35.477 de 23.04.2015 art. 8	art. D.236.6.2
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	

Artículo D.223.236.7 _ Áreas de Rehabilitación Integrada

El carácter que identifica estas zonas y el interés de actuar preferentemente en ellas, no refiere a la delimitación de perímetros precisos. La referencia dentro de éstas son nodos que se materializarán en el territorio y cuya utilidad es definir la proximidad de una acción a cualesquiera de los mismos.

La Intendencia de Montevideo reglamentará oportunamente todo lo concerniente a estas áreas e implementará los

correspondientes programas de intervención urbana en las mismas, que deberán respetar las afectaciones urbanas expresadas en la Memoria de Ordenación.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 30.565 de 15.12.2003 art. 9	art. D.236.7

Artículo D.223.236.8 _ Especificaciones del Inventario de Bienes de Interés Departamental

Para aquellos casos en que el Inventario de Bienes de Interés Departamental -ya sea en la Ficha por Padrón, de Tramo o de Espacio Protegido- estableciere Elementos Significativos a preservar o recomendaciones a las actuaciones, los proyectos propuestos estarán sometidos a éstas condicionantes.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 30.565 de 15.12.2003 art. 9	art. D.236.8

Artículo D.223.236.9 _ Catálogo Patrimonial

El Intendente de Montevideo reglamentará lo concerniente al Catálogo Patrimonial y asignará los respectivos Grados de Protección Patrimonial en concordancia con los elementos significativos y recomendaciones establecidas en el Inventario de Bienes de Interés Departamental y en la Memoria de Ordenación.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 30.565 de 15.12.2003 art. 9	art. D.236.9

Artículo D.223.237 _ Condicionantes urbanísticas. Las obras nuevas, reformas o ampliaciones, deberán cumplir con los siguientes requisitos:

A) En general se mantendrá la alineación dominante en la cuadra donde se implanten. Si la alineación propuesta presentara discontinuidades respecto a la dominante, deberá presentarse un estudio urbano-paisajístico detallado que demuestre que las fachadas o muros expuestos a la vista del público estarán dotados de un tratamiento arquitectónico concordante con el resto del edificio y que la propuesta en general cumplirá con lo establecido en el artículo anterior.

B) Las alturas edificables serán las que se establezcan en los respectivos Planes Especiales.

Podrán tener el carácter de máximas, mínimas y obligatorias. Sólo podrán ser ajustadas por vía de excepción en función de su adecuación al entorno de los predios linderos y de la cuadra a la que pertenecen, cuando uno o varios de los edificios ya las posean y con fundamentación del interesado, informe de la Comisión Especial Permanente y resolución de la Intendencia de Montevideo.

En las fundamentaciones de estos casos, se deberán armonizar volumétricamente dichas alturas; y las fachadas laterales, paredes divisorias o medianeras que queden expuestas, deberán mantener unidad arquitectónica con la fachada frontal.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 28.242 de 16.09.1998 art. 3	art. D.237

Artículo D.223.238 . _ Normas particulares de higiene. Las obras de reforma que se proyecten en las áreas o edificios incluidos en esta normativa, podrán apartarse, a criterio de la Intendencia, de las normas relativas a higiene de la vivienda y locales industriales y comerciales, siempre que no se ponga en peligro la higiene y seguridad públicas, y únicamente en los siguientes casos:

A) Cuando la aplicación estricta de dichas normas pudiera dar lugar a alteraciones de valores arquitectónicos testimoniales o de proximidad a testimoniales que interese preservar.

B) Cuando se propongan destinos o usos que la Intendencia entienda conveniente promover en el área, con el objeto de revitalizarla.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 28.242 de 16.09.1998 art. 3	art. D.238

Artículo D.223.239 . _ Condiciones de demolición. En los ámbitos de aplicación del presente régimen y salvo peligro inminente para transeúntes o predios linderos, no se autorizarán demoliciones si previamente no se hubiera aprobado el correspondiente permiso de construcción, el cual deberá ajustarse a lo establecido en esta normativa y establecer las fechas de iniciación y terminación de las obras proyectadas.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 28.242 de 16.09.1998 art. 3	art. D.239

Artículo D.223.240 . _ Finca ruिनosa y peligrosa. Las construcciones podrán ser declaradas como fincas peligrosas o ruिनosas, a los efectos de la seguridad de sus ocupantes o de terceros. En tal caso, deberán ser desocupadas según lo dispuesto en las normativas vigentes sobre fincas ruिनosas. Sin embargo, no podrá procederse a su demolición, sin una evaluación previa de la Intendencia a través de las dependencias competentes, donde deberán contemplarse los valores históricos, culturales, arquitectónico-culturales y el estado técnico- constructivo a efectos de determinar su posible recuperación.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 28.242 de 16.09.1998 art. 3	art. D.240

Artículo D.223.241 . _ Acondicionamiento de baldíos. Los predios baldíos existentes serán cerrados con un cerco de mampostería o vegetal, que armonice con las características generales del entorno, según propuesta de la Comisión Especial Permanente correspondiente.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 28.242 de 16.09.1998 art. 3	art. D.241

Artículo D.223.242 . _ Trámite de viabilidad urbanística. Cuando se encare la realización de obras en un Área de Régimen Patrimonial o en un Bien declarado de Interés Departamental, los interesados realizarán como requisito previo al permiso de construcción, un trámite en consulta de viabilidad urbanística ante la Intendencia, que podrá asesorarse con sus dependencias especializadas.

Aquellos trámites en consulta que se ajusten a la normativa vigente, y por lo tanto se refieran solamente a su adecuación a los valores patrimoniales que se protegen, deberán ser informados dentro de los treinta días de presentados. Vencido dicho plazo, sin haberse evacuado la consulta, se tendrá como informada favorablemente y el proponente estará en condiciones de seguir el trámite.

Cuando el proponente consulte sobre propuestas que no se ajusten íntegramente a la normativa vigente, dicho plazo podrá extenderse hasta un máximo de sesenta días, en función de la complejidad del proyecto.

Una vez aprobados los Planes Especiales, los técnicos proponentes, bajo su responsabilidad técnica, podrán declarar que la propuesta se ajusta íntegramente a la normativa, podrán proseguir directamente el trámite del permiso de construcción.

La reglamentación establecerá en ese caso el procedimiento de consulta que asegure la adecuada integración de lo nuevo con lo preexistente.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 28.242 de 16.09.1998 art. 3	art. D.242

Artículo D.223.243 . _ Documentación. La documentación a presentar será la necesaria a efectos de expresar claramente las obras propuestas, la preservación de los valores testimoniales y su adecuada integración y armonización con el entorno correspondiente. En ese sentido y como mínimo, deberá presentarse un relevamiento fotográfico del entorno; croquis o fotomontaje de la propuesta, demostrativo de su integración urbana; relevamiento de las alturas predominantes en la cuadra de implantación o en el entorno; relevamiento de la vegetación existente en el predio, recaudos gráficos y memoria descriptiva del anteproyecto.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	
Dto.JDM 28.242 de 16.09.1998 art. 3	art. D.243

Artículo D.223.243.1 . _ Comisión Especial Permanente de Patrimonio Departamental. Créase una Comisión Especial Permanente de Patrimonio Departamental cuyo ámbito de actuación será sobre todos los elementos incluidos dentro del régimen patrimonial que no se encuentran bajo jurisdicción de una Comisión Especial Permanente de Área Patrimonial.

Su integración será reglamentada por la Intendencia de Montevideo, otorgando participación a instituciones públicas y privadas y a personas de reconocida idoneidad, relacionadas al tema de la protección y gestión del patrimonio.

Fuentes	Observaciones
Dto.JDM 35.477 de 23.04.2015 art. 9	art. D.243.1
Dto.JDM 34.889 de 05.12.2013 art. 1	
Dto.JDM 34.870 de 25.11.2013 art. 11	